



## FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II

CNPJ/MF nº 08.490.205/0001-04

Administração

PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte, Rio de Janeiro - RJ

ISIN Quotas Seniores nº BRFCEECTF007 - ISIN Quotas Subordinadas nº BRFCEECTF015

RATING DAS QUOTAS SENIORES Standard &amp; Poor's: brAAf

Distribuição pública de 100 (cem) quotas seniores ("Quotas Seniores") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II ("Fundo"), totalizando:

# R\$ 100.000.000,00

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos de crédito de titularidade da **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D** ("CEEE-D" ou "**Cedente**" ou "**Companhia**"), originados do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos consumidores de alta e baixa tensão. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, vide a Seção 5 deste prospecto ("**Prospecto**").

As Quotas Seniores serão objeto de distribuição pública em mercado de balcão organizado e não organizado ("**Oferta**"). A primeira emissão de quotas do Fundo compreende a emissão de 100 (cem) Quotas Seniores com preço inicial de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando um montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("**Valor Inicial da Oferta**") e 5 (cinco) quotas subordinadas inteiras e três frações correspondentes a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada ("**Quotas Subordinadas**"), também com preço inicial de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando o montante de R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais). As Quotas Subordinadas não são objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pela CEEE-D, nos termos do Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças celebrado entre a Cedente e o Fundo, este representado por seu administrador, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM** ("**Administrador**"). Para os fins deste Prospecto, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão designadas em conjunto como "**Quotas**".

O Fundo foi constituído em 28 de novembro de 2006, por meio do "**Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II**" e seu regulamento está registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob nº 1608626 ("**Regulamento**"). A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") em 28 de dezembro de 2006, sob o nº CVM/SRE/RFD/2006/067, nos termos da Instrução da CVM nº 356/01, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 444/06.

Os investidores devem ler atentamente a Seção "**Fatores de Risco**" deste Prospecto, nas páginas 23 a 32. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("**Carteira**"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, da CEEE-D, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam dos fatores de risco aos quais o Fundo e o investidor estão sujeitos.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido no Fundo.

**"O Fundo busca manter a Carteira composta por Ativos Financeiros (conforme definido neste Prospecto) com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior".**

**O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como do prazo médio dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira. Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos Quotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Quotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item "Regras de Tributação do Fundo".**

**"O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas".**

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM.

A autorização para funcionamento e/ou oferta das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.

Quaisquer solicitações de esclarecimentos sobre a Oferta e o Fundo devem ser feitos exclusiva e diretamente com aos Coordenadores.

### Estruturadores



Coordenador Líder



Coordenador



Administrador



Custodiante

Assessor Jurídico

Serviços para o  
Mercado de Capitais

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

### 1. DEFINIÇÕES

---

### 2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

---

• Características da Oferta .....	15
• Negociação das Quotas .....	16
• Cronograma de Etapas da Oferta .....	16
• Demonstrativo do Custo da Distribuição Pública das Quotas .....	17
• Outras Informações .....	18
• Declaração do Administrador e do Coordenador Líder .....	19

### 3. FATORES DE RISCO

---

• Riscos Associados ao Investimento no Fundo .....	23
• Riscos Associados aos Direitos de Crédito .....	26
• Riscos Associados à Cedente e ao Setor Elétrico, que Podem Afetar a Originação e a Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.....	28
• Riscos Diversos.....	31
• Informações Contidas neste Prospecto .....	32

### 4. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II

---

• Base Legal .....	35
• Público Alvo .....	35
• Administração e Gestão .....	35
• Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo .....	35
• Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores .....	35
• Auditoria .....	35
• Objetivo de Investimento .....	35
• Política de Investimento e Composição da Carteira .....	36
• Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas.....	37
• Condições de Amortização e Resgate das Quotas.....	40

• Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros.....	42
• Assembleia Geral de Quotistas .....	44
• Avaliação dos Ativos do Fundo .....	46
• Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo .....	47
• Enquadramento da Razão de Garantia .....	52
• Constituição de Reserva de Amortização, dos Procedimentos para Pagamento das Parcelas de Amortização e do Resgate das Quotas e da Ordem dos Pagamentos do Fundo.....	53
• Índice de Cobertura .....	54
• Amortização Extraordinária para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito e da Política de Investimento .....	54
• Política de Divulgação de Informações relativas ao Fundo .....	54
• Forma de Divulgação de Informações .....	55
• Atendimento aos Quotistas .....	55
• Taxas e Encargos do Fundo .....	56
• Regras de Tributação do Fundo.....	57
• Mecanismos de Gerenciamento de Risco .....	60

## **5. OS DIREITOS DE CRÉDITO**

---

• Introdução .....	63
• Documentos Comprobatórios .....	67
• Procedimentos de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.....	68
• Vinculação dos Direitos de Crédito.....	69

## **6. CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

---

• Cessão e Aquisição dos Direitos de Crédito.....	73
• Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito.....	74
• Procedimentos de Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo .....	75
• Procedimentos Aplicáveis quando da Verificação de Condições Suspensivas .....	78
• Procedimentos de Pagamento dos Direitos de Crédito .....	81



## **7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

---

• Introdução .....	85
• Histórico da Regulamentação .....	86
• Concessões .....	88
• Constituição de Garantias Financeiras .....	89
• Penalidades .....	90
• Principais Entidades Regulatórias .....	90
• Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico .....	92
• O Leilão de 2004 e os Leilões de Energia Nova .....	97
• Desverticalização e o Novo Modelo do Setor Elétrico .....	98
• Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão .....	99
• Tarifas de Distribuição .....	100
• Aspectos Concorrenciais .....	101
• Incentivos para Fontes Alternativas de Energia .....	102
• Encargos Setoriais .....	102
• Mecanismo de Realocação de Energia – MRE .....	104
• Universalização .....	104
• Escassez de Energia e Racionamento .....	104
• Legislação Ambiental .....	104

## **8. A CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO – CEEE-D**

---

• Breve Descritivo da CEEE-D .....	109
• Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da Cedente .....	110
• Capital Social .....	112
• Concessões .....	112
• Atividades da Cedente .....	112
• Administração .....	114

## **9. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

• Informações sobre as Partes .....	119
• Relacionamento entre as Partes .....	122

## 10. ANEXOS

---

• <b>Anexo I</b>	- Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento .....	127
• <b>Anexo II</b>	- Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II e Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II .....	189
• <b>Anexo III</b>	- Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças .....	269
• <b>Anexo IV</b>	- Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas .....	429
• <b>Anexo V</b>	- Relatório da KPMG Auditores Independentes .....	443
• <b>Anexo VI</b>	- Declaração do Administrador e do Coordenador Líder nos termos da Instrução CVM nº 400 .....	483
• <b>Anexo VII</b>	- Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores .....	487
• <b>Anexo VIII</b>	- Despacho da ANEEL nº 2.880 .....	497
• <b>Anexo IX</b>	- Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II .....	501

## **1. DEFINIÇÕES**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's.
Agente de Recebimento	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Agente Escriurador	Banco Itaú S.A.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Antiga CEEE ou Companhia Estadual de Energia Elétrica	Companhia Estadual de Energia Elétrica que, em virtude de cessão parcial dos seus ativos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica, realizada em 27 de novembro de 2006, passou a ser denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT. O segmento de distribuição de energia elétrica oriundo da Antiga CEEE foi transferido para a CEEE-D, Cedente desta operação. O segmento da distribuição oriundo da Antiga CEEE foi transferido para a CEEE-D, Cedente desta operação.
Assembléia Geral de Quotistas	Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e/ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Onze do Regulamento.
Ativos Financeiros	Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, títulos públicos de emissão do Bacen e operações compromissadas tendo como lastro os ativos ora referidos.
Bacen	Banco Central do Brasil.
<i>Benchmark</i>	Parâmetro de Rentabilidade, conforme item 4.7. deste Prospecto.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.
CCEARs	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
CEEE-D, Companhia ou Cedente	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D, sociedade constituída a partir da cisão da Antiga CEEE, a qual passou a ser denominada Companhia Estadual de Energia Elétrica, que passou a ser denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão da Energia Elétrica – CEEE-GT.
Cessão Incondicionada	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1. deste Prospecto.
Cessão sob Condição Suspensiva	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1. deste Prospecto.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.

CMN	Conselho Monetário Nacional.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil Brasileiro	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Compromisso de Subscrição	Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças, celebrado entre a Cedente e o Fundo, em 19 de dezembro de 2006, por meio do qual a Cedente obriga-se a subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas de emissão do Fundo.
Consumidores	Consumidores atendidos em alta e baixa tensão.
Conta Autorizada da Cedente	Conta corrente de titularidade da Cedente para recebimento de valores que venham a ser nela depositados nos termos do Contrato de Cessão.
Conta Autorizada do Fundo	Conta corrente de titularidade do Fundo para recebimento de valores que venham a ser nela depositados nos termos do Contrato de Cessão.
Conta Transitória	Conta corrente mantida junto ao Banrisul na qual serão depositados os valores referentes aos Direitos de Créditos.
Contrato de Cessão	Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, celebrado entre o Fundo e o Custodiante.
Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e outras Avenças	Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, no qual ficará o Agente de Recebimento autorizado, com exclusividade, em caráter irrevogável e irretratável, a movimentar a Conta Transitória.
Contratos Iniciais	Contratos de suprimento de energia elétrica com preços e quantidades aprovados pela ANEEL, celebrados entre as concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, cujos montantes de energia e demanda de potência contratados são reduzidos à razão de 25% ao ano, a partir de 2003, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
Convênios de Arrecadação	Convênios de Arrecadação celebrados pela Antiga CEEE com

Banco do Brasil S.A., em 1º de setembro de 2002; Banco ABN Amro Real S.A., em 30 de dezembro de 2002; HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, em 31 de março de 2003; Banco Bradesco S.A., em 1º de março de 2004; Banco Itaú S.A., em 1º de abril de 2004; Banco Citibank S.A., em 15 de agosto de 2005; Banco Mercantil do Brasil S.A., em 18 de outubro de 2005; e Banco Santander Banespa S.A., em 31 de março de 2006; Caixa Econômica Federal, em 6 de abril de 2006; Banco Cooperativo SICREDI S.A. e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., ambos em 2 de julho de 2006; e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., em 19 de setembro de 2006. Os Convênios de Arrecadação foram transferidos à Cedente em virtude de cisão parcial da Antiga CEEE, realizada em 27 de setembro de 2006.

Coordenador Líder	Banco Pactual S.A.
Coordenadores	Banco Pactual S.A. e Banco Modal S.A.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Custodiante	Banco Itaú S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Apuração	Significa cada data de apuração da QMM, correspondente ao dia útil imediatamente anterior a cada Período de Disponibilidade.
Data de Início da Entrega	Data indicada no Suplemento da Primeira Emissão para início da Entrega dos Direitos de Crédito.
Data de Resgate	Data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores de cada série e emissão do Fundo.
Datas de Amortização	Cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Seniores.
Direitos de Crédito	Totalidade dos direitos de crédito cedidos pela Cedente ao Fundo, oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, em conformidade com o Contrato de Concessão e os Contratos de Fornecimento.
Documentos Comprobatórios	Faturas de Energia Elétrica ou após 3 (três) meses contados a partir de sua emissão, o registro eletrônico das Faturas de Energia.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
Faturas de Energia Elétrica	Documentos preparados na forma do Anexo II ao Contrato de Cessão, emitidos em razão do fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores e cadastradas para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras.

FGC	Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos.
Frações de Quota Subordinada, ou, individualmente, Fração de Quota Subordinada	Frações nas quais podem ser divididas as Quotas Subordinadas, correspondentes a 0,1 (um décimo) de quota subordinada.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II.
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Cobertura	Tem o significado que lhe é atribuído no item 4.17. deste Prospecto.
Instituições Arrecadoras	Instituições financeiras arrecadoras conveniadas à Cedente, nos termos dos Convênios de Arrecadação, listadas no Anexo I ao Contrato de Cessão.
Instrução CVM 356/01	Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003 e pela Instrução CVM n.º 435, de 05 de julho de 2006.
Instrução CVM 400/03	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, alterada pela Instrução da CVM n.º 429, de 28 de março de 2006.
Instrução CVM 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, alterada pela Instrução da CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004 e pela Instrução CVM n.º 413, de 30 de dezembro de 2004.
Instrução CVM 444/06	Instrução da CVM n.º 444, de 08 de dezembro de 2006.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IR	Imposto de Renda.
Itaipu	Itaipu Binacional, usina hidrelétrica detida em partes iguais pelo Brasil e pelo Paraguai.
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.
Lei de Concessões do Setor Elétrico	Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, e alterações posteriores.
Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico	Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterações posteriores.
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica, ou sua sucessora, a CCEE.



Lei n.º 12.593	Lei Estadual n.º 12.593, de 13 de setembro de 2006, por meio da qual o Estado do Rio Grande do Sul autoriza o Poder Executivo a proceder à reestruturação da Antiga CEEE e, conseqüentemente, à sua desverticalização nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.
MDC	Módulo de Distribuição de Cotas, um sistema de distribuição primária de cotas de fundos de investimento fechados, entre os quais os fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, da CETIP.
MME	Ministério de Minas e Energia.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.
Novas Quotas	Novas quotas seniores e subordinadas, bem como Frações de Quota Subordinada, de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
Novas Quotas Seniores	Novas quotas seniores de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
Novas Quotas Subordinadas	Novas quotas subordinadas, bem como Frações de Quota Subordinada, de emissão do Fundo que venham a ser emitidas após o encerramento da Oferta.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Período de Disponibilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.3.1. deste Prospecto.
Poder Concedente	Governo Federal.
Primeira Data de Emissão	Data em que ocorrer a publicação do anúncio de início de distribuição pública.
Programa de Racionamento	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia, instituído pela GCE em 2001, que durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
Prospecto	Este Prospecto e suas respectivas atualizações.
Quantidade Mínima Mensal ou QMM	Quantidade de Direitos de Crédito a ser entregue para o Fundo objeto da Cessão Incondicionada, conforme definida no item 6.3.1 deste Prospecto.
Quotas	Quotas Seniores e Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Quotas Seniores	Quotas seniores emitidas pelo Fundo.
Quotas Subordinadas	Quotas subordinadas emitidas pelo Fundo.

Quotistas	Titulares de Quotas.
Quotistas Seniores	Titulares de Quotas Seniores.
Quotistas Subordinados	Titulares de Quotas Subordinadas e de Frações de Quota Subordinada.
Resolução CMN 2.907/01	Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN.
RGR	Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei n.º 5.655, de 20 de maio de 1971.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SFF	Sistema de Fundo Fechado, um sistema de negociação secundária de quotas de fundos de investimento fechados, entre os quais os fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, da CETIP.
Sistema Interligado Nacional	Sistema composto pela Rede Básica e demais instalações de transmissão que interliga as unidades de geração e distribuição nos sistemas Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.
SIN	Sistema Interligado Nacional
Subestação	Conjunto de equipamentos de manobras, controle, proteção e/ou transformação, que ligam, alteram e/ou regulam a tensão em sistema de transmissão e distribuição.
<i>Take-or-Pay</i>	Cláusula contratual geralmente inserida em contratos de fornecimento de insumos, no qual o comprador tem a obrigação de pagar pelos insumos, independentemente do seu consumo efetivo.
Taxa DI	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Termo de Ciência de Risco e de Adesão	Documento preparado sob a forma do Anexo III ao Regulamento do Fundo, no qual o Quotista declara estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento do Fundo, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Vinte e Quatro abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo.
TUSD	Tarifa de uso do sistema de distribuição.
TUST	Tarifa de uso do sistema de transmissão.
UHE	Usina Hidrelétrica.
UTE	Usina Termelétrica

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como nos documentos da operação.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1. Características da Oferta

#### 2.1.1. A Oferta

As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública no mercado brasileiro em mercado de balcão organizado e não organizado. A Oferta será conduzida pelos Coordenadores, contratados pelo Administrador para realizar a colocação das Quotas Seniores.

#### 2.1.2. Público Alvo

O Fundo é destinado, exclusivamente, a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 409/04, e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados.

#### 2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Seniores

A Oferta foi registrada na CVM em [•] de [•] de 2006, sob o n.º [•], nos termos da Instrução CVM 356/01 e da Instrução CVM 444/06.

#### 2.1.4. Quantidade de Quotas Objeto da Oferta

A Oferta compreende o total de 100 (cem) Quotas Seniores.

Adicionalmente, serão subscritas e integralizadas pela Cedente, nos termos do Compromisso de Subscrição, 5 (cinco) quotas subordinadas inteiras e três frações correspondentes a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada, as quais não são objeto da Oferta.

#### 2.1.5. Preço de Emissão das Quotas Seniores e Preço de Integralização das Quotas Seniores no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão, conforme definido no item 4.9.1., das Quotas Seniores foi fixado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por quota, na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões reais), na Primeira Data de Emissão.

O preço para integralização das Quotas Seniores na Primeira Data de Emissão será correspondente ao Preço de Emissão. No primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, o preço para integralização das Quotas Seniores, no âmbito da Oferta, corresponderá ao Preço de Emissão, atualizado na forma do item 4.9.9. deste Prospecto.

#### 2.1.6. Subscrição e Integralização das Quotas Seniores durante o Prazo de Colocação

As Quotas Seniores serão subscritas pelo Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto no item 4.9.9. deste Prospecto.

As Quotas Seniores serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do MDC da CETIP e/ou de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos imediatamente disponíveis de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor estabelecido no item 2.1.7. abaixo.

No ato da primeira subscrição e integralização de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelos Coordenadores e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura do Termo de Ciência de Risco e de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

### *2.1.7. Valor mínimo de investimento*

O valor mínimo individual da primeira aplicação de cada investidor interessado em adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

### *2.1.8. Contrato de Distribuição das Quotas*

Os Coordenadores foram contratados pelo Administrador, por meio do Contrato de Coordenação e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II, para realizar a distribuição pública das Quotas Seniores, sob regime de garantia firme, após a publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores e da disponibilização do prospecto definitivo aos investidores.

Somente poderão adquirir Quotas Seniores do Fundo aqueles investidores que se enquadrem no público alvo do Fundo, indicado no item 2.1.2. acima.

Os interessados na integralização de Quotas Seniores deverão manifestar-se diretamente aos Coordenadores nos endereços a serem indicados no anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores, devendo informar a quantidade de Quotas Seniores que pretendem adquirir.

## **2.2. Negociação das Quotas**

As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação no SFF.

Na hipótese de negociação das Quotas Seniores em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no item 2.1.2. acima.

As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela CEEE-D.

## **2.3. Cronograma de Etapas da Oferta**

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início nos jornais Valor Econômico e Jornal do Comércio de Porto Alegre e após a disponibilização do prospecto definitivo aos investidores.
Prazo de Colocação das Quotas Seniores	1º dia útil seguinte à data da publicação do anúncio de início.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta, aos Coordenadores, a qualquer momento durante o prazo de colocação.
Subscrição e Integralização das Quotas Seniores	A subscrição das Quotas Seniores será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição. A integralização das Quotas Seniores deverá ser efetuada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Restituição de Valores nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM n.º 400/03	Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado as Quotas Seniores receberão do Fundo os montantes utilizados na integralização de Quotas Seniores no prazo de 5 dias úteis, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Quotas Seniores cujos valores tenham sido objeto de restituição.
Modificação ou Revogação da Oferta	Os Coordenadores divulgarão imediatamente, aos investidores notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, nos mesmos meios utilizados para divulgação do anúncio de início.

Prazo para manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores, na hipótese de modificação das condições da Oferta	Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aceitado a Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação do Coordenador Líder. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.
Prazo para restituição de valores aos investidores na hipótese de modificação ou revogação da Oferta	Em caso de (i) modificação da Oferta e não aceitação pelo investidor dessa modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas Seniores serão integralmente restituídos aos respectivos investidores no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da manifestação pelo investidor nesse sentido, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do anúncio de encerramento da Oferta nos jornais Valor Econômico e Jornal do Comércio de Porto Alegre.

#### 2.4. Demonstrativo do Custo da Distribuição Pública das Quotas

As despesas abaixo indicadas serão de responsabilidade da Cedente:

<b>Custos para o Fundo</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% sobre o total da Oferta *</b>
Apresentação a Investidores e		
Impressão de Prospectos	150.000,00	0,15%
Publicações Legais	74.000,00	0,07%
Comissão de Colocação	1.000.000,00	1,00%
Comissão de Coordenação	250.000,00	0,25%
Comissão de Estruturação	750.000,00	0,75%
Agência de <i>Rating</i>	55.000,00	0,06%
Auditores	51.170,00	0,05%
Advogados	120.000,00	0,12%
Taxa para registro na CVM	82.870,00	0,08%
<b>Total dos custos</b>	<b>2.283.040,00</b>	<b>2,28%</b>

\* Valores arredondados

<b>Preço por Quota Sênior (R\$)</b>	<b>Custo por Quota Sênior (R\$)</b>	<b>Montante líquido para o Fundo* (R\$)</b>
1.000.000,00	(22.830,40)	100.000.000,00

\* Tendo em vista que os custos serão pagos pela Cedente, o Fundo receberá o valor total da Oferta que, na Primeira Data de Emissão, corresponderá ao valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

## **2.5. Outras Informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede do Administrador, dos Coordenadores da Oferta ou da CETIP, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

### **Administrador:**

Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM  
Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte  
Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sra. Mariana Oliveira B. Ramalho  
Website: [www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)  
Tel.: (21) 2514-9624  
Fax.: (21) 2514-8600  
Correio Eletrônico: [ramalho@pactual.com.br](mailto:ramalho@pactual.com.br)

### **Coordenadores:**

#### **Coordenador Líder:**

Banco Pactual S.A.  
Praia de Botafogo, n.º 501, 5º e 6º andares  
Rio de Janeiro - RJ  
At.: Marcos Wanderley Pereira  
Website: [www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)  
Tel.: (21) 2514-9759  
Fax.: (21) 2514-86-00  
Correio Eletrônico: [mwpereira@pactual.com.br](mailto:mwpereira@pactual.com.br)

#### **Coordenador:**

Banco Modal S.A.  
Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
At.: Priscila Lazarini Guimarães  
Website: [www.modal.com.br](http://www.modal.com.br)  
Tel.: (21) 21-3223-7725  
Fax.: (21) 21-3223-7738  
Correio Eletrônico: [pguimaraes@modal.com.br](mailto:pguimaraes@modal.com.br)

#### **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Rua Sete de Setembro, n.º 111 - 5º andar  
Rio de Janeiro - RJ

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares  
Edifício Delta Plaza  
São Paulo – SP  
Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

#### **Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar  
Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar  
São Paulo - SP  
Site: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)



## **2.6. Declaração do Administrador e do Coordenador Líder**

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400:

O Administrador declara que: (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Quotas Seniores ofertadas e do Fundo e dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das Quotas Seniores, conforme declaração anexa ao presente, firmada pelo Diretor de Administração de Recursos de Terceiros, Sr. Rodrigo Guedes Xavier.

O Coordenador Líder declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Quotas Seniores ofertadas, do Fundo e dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, firmada pelo Sr. Rodrigo Guedes Xavier.

Independentemente do disposto acima, determinadas informações sobre o Brasil e o setor elétrico incluídas neste Prospecto foram compiladas a partir de fontes públicas disponíveis ao mercado. Nestes casos, o Administrador e o Coordenador Líder não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão de tais informações.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e competitiva e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de resultados futuros ou desempenho do Fundo. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

### **3. FATORES DE RISCO**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, dentre as quais, aquelas relativas à política de investimento, composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco aos quais o Fundo e os investidores estão sujeitos, incluindo, de forma não taxativa, aqueles descritos a seguir.*

### 3.1. Riscos Associados ao Investimento no Fundo

#### ***Não existência de seguro da performance da Cedente.***

Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo são Direitos de Crédito futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos de Crédito, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica aos Consumidores e, conseqüentemente, a geração de Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Consumidores, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### ***Modalidade de investimento recente e sofisticada.***

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

#### ***Limitação de ativos do Fundo.***

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos de Crédito pelos Consumidores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas. Adicionalmente, o patrimônio líquido do Fundo pode se tornar negativo, sendo necessária a realização de aportes de capital pelos Quotistas para o pagamento dos encargos do Fundo.

#### *Amortização e resgate condicionado das Quotas.*

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos, em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Consumidores; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### *Risco de mercado e fatores macroeconômicos.*

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

#### *Inexistência de rendimento predeterminado.*

O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

#### *Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.*

O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no item 4.14. deste Prospecto. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

*Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.*

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos de crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para manter até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente e o Custodiante não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

*Risco decorrente da precificação dos Ativos.*

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

*Risco de descasamento.*

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.9 deste Prospecto, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Cedente, o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este parágrafo.

*Risco proveniente do uso de derivativos.*

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

### *Riscos relativos à Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão.*

A Cedente realizou cessão fiduciária do direito de indenização decorrente do Contrato de Concessão em garantia ao pagamento do valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescido dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão. Todavia, não é possível assegurar que a Cedente receberá a indenização do Poder Concedente em caso de extinção antecipada da concessão, porque o pagamento de tal indenização dependerá das circunstâncias em que se der a referida extinção, bem como da apuração dos valores a serem pagos pelo Poder Concedente à Cedente a título de indenização. Adicionalmente, deve-se ressaltar que o mecanismo da cessão fiduciária de bens móveis em garantia a operações realizadas no mercado financeiro e de capitais consiste em inovação recentemente introduzida na legislação brasileira, não sendo, portanto, possível avaliar as dificuldades a serem enfrentadas na hipótese de excussão dessa garantia.

### *Riscos Relativos à Cobrança dos Direitos de Crédito.*

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadadoras ou, conforme o caso, nas Instituições Arrecadadoras Elegíveis. O cadastramento das Faturas de Energia para pagamento por meio de débito automático é faculdade dos Consumidores. Assim, na hipótese de haver uma redução do volume de Direitos de Crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático, de forma que os Direitos de Crédito não sejam suficientes para atingir o Índice de Cobertura, haverá necessidade de cessão dos Direitos de Crédito Adicionais. Caso os Direitos de Crédito Adicionais não sejam suficientes para a recomposição do Índice de Cobertura, tal fato poderá acarretar a liquidação do Fundo. Não há como assegurar que os Quotistas receberão integralmente os valores investidos na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

## **3.2. Riscos Associados aos Direitos de Crédito**

### *Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito.*

Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos de Crédito, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para aguardar o vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

### *Risco de crédito dos Consumidores, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência dos Direitos de Crédito.*

A Cedente somente responde pela originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Consumidores. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização, a Razão de Garantia, o Índice de Cobertura e os Instrumentos de Garantia vinculados aos Direitos de Crédito cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou ao resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Dessa forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento dos Consumidores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Consumidores, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.



*Necessidade de aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.*

O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu patrimônio líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no item 5.3. deste Prospecto, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

*Regularidade dos Documentos Comprobatórios.*

O Custodiante realizará verificação periódica dos Documentos Comprobatórios com base em análise dos relatórios eletrônicos enviados pela Cedente. A verificação física dos Documentos Comprobatórios será efetuada em periodicidade trimestral e por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

*Riscos operacionais.*

O envio das Faturas de Energia pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento dos Direitos de Crédito, a transferência dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada para o Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência dos Consumidores, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador.

*Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.*

A Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente pode representar limitação ao Fundo para a verificação da correta originação e formalização dos Direitos de Crédito e para a eventual realização de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Consumidores, o que poderá impactar negativamente a carteira do Fundo, resultando em efeitos adversos à rentabilidade do investimento nas quotas do Fundo.

*Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos de Crédito em caso de insolvência da Cedente.*

A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

*Inexistência de Política de Crédito Específica.*

Tendo em vista que a Cedente é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, e, portanto, obrigada a desenvolver tal atividade em sua área de concessão, não existe política de crédito específica para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Não obstante, existem mecanismos por meio dos quais a Cedente pode suspender o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores que não efetuarem o pagamento das Faturas de Energia, voltando o fornecimento ao normal após sanado o inadimplemento pelos Consumidores.

**3.3. Riscos Associados à Cedente e ao Setor Elétrico, que Podem Afetar a Originação e a Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo:**

*Término antecipado da Concessão.*

No caso de término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos de Crédito. No entanto, a ANEEL, ao se manifestar sobre a questão, apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo receberá os direitos de emergentes da concessão e o pagamento dos Direitos de Crédito.

#### *Vinculação de Direitos de Crédito para Garantia de Obrigações da Cedente.*

A Antiga CEEE celebrou diversos contratos financeiros e de garantia, ainda em vigor (incluindo os CCEARs relativos à compra de energia), por meio dos quais a Antiga CEEE vinculou parcela de sua receita decorrente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica à satisfação de obrigações pecuniárias de sua responsabilidade previstas nos referidos contratos. A CEEE-D sucedeu a Antiga CEEE nos direitos e obrigações decorrentes de referidos contratos. Tais contratos vinculam especialmente os recursos oriundos da venda de energia pela CEEE-D a seus consumidores finais depositados em contas bancárias de titularidade da Cedente mantidas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., que também atua como Agente de Recebimento do Fundo. Os contratos ora referidos prevêem que, na hipótese de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações neles estabelecidas, o Agente de Recebimento será obrigado a transferir os recursos depositados nas contas bancárias de titularidade da Cedente diretamente para seus credores. Tendo em vista que tais contratos foram celebrados anteriormente à constituição do Fundo, os credores da Cedente nesses contratos têm prioridade com relação ao recebimento dos recursos oriundos da venda de energia pela CEEE-D a seus consumidores finais depositados em contas bancárias de titularidade da Cedente. Dessa forma, caso venha a ser executada qualquer das garantias ora referidas, não é possível garantir que os recursos oriundos dos Direitos de Crédito depositados na Conta Transitória não serão afetados e/ou que a Cedente disporá de Direitos de Crédito em volume suficiente para o atendimento das obrigações da Cedente perante o Fundo. A utilização de recursos da Conta Transitória para pagamento de obrigações não previstas neste Regulamento ou a insuficiência de Direitos de Crédito para entrega ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão poderão prejudicar a continuidade do Fundo e o pagamento e a rentabilidade das Quotas.

Para maiores informações sobre a vinculação dos Direitos de Crédito do Fundo, ver item 5.4. da seção dos Direitos de Crédito.

#### *Efeitos da política econômica do Governo Federal.*

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a origem e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

#### *Efeitos do novo modelo do setor elétrico.*

Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de fornecimento de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do MME e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita à regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Prospecto, não é possível prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para seus consumidores, bem como na origem e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

### *Impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica.*

Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos de Crédito da Cedente poderão ser negativamente afetados.

### *Regulação e Fiscalização da ANEEL.*

A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente tem poderes para extinguir a concessão da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

#### *Impactos da regulamentação ambiental.*

As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a origem e a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo.

#### *Impenhorabilidade de Ativos da Cedente.*

Os bens da Cedente essenciais à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica não podem ser objeto de penhora ou execução extrajudicial. Assim, em caso de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Cessão, esses bens da Cedente não poderão ser utilizados para pagamento ao Fundo e aos quotistas das penalidades pecuniárias e indenização advindas do inadimplemento.

### **3.4. Riscos Diversos**

#### *Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito.*

Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

#### *Emissão de Novas Quotas Subordinadas e diluição.*

Em determinadas situações previstas no Regulamento do Fundo, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Seniores, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou dos critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que de Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do Fundo.

*Ausência de garantia.*

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

### **3.5. Informações Contidas neste Prospecto**

Este Prospecto contém informações acerca do Fundo e da Cedente, bem como perspectivas de desempenho do Fundo que envolvem riscos e incertezas.

Embora as informações constantes deste Prospecto tenham sido obtidas de fontes idôneas e confiáveis e as perspectivas do Fundo sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro do Fundo seja consistente com essas perspectivas. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas.

#### **4. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



## **O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II**

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Base Legal**

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 5 (cinco) anos contados da Primeira Data de Emissão, tem como base legal a Resolução CMN 2.907/01, a Instrução CVM 356/01 e da Instrução CVM 444/06. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento.

### **4.2. Público Alvo**

O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 409/04 e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados.

### **4.3. Administração e Gestão**

O Fundo é administrado pela Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 59.281.253/0001-23, devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

### **4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo**

Para prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356/01, o Fundo contratou o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31.

### **4.5. Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores**

As Quotas Seniores do Fundo são avaliadas pela Standard & Poor's. A avaliação das Quotas Seniores do Fundo será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

### **4.6. Auditoria**

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria das contas do Fundo.

### **4.7. Objetivo de Investimento**

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo em Direitos de Crédito originados por e de titularidade da CEEE-D.

Somente poderão compor a Carteira do Fundo Direitos de Crédito que atendam às características descritas na Seção “Os Direitos de Crédito” abaixo.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos nos ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no item 4.8. abaixo.

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("*Benchmark*") equivalente à taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de Spread de 1% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

O *Benchmark* não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante e ou da CEEE-D e de seus controladores. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

#### **4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira**

Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito (conforme descritos na Seção 5 deste Prospecto).

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito ("Recursos Livres"), a qual não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), ressalvadas as listadas e a aplicação dos recursos na Reserva de Amortização, será necessariamente alocada pelo Administrador nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo:

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos públicos de emissão do Bacen; e
- (iii) operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados acima.

Observado o parágrafo acima, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, financeira ou não, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob o controle comum ou fundo de investimento.

O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

Durante o prazo de até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados nos Ativos Financeiros. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos de Crédito.

Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.9. deste Prospecto, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao *Benchmark*, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em BM&F, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador (conforme definido abaixo) ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

#### **4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas**

##### *4.9.1. Patrimônio Inicial*

O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a Primeira Emissão, será formado por Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, que poderão ser divididas em Frações de Quota Subordinada, em conformidade com o disposto no item 4.9.2. abaixo, com o preço na Primeira Data de Emissão, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma ("Preço de Emissão"), totalizando um Patrimônio Inicial de R\$ 105.300.000,00 (cento e cinco milhões e trezentos mil reais).

##### *4.9.2. Características das Quotas*

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em 2 (duas) únicas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma classe de Quotas Subordinadas.

As Quotas Subordinadas poderão ser emitidas em Frações de Quota Subordinada, à razão, por fração, de 0,1 (um décimo) do preço de emissão de cada Quota Subordinada, que corresponderá a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Aplicam-se às Frações de Quota Subordinada todas as disposições deste Prospecto e do Regulamento relativas às Quotas Subordinadas.

Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Custodiante.

##### *4.9.3. Direitos Patrimoniais*

As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. Sem prejuízo do disposto no item 4.10.2. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Seniores e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

##### *4.9.4. Direitos de Voto das Quotas*

As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Enquanto houver Quotas Seniores em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no item 4.15. abaixo.

Após o resgate integral das Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

As Frações de Quota Subordinada não terão direito a voto quando consideradas individualmente. Não obstante, cada conjunto de 10 (dez) Frações de Quota Subordinada será considerado como uma Quota Subordinada, correspondendo, nas hipóteses em os titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto, nos termos deste item, a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

#### *4.9.5. Razão de Garantia das Quotas Subordinadas*

Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 95% (noventa e cinco por cento) ("Razão de Garantia").

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma "Data de Verificação"). Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.14. e/ou 4.15. e/ou 4.18. deste Prospecto, conforme o caso.

#### *4.9.6. Distribuição das Quotas Seniores do Fundo*

As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelos Coordenadores. As Quotas Seniores do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro perante a CVM da distribuição de cada emissão de Quotas Seniores.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador.

O anúncio de início de distribuição pública de cada série e emissão de Quotas Seniores do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, o Administrador determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas Seniores, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II ao Regulamento, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado o Regulamento do Fundo.

#### *4.9.7. Colocação das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela CEEE-D*

As Quotas Subordinadas e Frações de Quota Subordinada representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas e Frações de Quota Subordinada que venham a ser emitidas, de acordo com o disposto no item 4.15. abaixo, serão subscritas de forma privada, pela Cedente, nos termos do Compromisso de Subscrição. A Cedente somente poderá subscrever ou adquirir Frações de Quotas Subordinadas caso seja titular de, no mínimo, uma Quota Subordinada com preço de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

#### *4.9.8. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo*

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelos Coordenadores e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no item 4.22. abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 4.9.1. acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, na forma dos itens 4.9.9. e 4.9.10. abaixo.

Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo, tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.9.9. e 4.9.10. abaixo.

#### *4.9.9. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Seniores*

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião; e (ii) a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a “Taxa DI”), acrescida de uma sobre taxa de juros fixos (“*Spread*”), incidentes sobre o valor da Quota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

O cálculo do valor a ser distribuído a cada Quota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \times [(FatorSpread \times FatorDI) - 1]$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Quota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Spread = (1 + Spread)^{\frac{1}{252}}$$

Fator DI = fator correspondente à taxa DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$Fator DI = (1 + Taxa DI)^{\frac{1}{252}}$$

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade da Taxa DI, será utilizada em substituição, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, sendo que, a posterior divulgação da Taxa DI aplicável não ensejará qualquer obrigação financeira para o Fundo e para os Quotistas.

Na hipótese de extinção da taxa DI, impossibilidade de sua utilização para a apuração do valor das Quotas Seniores ou indisponibilidade por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou 15 (quinze) dias úteis alternados em um período de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data em que se verificar um desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir novo parâmetro a ser aplicado às Quotas Seniores. Na Assembléia Geral de Quotistas, os titulares de Quotas Subordinadas poderão sugerir parâmetro alternativo a ser adotado e poderão exercer direito de veto caso não concordem com o parâmetro aprovado pelos titulares de Quotas Seniores. Até a deliberação desse parâmetro, deverá ser observado disposto no parágrafo acima.

#### *4.9.10. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas*

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto no item 4.9.9. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

O valor de cada Fração de Quotas Subordinadas corresponderá a 0,1 (um décimo) do valor obtido para cada Quota Subordinada em conformidade com a metodologia de cálculo descrita no parágrafo acima.

#### *4.9.11. Negociação das Quotas do Fundo*

As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação no SFF da CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas Seniores em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no 4.2. deste Prospecto.

### **4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas**

#### *4.10.1. Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações*

Cada Suplemento ao Regulamento, referente a cada nova série e emissão de Quotas do Fundo, inclusive o Primeiro Suplemento, indicará o cronograma de amortização de cada série e emissão de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Seniores emitidas e em circulação e das Quotas Subordinadas ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo.

Cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Seniores será designada uma "Data de Amortização" e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores de cada série e emissão do Fundo será designada a "Data de Resgate" de tais Quotas Seniores.

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto neste item e nos itens 4.11. e 4.18. abaixo.

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos titulares de Frações de Quota Subordinada para cada Fração de Quota Subordinada será realizada à razão de 0,1 (um décimo) do valor da distribuição realizada com relação a cada Quota Subordinada.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

Exceção feita às hipóteses previstas no item 4.10.2. abaixo, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das Quotas Seniores de todas as séries e emissões do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas não cair em dia útil, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.

Na data de liquidação do Fundo (antecipada ou não), os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros na amortização e no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no item 4.11. abaixo.

Durante a vigência da CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

#### *4.10.2. Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas*

Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Seniores deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto no item 4.10.1. acima:

- (i) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior a 95% (noventa e cinco por cento), poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da Cedente, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, sem prejuízo do disposto acima para o resgate das Quotas Subordinadas, e desde que (a) nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização acima referida, a Razão de Garantia não tenha sido desequilibrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida e (b) a Reserva de Amortização atenda ao disposto no item 4.16. abaixo.

- (ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Seniores.

#### *4.10.3. Valor das Quotas Seniores para Fins de Pagamento de Amortização*

Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Seniores será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota Sênior será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$A_i = \frac{QS_i}{(n - N)}$$

onde:

“Ai” corresponde ao valor da parcela de amortização devida no mês em referência;

“QSi” corresponde ao valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização;

“n” corresponde ao número de parcelas de amortização programada das Quotas, conforme indicado no Suplemento respectivo; e

“N” corresponde ao número de amortizações já efetuadas.

#### *4.10.4. Valor das Quotas Subordinadas para Fins de Pagamento de Amortização*

Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, calculado nos termos do item 4.9.10. acima, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

### **4.11. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas Mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros**

Observado o disposto abaixo, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.



Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item.

De acordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores, observado o disposto neste item.

Antes da realização de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas do Fundo, a Cedente terá o direito, mas nunca a obrigação, de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, na Data de Resgate, pelo preço indicado abaixo.

Na hipótese de a Cedente decidir exercer a faculdade de que trata o parágrafo acima, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão adquiridos por preço equivalente ao valor atualizado de todas as Quotas Seniores ainda em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 4.9.9. deste Prospecto.

Na hipótese de a Cedente decidir não exercer a faculdade, disposta acima, de adquirir os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros na Data do Resgate, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação, observado o quorum de deliberação de que trata o item 4.12. abaixo.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Quotistas para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

O Custodiante contratará a Cedente para guardar os Direitos de Crédito e os respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação dos Quotistas referida acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou o Quotista titular da maioria das Quotas Seniores, conforme disposto no parágrafo

acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito e Documentos Comprobatórios respectivos. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A Cedente poderá contratar, sob sua exclusiva responsabilidade, terceiros para prestação dos serviços mencionados no parágrafo acima.

#### **4.12. Assembléia Geral de Quotistas**

Nos termos do Regulamento do Fundo, é da competência da Assembléia Geral de Quotistas:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, além das hipóteses de alteração do Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 4.12.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) eleger e destituir o(s) Representante(s) dos Quotistas;
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (x) e (xi) abaixo;
- (viii) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas Seniores do Fundo;
- (ix) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Terceira, Quarta, Sexta e Onze do Contrato de Cessão;
- (x) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no item 4.14. abaixo), se tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no item 4.14. abaixo);
- (xi) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no item 4.14. abaixo), se tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar o *Benchmark* das Quotas Seniores;
- (xiii) substituir o *Benchmark* na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores;

- (xiv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Seniores de que trata o item 4.9.9. deste Prospecto;
- (xv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 5.3. abaixo, na forma ali estabelecida;
- (xvi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no item 4.11. acima;
- (xvii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
- (xviii) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito; e
- (xix) aprovar a substituição ou a rescisão do convênio firmado pela Cedente com qualquer Instituição Arrecadadora ou Instituição Arrecadadora Elegível.

Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima. Enquanto houver quaisquer Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (v), (vi), (viii), (xii) e (xvii) acima. Quando não mais houver Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas acima. Os quoruns de deliberação das matérias ora indicadas seguem descritos nos parágrafos a seguir.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iv) (x), (xi), (xiii), (xv) e (xvi) acima referidos e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas acima, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (v), (vi) e (vii) acima, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas emitidas, em primeira convocação, e a maioria das Quotas presentes, em segunda convocação.

Deliberações sobre a matéria indicada no subitem (xii) deste item 4.12. dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii) e (xvii) deste item dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xviii) deste item dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (ix), (xiv) e (xix) deste item dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Quotas Seniores presentes.

Para fins deste item, define-se "Quotas Seniores em circulação" ou "Quotas em circulação" a totalidade das Quotas Seniores emitidas ou a totalidade das Quotas emitidas, respectivamente, excetuadas as Quotas Seniores que se encontrem em tesouraria da Cedente, ou que sejam pertencentes a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

A Assembléia Geral de Quotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante(s) dos Quotistas").

#### **4.13. Critérios de Avaliação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira do Fundo**

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

Os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia. Caso não exista mercado para os Ativos Financeiros da Carteira do Fundo, será convocada Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o item 4.12. acima. O valor dos Direitos de Crédito apurado nos termos deste parágrafo será definido como o "Valor dos Direitos de Crédito".

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Caso qualquer Direito de Crédito não seja pago na data de seu vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), o Fundo deverá, em até 3 (três) dias úteis contados partir do término de cada Período de Disponibilidade, constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor equivalente ao valor contábil do referido Direito de Crédito, conforme previsto no parágrafo abaixo. A provisão será constituída individualmente para cada Direito de Crédito vencido e não pago, não sendo considerados os valores relativos a outros Direitos de Crédito contra o mesmo Consumidor, que não tenham vencido há um prazo superior a 3 (três) dias úteis, contados do término do respectivo Período de Disponibilidade.

Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, permanecerão contabilizados sem qualquer desconto ou dedução, por seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento, até o 180º (centésimo octogésimo) dia contado a partir do respectivo vencimento ("Data de Baixa"). Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos de Crédito, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira.

O Custodiante deverá baixar contabilmente o valor dos Direitos de Crédito que não tiverem sido pagos até a respectiva Data de Baixa contra a correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída na forma dos parágrafos acima, devendo os valores relativos a tais Direitos de Crédito vencidos e não pagos ser transferidos contabilmente para a conta de compensação do Fundo, na qual passarão a ser controlados. Os valores relativos aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos transferidos para as contas de compensação do Fundo somente serão reconhecidos contabilmente como receita do Fundo por ocasião da sua efetiva realização financeira.

Na hipótese de realização financeira dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do parágrafo acima, o valor recebido pelo Fundo não será considerado para fins de cálculo do Índice de Cobertura, nos termos do item 4.17., nem do procedimento de Cessão Adicional previsto no item 5.1. abaixo.

Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e amortização de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito (na forma descrita no item 4.11.), os Direitos de Crédito Inadimplidos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas.

#### **4.14. Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo**

##### *4.14.1. Eventos de Avaliação*

- (i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- (ii) caso o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;
- (iii) caso o Índice de Cobertura seja inferior a 200% (duzentos por cento) em qualquer Período de Disponibilidade, sem prejuízo da Cessão Adicional a que se refere o item 5.1. abaixo;
- (iv) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (v), (vi), (vii) e (viii) abaixo;
- (v) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (x) do item 10.1. da Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
- (viii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação de ceder Direitos de Crédito Adicionais nos termos do Contrato de Cessão;

- (ix) apresentar, quando da Cessão Adicional, nos termos do item 2.4. do Contrato de Cessão, os Aditamentos celebrados com as Instituições Arrecadoras Elegíveis ou com as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático;
- (x) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xi) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- (xii) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (xiii) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (off-balance); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;
- (xiv) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior à classificação inicialmente obtida, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (xv) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Compromisso de Subscrição;
- (xvi) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;

- (xvii) não observância pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xviii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos nos itens 4.18. e/ou 4.15. deste Prospecto, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
- (xix) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito, conforme determinado no item 4.8. deste Prospecto, por período superior a 15 (quinze) dias úteis;
- (xx) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, que não estejam definidos como Eventos de Liquidação nos termos do Regulamento;
- (xxi) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; e
- (xxii) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento.

Fica desde já estabelecido que a realização, pela Cedente, de cisão, fusão ou incorporação para implementar o processo de desverticalização exigido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a alteração do objeto social da Cedente decorrente exclusivamente do processo de desverticalização acima referido, não será considerada Evento de Avaliação desde que atenda, cumulativamente, às seguintes condições: (i) a Cedente tenha obtido autorização e anuência da ANEEL e das instituições financeiras com as quais a Cedente tenha celebrado contratos que exijam tal aprovação; (ii) nenhum Evento de Avaliação previsto acima esteja em curso; (iii) a desverticalização ocorra no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico; e (iv) em decorrência da desverticalização, sejam transferidos do ativo imobilizado da Cedente os ativos por ela detidos na data em que ocorrer a desverticalização, relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica.

Sem prejuízo do disposto nos parágrafos abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo.

O saneamento de Evento de Avaliação anteriormente à realização da Assembleia Geral de Quotistas não impedirá sua instalação regular e a tomada de deliberações acerca do Fundo, podendo, inclusive, ser decidido se o Evento de Avaliação caracteriza Evento de Liquidação.

No caso da Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 4.14.2. abaixo.

Caso a Assembleia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembleia Geral de Quotistas para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

O direito da Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Seniores na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas.

Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente terá a faculdade, no prazo de 2 dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos Direitos de Crédito, para consideração dos titulares das Quotas Seniores na Assembléia Geral de Quotistas que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

Caso a Cedente apresente novos Direitos de Crédito para sanar o Evento de Avaliação, a Assembléia Geral de Quotistas, acima referida, a ser realizada para deliberar sobre o Evento de Avaliação, deverá deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos Direitos de Crédito.

#### *4.14.2. Eventos de Liquidação Antecipada*

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida rescisão a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não delibere pela continuidade do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito;
- (ii) caso seja deliberado em Assembléia Geral de Quotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) não pagamento, em até 2 (dois) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- (iv) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas de Energia sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo Direitos de Crédito sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a vinculação de receita em garantia de qualquer empréstimo ou dívida;
- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão para fornecimento de energia elétrica previstas em lei ou no Contrato de Concessão;
- (vi) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (vii) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;



- (viii) caso não seja determinado pela Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (ix) caso os Quotistas titulares de Quotas Seniores não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral de Quotistas para a adoção dos procedimentos referidos no item 5.3., na forma ali estabelecida;
- (x) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e
- (xi) resilição do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, sem a assunção das funções da Cedente por outra entidade, nos termos ali definidos.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente notificará tal fato aos Quotistas e convocará Assembléia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos referentes à liquidação do Fundo e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembléia Geral de Quotistas, os titulares de Quotas Seniores poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no item 4.12., por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Seniores do Fundo, que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Quotas Seniores, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembléia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do item 4.9.9. deste Prospecto.

Na hipótese descrita no parágrafo anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas Seniores aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembléia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no item 4.11. acima, no que couber.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

- (i) as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;

- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo de montantes de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de amortização das Quotas;
- (iv) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins;
- (v) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Seniores não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Seniores, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no item 4.11.; e
- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Seniores, nos termos indicados nos subitens acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros.

Caso a Assembléia Geral de Quotistas, mesmo diante da rescisão do Contrato de Cessão, decida pela continuidade do Fundo através da aquisição de outros direitos de crédito, o termo “CEEE” deverá ser excluído da denominação do Fundo.

#### **4.15. Enquadramento da Razão de Garantia**

Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, o Administrador deverá informá-lo à Cedente (“Aviso de Desenquadramento”). A Cedente deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, imprerivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

- (i) a Cedente poderá, a seu exclusivo critério, integralizar novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
  - a. caso a integralização de novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
  - b. caso a integralização de novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (ii) a Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no item 4.14. acima.

Na hipótese descrita no subitem (i) do parágrafo acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, hipótese em que o Regulamento do Fundo será complementado por Suplemento na forma do Anexo II.

Na hipótese de a Cedente não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazos descritos nos parágrafos acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no item 4.14. ou 4.18., conforme o caso.

#### **4.16. Constituição de Reserva de Amortização, dos Procedimentos para Pagamento das Parcelas de Amortização e do Resgate das Quotas e da Ordem dos Pagamentos do Fundo**

A partir da Primeira Data de Emissão e até o final do prazo de duração do Fundo, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização (a "Reserva de Amortização") de forma que, em cada Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2} ,$$

onde:

$RA_i$  = é a Reserva de Amortização para cada Período de Disponibilidade.

$A_i$  = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, dentro do Período de Disponibilidade.

$C_i$  = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade  $i$ .

A Reserva de Amortização será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios.

O valor da Reserva de Amortização será calculado pelo Administrador em cada Data de Apuração.

Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no item 4.22. abaixo;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (iv) constituição da Reserva de Amortização, observado o disposto acima;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Os recursos da Reserva de Amortização serão aplicados em Ativos Financeiros, observado o disposto no item 4.8. acima.

#### **4.17. Índice de Cobertura**

Até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento de cada Período de Disponibilidade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Administrador deverá calcular a divisão do (i) somatório dos valores das Faturas de Energia subtraído das Parcelas das Faturas representativas dos Direitos de Crédito Inadimplidos, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, pelo (ii) valor da Amortização acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes ao respectivo Período de Disponibilidade (“Índice de Cobertura”).

#### **4.18. Amortização Extraordinária para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito e da Política de Investimento**

O Administrador poderá realizar a amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação (a “Amortização Extraordinária”), pelo valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão de Garantia caso a Cedente não o tenha feito nos termos do item 4.15. acima e/ou (ii) à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no item 4.8. deste Prospecto.

A Amortização Extraordinária referida acima será comunicada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para a devolução do Aviso de Desenquadramento estabelecida no item 4.15., quando se tratar de desenquadramento da Razão de Garantia ou, no caso de desenquadramento da alocação mínima em Direitos de Crédito, contados da data em que for verificado o desenquadramento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Seniores nos termos deste item, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

#### **4.19. Política de Divulgação de Informações**

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Prospecto, do Regulamento do Fundo e da regulamentação aplicável:

- (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor;

- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
- (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

#### **4.20. Forma de Divulgação de Informações**

As publicações previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor serão feitas no jornal "Monitor Mercantil". O correio eletrônico é considerado como forma válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas. Qualquer mudança, com relação ao periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

#### **4.21. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os Quotistas poderão entrar em contato conforme dados a seguir:

Durante a Oferta:

**Administrador:**

Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM  
Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte  
Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sra. Mariana Oliveira B. Ramalho  
Website: [www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)  
Tel.: (51) 2514-9624  
Fax.: (51) 2514-8600  
Correio Eletrônico: [ramalho@pactual.com.br](mailto:ramalho@pactual.com.br)

**Coordenador Líder**

Banco Pactual S.A.  
Praia de Botafogo, n.º 501, 5º e 6º andares  
Rio de Janeiro - RJ  
At.: Marcos Wanderley Pereira  
Website: [www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)  
Tel.: (21) 2514-9759  
Fax.: (21) 2514-8600  
Correio Eletrônico: [mwpereira@pactual.com.br](mailto:mwpereira@pactual.com.br)

**Coordenador:**

Banco Modal S.A.  
Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
At.: Priscila Lazarini Guimarães  
Website: [www.modal.com.br](http://www.modal.com.br)  
Tel.: (21) 21-3223-7725  
Fax.: (21) 21-3223-7738  
Correio Eletrônico: [pguimaraes@modal.com.br](mailto:pguimaraes@modal.com.br)

Após a liquidação da Oferta:

**Administrador**, no endereço acima indicado.

#### 4.22. Taxas e Encargos do Fundo

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, que deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A taxa de administração devida mensalmente ao Administrador será calculada conforme a seguinte fórmula:

A taxa de administração devida mensalmente ao Administrador será dividida da seguinte forma: (i) o valor fixo mensal de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) que será pago diretamente ao prestador do serviço de escrituração de Quotas; e (ii) o valor apurado conforme a seguinte fórmula:

onde,

$$TA = \left( X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right)$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

X = percentual anual fixo, correspondente a 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento); e

$PL_{(D-1)}$  = PL do Fundo no dia útil anterior à data do cálculo.

O valor do percentual anual fixo "X", apurado pela fórmula acima, correspondente a 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), será distribuído da seguinte forma: a) o valor de 0,04% (quatro centésimos por cento) que será pago diretamente ao prestador do serviço de controladoria; e b) o valor de 0,40% (quarenta centésimos por cento) que será pago diretamente ao Administrador.

O Administrador não receberá taxa de desempenho, taxa de ingresso e/ou saída.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas como taxas e encargos do Fundo, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

O valor em reais (R\$) constante da taxa de administração será corrigido anualmente, sempre no mês de Janeiro, pela variação do Índice de Preços ao consumidor da FIPE (IPC -FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M, ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços –Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração referida acima, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;

- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos quotistas.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta do Administrador.

O pagamento das despesas acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas, nem quaisquer outras taxas e encargos além dos previstos no Regulamento e neste Prospecto.

#### **4.23. Regras de Tributação do Fundo**

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

#### *4.23.1. Tributação Aplicável aos Quotistas*

##### IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494, de 03 de dezembro de 2002, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

##### IOF sobre Operações de Câmbio ("IOF/Câmbio")

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

##### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- (i) a residência dos Quotistas do Fundo:
  - (a) no Brasil; e
  - (b) no exterior; e
- (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação:
  - (a) a cessão ou alienação de Quotas;
  - (b) o resgate de Quotas do Fundo; e
  - (c) a amortização de Quotas do Fundo.

#### **I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil**

- (a) **Cessão ou Alienação de Quotas:**  
Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).
- (b) **Resgate das Quotas:**  
Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.



A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância ao disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas:

- (i) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias;
- (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;
- (iii) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e
- (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento).

(c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

## II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade ("Paraíso Fiscal").

### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

(a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

(b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15% (quinze por cento).

(c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

## II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

### CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

#### *4.23.2. Tributação Aplicável ao Fundo*

### IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

### CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira do Fundo e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

## **4.24. Mecanismos de Gerenciamento de Riscos**

O acompanhamento do risco das posições dos fundos administrados pela Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVMé realizado por uma estrutura on-line e outra off-line. A estrutura on-line visa a tornar mais ágil a simulação dos prováveis impactos das posições assumidas, bem como dos cenários vislumbrados pelos operadores sobre o desempenho dos portfólios. Assim, é possível que, em curto espaço de tempo, sejam tomadas as medidas de adequação eventualmente necessárias para enquadramento dos portfólios.

A estrutura off-line, centralizada no Banco Pactual S.A., é responsável pela consolidação das exposições, emissão de relatórios de VaR, simulação de cenários históricos, projetados e de ruptura ("stress"), e pelo desenvolvimento das ferramentas de análise e monitoramento de risco.

## **5. OS DIREITOS DE CRÉDITO**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

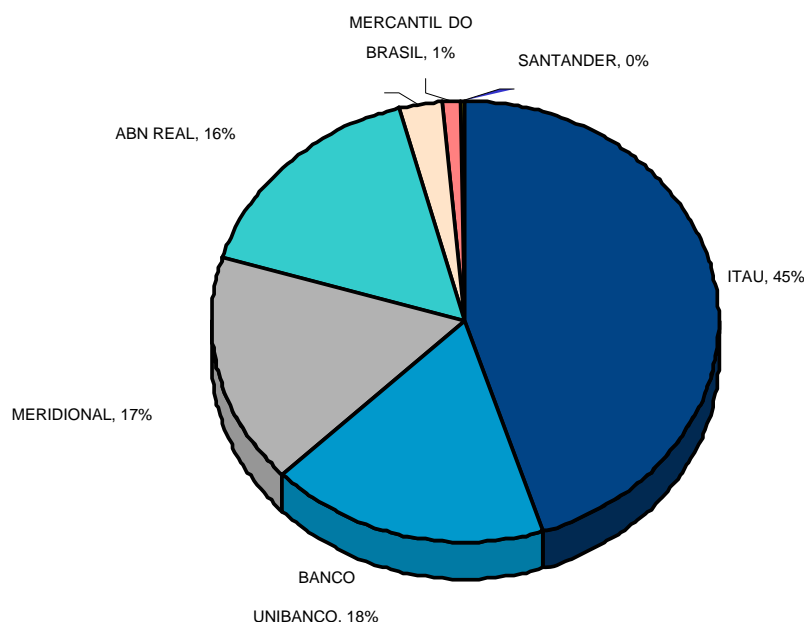
## OS DIREITOS DE CRÉDITO

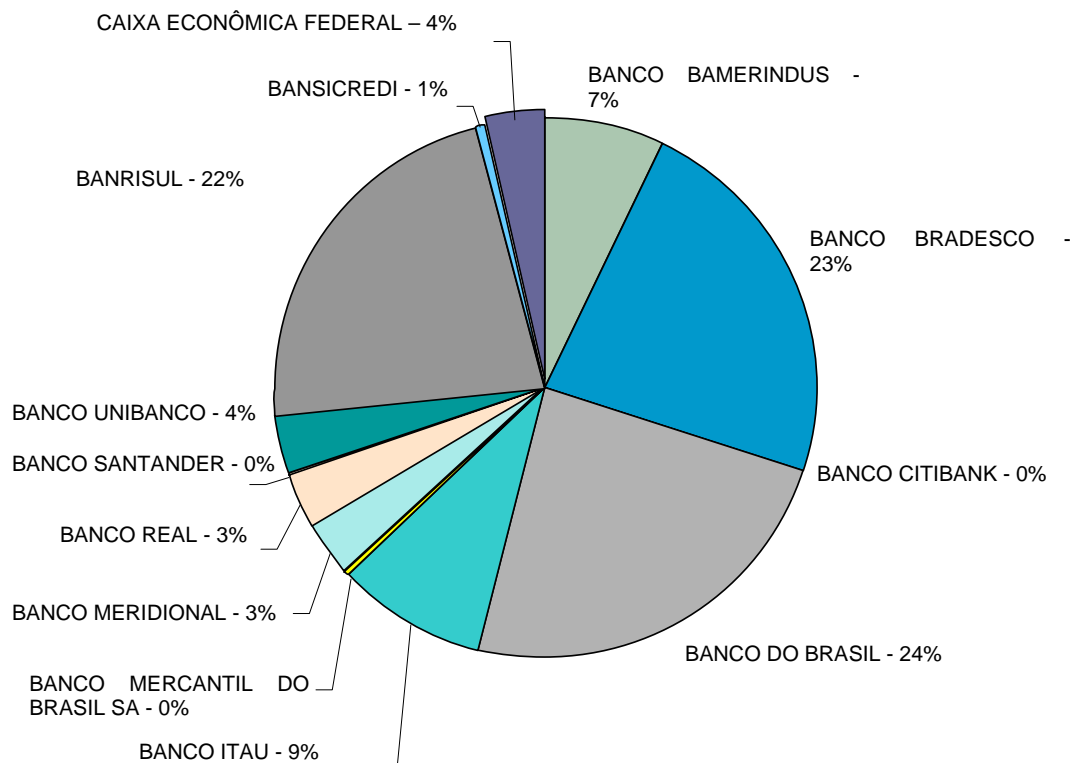
### 5.1. Introdução

A Cedente, na qualidade de empresa cindida da Companhia Estadual de Energia Elétrica, é concessionária de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 25 de outubro de 1999, e do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 17 de outubro de 2005, celebrados entre a Cedente e a União Federal, com a intermediação da ANEEL (“Contrato de Concessão”).

No âmbito de suas atividades de fornecimento de energia elétrica, a Antiga CEEE firmou e a Cedente firmará Contratos de Prestação de Serviço Público de Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores atendidos em alta e baixa tensão (doravante e conjuntamente denominados, respectivamente, “Contratos de Fornecimento” e “Consumidores”, sendo estes últimos denominados, individualmente, “Consumidor”), que estabelecem os termos e condições para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Os Contratos de Fornecimento celebrados pela Antiga CEEE foram transferidos à Cedente em virtude da cisão parcial da Antiga CEEE realizada em 27 de novembro de 2006.

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cederá ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, e observado o disposto na Cláusula Treze do Contrato de Cessão, a totalidade dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, em conformidade com Contrato de Concessão e com os Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à Cedente, nos termos dos Convênios de Arrecadação, listadas no Anexo I ao Contrato de Cessão, quais sejam, as indicadas no gráfico ilustrativo a seguir (respectivamente, “Instituições Arrecadoras” e “Direitos de Crédito” ou, individualmente, “Direito de Crédito”):

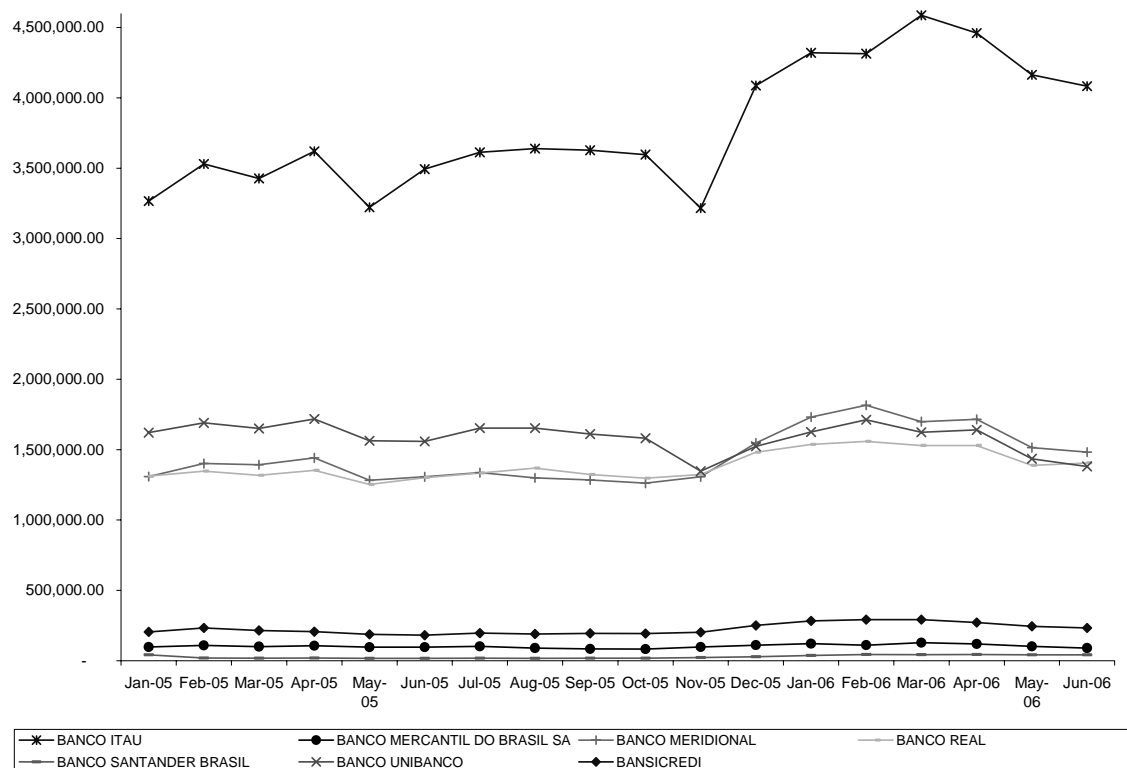




Atualmente, as seguintes instituições possuem convênio com a Companhia para a arrecadação de valores por meio de débito automático:

Os Direitos de Crédito de que trata o parágrafo acima abrangem, além dos Direitos de Crédito cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático, os direitos de crédito que venham a ser cadastrados, após a data de assinatura do Contrato de Cessão, para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadadoras, que serão automaticamente incorporados ao Contrato de Cessão e à definição de Direitos de Crédito.

Abaixo, segue gráfico demonstrativo da evolução do faturamento mensal por meio de Débito Automático das Instituições Arrecadoras:



Fonte: CEEE-D

Elaboração: Pactual

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente compromete-se, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder e transferir ao Fundo direitos de crédito adicionais sempre que o Índice de Cobertura a que se refere o item 4.17 deste Prospecto seja, em um Período de Disponibilidade, inferior a 200% (duzentos por cento). Nessa hipótese, conforme previsto na Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, serão cedidos e transferidos ao Fundo, até que seja recomposto integralmente o Índice de Cobertura, os seguintes direitos de crédito adicionais ("Direitos de Crédito Adicionais" e "Cessão Adicional"), observada, necessariamente, a ordem de prioridade abaixo:

- (i) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições arrecadoras conveniadas à Cedente indicadas no Anexo III ao Contrato de Cessão (individualmente "Instituição Arrecadora Elegível" e, conjuntamente, "Instituições Arrecadoras Elegíveis"), as quais, na ocorrência de Cessão Adicional, passarão a ser consideradas, para todos os fins do presente, Instituições Arrecadoras; e

- (ii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, a consumidores residenciais;
- (iii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, a consumidores comerciais e industriais;
- (iv) outros direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento.

Os Direitos de Crédito Adicionais a serem cedidos nos termos do subitem (i) do parágrafo acima serão selecionados pelo Administrador, em conformidade com proposta do Administrador aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo Onze do Regulamento do Fundo, ou, na hipótese de não aprovação da proposta do Administrador, em conformidade com proposta dos Quotistas aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado que a Cessão Adicional abrangerá sempre a totalidade dos direitos de crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito mantida na Instituição Arrecadadora Elegível responsável pela arrecadação dos Direitos de Crédito Adicionais selecionados.

Na hipótese de insuficiência dos Direitos de Crédito Adicionais cedidos nos termos do subitem (i) acima, a Cedente deverá enviar ao Administrador lista das instituições arrecadadoras responsáveis pelo recebimento dos Direitos de Crédito Adicionais (respectivamente, "Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático" e "Instituições Arrecadadoras dos Direitos de Crédito Adicionais Não Cadastrados para Débito Automático") e o correspondente volume de arrecadação, nos termos do modelo constante do Anexo XII ao Contrato de Cessão, observada a respectiva ordem de prioridade. Após o recebimento da referida lista pelo Administrador, será observado, *mutatis mutandi*, o disposto no parágrafo acima.

A Cedente poderá utilizar os Direitos de Crédito Adicionais, desde que seja assegurada ao Fundo prioridade sobre qualquer terceiro no recebimento (i) das Faturas de Energia relativas aos Direitos de Crédito e dos recursos provenientes das mesmas e (ii) dos Direitos de Crédito Adicionais e dos recursos deles provenientes; fazendo constar expressamente dos documentos relativos à cessão, transferência, alienação ou constituição de qualquer ônus sobre os direitos de créditos decorrentes dos serviços públicos prestados pela Cedente que venham a ser celebrados a partir da presente data, menção à cessão objeto do Contrato de Cessão e à prioridade ora referida.

Tendo em vista que a Cessão Adicional tem por objetivo recompor o nível mínimo do Índice de Cobertura, que corresponde a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade, conforme acordado entre a Cedente e o Fundo na presente data e refletido no Preço de Aquisição (conforme abaixo definido), não será devido qualquer valor adicional pelo Fundo à Cedente em virtude da Cessão Adicional.



Os Direitos de Crédito Adicionais serão considerados Direitos de Crédito, para todos os fins e efeitos do Regulamento e do Contrato de Cessão a partir da data do Termo de Cessão. Aplicar-se-ão aos Direitos de Crédito Adicionais, *mutatis mutandi*, todas as disposições do Contrato de Cessão e do Regulamento.

A Cessão Adicional de que trata este item 5.1. não prejudicará o direito dos Quotistas relacionado ao Evento de Avaliação referido no item 4.14.1. (iii) acima.

A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras e condições estabelecidas (a) no Contrato de Cessão, celebrado entre o Fundo e a Cedente, (b) no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e outras Avenças e (c) no Contrato de Custódia.

Tendo em vista que a Cedente é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, e, portanto, obrigada a desenvolver tal atividade em sua área de concessão, não existe política de crédito específica para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Não obstante, existem mecanismos por meio dos quais a Cedente pode suspender o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores que não efetuarem o pagamento das Faturas de Energia, voltando o fornecimento ao normal após sanado o inadimplemento pelos Consumidores.

## **5.2. Documentos Comprobatórios**

Os Direitos de Crédito são representados por faturas mensais de energia elétrica emitidas pela Cedente, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Concessão, contra os Consumidores e cadastradas para pagamento por meio de débito automático nas Instituições Arrecadoras (“Faturas de Energia” e, individualmente, “Fatura de Energia”) ou, após 3 (três) meses contados a partir de sua emissão, o registro eletrônico das Faturas de Energia. As Faturas de Energia referidas constituem documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos de Crédito (“Documentos Comprobatórios”).

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente obriga-se a manter os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo, observado ainda o disposto no Contrato de Custódia.

O Custodiante poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, auditoria na Cedente e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no Contrato de Custódia (para informações adicionais, vide os seguintes fatores de risco: “Regularidade dos Documentos Comprobatórios” e “Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente”).

### **5.3. Procedimentos de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos**

Os Direitos de Crédito Inadimplidos serão objeto de cobrança pelo Fundo, que contratou a Cedente para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito de responsabilidade dos Consumidores.

A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito Inadimplidos.

No segundo dia útil seguinte ao vencimento e não pagamento de qualquer Direito de Crédito integrante da carteira de investimentos do Cessionário, este acionará a Cedente para iniciar o processo de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos, em conformidade com as normas expedidas pelo Poder Concedente.

A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Concessão e nos Contratos de Fornecimento, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Inadimplidos sem a prévia anuência, por escrito, do Fundo.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos de Crédito e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo. A Cedente, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

Na cobrança dos Direitos de Crédito e/ou defesa dos direitos do Fundo decorrentes da aquisição dos direitos de crédito, o Administrador somente poderá utilizar, sem autorização prévia, recursos em valor correspondente a no máximo 1% (um por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, à época de decisão sobre adoção de qualquer medida relativa à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros. Caso o Fundo necessite de recursos em valor superior a 1% (um por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores, deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre as medidas a serem adotadas e o eventual aporte de recursos pelos Quotistas, para tomar medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo mediante autorização prévia da Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o disposto no item 4.12. deste Prospecto.

Ressalvado o disposto no parágrafo acima, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Quotistas, em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, a Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e/ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, sem qualquer dedução de impostos, taxas ou quaisquer outros valores.

O Custodiante não se responsabiliza pelo protesto de Direitos de Crédito ou pela inserção de nomes de devedores de Direitos de Crédito em cadastro de órgãos de proteção ao crédito.

#### **5.4. Vinculação dos Direitos de Crédito como garantia das obrigações da CEEE-D**

Em 30 de setembro de 2006, o valor das dívidas e obrigações garantidas pela vinculação de receita da Antiga CEEE, já considerado o valor a ser cedido ao Fundo, perfazia o montante correspondente a 68% (sessenta e oito por cento) de sua receita líquida, conforme critérios estabelecidos pela ANEEL.

**Em que pese a Cedente ser uma empresa proveniente da cisão da Antiga CEEE nas obrigações relacionadas à atividade de distribuição de energia elétrica, inclusive aquelas garantidas por vinculação de receitas, a Companhia entende que os valores por ela recebidos são suficientes para quitação das obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão.**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **6. CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

*Esta Seção traz um breve resumo dos termos e condições do Contrato de Cessão, mas sua leitura não substitui a leitura do Contrato de Cessão, anexo a este Prospecto.*

### **6.1. Cessão e Aquisição dos Direitos de Crédito**

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo a totalidade dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras (“Direitos de Crédito” ou, individualmente, “Direito de Crédito”).

Os Direitos de Crédito de que trata o parágrafo acima abrangem, além dos direitos de crédito cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático, os direitos de crédito que venham a ser cadastrados, após a data de assinatura do Contrato de Cessão, para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras, que serão automaticamente incorporados ao presente Contrato e à definição de Direitos de Crédito.

Os Direitos de Crédito ora cedidos e transferidos ao Fundo serão originados e formalizados no futuro e serão entregues ao Fundo ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, em conformidade com os itens 6.3. e 6.5. deste Prospecto, a partir da Data do Início da Entrega (conforme definido no item 6.3. abaixo) e até o pagamento da última parcela de amortização das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento. Os Direitos de Crédito cedidos nos termos do Contrato de Cessão são representados pelas Faturas de Energia, conforme definidas no item 5.1. deste Prospecto.

Conforme disposto no item 6.3. abaixo, uma parcela dos Direitos de Crédito é cedida ao Fundo de forma incondicionada (“Cessão Incondicionada”), sendo a parcela restante dos Direitos de Crédito cedida ao Fundo sob condição suspensiva (“Cessão sob Condição Suspensiva”), ficando sua eficácia sujeita à verificação das condições de que trata o item 6.4. abaixo (“Condições Suspensivas” ou, quando referidas individualmente, “Condição Suspensiva”).

Independentemente de uma parcela dos Direitos de Crédito ser cedida de forma incondicionada e de a parcela restante ser cedida sob condição suspensiva, para todos os fins e efeitos de direito, a cessão abrange a totalidade dos Direitos de Crédito, os quais ficam, por esta razão, vinculados ao Contrato de Cessão e indisponíveis, em caráter irrevogável e irretratável, até o término da vigência do Contrato de Cessão.

A Cedente não responde pela solvência dos Consumidores, mas apenas pela correta constituição dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão e, quando constituídos, pela sua existência, liquidez e certeza.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, serão considerados entregues pela Cedente ao Fundo ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos durante a vigência do Contrato de Cessão, observados os procedimentos de formalização da entrega estabelecidos nos itens 6.3. e 6.5. deste Prospecto.

Pela cessão objeto do Contrato de Cessão, que abrange a Cessão Incondicionada, a Cessão sob Condição Suspensiva, e eventual Cessão Adicional, o Cessionário pagará à Cedente o preço de aquisição estabelecido no Contrato de Cessão ("Preço de Aquisição").

O Preço de Aquisição será pago pelo Fundo à Cedente até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores ("Data de Pagamento do Preço de Aquisição"), desde que a Cedente tenha entregado ao Administrador comprovante da celebração dos Aditamentos com as Instituições Arrecadoras.

O Preço de Aquisição equivale ao Preço de Emissão das Quotas Seniores do Fundo multiplicado pelo número de Quotas Seniores emitidas. O Fundo tem como obrigações o pagamento dos encargos de sua responsabilidade (tais como alguns prestadores de serviços), bem como o resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas (incluindo a remuneração) ("Valor Total Devido"). Por essa razão, serão entregues efetivamente ao Fundo, ou seja, serão objeto da Cessão Incondicionada, Direitos de Crédito em valor necessário ao pagamento do Valor Total Devido. Assim, o desconto aplicado na aquisição dos Direitos de Crédito corresponderá ao Valor Total Devido subtraído do Preço de Aquisição.

É importante destacar que, embora o Fundo adquira Direitos de Crédito em montante superior ao Valor Total Devido, o montante adicional de Direitos de Crédito (cedido ao Fundo sob Condição Suspensiva) é cedido ao Fundo com o objetivo de garantir o pagamento a que farão jus os Quotistas. Assim, ainda que se verifique uma Condição Suspensiva, os recursos que excederem o montante necessário ao pagamento do Valor Total Devido serão restituídos à Cedente. Por essa razão, esses Direitos de Crédito não são considerados para os fins de cálculo da taxa de desconto.

## **6.2. Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito**

Somente poderão ser entregues pela CEEE-D e transferidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, Direitos de Crédito que (i) sejam decorrentes do fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos dos Contratos de Fornecimento; (ii) sejam representados por Faturas de Energia; e (iii) cujas Faturas de Energia estejam cadastradas para débito automático nas Instituições Arrecadoras ou, conforme o caso, nas Instituições Arrecadoras Elegíveis.



O critério de elegibilidade de que trata o item (iii) do parágrafo acima não será aplicável nas seguintes hipóteses de cessão de Direitos de Crédito Adicionais: (i) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, a consumidores residenciais; (ii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, a consumidores comerciais e industriais; e (iii) outros direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento.

Os requisitos ora indicados constituem os critérios de elegibilidade dos Direitos de Créditos, cabendo ao Custodiante a verificação do atendimento ao critério de elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pela Cedente ao Fundo, com base nas informações contidas na Lista de Direitos de Crédito Disponíveis, conforme definida no item abaixo.

### **6.3. Procedimentos de Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo**

#### *6.3.1. Entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo*

A partir da data de início da entrega prevista no Suplemento ao Regulamento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), tão logo sejam constituídos, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, eventualmente, na hipótese de ocorrência de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

As entregas de Direitos de Crédito ao Fundo serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores. Para fins de entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo, o período compreendido entre o dia 21 (vinte e um) de cada mês civil, inclusive, e o dia 21 (vinte e um) do mês imediatamente subsequente, exclusive, será considerado um "Período de Disponibilidade". Em cada dia útil a partir da Data de Início da Entrega ("cada, uma Data de Disponibilização"), a Cedente deverá disponibilizar ao Custodiante, por meio de arquivo eletrônico e na forma do Anexo IV ao Contrato de Cessão, uma lista contendo os dados das Faturas de Energia que serão pagas por meio de débito automático ou, na hipótese de Cessão Adicional, contendo os dados das Faturas de Energia relacionadas aos Direitos de Crédito Adicionais ("Lista de Direitos de Crédito Disponíveis").

A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") será calculada pelo Administrador e informada à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento no dia útil anterior ao início de cada Período de Disponibilidade, conforme item 6.3.2. abaixo.

Os Direitos de Crédito da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis serão considerados objeto da Cessão Incondicionada e, conseqüentemente, de propriedade do Fundo, por ordem cronológica de vencimento, até que totalizem a Quantidade Mínima Mensal. Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os demais Direitos de Crédito entregues no mesmo Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo. Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

O Custodiante verificará se os Direitos de Crédito constantes da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis atendem aos Critérios de Elegibilidade (conforme abaixo definido). O Custodiante será responsável ainda por identificar, em cada Data de Disponibilização, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, devendo disponibilizar, por meio de seu *website*, ao Administrador e ao Agente de Recebimento, diariamente, Relatório de Entrega indicando quais Direitos de Crédito foram efetivamente transferidos ao Fundo. O Relatório de Entrega consolidado, com a posição de todos os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva em um dado Período de Disponibilidade, será disponibilizado pelo Custodiante, por meio de seu *website*, ao Administrador e ao Agente de Recebimento, no último dia útil do Período de Disponibilidade em referência.

A transferência ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, quando for o caso, dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, independe do Relatório de Entrega, que vale como comprovação da transferência de tais Direitos de Crédito ao Fundo, mas não é condição para a sua efetivação.

A seleção e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo será considerada concluída em cada Data de Disponibilização em que tenha sido verificado pelo Custodiante o atendimento aos Critérios de Elegibilidade (cada Data de Disponibilização em que haja seleção e entrega efetiva de Direitos de Crédito, uma “Data de Entrega”).

Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do item 6.4. abaixo.

Fica desde já estabelecido que, na ocorrência de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados, para todos os fins do Contrato de Cessão, como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

### 6.3.2. Cálculo da Quantidade Mínima Mensal

O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal, na Data de Apuração, e por informá-la à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i + \Delta RA_p$$

onde:

i = cada Período de Disponibilidade;

$A_i$  = Montante calculado conforme disposto no item 4.10.3. deste Prospecto para o Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$C_i$  = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade i.

$RA_i$  = Reserva de Amortização (conforme definida no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$D_i$  = Recursos Livres (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$  = Diferença positiva entre a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade i. Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$  = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade i+3 e a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i. Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

Para fins de cálculo dos valores dos Direitos de Crédito que serão entregues ao Fundo, os Direitos de Crédito serão considerados por 98% (noventa e oito por cento) do seu valor de face, ou seja, do valor consubstanciado na respectiva Fatura de Energia. Os 2% (dois por cento) restantes serão considerados como valores (i) da Contribuição para Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional n.º 39, de 2002; e/ou (ii) de doações realizadas a entidades de assistência e/ou utilizada pública; e/ou (iii) de quaisquer taxas relacionadas a ou incidentes sobre o consumo de energia elétrica, instituídas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Público ou pela ANEEL ("Cobranças de Terceiros") e não serão objeto de Cessão Incondicionada ou de Cessão Condicionada, devendo ser os recursos a eles correspondentes transferidos pelo Agente de Recebimento à Cedente, por meio de depósito na Conta Autorizada da Cedente.

#### **6.4. Procedimentos Aplicáveis Quando da Verificação de Condições Suspensivas**

São consideradas, cada uma das seguintes ocorrências, os “Eventos de Revisão”, para fins do Contrato de Cessão:

- (i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que esta seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (a) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (b) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- (ii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no item 4.17. deste Prospecto) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;
- (iii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no Regulamento) seja inferior a 200% (duzentos por cento) em qualquer Período de Disponibilidade;
- (iv) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (v), (vi), (vii) e (viii) abaixo;
- (v) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos do item 6.3. deste Prospecto, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cessão quanto à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (x) do item 10.1. da Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
- (viii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação de ceder Direitos de Crédito Adicionais, e/ou de apresentar, quando exigido nos termos do Contrato de Cessão, Aditamento celebrados com as Instituições Arrecadoras Elegíveis ou com as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático, na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão;
- (ix) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- (x) Alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;

- (xi) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (a) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (b) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (c) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (d) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (e) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (f) operações de arrendamento mercantil; (g) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (h) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (i) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (j) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (l) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;
- (xii) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia;
- (xiii) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento;
- (xiv) deliberação, pelos titulares das Quotas Seniores, da liquidação antecipada do Fundo;
- (xv) rescisão ou rescisão do Contrato de Cessão;
- (xvi) intervenção do Poder Concedente na concessão da Cedente para a prestação de serviços públicos relacionados a energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão; e
- (xvii) ajuizamento de pedido de falência ou concordada envolvendo a Cedente, bem como processamento de recuperação judicial ou plano de recuperação extrajudicial.

A realização, pela Cedente da cisão que ocorreu em 27 de novembro de 2006 visando à implementação do processo de desverticalização exigido pela Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, bem como a alteração do objeto social da Cedente decorrente exclusivamente do processo de desverticalização acima referido, não será considerada Evento de Revisão desde que atenda, cumulativamente, às seguintes condições: (i) a Cedente tenha obtido autorização e anuência da ANEEL e das instituições financeiras com as quais a Cedente tenha celebrado contratos que exijam tal aprovação; (ii) nenhum Evento de Revisão previsto acima esteja em curso; (iii) a desverticalização ocorra no âmbito da Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004; e (iv) em decorrência da desverticalização, sejam transferidos do ativo imobilizado da Cedente os ativos por ela detidos na data em que ocorrer a desverticalização, relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

A Cedente deverá notificar o Administrador e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima de que tenha conhecimento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua ocorrência. Dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da data em que o Administrador tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão, as Partes deverão reunir-se na sede do Administrador e deliberar sobre os impactos do Evento de Revisão em questão, devendo discutir uma solução para sanar eventuais impactos negativos do referido Evento de Revisão.

Na Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que deverá ser convocada pelo Administrador, quando da ocorrência de qualquer Evento de Revisão (i) deverão ser apresentados aos quotistas do Fundo os fatos discutidos na referida reunião e (ii) deverá ser decidido se o Evento de Revisão em questão será considerado um evento de liquidação do Fundo, nos termos do item 4.14. deste Prospecto.

Caso (i) as Partes não cheguem a um acordo para sanar os impactos adversos do Evento de Revisão e/ou (ii) a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo decida que o Evento de Revisão constitui evento de liquidação do Fundo, o Contrato de Cessão será automaticamente rescindido, sem nenhum ônus para qualquer das Partes. Na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão, em decorrência do disposto neste item, a Parte que estiver rescindindo tal Contrato deverá notificar a outra Parte, imediatamente e por escrito. A rescisão do Contrato de Cessão não eximirá as Partes do integral e pontual cumprimento das obrigações que até então as Partes tiverem assumido nos termos do Contrato de Cessão, assim como não prejudicará o direito das Partes de exigir o cumprimento de tais obrigações.

Cada um dos Eventos de Revisão referidos nos subitens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xiii), (xiv), (xv), (xvi) e (xvii) acima é considerado, para todos os fins e efeitos de direito e do Contrato de Cessão, uma Condição Suspensiva. Na verificação da ocorrência de qualquer Condição Suspensiva, o Administrador deverá adotar, além das providências referidas no item 4.14. deste Prospecto, as providências descritas no parágrafo abaixo.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva serão imediatamente transferidos da Cedente para o Fundo, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente. Serão aplicadas à transferência e entrega dos Direitos de Crédito objeto da cessão sob Condição Suspensiva, no que couber, as disposições dos itens 6.3. e 6.5. deste Prospecto.

Nessa hipótese, o Agente de Recebimento, mediante comunicação recebida do Administrador, entregará ao Fundo a totalidade dos valores creditados na Conta Transitória em virtude do pagamento dos Direitos de Crédito para a Conta Autorizada do Fundo, em cada Período de Disponibilidade. O Administrador deverá aplicar os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito cujo valor exceda à Quantidade Mínima Mensal no investimento em ativos financeiros disponíveis no mercado, de acordo com a política de investimento descrita no item 4.8. deste Prospecto até que haja deliberação pelos titulares das Quotas do Fundo. Caso os titulares das Quotas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas realizada nos termos do Regulamento, deliberem pela liquidação do Fundo, os recursos deverão ser aplicados no resgate das Quotas Seniores e, caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem pela não liquidação do Fundo, os recursos serão aplicados na amortização de Quotas Subordinadas. Os Direitos de Crédito que venham a ser entregues ao Fundo serão considerados como entregas antecipadas de Direitos de Crédito cedidos pela Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

Independentemente do disposto acima para a ocorrência de condição suspensiva, a Cedente permanecerá obrigada a entregar Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão até a amortização integral das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem, em Assembléia Geral de Quotistas realizada nos termos do Regulamento, pela continuidade do Fundo, a Quantidade Mínima Mensal voltará a ser calculada conforme item 6.3.2. deste Prospecto, a partir do mês subsequente à regularização do Evento de Revisão que constituiu a Condição Suspensiva e desde que o Contrato de Cessão não tenha sido rescindido.

O exercício pelo Administrador da faculdade referida acima, quando da ocorrência de Condição Suspensiva, não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação das penalidades previstas no Contrato de Cessão.

A alteração do disposto quanto aos Eventos de Revisão e da Verificação de Condição Suspensiva depende de prévia e expressa aprovação das Partes, bem como da prévia ciência e aprovação dos titulares das Quotas Seniores do Fundo, nos termos do Regulamento do Fundo. Para tanto, o Administrador compromete-se a comunicar previamente ao representante dos titulares das Quotas Seniores do Fundo, se houver, assim como convocar uma Assembléia Geral de Quotistas do Fundo para deliberar acerca deste tema.

Caso após (i) a ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a consequente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva; (ii) o pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) o pagamento ou a constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo, será considerada resolvida a cessão dos Direitos de Crédito que permanecerem no patrimônio do Fundo, os quais serão automaticamente transferidos à Cedente.

Na hipótese de que trata o parágrafo acima, os recursos oriundos dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida que estiverem depositados na Conta Transitória (excluídos os valores da reserva para pagamento das despesas acima referidas) deverão ser imediatamente transferidos para as Contas Autorizadas da Cedente.

## **6.5. Procedimentos de Pagamento dos Direitos de Crédito**

A partir da Data de Início da Entrega e até o pagamento integral das Quotas Seniores, a Cedente deve assegurar que a totalidade dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito seja direcionada para a Conta Transitória.

O direcionamento dos recebimentos dos Direitos de Crédito para a Conta Transitória será realizado nos termos dos Convênios e respectivos aditivos celebrados entre a Cedente e as Instituições Arrecadoras. A Conta Transitória será movimentada pelo Agente de Recebimento, observado o disposto neste item do Prospecto e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo, o Banrisul e a Cedente.

Na hipótese de cessão de Direitos de Crédito Adicionais, nos termos item 5.1. acima, a Cedente deve assegurar que as Instituições Arrecadoras Elegíveis e, se for o caso, as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Adicionais Não Cadastrados para Débito Automático direcionem a totalidade dos valores dos Direitos de Crédito Adicionais para a Conta Transitória.

Tendo em vista que, até o advento de uma Condição Suspensiva, o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada pertencerá ao Fundo e o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva pertencerá à Cedente, os recursos recebidos na Conta Transitória, serão creditados pelo Agente de Recebimento, respectivamente, na Conta Autorizada do Fundo e na Conta Autorizada da Cedente, estritamente de acordo com o disposto neste item do prospecto e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

O Agente de Recebimento transferirá da Conta Transitória para Conta Autorizada do Fundo, no dia útil imediatamente seguinte ao de seu recebimento ("Data de Transferência"), em recursos imediatamente disponíveis, os valores creditados na Conta Transitória referente ao pagamento de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada, excluído o valor das Cobranças de Terceiros.

O Administrador será responsável pelo cálculo do montante a ser transferido para a Conta Autorizada do Fundo, que será realizado em cada Data de Apuração, nos termos do item 6.3. deste Prospecto, devendo informá-lo à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento na mesma data do cálculo.

O Agente de Recebimento entregará ao Administrador, com cópia para o Custodiante e para a Cedente, por meio eletrônico, em cada Data de Transferência, relatório de transferência de recursos, com indicação do montante financeiro dos Direitos de Crédito transferidos ao Fundo naquela data.

O saldo da Conta Transitória não transferido para a Conta Autorizada do Fundo em cada Data de Transferência corresponde aos Direitos de Crédito cedidos sob Condição Suspensiva e às Cobranças de Terceiros e, não tendo sido verificada qualquer das Condições Suspensivas, será transferido pelo Agente de Recebimento, em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis, para a Conta Autorizada da Cedente, no dia útil imediatamente seguinte a seu recebimento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

O Agente de Recebimento manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer momento, dos pagamentos dos Direitos de Crédito recebidos na Conta Transitória que forem transferidos para a Conta Autorizada do Fundo e para a Conta Autorizada da Cedente.

O recebimento, pelo Agente de Recebimento, da totalidade dos valores representados pelos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva na Conta Transitória será suficiente e valerá como prova da quitação para os Consumidores com relação aos pagamentos devidos.



## **7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

### **7.1. Introdução**

Em 31 de maio de 2006, o MME aprovou o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - PDEE 2006-2015, por meio da Portaria nº 121, o qual estabelece critérios para a expansão do sistema de energia elétrica brasileiro relativo aos mercados de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica para o período compreendido entre os anos de 2006 e 2015.

O PDEE visa à expansão do SIN por meio de um planejamento que oriente as ações governamentais futuras e forneça uma correta sinalização a todos os agentes do setor elétrico brasileiro, a fim de garantir o suprimento de energia de forma sustentável para o meio ambiente, a minimização dos custos totais, os quais incluem os custos sócio-ambientais e os custos de operação, e a alocação eficiente dos investimentos, base para modicidade tarifária futura.

Os estudos de planejamento feitos pelo PDEE abrangem o horizonte dos próximos dez anos, sendo objeto de revisões anuais que considerarão, entre outras, as mudanças nas previsões de crescimento do consumo de energia elétrica e as reavaliações da economicidade e viabilidade dos projetos de geração.

De acordo com estudos realizados em razão da elaboração do PDEE em dezembro de 2005, considerando o parque gerador existente, as interligações internacionais já em operação e ainda a parcela de energia da Itaipu importada do Paraguai, o Brasil tinha capacidade instalada de 102,9 GW, dos quais aproximadamente 70,23% correspondiam à geração hidrelétrica, 19,85% à geração termelétrica (gás natural, petróleo, biomassa, e carvão mineral), 1,95% à energia nuclear, 0,03% à energia eólica, e 7,94% à importação de energia elétrica pelo SIN.

Com objetivo de alcançar expressiva redução da CCC Sistemas Isolados, o PDEE contempla ainda a integração dos sistemas isolados ao SIN, por intermédio da construção das linhas de transmissão Jauru/Vilhena, em 230kV, Tucuruí/Manaus (Cariri), em 500kV, e Jurapari/Macapá, em 230kV, no menor prazo possível, tendo em vista que as análises econômicas para a implementação projeto de integração já foram efetuadas.

Atualmente, o SIN é dividido em quatro subsistemas elétricos: Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. O PDEE objetiva também a integração dos sistemas isolados Acre-Rondônia e Manaus-Macapá aos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste até janeiro de 2012.

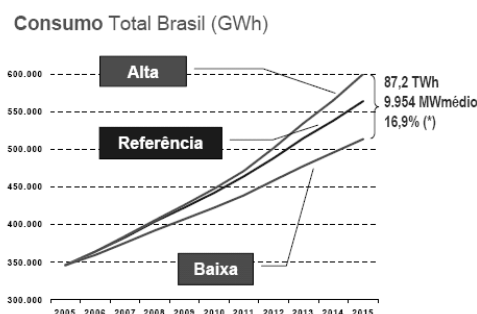
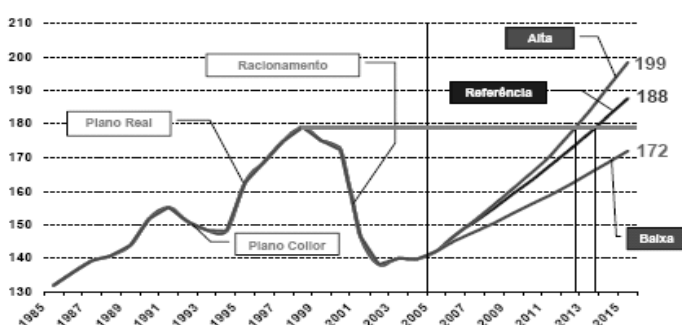
Além da integração dos sistemas isolados, o PDEE também prevê, para a expansão da geração de energia elétrica, a repotenciação, definida pela PDEE como a execução de um conjunto de obras que visam à geração de potência e rendimento, e à modernização das usinas existentes, o que, embora possa não representar muito em termos de energia assegurada, contribuirá para o atendimento do crescimento da demanda máxima de energia prevista.

Atualmente, o Brasil possui 149 empreendimentos hidrelétricos, totalizando 69,6 GW, e 870 empreendimentos termelétricos, totalizando 19,7 GW. Muitas dessas usinas já estão em operação há mais de 25 anos e, por este motivo, faz-se necessária a adoção de medidas que busquem a extensão de sua vida útil, a melhoria de seu desempenho, a diminuição da manutenção, o aumento da confiabilidade e a simplificação da operação de tais empreendimentos.

Aproximadamente 42% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil é atualmente de propriedade da Eletrobrás, empresa controlada pelo Governo Federal. Por meio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é responsável ainda por 70% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia, tais como a CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, dentre outras.

Com relação à capacidade instalada das empresas privadas, em 2005, estas detinham, respectivamente, em termos de capacidade total, 25%, 72% e 11% do mercado de geração, distribuição e transmissão (rede básica).

Alguns gráficos e tabelas de consumo podem ser avaliados na análise do desempenho do consumo no setor de energia elétrica brasileiro. Abaixo, podemos observar dois gráficos, um relacionado ao consumo por consumidor residencial e outro ao consumo total em GWh. Ainda pode ser vista a tabela com previsões do mercado de consumo no setor.



Período	Trajetória		
	Referência	Alta	Baixa
Consumo (TWh) (*)			
2005	373,5	373,5	373,5
2010	483,5	489,7	462,1
2015	617,7	657,8	563,3
Variação (% ao ano)			
2005-2010	5,3	5,6	4,4
2010-2015	5,0	6,1	4,0
2005-2015	5,2	5,8	4,2
Elasticidade-Renda			
2005-2010	1,32	1,24	1,45
2010-2015	1,14	1,07	1,19
2005-2015	1,23	1,14	1,31

## 7.2. Histórico da regulamentação

A Constituição brasileira prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou, indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor elétrico brasileiro foi explorado principalmente por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal. Nos últimos anos, no entanto, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico. Em geral, essas medidas visavam ao aumento do investimento privado e à eliminação das restrições aos investimentos estrangeiros, ampliando, por conseguinte, a concorrência como um todo no setor elétrico. Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

Em 13 de fevereiro de 1995, foi promulgada a Lei de Concessões, e, em 7 de julho de 1995, a Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica que, em conjunto, (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) gradualmente permitiram que certos consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados consumidores livres, adquirissem energia elétrica diretamente de fornecedores concessionários, permissionários ou autorizados; (iii) disciplinaram a criação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a consumidores livres, distribuidoras e comercializadores, entre outros; (iv) concederam aos consumidores livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações, para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade de 1 MW a 30 MW, as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Em 15 de agosto de 1995, por meio de uma Emenda Constitucional n.º 06, permitiu-se o investimento estrangeiro no aproveitamento de potenciais de energia hidráulica, sendo a autorização ou a concessão para exploração desses potenciais outorgada a empresas brasileiras ou constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração situadas no Brasil.

Além disso, a partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás e por vários Estados foi vendida a investidores privados. Paralelamente, alguns Governos Estaduais também venderam suas participações em importantes distribuidoras.

Em 27 de maio de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor. A Lei do Setor Elétrico dispôs sobre as seguintes matérias: (i) criação de um órgão auto-regulado responsável pela operação do mercado atacadista de energia elétrica e pela determinação dos preços de curto prazo, o MAE, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados (o Mercado citado foi posteriormente substituído pela CCEE); (ii) exigência de que as distribuidoras e geradoras firmassem os Contratos Iniciais, via de regra compromissos de *Take-or-Pay*, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais é assegurar que as distribuidoras tenham acesso a fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantam uma taxa de retorno fixa às geradoras de energia elétrica durante o período de transição que culminará no estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo; (iii) criação do ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do SIN; e (iv) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica.

Em 2001, o país enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Em consequência, o Governo Federal implementou medidas que incluíram: (i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e (ii) a criação da GCE, que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo Programa do Racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia elétrica, pois as metas de redução de consumo para as classes residenciais e industriais chegavam a 20%.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta, graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios, e da redução moderada da demanda. A economia de energia durante o período em que o racionamento esteve em vigor foi de 26 mil MWh, incluindo a redução no consumo registrada na Região Norte, que saiu do racionamento no dia 1º de janeiro. O total de energia economizada correspondeu ao consumo, durante um ano, de 7,2 milhões de residências, as quais gastam, em média, 300 KWh por mês.

Em 26 de abril de 2002, a com a promulgação da Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico, novas medidas, dentre as quais o estabelecimento de regras relativas às metas para universalização dos serviços públicos de energia elétrica a serem cumpridas pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; de previsão da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE para compensação de perdas financeiras às distribuidoras, provenientes do racionamento; de diretrizes para o enquadramento de consumidores na subclasse Residencial Baixa Renda, bem como a criação do PROINFA e da CDE.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo por meta proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por diversos decretos editados pelo Governo Federal em julho e agosto de 2004 e continua sujeita a regulamentação adicional a ser editada no futuro. Para obter informações adicionais sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, veja " Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico".

Em 30 de julho de 2004, os principais aspectos relativos à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e à comercialização de energia elétrica foram regulamentados por decreto presidencial. Ainda, no mês de agosto do mesmo ano, foram promulgados os demais decretos presidenciais regulando a constituição da CCEE, CMSE e da EPE.

### **7.3. Concessões**

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representante do Poder Concedente. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada discricionariamente pelo Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir para a prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida, abaixo:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.
- *Servidões.* O Poder Concedente pode declarar os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.
- *Responsabilidade Objetiva.* A concessionária é responsável por todos os danos diretos ou indiretos resultantes da prestação de seus serviços.
- *Mudanças no controle societário.* O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.

- *Intervenção do Poder Concedente.* O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias após a data do decreto, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária direito de ampla defesa. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa-se a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária, caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tiver expirado.
- *Extinção.* A extinção da concessão poderá ser determinada por meio de encampação e/ou caducidade e/ou rescisão do contrato. A encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por razões relativas ao interesse público que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica.

A caducidade consiste na declaração pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando a falha da concessionária em (i) cumprir adequadamente com suas obrigações estipuladas no contrato de concessão; (ii) não ter mais a capacidade técnica, financeira ou econômica de prestar o serviço de forma adequada; ou (iii) não cumprir as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. Além disso, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados. Por fim, a rescisão contratual pode ser feita de comum acordo entre as partes ou em decorrência de decisão judicial irrecorrível, proferida em processo proposto pelo concessionário.

- *Advento do termo contratual.* Quando do advento do termo contratual, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica serão revertidos ao Poder Concedente. Assim como na encampação e na caducidade, o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

#### **7.4. Constituição de Garantias Financeiras**

A Lei n.º 10.604, de 17 de dezembro de 2002, estabeleceu que as concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica somente poderão oferecer os direitos emergentes e qualquer outro ativo vinculado à prestação de serviço público, em garantia de empréstimo, financiamento ou qualquer outra operação vinculada ao objeto da respectiva concessão e, excepcionalmente, poderão oferecer garantias a financiamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica de que participem direta ou indiretamente, outorgados antes da vigência da lei em questão.

A Resolução ANEEL n.º 521, de 17 de setembro de 2002, determinou que as concessionárias de serviço público de energia elétrica interessadas em constituir garantias em favor de empreendimentos de geração de energia elétrica, com outorga já concedida, encaminhem solicitação de autorização à ANEEL, indicando o valor, o prazo e demais condições da operação. As referidas garantias somente poderão ser constituídas para lastrear financiamento dos bens e serviços destinados à implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que se trata e desde que esses pertençam ao mesmo grupo controlador da concessionária de serviço público de energia elétrica garantidora.

Os agentes integrantes da CCEE deverão apresentar garantias financeiras com o objetivo de dar segurança ao mercado de energia elétrica, minimizando o risco de inadimplência no processo de liquidação financeira da energia vendida na CCEE.

Em 28 de fevereiro de 2005, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa n.º 150, de 28 de fevereiro de 2005, que altera a forma de cálculo das garantias financeiras previstas na comercialização de energia elétrica. Os novos critérios instituídos por essa resolução, no que concerne à comercialização, levam em conta a apuração dos três últimos saldos devedores por empresa, nos 24 meses precedentes à contabilização das transações de compra e venda de energia na CCEE. Períodos atípicos como os de racionamento e os de redução, em níveis críticos, da capacidade de armazenamento dos reservatórios de usinas hidrelétricas não serão considerados no histórico desses 24 meses de contabilização. A ANEEL já sinalizou que está analisando uma proposta de regra de mercado com a caracterização definitiva dos períodos atípicos.

## **7.5. Penalidades**

A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos operadores do setor elétrico, define as condutas que configuram violação da lei e classifica as pertinentes penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos licitatórios para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até 2% (dois por cento) da receita oriunda da venda de energia elétrica e prestação de serviços (deduzidos o ICMS e o ISS) das concessionárias verificada no período de 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Determinadas infrações, que podem resultar em multas, referem-se à falha das concessionárias em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL em relação a certas condutas, tais como:

- (i) celebração de contratos entre partes relacionadas;
- (ii) venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados, bem como dação dos ativos em garantia, em especial na concessão de aval, fiança, penhor, hipoteca ou qualquer outro comprometimento do patrimônio relacionado à concessão ou permissão ou à receita dos serviços de energia elétrica; e
- (iii) proceder a alteração do estatuto social, transferir ações que implique a mudança de seu controle acionário, assim como efetuar reestruturação societária da concessionária.

## **7.6. Principais Entidades Regulatórias**

### *7.6.1. Ministério de Minas e Energia*

O MME é o principal órgão regulador do setor energético do Governo Federal, atuando como Poder Concedente em nome do governo federal, e tendo como principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Subseqüentemente à aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumiu certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica.



#### *7.6.2. ANEEL*

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, autarquia federal autônoma. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as principais responsabilidades da ANEEL passaram a ser (i) regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e (ii) responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras, (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

#### *7.6.3. Conselho Nacional de Política Energética - CNPE*

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para o desenvolvimento e criação da política nacional de energia. Presidido pelo MME, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. Sua finalidade consiste em otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

#### *7.6.4. ONS*

O ONS foi criado em 1998 e se caracteriza como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, formada pelos consumidores livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico conferiu ao Governo Federal poderes para indicar três membros da Diretoria do ONS. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento da operação da geração e transmissão; (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais; (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica (propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão); (v) proposição de normas relativas à operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL; e (vi) a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

#### *7.6.5. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE*

A CCEE é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob regulamentação e fiscalização da ANEEL. Uma das atribuições da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, conduzindo os leilões públicos de energia elétrica no Ambiente Regulado. Ainda, é também responsável, entre outras coisas, (i) pelo registro de todos os CCEARs, dos contratos resultantes dos leilões de ajustes de mercado, bem como do volume de energia contratado no Ambiente Livre, e (ii) pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo e das diferenças referentes aos contratos bilaterais registrados.

A CCEE é composta por detentores de concessões, permissões e autorizações do setor elétrico, bem como por Consumidores Livres e consumidores que adquirem energia por meio de fonte solar, eólica e biomassa, e o seu Conselho de Administração é formado por quatro membros, nomeados por tais agentes, e por um membro nomeado pelo MME, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o cálculo do preço da energia elétrica comprada ou vendida no mercado spot (Preço de Liquidação de Diferenças – PLD) é de responsabilidade da CCEE que leva em conta, dentre outros fatores, (i) a otimização do uso dos recursos eletroenergéticos para atendimento das cargas do sistema, (ii) as necessidades de energia elétrica dos agentes e (iii) o custo do déficit de energia elétrica.

Em 26 de outubro de 2004, por meio da Resolução Normativa n.º 109, a ANEEL instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE, dispondo, entre outros assuntos, sobre as obrigações e direitos dos agentes da CCEE, a forma de solução dos conflitos, as condições de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente livre e o processo de contabilização e liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo.

#### *7.6.6. Empresa de Pesquisa Energética – EPE*

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal criou a EPE e aprovou o seu estatuto social por meio do Decreto n.º 5.189. A EPE é uma empresa pública federal, cuja autorização para criação foi concedida pela Lei n.º 10.847, de 15 de março de 2004, sendo responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

#### *7.6.7. Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE*

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que cria o CMSE, que será presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE são (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

### **7.7. Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico**

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- (i) criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidores, de forma a garantir o fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, o Ambiente de Contratação Regulada; e (ii) um mercado especificamente destinado aos demais agentes do setor elétrico (por exemplo, produtores independentes, consumidores livres e agentes comercializadores), que permitirá um certo grau de competição em relação ao Ambiente de Contratação Regulada, denominado Ambiente de Contratação Livre;
- (ii) restrição de atividades para distribuidoras, de modo a assegurar que as distribuidoras se concentrem exclusivamente na prestação do serviço público de distribuição, para garantir um serviço mais eficiente e confiável aos consumidores cativos;

- (iii) eliminação do direito à chamada auto-contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis, ao invés de adquirir energia elétrica de partes a ela relacionadas; e
- (iv) respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

#### *7.7.1. Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico tem, atualmente, sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal. O Governo Federal recorreu argüindo que as Ações Diretas de Inconstitucionalidade haviam perdido o objeto uma vez que a Medida Provisória que estabelecia o novo modelo do setor elétrico já havia se convertido em lei. A decisão final sobre o mérito da questão depende dos votos da maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão cujo *quorum* mínimo seja de oito Ministros. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, enquanto isso, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal, espera-se que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição de atividades não atinentes à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, de venda de energia elétrica para consumidores livres e a eliminação do direito à auto-contratação, continuem em vigor.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

#### *7.7.2. Ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica*

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica serão realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de licitações, de toda a energia elétrica que for necessária para fornecimento a seus consumidores cativos; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, tais como os consumidores livres e comercializadores de energia elétrica.

A energia elétrica proveniente (i) de projetos de geração de baixa capacidade localizados próximo a centrais de consumo, tais como usinas de co-geração e as Pequenas Centrais Hidrelétricas; (ii) de usinas qualificadas nos termos do PROINFA; e (iii) de Itaipu, não ficará sujeita ao processo licitatório para fornecimento de energia elétrica ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia elétrica gerada pela Itaipu, situada na fronteira entre Brasil e Paraguai, é comercializada pela Eletrobrás e a quantidade a ser adquirida por cada distribuidora é determinada pelo Governo Federal através da ANEEL. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é denominado em dólar norte-americano e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar.

#### *7.7.3. Ambiente de Contratação Regulada – ACR*

No Ambiente de Contratação Regulada, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos. As distribuidoras deverão contratar a compra de energia elétrica de geradoras por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica poderão ser realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) Contratos de Quantidade Energia; e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

Nos termos dos Contratos de Quantidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, por ventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras, que poderiam interromper ou reduzir o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento.

De outra forma, nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Se o gerador tiver um Contrato de Disponibilidade de Energia, não haverá liquidação de diferenças para o gerador, pois o resultado líquido da contabilização das diferenças de todos os geradores contratados nessa modalidade será alocado ao “pool”, para repasse aos consumidores cativos. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras enfrentam o risco hidrológico. No entanto, o eventual aumento dos preços de energia elétrica devido a condições hidrológicas será repassado aos consumidores pelas distribuidoras. Em conjunto, esses contratos constituem os CCEARs no Ambiente Regulado.

#### *7.7.4. Ambiente de Contratação Livre – ACL*

O Ambiente de Contratação Livre englobará as vendas de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e consumidores livres. O Ambiente de Contratação Livre também incluirá contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor, cujo contrato com a distribuidora tenha prazo indeterminado, somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local por meio de notificação à distribuidora com antecedência mínima de quinze dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora ao MME de suas necessidades de energia para o leilão de compra referente ao ano subsequente.

Caso o consumidor opte pelo Ambiente de Contratação Livre, somente poderá voltar ao sistema regulado se entregar à distribuidora de sua região um aviso com cinco anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, se necessária, a construção de novas unidades geradoras possa ser finalizada para suprir os consumidores livres que voltarem ao Ambiente de Contratação Regulada.

A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto a geradoras de acordo com o volume de energia que não será distribuído aos consumidores livres. As geradoras estatais, tais como as geradoras privadas, poderão vender energia elétrica aos consumidores livres, contudo estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos públicos que garantam a transparência e igualdade de acesso aos interessados.

Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de distribuidores de forma regulada o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por “subsídio cruzado”, começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007, por meio de um processo denominado de realinhamento tarifário.

#### *7.7.5. Redução do Nível de Energia Contratada*

O Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs (i) para compensar o exercício da opção de compra de energia proveniente de outro fornecedor, pelos consumidores que se tornarem consumidores livres atendidos de forma regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (ii) de outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até 4% do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores e (iii) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

#### *7.7.6. Contratação antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos Contratos Iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição deveriam ocorrer por meio dos Contratos Iniciais. O objetivo do período de transição era o de permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os Contratos Iniciais seriam reduzidos em 25% a cada ano, a partir de 2003, encerrando-se em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulado ou Livre. Quando os Contratos Iniciais venceram no fim de 2005, toda a energia descontratada passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulado ou Livre. Entretanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permitiu que empresas públicas e privadas de geração, inclusive produtoras independentes de energia, aditassem seus Contratos Iniciais em vigor em março de 2004, recontratando suprimento até 31 de dezembro de 2004. Empresas de geração, públicas e privadas, inclusive produtoras independentes de energia que aditaram seus Contratos Iniciais, não foram obrigadas a reduzir 25% do montante de energia comprometido de acordo com tais contratos.

#### *7.7.7. Contratação de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto n.º 5.163, que (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre; e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- (i) regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- (ii) comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- (iii) comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre;
- (iv) contabilização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- (v) outorgas de concessão.

Dentre as principais regras, destaca-se a obrigatoriedade de (i) todo agente consumidor de energia elétrica contratar toda a demanda necessária para o atendimento de 100% de seus mercados ou cargas, e (ii) todo agente vendedor de energia elétrica apresentar o correspondente lastro para a venda de energia (mediante Energia Assegurada por empreendimento de geração próprio ou de terceiros). Os agentes que descumprirem esta obrigação ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

As regras sobre a comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada, estabelecidas pelo Decreto acima citado, referem-se à forma pela qual as distribuidoras devem cumprir a obrigação de atender à totalidade de seu mercado, qual seja, principalmente, por meio dos leilões de compra de energia. Adicionalmente, as distribuidoras poderão adquirir a energia elétrica para atendimento de seu mercado por meio de aquisição de energia proveniente (i) de geração distribuída, (ii) de usinas participantes da primeira etapa do PROINFA, (iii) de contratos de compra e venda de energia firmados anteriormente à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, e (iv) de Itaipu. Caberá ao MME a definição do montante total de energia a ser contratado no Ambiente de Contratação Regulada e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

Em linhas gerais, a partir de 2005, todo agente, seja o Distribuidor, Gerador, Comercializador, Autoprodutor ou Consumidor Livre deverá declarar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, sua estimativa de mercado ou, para cada um dos cinco anos subseqüentes. Cada agente de distribuição deverá declarar, até sessenta dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Além disto, as distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres, quais sejam aqueles que apresentam os requisitos regulatórios para se tornarem consumidores livres, mas que ainda não exerceram essa opção.

A cada ano, o MME estabelece o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulado e a lista das instalações de geração que têm permissão para participar dos leilões.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de contratação de energia basicamente por meio de leilões públicos. Os leilões de compra, pelas distribuidoras, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração serão realizados (i) cinco anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões "A-5"), e (ii) três anos antes do início da entrega (denominados leilões "A-3"). Haverá, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes (i) realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões "A-1") e (ii) para ajustes de mercado, com início de entrega em até 4 meses posteriores ao respectivo leilão.

Os editais dos leilões serão elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento. Os vencedores de cada leilão de energia realizado no Ambiente de Contratação Regulada - ACR deverão firmar os CCEAR com cada distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, onde os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição.

Os CCEARs provenientes dos leilões "A-5" ou "A-3" terão prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEARs provenientes dos leilões "A-1" terão prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de dois anos.

Para os CCEARs decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, o Decreto estabelece três possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres, (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4% ao ano do montante contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra e (iii) adaptação às variações de montantes de energia estipuladas nos contratos de geração firmados até 11 de dezembro de 2003.

Além dos leilões públicos referidos e de contratos celebrados anteriormente à vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a empresa de distribuição pode comprar energia de geração distribuída (empresas de geração ligadas diretamente ao sistema da empresa de distribuição) e, compulsoriamente, adquirir cotas de energia proveniente da fase inicial do PROINFA e de Itaipu.

## **7.8. O Leilão de 2004 e os Leilões de Energia Nova**

Em 07 de dezembro de 2004, a CCEE conduziu o primeiro leilão com base nos procedimentos previstos pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras e geradoras entregaram, até o dia 2 de dezembro de 2004, suas estimativas de projeção de demanda de energia elétrica para os cinco anos subsequentes e os montantes a serem adquiridos para atendimento de suas demandas em relação a contratos com início de suprimento nos anos de 2005, 2006 e 2007. Baseado nessas informações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser negociado no leilão de 2004 e a lista de empresas geradoras participantes do leilão. O leilão ocorreu em duas fases, por meio de um sistema eletrônico.

Após a conclusão do leilão de 2004, as geradoras e as distribuidoras celebraram CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. As distribuidoras apresentaram garantias de forma a assegurar o pagamento do montante devido às geradoras, podendo optar entre fiança bancária, dação de recebíveis em montante equivalente a 100% (cem por cento) da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

Em complemento ao leilão inicial de energia realizado em dezembro de 2004, visando à contratação de energia para os anos de 2008 e 2009 e a cobertura da demanda não contratada no 1º leilão, foram realizados 3 leilões em 2005.

Assim, ao longo do ano de 2005, buscou-se uma consolidação do Novo Modelo do Setor Elétrico em relação à garantia de suprimento e modicidade tarifária, por meio da realização de leilões de energia existente e de energia nova no Ambiente de Contratação Regulada, e na regulação específica de artigos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

O primeiro leilão, ocorrido em abril de 2005, manteve um preço de reserva para cada produto, independentemente da oferta e demanda, ocasionando um novo corte na demanda no produto 2008-2015, implicando a contratação de apenas 42% da demanda necessária e a exclusão do produto 2009-2016 por meio da não contratação dos 2.530 MW-médios declarados pelas distribuidoras.

Nos leilões realizados em outubro de 2005, necessários para atender a energia não contratada nos leilões anteriores, incluindo o produto 2009-2016, a implementação de alguns aperfeiçoamentos de procedimento, dentre os quais o principal foi a eliminação do preço reserva.

Mesmo com as inovações na sistemática, foi mantido o controle absoluto de único leiloeiro pelo Governo Federal. Desta forma, a demanda não contratada nos referidos leilões anteriores foi consolidada num produto de 3 anos, com vigência de 2006 a 2008, sendo negociados 102 MW-médios a um preço médio de R\$ 62,95 por MWh. Considerando que a modelagem para contratação de energia nova e energia existente não possibilitou o reingresso da energia não contratada, há um montante de energia existente da ordem de 800 MW-médios sem contratação.

Em dezembro de 2005 foi realizado o primeiro leilão de energia nova, o qual foi dividido em 3 fases. A segmentação do mercado em hidrelétrico e termoeletrico possibilitou a expansão e contratação de montantes de energia térmica a preços superiores ao da energia hidráulica, deslocada por falta de espaço no mercado. A 1ª fase do leilão, em função de tais fatos, acabou por definir o preço marginal de expansão único em R\$ 116,00 por MWh, objetivando estabelecer o vínculo entre o proponente que ofertasse o maior desconto em relação ao preço marginal e o empreendimento, recebendo uma concessão condicionada ao desempenho das outras duas fases do leilão.

A partir da 2ª fase do leilão, além dos novos empreendimentos hidrelétricos, foram também incorporados os demais empreendimentos, incluindo termoeletricas, pequenas centrais hidrelétricas e usinas botox, conforme as definições contidas nos artigos 17 e 22 da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e no Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004. Durante a 2ª e a 3ª fases do leilão foram estabelecidas rodadas visando ao estabelecimento disputa entre os ofertantes de energia. Tais rodadas tiveram como objetivo atender a demanda de energia nova das distribuidoras a partir dos anos de 2008, 2009 e 2010, por 15 e 30 anos, segundo a fonte térmica e hidráulica, respectivamente. Foram negociados 3.286 MW-médios, sendo 69% térmicos e 31% hídricos, a um preço médio de R\$ 123,30/MW, e foi observado um preço marginal do leilão de R\$ 139,00/MW. O preço médio hidrelétrico foi R\$ 114,30/MWh, ao passo que o preço médio termoeletrico foi de R\$ 127,30/MWh. Aproximadamente 28% da energia elétrica disponível neste leilão não foi contratada. Tal leilão de energia nova não despertou grande interesse no setor privado, sendo 69% das vendas realizadas por empresas estatais.

## **7.9. Desverticalização e o Novo Modelo de Setor Elétrico**

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, como a Antiga CEEE, visando à segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O processo de desverticalização tem como objetivos: (i) preservar a identidade de cada concessão, evitando a contaminação na formação dos custos e da base de remuneração da atividade de serviço público, permitindo a aferição do equilíbrio econômico-financeiro de cada concessão, ensejando a transparência da gestão e permitindo ao mercado e à sociedade o pleno conhecimento dos resultados da concessão; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração; (ii) de transmissão, (iii) de venda de energia a consumidores livres; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente, ressalvado quando para captação, aplicação e gerência de recursos financeiros necessários à prestação do serviço e quando disposto nos contratos de concessão; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. As restrições expostas não se aplicam (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500 GWh/ano e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL.

As atividades estranhas aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica desenvolvidas por concessionárias, de acordo com os respectivos contratos de concessão, deverão ser incluídas como fontes alternativas de receita da concessionária e os rendimentos advindos de tais atividades serão considerados para a determinação dos valores das tarifas aplicáveis, com vistas à modicidade tarifária dos serviços de energia elétrica. Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração ou transmissão que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.



Visando ao atendimento às exigências legais, a Companhia Estadual de Energia Elétrica reestruturou suas atividades, criando uma “holding” controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com duas subsidiárias: uma de geração e transmissão de energia elétrica e outra de distribuição, sendo essa última sendo a Cedente.

As concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição, transmissão e de geração de energia elétrica deveriam adaptar-se às regras de desverticalização referidas acima no prazo de até 18 meses a contar da publicação da Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, isto é, setembro de 2005. O prazo acima estabelecido poderia ser prorrogado pela ANEEL, uma única vez, por igual período, se efetivamente comprovada a impossibilidade do cumprimento das disposições decorrentes de fatores alheios à vontade das concessionárias, permissionárias e autorizadas.

## **7.10. Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão**

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são (i) a TUSD, tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora e (ii) a TUST, a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão. Além disso, as distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargo pelo transporte da energia de Itaipu e algumas distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargo de Conexão.

### *7.10.1. TUSD*

A TUSD é paga por geradoras e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição da concessionária no qual estejam conectados e é reajustada anualmente, levando-se em conta principalmente dois fatores: a inflação verificada no ano e os investimentos em expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior. A TUSD compreende os custos de operação e manutenção da rede, encargos setoriais, remuneração dos investimentos e suas depreciações. Atualmente a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada “TUSD encargos” cobrada com base no consumo de energia, e outra, a “TUSD fio” cobrada pela demanda contratada. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW.

A diminuição da arrecadação decorrente da saída do consumidor livre não impõe necessariamente à distribuidora redução nas suas margens de lucro, uma vez que a remuneração dos investimentos se dá por meio da TUSD, tarifa que continua sendo auferida pela distribuidora. Porém, os clientes que se tornam clientes livres deixam de pagar a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE criada para compensar distribuidores e geradores de eletricidade pelas perdas sofridas durante o racionamento. Assim, a saída do cliente livre pode afetar a capacidade de uma distribuidora de recuperar o valor integral da recomposição tarifária referida.

### *7.10.2. TUST*

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão, determinadas pela ANEEL, receitas estas que incorporam os custos de expansão da rede. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede, incluindo empresas de geração de distribuição e consumidores livres, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante da rede de transmissão, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica para a empresa.

### *7.10.3. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão CCT – Encargo de conexão*

Algumas empresas distribuidoras, especialmente no Estado de São Paulo, não acessam diretamente a Rede Básica, mas utilizam-se de um sistema de transmissão intermediário entre suas linhas de distribuição e a Rede Básica. Esse sistema intermediário é chamado sistema de conexão. Para se conectar em instalações de conexão, os acessantes deverão assinar Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão, com as concessionárias de transmissão que detêm essas instalações. A remuneração das transmissoras é definida em função dos ativos disponibilizados, sejam estes de propriedade exclusiva ou de uso compartilhado entre os agentes. Essa remuneração também é definida e regulada pela ANEEL e reajustada anualmente de acordo com os índices de inflação e com o custo dos ativos disponibilizados.

## **7.11. Tarifas de Distribuição**

O valor das tarifas de distribuição é determinado pela ANEEL, que tem autoridade para reajustar e rever tarifas em resposta a alterações nos custos de compra de energia e nas condições de mercado. Ao reajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide o custo das distribuidoras entre (i) custos que estão fora do controle das distribuidoras, ou os chamados custos da Parcela A, e (ii) custos que estão sob o controle das distribuidoras, ou custos denominados Parcela B. O reajuste de tarifas é baseado em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre duas categorias:

Custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes:

- (i) custos relativos à energia comprada para revenda de acordo com o previsto nos Contratos Iniciais;
- (ii) custos com a compra de energia de Itaipu;
- (iii) custos com a compra de energia nos termos de contratos bilaterais que foram livremente negociados entre as partes; e
- (iv) outros encargos referentes à conexão e ao uso dos sistemas de transmissão e de distribuição.

O repasse dos custos com a compra de energia prevista em contratos de fornecimento negociados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a um teto baseado em um valor normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como hidrelétrica, termelétrica e fontes alternativas de energia). O valor normativo aplicado aos contratos de fornecimento é ajustado anualmente de forma a refletir os aumentos nos custos incorridos pelas Geradoras. Tais reajustes levam em consideração (i) a inflação, (ii) os custos incorridos em moeda conversível, e (iii) custos relativos a combustíveis (tais como fornecimento de gás natural). Os custos incorridos deverão corresponder a pelo menos 25% de todos os custos incorridos pelas geradoras.

A Parcela B compreende os custos de itens sob controle da concessionária, tais como os custos operacionais. Estes custos da Parcela B são determinados subtraindo-se os custos da Parcela A da receita da distribuidora.

O contrato de concessão de cada distribuidora prevê um reajuste anual de tarifas. Em geral, os custos da Parcela A são integralmente repassados aos consumidores por meio das tarifas. Os custos da Parcela B, todavia, são corrigidos pela inflação em conformidade com o IGP-M.

As distribuidoras têm também direito à revisão periódica a cada quatro ou cinco anos, dependendo do seu respectivo contrato de concessão. Estas revisões têm o objetivo de (i) assegurar receitas suficientes para cobrir os custos operacionais da Parcela B e uma compensação adequada pelos investimentos essenciais em serviços dentro do escopo da concessão de cada empresa, e (ii) determinar o fator X, que é baseado em três componentes: (a) ganhos esperados de produtividade a partir do aumento de escala, (b) avaliações pelos consumidores (verificadas pela ANEEL) e (c) custos de mão-de-obra.

O fator X é usado para ajustar a proporção da alteração no IGP-M que é utilizada nos reajustes anuais. Assim sendo, após a conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X determina que as empresas distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Além disso, as concessionárias de distribuição de energia elétrica têm direito à revisão extraordinária de tarifas caso a caso, de forma a assegurar seu equilíbrio financeiro e compensar as concessionárias por custos imprevisíveis, incluindo tributos, que tragam alterações significativas em sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo Governo Federal por meio da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto n.º 4.336, de 15 de agosto de 2002, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da tarifa especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e da CDE.

## **7.12. Aspectos Concorrenciais**

Em um esforço para promover o aumento da concorrência, a ANEEL, em março de 1998, estabeleceu limites à concentração de certos serviços e atividades do setor elétrico. Da mesma forma, em 2000, novos limites foram estabelecidos. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Privatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada):

- (i) nenhuma geradora, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada da região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% da capacidade instalada da região norte/nordeste;
- (ii) nenhuma distribuidora, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá responder por mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição na região sul/sudeste/centro-oeste ou 35% do mercado de distribuição na região norte/nordeste;
- (iii) nenhuma companhia de comercialização, isoladamente ou em conjunto com seus controladores diretos e indiretos, poderá negociar mais de 20% da energia comercial final do Brasil (consumidores finais), 20% da energia elétrica comercial intermediária do Brasil (entre empresas), e 25% do mercado comercial total do Brasil (consumidores e empresas); e
- (iv) nenhuma distribuidora poderá adquirir de geradora afiliada ou gerar por si mais de 30% das necessidades de energia total de seus consumidores cativos (denominado limite de auto-contratação).

As geradoras e distribuidoras sujeitas aos limites acima são companhias ou consórcios detentores de concessões, permissões ou autorizações, conforme o caso, para gerar ou distribuir energia elétrica, ou agentes que detêm ações do grupo de controle da empresa geradora ou distribuidora. No caso de agente que detenha ações do grupo de controle de empresa geradora ou distribuidora, o cálculo de tais limites toma por base o número de ações ordinárias da companhia detidas pelo agente nestas empresas. No caso de sociedade de responsabilidade limitada, o cálculo toma por base a participação do agente no capital da companhia.

A chamada auto-contratação ou self-dealing, autorização para as distribuidoras comprarem até 30% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica de empreendimento de geração próprio, não será mais permitida, exceto em relação a contratos devidamente aprovados pela ANEEL assinados antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras poderão, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulado e a geradora vencedora da licitação for uma parte ligada à distribuidora.

### **7.13. Incentivos para Fontes Alternativas de Energia**

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termelétricidade, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do Programa referido incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos; (ii) garantia do repasse de seu custo de aquisição pelas distribuidoras, até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL; e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

Em 2002, o Governo Federal estabeleceu o PROINFA com o objetivo de criar certos incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas e projetos de biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás comprará a energia gerada por essas fontes alternativas durante o período de 20 anos. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW. Projetos que busquem se qualificar para os benefícios oferecidos pelo PROINFA deverão estar em operação em 31 de dezembro de 2006.

### **7.14. Encargos Setoriais**

#### *7.14.1. Reserva Global de Reversão – RGR*

Em determinadas circunstâncias, as empresas do setor elétrico são indenizadas em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Governo Federal criou a Reserva Global de Reversão concebida para prover fundos para tal indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL instituiu a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas Geradoras que operassem sob o regime de serviços públicos fizessem contribuições mensais à RGR, a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3,0% do total de sua receita operacional em qualquer exercício. Nos últimos anos, a RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição em virtude da não revogação ou encampação de qualquer concessão. A RGR está programada para se esgotar em 2010, e a ANEEL deverá rever a tarifa de forma que o consumidor venha ser de alguma maneira beneficiado pelo fim da RGR.

O Governo Federal passou a cobrar uma remuneração dos Produtores Independentes pelo uso recursos hidrológicos, exceto as Pequenas Centrais Hidrelétricas, semelhante à remuneração cobrada de empresas do setor público em relação à RGR. Os Produtores Independentes devem fazer contribuições para o Fundo de Uso do Bem Público, conforme as regras do respectivo processo de licitação pública para outorga das concessões.

#### *7.14.2. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC*

A CCC foi criada em 1973 como uma subvenção econômica para cobertura do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas, sendo inicialmente gerida pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal determinou a extinção da CCC, de forma que os subsídios da CCC encontram-se em fase final de extinção para as usinas termelétricas construídas anteriormente a fevereiro de 1998 e pertencentes ao SIN, deixando de existir a partir de dezembro de 2005.

Em abril de 2002, o Governo Federal determinou que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos, de forma a promover a geração de energia nestas regiões.

Até dezembro de 2003, todos os agentes do setor elétrico, sejam distribuidoras, geradoras ou comercializadoras, que negociavam energia com consumidores finais realizavam contribuições mensais à CCC. Essas contribuições eram calculadas com base nas estimativas do custo do combustível a ser utilizado pelas usinas de energia termelétrica no ano subsequente. Ao longo de 2004, o recolhimento da parcela destinada à cobertura dos custos da CCC passou a ser realizado diretamente pelas distribuidoras e transmissoras junto aos consumidores finais, por meio de parcela da TUSD e da TUST.

#### *7.14.2. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE*

Em 2002, o Governo Federal instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termelétrica que utilizam carvão mineral nacional, cujos fundos são providos por meio de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de bens públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelos valores anuais pagos pelos agentes que comercializam energia com consumidores finais, por meio da inclusão do encargo às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e/ou de distribuição. Estes encargos são reajustados anualmente. A CDE foi criada para apoiar (i) o desenvolvimento da produção de energia em todo o país; (ii) a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia, e (iii) a universalização dos serviços de energia em todo o país. A CDE deverá permanecer em vigor por 25 anos, sendo regulada pela ANEEL e administrada pela Eletrobrás.

#### *7.14.3. Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento*

As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Pequenas Centrais Hidrelétricas, projetos de energia solar, eólica e biomassa estão isentos de tal exigência.

#### *7.14.4. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia - TFSEE*

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia foi instituída pela Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.410, de 28 de novembro de 1997. Trata-se de uma taxa anual, diferenciada em função da modalidade de serviço e proporcional ao porte da concessão, permissão ou autorização (aqui incluídas a produção independente e a autoprodução de energia).

A TFSEE alcança 0,5% do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado e deve ser recolhida diretamente à ANEEL, em doze quotas mensais.

#### *7.14.5. Inadimplemento de Encargos Setoriais*

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição à RGR, ao PROINFA, à CDE, à CCC, ou dos pagamentos devidos em virtude de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulado ou de Itaipu, impedirá a parte inadimplente de receber reajustes de tarifas (exceto a revisão extraordinária) ou de receber recursos advindos da RGR, da CDE ou da CCC.

### **7.15. Mecanismo de Realocação de Energia – MRE**

No MAE, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia elétrica, determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN, não dependendo a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras da energia efetivamente gerada, mas sim da energia assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo Contrato de Concessão. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE.

O principal propósito do MRE é mitigar, por meio de despacho centralizado, os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerado. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além da quantidade de energia fixada, para aqueles que geraram abaixo do previsto.

A geração efetiva é determinada pelo ONS, tendo em vista a demanda de energia, as condições hidrológicas do SIN e as limitações da transmissão e a quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será contabilizada mensalmente para cada gerador.

### **7.14. Universalização**

Criada pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico, a universalização refere-se à obrigação do atendimento a todos os pedidos de nova ligação para fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras com carga instalada menor ou igual a 50 kW, em tensão inferior a 2,3 kV, ainda que necessária a extensão de rede de tensão inferior ou igual a 138 kV, sem ônus para o solicitante.

### **7.15. Escassez de Energia e Racionamento**

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, em situação na qual o Governo Federal decreta redução compulsória do consumo de energia elétrica em certa região, todos os Contratos de Energia no Ambiente de Contratação Regulada, registrados na CCEE, na qual o comprador estiver localizado, terão suas quantidades ajustadas na mesma proporção da redução de consumo.

### **7.16. Legislação Ambiental**

A Emissora está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica da Companhia. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como a disposição final de resíduos, não exime a contratante da responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como à implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor a obrigação de destinar recursos à implantação e manutenção de unidades de conservação, no montante de, pelo menos, 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente da atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



#### **8. A CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO – CEEE-D**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## A CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO – CEEE-D

### 8.1. Breve Descritivo da CEEE-D

A Companhia foi constituída a partir da cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, sociedade de economia mista que atua, há mais de 60 anos, nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica foi organizada em substituição à Comissão Estadual de Energia Elétrica, cuja fundação ocorreu em 1º de fevereiro de 1943. A referida organização, realizada a partir da edição da Lei n.º 4.136, de 13 de setembro de 1961 (a “Lei n.º 4.136”) e sancionada pelo então Governador Leonel Brizola, autorizou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a organizar uma sociedade por ações, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

De forma a cumprir com a desverticalização determinada pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, foi deliberada, em 27 de novembro de 2006, a cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, com versão da parcela do patrimônio líquido relacionada às atividades de distribuição de energia elétrica para a constituição da Companhia.

Na cisão, foram transferidas à Cedente as operações de distribuição de energia elétrica, bem como os ativos, passivos, direitos e obrigações relacionados a tal atividade. Dessa forma, a partir da data deste Prospecto, quando a CEEE-D inicia as suas atividades, esta passa a operar, de forma exclusiva, toda a atividade de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica nº 81/99 e seu primeiro termo, celebrado entre a Antiga CEEE e a União.

O patrimônio vertido à Companhia por ocasião da cisão, baseado no balanço-base de cisão, datado de 30 de setembro de 2006, é composto por:

<b>Ativo/Passivo</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>
Ativo circulante	R\$ 505.836
Ativo realizável a longo prazo	R\$ 473.716
Ativo permanente	R\$ 812.599
Passivo circulante	R\$ 648.600
Passivo exigível a longo prazo	R\$ 1.119.849
Patrimônio líquido	R\$ 23.702

Os principais acionistas da Cedente são (i) o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, que detém 65,92% das ações que compõem o capital social da CEEE-D e (ii) a Eletrobrás, que possui 32,59% das ações de emissão da Companhia. A área de concessão que passará a ser operada pela CEEE-D na data deste Prospecto é a região sul-sudeste do Estado do Rio Grande do Sul, que compreende a região Metropolitana de Porto Alegre, Litoral e Campanha Gaúcha, atendendo a 72 municípios, abrangendo uma área de 73.627 km<sup>2</sup>, o que corresponde, aproximadamente, a 32% do mercado consumidor do Rio Grande do Sul.

As atividades de geração e transmissão de energia elétrica, assim como os ativos, passivos, contratos e obrigações relacionados a essas atividades, foram mantidas na Antiga CEEE, que passou a ser denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT.

Por fim, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 223 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, quando a cisão envolver companhia aberta, as sociedades que a sucederem serão também abertas, devendo obter o respectivo registro. Assim sendo, a Companhia pretende requerer o registro de companhia aberta junto à CVM de forma a cumprir o disposto na referida lei.

## 8.2. Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas da Cedente

Conforme acima descrito, a Cedente foi constituída a partir da incorporação da parcela cindida da Antiga CEEE, tendo iniciado as suas atividades na data deste Prospecto, qual seja, 1º de dezembro de 2006. Por essa razão, não há demonstrações financeiras disponíveis da Companhia.

O quadro a seguir contém alguns dados financeiros selecionados a partir das Demonstrações Financeiras auditadas da Antiga CEEE relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2003, 2004 e 2005, **exclusivamente com relação às atividades de distribuição de energia elétrica**, conforme dados constantes das Notas Explicativas das referidas Demonstrações, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas, e levando em consideração o fato a que os números a seguir somente refletir os resultados das atividades de distribuição.

	Exercícios Encerrados em		
	31 de dezembro de		
	2003	2004	2005
	<i>(em milhares de reais)</i>		
<b>Demonstração de Resultados</b>			
Receita Operacional	1.750.056	1.930.801	2.177.822
Deduções da Receita Operacional	(504.362)	(552.137)	(653.564)
Receita Operacional Líquida	1.245.695	1.378.664	1.524.258
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(944.356)	(963.572)	(1.084.504)
Lucro Operacional Bruto	(301.339)	415.092	439.754
Despesas Operacionais	<b>(475.024)</b>	<b>(503.139)</b>	<b>(545.003)</b>
Receita/Despesa Financeira	(30.257)	(26.213)	1.013
Resultado Operacional	(203.942)	(114.270)	(104.236)
Resultado não Operacional	(2.004)	(12.676)	7.192
Receita não Operacional	6.660	9.982	9.827
Despesa não Operacional	(8.664)	(22.658)	(2.635)
Resultado de serviço	(173.685)	(88.057)	(105.249)
Resultado de Participações societárias	-	-	-
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(205.946)	(126.946)	(97.044)
<b>Lucro/prejuízo do Exercício</b>	<b>(205.947)</b>	<b>(126.946)</b>	<b>(97.044)</b>
<b>Lucro/prejuízo por Ação</b>	<b>(0,00053)</b>	<b>(0,00033)</b>	<b>(0,00025)</b>

## Exercícios Encerrados em

31 de dezembro de

2003	2004	2005
------	------	------

*(em milhares de reais)***Balanço Patrimonial Ativo**

<b>Ativo total</b>	<b>1.870.466</b>	<b>1.883.377</b>	<b>1.807.056</b>
Ativo Circulante	557.684	669.974	608.558
Disponibilidades	62.969	59.591	75.871
Consumidores, Concessionários e Permissionários	288.173	340.806	377.094.835
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6.909	10.336	19.116
Estoques	6.065	7.558	9.456
Outros Créditos a Receber	153.975	211.666	69.061
Despesas pagas antecipadamente	46.396	72.351	129.648
Ativo Realizável a Longo Prazo	545.488	455.275	427.813
Bens e direitos destinados à alienação	2.390	1.987	1.032
Ativo Permanente	767.294	758.128	770.685
Investimentos	48.747	35.118	28.402
Imobilizado	718.547	723.010	742.283
Diferido	-	-	-

## Exercícios Encerrados em

31 de dezembro de

2003	2004	2005
------	------	------

**Balanço Patrimonial Passivo**

<b>Passivo Total</b>	<b>1.870.466</b>	<b>1.883.377</b>	<b>1.807.056</b>
Fornecedores	169.120	200.205	167.009
Passivo Circulante	571.351	740.368	748.586
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.374.177	1.345.019	1.340.837
Empréstimos e Financiamentos	384.410	344.569	317.957
Plano de Benefícios Previdenciários Complementares	474.761	496.544	506.236
Provisão para contingências e outros	383.321	420.320	441.012

### 8.3. Capital Social

O capital social da Cedente, na data deste Prospecto, é de R\$ 23.702.962,15, estando totalmente integralizado e dividido em 387.229.828.547 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 380.669.270.000 ações ordinárias e 6.560.558.547 ações preferenciais, conforme descrito no quadro abaixo, que destaca a participação total dos principais acionistas da Companhia Estadual de Energia Elétrica, em 30 de setembro de 2006, data do balanço-base da cisão:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA						
Acionistas	Número de Ações Ordinárias	Participação %	Número de Ações Preferenciais	Participação %	Número Total de Ações	Participação %
Companhia Estadual de Energia Elétrica	255.232.851.059	67,05%	43.495.536	0,66%	255.276.346.595	65,92%
Participações – CEEE Par						
Eletróbrás	122.681.436.671	32,23%	3.505.584.087	53,43%	126.187.020.758	32,59%
Prefeituras Municipais	1.492.552.182	0,39%	2.295.563.054	34,99%	3.788.115.236	0,98%
Companhia Brasileira de Custódia	1.138.328.274	0,30%	503.914.738	7,68%	1.642.243.012	0,42%
Outros	124.101.814	0,03%	212.001.132	3,23%	336.102.946	0,09%
<b>TOTAL</b>	<b>380.669.270.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.560.558.547</b>	<b>100,00%</b>	<b>387.229.828.547</b>	<b>100,00%</b>

### 8.4. Concessões

A Cedente, na qualidade de sucessora da Antiga CEEE, é concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

### 8.5. Atividades da Cedente

#### 8.5.1. Distribuição

A área de concessão da CEEE-D equivale a cerca de 26% do território do Rio Grande do Sul, incluindo a Capital, Porto Alegre, toda a faixa litorânea e sul do Estado, abrangendo 72 municípios, situado em uma superfície total de 73.627 km<sup>2</sup>. A CEEE-D está se modernizando objetivando a melhoria da qualidade do atendimento aos seus consumidores, por meio da introdução de novas tecnologias e processos de trabalho e da racionalização da estrutura do atendimento.

- unificação, ampliação e modernização da Central de Teletendimento, em Porto Alegre;
- ampliação e diversificação da malha de atendimento da CEEE-D, através de parcerias e redes conveniadas, se fazendo presente em todos os municípios da área de concessão;
- modernização da Central do Cliente na Internet, com mais serviços e facilidades para o consumidor;
- atendimento técnico centralizado, utilizando comunicação via satélite entre a central de operação e as unidades móveis, para rápido atendimento;
- utilização de equipes multi-tarefas próprias, mais qualificadas e aparelhadas;
- implantação de sistema técnico geo-referenciado, que resultará em melhor atendimento técnico e suporte comercial; e
- renovação de pontos de atendimento comercial, tornando-os mais modernos, ágeis e confortáveis.

[illegible]

### 8.5.2. Comercialização

No ano de 2005, o mercado da Companhia Estadual de Energia Elétrica, atualmente denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, para atendimento a seus consumidores finais, foi de 7.718,2 GWh. Este mercado foi atendido por meio da celebração de Contratos Iniciais (CGTEE, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Tractebel), Bilaterais (AES-Uruguaiana, Machadinho, CHESF, CERAN, Piratini e Jaquari) e Itaipu, complementado com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, oriundos do 1º Leilão de Energia Existente realizado em dezembro de 2004. Além do portfólio inicial, foi necessária uma suplementação de energia através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D.

Atendendo às novas regras de comercialização de energia, contidas na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e no Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004, as distribuidoras brasileiras estão obrigadas a adquirir energia somente através de leilões de energia oriunda de empreendimentos existentes e de novos empreendimentos, conforme o prazo. A Antiga CEEE participou do Leilão de Energia n.º 001, ocorrido em dezembro de 2004, como vendedora e compradora. Na operação de venda foram negociados 264 MW médios para fornecimento de 2005 a 2012 e 158 MW médios adicionais para fornecimento de 2006 a 2013 e na operação de compra foram adquiridos 216 MW médios para recebimento de 2005 a 2012, 90 MW médios para recebimento de 2006 a 2013 e 43 MW médios para recebimento de 2007 a 2014. A Companhia sucedeu a Antiga CEEE quanto aos direitos e obrigações relacionados ou decorrentes da atividade de distribuição de energia elétrica.

## 8.6. Administração

A CEEE-D é administrada por um Conselho de Administração, formado por um presidente, além de 7 membros, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral.

### 8.6.1. Conselho de Administração

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração da Cedente era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2006:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
José Carlos Elmer Brack	27/11/2006	Presidente
Edison Zart	27/11/2006	Membro
Celso Bernardi	27/11/2006	Membro
Aido José Bertuol	27/11/2006	Membro
Antônio Gregório Goidanich	27/11/2006	Membro
Sidney do Lago Júnior	27/11/2006	Membro
Vicente José Rauber	27/11/2006	Membro



### *8.6.2. Diretoria*

A Diretoria da Cedente é composta por 7 membros: Diretor Presidente, Diretor de Distribuição, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo, Diretor de Geração, Diretor de Transmissão e Diretor Jurídico, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

O Estatuto Social da Cedente estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto, qual seja 1º de dezembro de 2006, a Diretoria da Emissora era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2007:

<b>Nome do Diretor</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Cargo</b>
Edison Zart	27/11/2006	Diretor Presidente
Luiz Antônio Leão	27/11/2006	Diretor de Distribuição
Geraldo Scheibler	27/11/2006	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Antonio Dorneu Cardoso Maciel	27/11/2006	
Ricieri Dalla Valentina Junior	27/11/2006	
Luiz Carlos Adams Coelho	27/11/2006	
José Maria Carvalho da Silva	27/11/2006	

### *8.6.2. Conselho Fiscal*

Na data deste prospecto, o Conselho Fiscal da Cedente era formado pelos seguintes membros efetivos:

<b>Nome do Conselheiro</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Função</b>
Paulo Leonardo Ott	27/11/2006	Presidente
Flavia Terezinha Klein Santolin	27/11/2006	Membro
João Vicente Amato Torres	27/11/2006	Membro
Volcir Pasuch	27/11/2006	Membro
Luiz Alberto Albaneze	27/11/2006	Membro

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **9. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

### 9.1. Informações sobre as Partes

#### *9.1.1. A Cedente dos Direitos de Crédito*

A Antiga CEEE era uma sociedade de economia mista constituída a partir da incorporação da parcela cindida dos ativos de distribuição de energia elétrica da Companhia Estadual de Energia Elétrica, atualmente denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Os principais acionistas da Cedente são a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par que detém 65,92% das ações da CEEE-D e a Eletrobrás que possui 32,59% da participação, além de outros sócios minoritários.

Para maiores informações acerca de Cedente, ver Seção “8. A Cedente dos Direitos de Crédito”.

#### *9.1.2. O Administrador*

A Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM foi criada com foco exclusivo na gestão de recursos financeiros de terceiros. . Por conta da venda do Banco Pactual S.A. para o UBS, anunciada em 9 de maio de 2006, a Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM teve sua denominação alterada para Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM em 1º de dezembro de 2006.

Em agosto de 2006, o Grupo Pactual administrava em torno de R\$46,06 bilhões, incluindo Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento – FICs, ocupando posição de liderança na administração de recursos entre os bancos de investimento e de atacado e a 9ª posição entre os maiores administradores de recursos por volume de ativos, conforme divulgado pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento - Anbid, em agosto de 2006.

No início das atividades, parcela significativa dos recursos geridos pela Pactual pertencia a investidores estrangeiros. Ao longo dos anos, contudo, clientes brasileiros ganharam espaço, de modo que seus recursos representam atualmente cerca de 92% da carteira administrada pela Instituição Administradora, dos quais 32% são oriundos de investidores institucionais. Também ganharam destaque as captações de Private Banking, que hoje correspondem a 22% dos recursos sob gestão da Pactual, e as captações provenientes de parcerias com outras instituições financeiras, de atuação no Brasil e no exterior, que representam 20% da carteira administrada.

A Pactual adota estrutura de organização ligeiramente diferente das outras empresas de gestão. Ao invés de os portfólios dos fundos de investimento serem delegados a gestores individuais, ficam sob responsabilidade de uma equipe de gestão especializada. Na prática é como se existisse um único portfólio para todos os fundos. As posições são alocadas aos fundos em função de seus perfis de risco e objetivos de rentabilidade, sempre respeitando os mandatos específicos, não sendo possível haver posições direcionais opostas entre os fundos.

A filosofia de gestão adotada pela Pactual busca resultados melhores e mais consistentes no longo prazo, através de investimentos que congreguem alta relação retorno/risco e preservação da liquidez. Como resultado desta filosofia, os fundos da Pactual têm se destacado na indústria de fundos mútuos.

#### *9.1.3. O Custodiante*

O Banco Itaú S.A. é atualmente Agente Arrecadador da Companhia, nos termos de convênio de arrecadação celebrado em 1º de outubro de 2004.

#### *9.1.4. Os Coordenadores*

##### Banco Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983, como distribuidora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, como banco múltiplo, o Banco Pactual S.A. tem patrimônio líquido de R\$991.178.000,00 (novecentos e noventa e um milhões, cento e setenta e oito mil reais) (dados de junho de 2006). Nos últimos exercícios, os ativos do banco concentravam-se principalmente em títulos públicos federais e de emissão de instituições financeiras de primeira linha e, em menor extensão, em títulos de renda variável negociados em mercados organizados e com elevado grau de liquidez. Apesar de ser banco múltiplo, o Banco Pactual S.A. praticamente não opera com crédito direto.

Em termos de desempenho, a capacidade de antecipação dos cenários da economia brasileira e a análise apurada dos riscos envolvidos nos diversos mercados fizeram com que o Banco Pactual S.A. obtivesse destacado histórico de performance ao longo de seus 21 anos de existência. Desde o começo de suas atividades, é característica do Banco Pactual S.A. manter rigoroso controle de risco, com foco na preservação de capital.

Em 9 de maio de 2006, o UBS AG anunciou que pretende adquirir o Banco Pactual S.A., instituição brasileira de serviços financeiros. Em 1º de dezembro de 2006, a venda do Banco Pactual S.A. foi concluída com sucesso. O Banco Pactual S.A. terá sua denominação alterada para Banco UBS Pactual S.A., após aprovação do Banco Central do Brasil.

Os negócios do Pactual serão integrados aos negócios de banco de investimento, gestão de patrimônio e gestão de ativos do UBS. A instituição combinada será a pedra angular das operações do UBS AG no Brasil e constituirá um elemento essencial da estratégia de expansão do banco em mercados emergentes.

A transação aumentará significativamente a escala das atividades do UBS AG no Brasil e o transformará em um dos principais prestadores de serviços de banco de investimento, gestão de patrimônio e gestão de ativos do país.

O UBS AG é uma das maiores instituições de serviços financeiros do mundo e atende a uma base de clientes mundial exigente. Como organização, associa força financeira com uma cultura internacional aberta a mudanças. Como empresa integrada, o UBS AG cria valor agregado para seus clientes ao aproveitar os recursos e conhecimentos combinados de todos os seus negócios.

O UBS AG é o maior gestor de patrimônios do mundo, um banco de investimento e instituição do setor de valores mobiliários de primeira linha, além de ser um dos maiores gestores de ativos globais. Na Suíça, o UBS AG é líder de mercado entre os bancos de varejo e comerciais.

O UBS AG está presente em todos os principais centros financeiros do mundo. Tem escritórios em 50 países, com cerca de 39% de seus funcionários trabalhando nas Américas, 37% na Suíça, 16% no resto da Europa e 8% no Pacífico Asiático. As atividades financeiras do UBS AG empregam mais de 70.000 pessoas no mundo inteiro. Suas ações são negociadas na Bolsa de Valores da Suíça (SWX), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na Bolsa de Valores de Tóquio (TSE).

#### Banco Modal S.A.

O Banco Modal S.A. iniciou as atividades em janeiro de 1996. Em junho de 1999, o Banco Modal S.A. foi autorizado a operar como Banco Múltiplo, com as carteiras comercial e de investimento. A sede do Banco Modal S.A. está localizada no Rio de Janeiro e sua filial em São Paulo. A filosofia do Banco Modal S.A. é baseada na experiência, no relacionamento e na credibilidade dos seus controladores, aliada a uma estrutura enxuta e dinâmica, focada em serviço para o mercado corporativo nacional e grandes investidores locais. O Banco Modal S.A. possui patrimônio líquido de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) e atua ativamente através das áreas de *Corporate Banking*, *Investment Banking*, Distribuição, *Middle Market*, *Trading*, Produtos e Imobiliário. Na área de *Middle Market* o Banco Modal S.A. atua no financiamento da cadeia produtiva de grandes sacados e possui um histórico de inadimplência muito baixo. O objetivo do Banco Modal S.A. é o crescimento responsável e, para isso, suas atividades estão pautadas nas seguintes premissas: (i) divisão bem coordenada de tarefas entre as áreas operacionais e de "back office", (ii) atuação na vanguarda de novos produtos; e (iii) rigoroso sistema de controles internos, incluindo sistema de risco utilizando-se a metodologia "Value at Risk - VaR".

#### *9.1.5. O Agente de Recebimento*

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul foi criado no dia 12 de setembro de 1928, em solenidade que contou com a presença do então presidente do Estado, Getúlio Vargas.

Com um capital inicial de 50 mil réis, o principal objetivo da nova instituição era atender às necessidades de crédito da pecuária gaúcha. Como banco oficial, passou a arrecadar logo de início toda a tributação estadual, até então recebida pelo Banco Pelotense, que posteriormente foi incorporado pelo Banrisul.

Em 1929, a matriz do Banrisul, instalada no edifício do Tesouro do Estado, transferiu-se para uma nova sede, na Avenida Mauá. Em consequência do crescimento dos negócios e do número de funcionários, o banco oficial do Estado inaugurou na década de 60 seu edifício-sede, na Rua Capitão Montanha.

Em 1969 e 1970, a instituição incorporou, respectivamente, o Banco Real de Pernambuco S.A. e o Banco Sul do Brasil S.A., estendendo sua rede até Pernambuco e Ceará, além de ampliar o número de agências já existentes em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. A abertura de uma agência em Nova York, em 1982, inseriu o Banrisul no grupo de operadoras internacionais.

A década de 80 marcou o início da automação dos serviços no banco. Os maciços investimentos efetuados desde março de 1991 colocaram a instituição na vanguarda da automação bancária no Estado.

Em março de 1990, o Banrisul obteve autorização do Banco central para operar como Banco Múltiplo, com as Carteiras Comercial, de Crédito Imobiliário e de Crédito, Financiamento e Investimento.

Em 1992, o Banrisul incorporou o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - Badesul e a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul - Divergs, ao mesmo tempo em que foi instituída a presidência única para o Sistema Financeiro Estadual – Banrisul e Caixa Econômica Estadual.

Em 1998, o Banrisul incorporou as agências da antiga Caixa Econômica Estadual, consolidando sua posição de maior rede de distribuição do sul do país, além de tornar-se um banco de varejo. As ações calçadas em linhas de crédito de longo prazo passaram a ser operacionalizadas, em 2002, pela Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento.

O Banrisul tem, hoje, aproximadamente 2,8 milhões de clientes, uma rede de 411 agências (328 no interior do Rio Grande do Sul, 54 em Porto Alegre, 27 em outros Estados e duas no exterior – Nova York e Grand Cayman), 287 postos de atendimento, 322 pontos de atendimento eletrônico e um escritório em Buenos Aires. O portfólio de produtos e serviços do Banrisul coloca-o na linha de frente dos grandes bancos, com uma tecnologia de vanguarda que assegura auto-atendimento e teleserviços compatíveis com as exigências da clientela e do mercado.

## **9.2. Relacionamento entre as Partes**

### *9.2.1. Relacionamento entre CEEE-D e o Administrador*

O Administrador possui um relacionamento comercial com a CEEE-D.

### *9.2.2. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante*

O Custodiante presta serviços de custódia para fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Banco Pactual S.A.



#### *9.2.3. Relacionamento entre CEEE-D e o Custodiante*

A CEEE-D possui relacionamento comercial com o Custodiante.

#### *9.2.4. Relacionamento entre CEEE-D e o Agente de Recebimento*

Além da prestação de serviços de agente de recebimento e administrador ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE, o Banrisul presta serviços de agente de recebimento ao Fundo, sendo a instituição em que a Cedente mantém a Conta Transitória.

Ainda, possui controle comum à Companhia, qual seja o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que controla a Cedente por meio da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações CEEE-Par, e um relacionamento comercial com a mesma.

#### *9.2.5. Relacionamento entre o Administrador e o Agente de Recebimento*

Ambos mantêm um relacionamento comercial.

#### *9.2.6 Relacionamento entre CEEE-D e os Coordenadores*

O Banco Pactual S.A. e o Banco Modal S.A. mantêm relacionamento comercial com a CEEE-D e coordenaram a distribuição de quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **10. ANEXOS**

---

- Anexo I** – Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento
- Anexo II** – Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II e Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II
- Anexo III** – Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças
- Anexo IV** – Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas
- Anexo V** – Relatório da KPMG Auditores Independentes
- Anexo VI** – Declaração do Administrador e do Coordenador Líder nos termos da Instrução CVM nº 400
- Anexo VII** – Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores
- Anexo VIII** – Despacho da ANEEL nº 2.880
- Anexo IX** – Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO I**

---

Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**  
**CNPJ/MF nº 59.281.253/0001-23**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE II**

Pelo presente instrumento particular, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("Administrador"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM nº 356/2001"), um fundo de investimento em direitos creditórios, na forma de condomínio fechado, que será denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II ("Fundo");
2. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o Sr. Rodrigo Guedes Xavier, brasileiro, casado, economista, com endereço profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, portador da Cédula de Identidade RG nº 888711, expedida pela SSP-DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 443.495.481-49, Diretor de Administração de Recursos de Terceiros;
3. Aprovar o Regulamento do Fundo, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;
4. Assumir as funções de administração do Fundo;
5. Deliberar a contratação, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, das seguintes pessoas jurídicas para prestar serviços ao Fundo:
  - (i) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, para prestação dos serviços de agente de recebimento do Fundo ("Agente de Recebimento");



- (ii) Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo ("Custodiante");
- (iii) Standard & Poor's - Macgraw-Hill Interamericana do Brasil, agência classificadora de risco, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1.53, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das quotas do Fundo ("Agência Classificadora de Risco"); e
- (iv) KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CRC sob o nº 2SP014428/o-6 e no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo.

6. Determinar que as publicações do Fundo previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor serão feitas no jornal Monitor Mercantil.

7. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e à distribuição pública das quotas de sua emissão

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, vai a presente assinada em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2006.



**PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.**

Por: Rodrigo Guedes Xavier

Cargo: Diretor de Administração de Recursos de Terceiros





# **Anexo I ao Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II, datado de 28 de novembro de 2006**

## **REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE II**

### **CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.01. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.02. - O Fundo terá prazo de duração determinado de 5 (cinco) anos, contados da Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo). O prazo de duração do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo.

1.03. - O patrimônio do Fundo será formado por quotas da classe sênior (as "Quotas Seniores") e por quotas da classe subordinada (as "Quotas Subordinadas") (as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em conjunto denominadas simplesmente como as "Quotas").

1.03.01. - As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos Capítulos Dez a Quinze deste Regulamento.

### **CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.01. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409/04 e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo serão denominados simplesmente como "Quotistas").

2.01.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

### **CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE**

3.01. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito (conforme abaixo definido) originados por e de titularidade da CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica, sociedade anônima, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto

Villanova, nº 201, Prédio C, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.715.812/0001-31 ("CEEE" ou "Cedente").

3.01.01. - Somente poderão compor a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") Direitos de Crédito que atendam às características descritas no Capítulo Cinco abaixo.

3.02. - Sem prejuízo do disposto no item 3.01. acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Sete abaixo.

3.03. - Respeitando o disposto no item 9.02. abaixo, o Fundo buscará atingir, para as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("Benchmark") definido em processo de *bookbuilding*, em que será verificada a demanda pelas Quotas Seniores. A definição da taxa final será determinada pelo Administrador (conforme abaixo definido) e posteriormente informada à CVM.

3.03.01. - O Benchmark não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante (conforme abaixo definido) e/ou da CEEE e seus controladores.

3.03.02 - Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao Benchmark, que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

3.04. - As Quotas Subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores, conforme definido no Capítulo Doze abaixo.

#### **CAPÍTULO QUATRO – DA NATUREZA E DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

4.01. - A Cedente é concessionária de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 25 de outubro de 1999, e do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 17 de outubro de 2005, celebrados entre a Cedente e a União Federal, com a intermediação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (respectivamente, "ANEEL" e "Contrato de Concessão").

4.01.01. - No âmbito de suas atividades de fornecimento de energia elétrica, a Cedente firmou Contratos de Prestação de Serviço Público de Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores atendidos em alta e baixa tensão (doravante e conjuntamente denominados, respectivamente, "Contratos de Fornecimento" e "Consumidores", sendo estes últimos denominados individualmente "Consumidor"), por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para o fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores.

4.02. - Nos termos do Contrato de Cessão (conforme abaixo definido), a Cedente cederá ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecedor, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à Cedente listadas no Anexo I ao Contrato de Cessão (respectivamente, "Instituições Arrecadoras" e "Direitos de Crédito" ou, individualmente, "Direito de Crédito").

4.02.01. - Os Direitos de Crédito de que trata o item 4.02. acima abrangem, além dos Direitos de Crédito cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático, os direitos de crédito que venham a ser cadastrados, após a data de assinatura do Contrato de Cessão, para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras, que serão automaticamente incorporados ao Contrato de Cessão e à definição de Direitos de Crédito.

4.03. - Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente compromete-se, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder e transferir ao Fundo direitos de crédito adicionais sempre que o Índice de Cobertura a que se refere o item 17.01. do Regulamento seja, em um Período de Disponibilidade, inferior a 200% (duzentos por cento). Na ocorrência dessa hipótese, serão cedidos e transferidos ao Fundo, até que seja recomposto integralmente o Índice de Cobertura, os seguintes direitos de crédito adicionais ("Direitos de Crédito Adicionais" e "Cessão Adicional"), observada, necessariamente, a ordem de prioridade abaixo:

- (i) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecedor, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições arrecadoras conveniadas à Cedente indicadas no Anexo III ao Contrato de Cessão (individualmente "Instituição Arrecadora Elegível" e, conjuntamente, "Instituições Arrecadoras Elegíveis"), as quais, na ocorrência de Cessão Adicional, passarão a ser consideradas, para todos os fins do presente, Instituições Arrecadoras; e
- (ii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecedor, a consumidores residenciais;
- (iii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecedor, a consumidores comerciais e industriais;

- (iv) outros direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento.

4.03.01. – Os Direitos de Crédito Adicionais a serem cedidos nos termos do item 4.03(i) acima serão selecionados pelo Administrador em conformidade com proposta do Administrador aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo Onze deste Regulamento, ou, na hipótese de não aprovação da proposta do Administrador, em conformidade com proposta dos Quotistas aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas, observado que a Cessão Adicional abrangerá sempre a totalidade dos direitos de crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito mantida na Instituição Arrecadadora Elegível responsável pela arrecadação dos Direitos de Crédito Adicionais selecionados.

4.03.01.01 – Na hipótese de insuficiência dos Direitos de Crédito Adicionais cedidos nos termos do item 4.03. (i) acima, a Cedente deverá enviar ao Administrador lista das instituições arrecadadoras responsáveis pelo recebimento dos Direitos de Crédito Adicionais mencionados nos itens 4.03. (ii), 4.03. (iii) e 4.03. (iv) (respectivamente, "Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático" e "Instituições Arrecadadoras dos Direitos de Crédito Adicionais Não Cadastrados para Débito Automático") e o correspondente volume de arrecadação, nos termos do modelo constante do Anexo XII ao Contrato de Cessão, observada a respectiva ordem de prioridade. Após o recebimento da referida lista pelo Administrador, será observado, *mutatis mutandi*, o disposto no item 4.03.01.

4.03.01.02 – A Cedente poderá utilizar os Direitos de Crédito Adicionais, desde que seja assegurada ao Fundo prioridade sobre qualquer terceiro no recebimento (i) das Faturas de Energia relativas aos Direitos de Crédito e dos recursos provenientes das mesmas e (ii) dos Direitos de Crédito Adicionais e dos recursos deles provenientes; fazendo constar expressamente dos documentos relativos à cessão, transferência, alienação ou constituição de qualquer ônus sobre os direitos de créditos decorrentes dos serviços públicos prestados pela Cedente que venham a ser celebrados a partir da presente data, menção à cessão objeto do Contrato de Cessão e à prioridade ora referida.

4.03.02 - Tendo em vista que a Cessão Adicional tem por objetivo recompor o Índice de Cobertura acordado entre a Cedente e o Fundo na presente data, que está refletido no Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão), não será devido qualquer valor adicional pelo Fundo à Cedente em virtude da Cessão Adicional.

4.03.03 - Os Direitos de Crédito Adicionais serão considerados Direitos de Crédito, para todos os fins e efeitos deste Regulamento e do Contrato de Cessão a partir da data do Termo de Cessão (conforme abaixo definido). Aplicar-se-ão aos Direitos de Crédito Adicionais, *mutatis mutandi*, todas as disposições do Contrato de Cessão e deste Regulamento.

4.03.04 - A Cessão Adicional de que trata este item 4.03. não prejudicará o direito dos Quotistas nos termos do item 18.01(iii).

4.04. - Os Direitos de Crédito são representados por faturas mensais de energia elétrica emitidas pela Cedente contra os Consumidores e cadastradas para pagamento por meio de débito automático nas Instituições Arrecadoras ("Faturas de Energia" e, individualmente, "Fatura de Energia"). As Faturas de Energia ou, após 3 (três) meses contados a partir de sua emissão, o registro eletrônico das Faturas de Energia, constituem documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos de Crédito ("Documentos Comprobatórios").

4.05. - A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras e condições estabelecidas (a) em "Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo e a Cedente, cuja cópia faz parte integrante do Prospecto do Fundo (o "Contrato de Cessão"), (b) em Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Fundo e o Agente de Recebimento ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") e (c) em "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre o Fundo e o Custodiante ("Contrato de Custódia").

4.06. - Tendo em vista que a Cedente é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, e, portanto, obrigada a desenvolver tal atividade em sua área de concessão, não existe política de crédito específica para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Não obstante, existem mecanismos por meio dos quais a Cedente pode suspender o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores que não efetuarem o pagamento das Faturas de Energia, voltando o fornecimento ao normal após sanado o inadimplemento pelos Consumidores.

#### **CAPÍTULO CINCO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DAS DEMAIS CONDIÇÕES DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

5.01. - O Fundo adquirirá Direitos de Crédito da CEEE, que serão entregues ao Fundo diariamente, durante o prazo de duração do Fundo e de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão. Somente poderão ser entregues pela Cedente e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, Direitos de Crédito que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"): (i) sejam decorrentes da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos dos Contratos de Fornecimento; (ii) sejam representados por Faturas de Energia e (iii) cujas Faturas de Energia estejam cadastradas para débito automático nas Instituições Arrecadoras ou, conforme o caso, nas Instituições Arrecadoras Elegíveis.

5.01.01. - O critério de elegibilidade de que trata o item (iii) acima não será aplicável nas hipóteses de cessão de Direitos de Crédito Adicionais realizadas nos termos do item 4.03, subitens (ii) a (iv) do Capítulo Quatro deste Regulamento.

5.01.02. - A verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pela Cedente ao Fundo será realizada pelo Custodiante, com base nas informações contidas na Lista de Direitos de Crédito Disponíveis.

5.02. - A parcela dos Direitos de Crédito equivalente à Quantidade Mínima Mensal (conforme definida abaixo) será cedida e entregue ao Fundo de forma incondicionada ("Cessão Incondicionada") e a parcela restante dos Direitos de Crédito será cedida sob condição suspensiva e entregue ao Fundo na hipótese de verificação de qualquer Condição Suspensiva (conforme abaixo definido) ("Cessão sob Condição Suspensiva"). A eficácia da Cessão sob Condição Suspensiva ficará sujeita à verificação de qualquer das condições de que trata a Cláusula Doze do Contrato de Cessão ("Condições Suspensivas" ou, quando referidas individualmente, "Condição Suspensiva").

5.03. - Nos termos do Contrato de Cessão, na hipótese (i) da ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a conseqüente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva; (ii) do pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) do pagamento ou da constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, e caso ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo em decorrência da entrega de Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, será considerada resolvida a cessão de tais Direitos de Crédito, os quais (ou cujos pagamentos) serão automaticamente transferidos à Cedente, observado o disposto no Contrato de Cessão.

5.04. - A cessão de Direitos de Crédito ao Fundo (inclusive na hipótese de cessão de Direitos de Crédito para integralização de Quotas Subordinadas, se for o caso) considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Condições Resolutivas da Cessão"):

- (i) caso as Faturas de Energia não estejam cadastradas para débito automático nas Instituições Arrecadoras, ressalvada a necessidade de cessão de Direitos de Crédito Adicionais, nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, em razão de insuficiência de direitos de crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático;
- (ii) caso o Direito de Crédito venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;
- (iii) caso o Direito de Crédito não tenha origem legal ou não esteja devidamente amparado por Documentos Comprobatórios; ou
- (iv) caso o Direito de Crédito não seja pago integralmente pelo respectivo Consumidor em decorrência de defeito ou vício na prestação dos serviços que originaram o Direito de Crédito que resulte no cancelamento, total ou parcial, da respectiva Fatura de Energia.

5.04.01. - Caso tome conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, a Cedente deverá (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de envio da notificação referida acima, restituir ao Fundo (a) um ou mais Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no mesmo valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão foi resolvida, sendo qualquer diferença a maior revertida em benefício do Fundo, ou (b) o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao valor de face do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida.

5.04.02. - Caso, na data em que a CEEE ou o Administrador tomar conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, o Fundo já tenha recebido os recursos decorrentes do pagamento do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida (i) deverá o Fundo restituir à Cedente o montante equivalente ao valor de face do(s) Direito(s) de Crédito respectivo(s). Nessa hipótese, o valor devido pelo Fundo à Cedente nos termos deste item 5.04.01. será imediatamente compensado com o valor devido pela Cedente ao Fundo nos termos do 5.04.01. (ii)(a) e (ii)(b). A Cedente neste ato reconhece e concorda que, para os fins da compensação ora prevista, a sua obrigação de restituir ao Fundo um ou mais Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade no mesmo valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão foi resolvida (nos termos do item (ii)(a)) será substituída pela obrigação de entregar recursos nos termos do item (ii)(b).

## **CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS E DA FORMALIZAÇÃO DE ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS**

6.01. - A partir da data de início de entrega indicada no Suplemento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), tão logo sejam constituídos, de acordo com o disposto abaixo e com os procedimentos descritos no Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, ou seja, Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, eventualmente, na hipótese de ocorrência de uma Condição Suspensiva, Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

6.01.01. - As entregas de Direitos de Crédito conforme referido acima serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores.

6.01.02. - A quantidade de Direitos de Crédito a ser entregue diariamente ao Fundo será calculada de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e os procedimentos abaixo.

6.01.03. - Para os fins deste Regulamento, o período compreendido entre o dia 21 (vinte e um) de cada mês civil, inclusive, e o dia 21 (vinte e um) do mês imediatamente subsequente, exclusive, será considerado um "Período de Disponibilidade".

6.02. - Em cada dia útil a partir da Data de Início da Entrega (cada, uma "Data de Disponibilização"), a Cedente deverá disponibilizar ao Custodiante, por meio de arquivo eletrônico e na forma do Anexo I a este

7

Regulamento, lista contendo os dados das Faturas de Energia que serão pagas por meio de débito automático ("Lista de Direitos de Crédito Disponíveis").

6.03. - A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") deverá ser calculada pelo Administrador e informada à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento no dia útil anterior ao início de cada Período de Disponibilidade (cada data de apuração da Quantidade Mínima Mensal, uma "Data de Apuração"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i + \Delta RA_p$$

onde:

i = cada Período de Disponibilidade;

$A_i$  = Montante calculado conforme disposto no item 12.09 do Regulamento do Fundo para o Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$C_i$  = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade i.

$RA_i$  = Reserva de Amortização (conforme definida no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$D_i$  = Recursos Livres (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$  = Diferença positiva entre a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade i. Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$  = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade i+3 e a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i. Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

6.03.01. - Para fins de cálculo dos valores dos Direitos de Crédito que serão entregues ao Fundo, os Direitos de Crédito serão considerados por 98% (noventa e oito por cento) do seu valor de face, ou seja, do valor consubstanciado na respectiva Fatura de Energia. Os 2% (dois por cento) restantes serão considerados como valores (i) da Contribuição para Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002; e/ou (ii) de doações realizadas a entidades de assistência e/ou utilizada pública; e/ou (iii) de quaisquer taxas relacionadas a ou incidentes sobre



o consumo de energia elétrica, instituídas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Público ou pela ANEEL ("Cobranças de Terceiros") e não serão objeto de Cessão Incondicionada ou de Cessão Condicionada, devendo ser os recursos a eles correspondentes transferidos pelo Agente de Recebimento à Cedente, por meio de depósito na Conta Autorizada da Cedente.

6.04. - Os Direitos de Crédito da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis serão considerados objeto da Cessão Incondicionada e, conseqüentemente, de propriedade do Fundo, por ordem cronológica de vencimento, até que totalizem a Quantidade Mínima Mensal. Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os demais Direitos de Crédito entregues no mesmo Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo. Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

6.05. - O Custodiante verificará se os Direitos de Crédito constantes da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis atendem aos Critérios de Elegibilidade (conforme abaixo definido). O Custodiante será responsável ainda por identificar, em cada Data de Disponibilização, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, devendo disponibilizar para consulta, por meio de seu *website*, ao Administrador e ao Agente de Recebimento, diariamente, relatório de entrega no formato indicado no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("Relatório de Entrega"), indicando quais Direitos de Crédito foram efetivamente transferidos ao Fundo. O Relatório de Entrega consolidado, com a posição de todos os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva em um dado Período de Disponibilidade, será disponibilizado pelo Custodiante, por meio de seu *website*, ao Administrador e ao Agente de Recebimento, no último dia útil do Período de Disponibilidade em referência.

6.05.01. - Fica desde já estabelecido que a transferência ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, quando for o caso, dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, independe do Relatório de Entrega, que vale como comprovação da transferência de tais Direitos de Crédito ao Fundo, mas não é condição para a sua efetivação.

6.06. - A seleção e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo será considerada concluída em cada Data de Disponibilização em que tenha sido verificado pelo Custodiante o atendimento aos Critérios de Elegibilidade (cada Data de Disponibilização em que haja seleção e entrega efetiva de Direitos de Crédito, uma "Data de Entrega").

6.07. - Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que observará o disposto na Cláusula Quarta e na Cláusula Quinta do Contrato de Cessão.

6.07.1. - Fica desde já estabelecido que, na ocorrência de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados,

para todos os fins deste Regulamento e do Contrato de Cessão, como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

6.08. - Nos termos do Contrato de Cessão, o Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será pago pelo Fundo à Cedente até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores, desde que a Cedente tenha entregado ao Administrador comprovante de realização das notificações às Instituições Arrecadoras, devidamente firmadas por estas instituições.

6.09. - A Cedente obriga-se a manter os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo, observado ainda o disposto no Contrato de Custódia.

6.09.01. - A Cedente garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Fundo, do Custodiante e/ou de terceiros por estes indicados aos Documentos Comprobatórios. Em caso de descumprimento dessa obrigação, a Cedente compromete-se a proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com as instruções do Fundo, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim exigido pelas autoridades competentes), sendo que, após referido prazo, será facultada ao Fundo a apreensão de tais Documentos Comprobatórios.

6.09.02. - Sem prejuízo do disposto no item anterior, o Custodiante verificará trimestralmente e por amostragem a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia.

6.09.03. Independentemente do disposto no item anterior, o Custodiante poderá verificar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no Contrato de Custódia (para informações adicionais, vide os itens 22.03 (d) e 22.03(f) do Capítulo Vinte e Dois – Dos Fatores de Risco).

#### **CAPÍTULO SETE – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

7.01. – Tendo em vista o objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas mediante a aquisição de Direitos de Créditos, os recursos do Fundo serão utilizados para a aplicação, desde que sem prejuízo do disposto neste Capítulo e no Capítulo Dezesseis abaixo, de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito.

7.02. - A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito ("Recursos Livres"), a qual não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), exceto nas hipóteses previstas neste Capítulo e no Capítulo Dezesseis abaixo, será necessariamente alocada pelo Administrador nos ativos financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo ("Ativos Financeiros"):

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos públicos de emissão do Banco Central do Brasil ("Bacen"); e
- (iii) operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados acima.

7.02.01. O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

7.03. - Observado o disposto no item 7.02. acima, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, financeira ou não, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou fundo de investimento.

7.04 - Durante o prazo de até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados nos Ativos Financeiros. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos de Crédito.

7.05. - Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da Carteira devidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao Benchmark, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

7.06. - O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador (conforme definido abaixo) ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

7.07. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

7.07.01. - Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

7.08. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

7.09. - O Fundo não contará com garantia do Administrador, da Cedente, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

7.10. - O Administrador declara não estar em situação de conflito de interesses no exercício das funções de Administrador do Fundo, declarando a sua independência em relação à Cedente na condução das atividades relativas à administração do Fundo, inclusive com relação à cessão dos Direitos de Crédito.

7.11. - Fica desde já estabelecido que a Cedente não responde pela solvência dos Consumidores, mas apenas pela originação, correta constituição e formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão e, quando constituídos, pela sua existência, liquidez e certeza. O Administrador e o Custodiante não respondem pela originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito.

#### **CAPÍTULO OITO – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

8.01. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

8.02. - Os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia. Caso não exista mercado para os Ativos Financeiros da Carteira do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo. O valor dos Direitos de Crédito apurado nos termos deste item será definido como o "Valor dos Direitos de Crédito".

8.03. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

8.04. - Caso qualquer Direito de Crédito não seja pago na data de seu vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), o Fundo deverá, em até 3 (três) dias úteis contados partir do término de cada Período de Disponibilidade, constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor equivalente ao valor contábil do referido Direito de Crédito, conforme previsto no item 8.04.01. abaixo. A provisão será constituída individualmente para cada Direito de Crédito vencido e não pago, não sendo considerados os valores relativos a outros Direitos de Crédito contra o mesmo Consumidor, que não tenham vencido há um prazo superior a 3 (três) dias úteis, contados do término do respectivo Período de Disponibilidade.

8.04.01. - Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, permanecerão contabilizados sem qualquer desconto ou dedução, por seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento, até o 180º (centésimo octogésimo) dia contado a partir do respectivo vencimento ("Data de Baixa"). Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos de Crédito, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira.

8.04.02. - O Custodiante deverá baixar contabilmente o valor dos Direitos de Crédito que não tiverem sido pagos até a respectiva Data de Baixa contra a correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída na forma deste item 8.04., devendo os valores relativos a tais Direitos de Crédito vencidos e não pagos ser transferidos contabilmente para a conta de compensação do Fundo, na qual passarão a ser controlados. Os valores relativos aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos transferidos para as contas de compensação do Fundo somente serão reconhecidos contabilmente como receita do Fundo por ocasião da sua efetiva realização financeira.

8.04.03. - Na hipótese de realização financeira dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do item 8.04.02, o valor recebido pelo Fundo não será considerado para fins de cálculo do Índice de Cobertura, nos termos do item 17.01 do Capítulo Dezessete, nem do procedimento de Cessão Adicional previsto no item 4.03. do Capítulo Quatro acima.

8.05. - Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e amortização de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito (na forma descrita no Capítulo Treze), os Direitos de Crédito Inadimplidos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas.

## **CAPÍTULO NOVE – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS EMISSÕES DE NOVAS QUOTAS DO FUNDO**

9.01. - O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, com o preço de emissão, na Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma ("Preço de Emissão"), totalizando um Patrimônio Inicial de até R\$ 105.300.000,00 (cento e cinco milhões e trezentos mil reais).

9.01.01. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo, sendo que cada série de Quotas do Fundo será descrita em Suplemento a este Regulamento, preparado de acordo com o modelo constante do Anexo II a este Regulamento. O Primeiro Suplemento indicará os termos e condições das Quotas representativas do Patrimônio Inicial.

9.02. - Emissões de novas Quotas Subordinadas do Fundo poderão ser realizadas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, nas hipóteses previstas neste Regulamento. Emissões de novas Quotas Seniores somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas. Para os fins deste Regulamento as novas Quotas Subordinadas e as novas Quotas Seniores do Fundo serão referidas, indistintamente, como ("Novas Quotas").

9.02.01. - Nas emissões de Novas Quotas do Fundo o valor das novas Quotas Subordinadas deverá sempre representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo calculado "pro forma", considerando as Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

9.02.02. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo.

9.02.03. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os atuais Quotistas não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

9.02.04. - Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01.

## **CAPÍTULO DEZ - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

### Características das Quotas

10.01. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma classe de Quotas Subordinadas.

10.02. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Banco Itaú S.A., na qualidade de agente de escrituração ("Agente de Escrituração").

#### Direitos Patrimoniais

10.03. - As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. Sem prejuízo do disposto no item 12.07. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Seniores e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

#### Direitos de Voto das Quotas

10.04. - As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

10.05. - Enquanto houver Quotas Seniores em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Quinze.

10.05.01. - Após o resgate integral das Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

#### Razão de Garantia das Quotas Subordinadas

10.06. - Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 95% (noventa e cinco por cento) ("Razão de Garantia").

10.07. - A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma "Data de Verificação"). Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze e/ou Dezoito deste Regulamento, conforme o caso.

#### Distribuição das Quotas Seniores do Fundo

10.08 - As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelo Administrador e/ou por terceiros devidamente habilitados contratados pelo Administrador para tanto, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, conforme alterada. As Quotas Seniores do Fundo deverão ser

subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro junto à CVM da distribuição de cada emissão de Quotas Seniores.

10.08.01. - Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador.

10.09. - O anúncio de início de distribuição pública de cada série e emissão de Quotas Seniores do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

10.10. - Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, o Administrador determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas Seniores, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II a este Regulamento, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

#### Colocação das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela Cedente

10.11. - As Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze abaixo serão subscritas de forma privada, pela Cedente, nos termos de "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças" celebrado entre o Fundo e a Cedente, na data de constituição do Fundo ("Compromisso de Subscrição").

#### Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

10.12. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pelo Administrador para distribuir Quotas do Fundo e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e de adesão a este Regulamento, na forma do Anexo III deste Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Vinte e Quatro abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto.

10.13. - As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 9.01 acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de integralização, na forma dos itens 10.17. e 10.18. abaixo.



10.13.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor estabelecido no item 2.01.01. do Capítulo Dois acima.

10.14. - Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que houver a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial ("Primeira Data de Emissão").

10.15. - Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo (inclusive emissões de que trata o Capítulo Quinze abaixo), tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.16. - A integralização das Quotas Seniores será efetuada por meio do Módulo de Distribuição de Cotas – MDC da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e/ou de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

10.16.1 - O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente de Escrituração é o documento hábil a demonstrar o número de Quotas de titularidade de cada Quotista.

#### Crítérios para Apuração do Valor das Quotas Seniores

10.17. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião; e (ii) a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP- Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a "Taxa DI"), acrescida de uma sobre taxa de juros fixos ("Spread"), incidentes sobre o valor da Quota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

10.17.01. - Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota no prazo definido pela Taxa

DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

10.17.02. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Quota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \times [(FatorSpread \times FatorDI) - 1]$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Quota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator *Spread* = sobretaxa de juros fixos, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Spread = (1 + Spread)^{\frac{1}{252}}$$

Fator DI = fator correspondente à taxa DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$Fator DI = (1 + Taxa DI)^{\frac{1}{252}}$$

10.17.03. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

10.17.04. O valor do *Spread* será determinado pelo Administrador, mediante processo de *Bookbuilding*, e posteriormente informado à Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio de atualização do Suplemento, conforme o modelo constante no Anexo II deste Regulamento.

10.17.05. No caso de indisponibilidade da Taxa DI, será utilizada em substituição, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, sendo que, a posterior divulgação da Taxa DI aplicável não ensejará qualquer obrigação financeira para o Fundo e para os Quotistas.

10.17.06. Na hipótese de extinção da taxa DI, impossibilidade de sua utilização para a apuração do valor das Quotas Seniores ou indisponibilidade por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou 15 (quinze) dias úteis alternados em um período de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data em que se verificar um desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir novo parâmetro a ser aplicado às Quotas Seniores. Na Assembleia Geral do Quotistas, os titulares de Quotas Subordinadas poderão sugerir parâmetro alternativo a ser adotado e poderão exercer direito de veto caso não concordem com o parâmetro aprovado pelos titulares de Quotas Seniores. Até a deliberação desse parâmetro, deverá ser observado disposto no item 10.17.05. acima.

#### Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

10.18. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto no item 10.17. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

#### Negociação das Quotas do Fundo

10.19. - As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF da CETIP.

10.19.01. - Na hipótese de negociação das Quotas Seniores em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois deste Regulamento.

#### Classificação de Risco das Quotas Seniores

10.20. - As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência de Classificação de risco especializada contratada pelo Fundo, qual seja, Standard & Poor's ("Agência de Classificação de Risco").

10.21. A Agência de Classificação de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO ONZE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS**

11.01. - É da competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, além das hipóteses de alteração deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.01.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 11.03. abaixo;
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (x) e (xi) abaixo;
- (viii) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas Seniores do Fundo;
- (ix) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Quarta, Quinta, Sétima e Doze do Contrato de Cessão;
- (x) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no Capítulo Dezoito abaixo);
- (xi) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar o Benchmark das Quotas Seniores;
- (xiii) substituir o Benchmark na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores;

- (xiv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Seniores de que trata o item 10.17. deste Regulamento;
- (xv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
- (xvi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo Treze abaixo;
- (xvii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo;
- (xviii) caso o Contrato de Cessão seja resiliado e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito; e
- (xix) aprovar a substituição ou a rescisão do convênio firmado pela Cedente com qualquer Instituição Arrecadadora ou Instituição Arrecadadora Elegível.

11.02. - Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Enquanto houver quaisquer Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (v), (vi), (xii) e (xvii) acima. Quando não mais houver Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Os quoruns de deliberação das matérias indicadas no item 11.01. acima seguem descritos nos subitens a seguir.

11.02.01. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iv) (x), (xi), (xiii), (xv) e (xvi) do item 11.01. acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto nos termos do item 11.02. acima.

11.02.02. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (v), (vi) e (vii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas emitidas, em primeira convocação, e a maioria das Quotas presentes, em segunda convocação.

11.02.03. - Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

11.02.04. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii) e (xvii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

11.02.05. - Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xviii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação.

11.02.06. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (ix), (xiv) e (xix) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Quotas Seniores presentes.

11.02.07. - Para fins deste Capítulo, define-se "Quotas Seniores em circulação" ou "Quotas em circulação" a totalidade das Quotas Seniores emitidas ou a totalidade das Quotas emitidas, respectivamente, excetuadas as Quotas Seniores que se encontrem em tesouraria da Cedente, ou que sejam pertencentes a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

11.03. - A Assembleia Geral do Quotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante dos Quotistas").

11.03.01. - Somente pode exercer as funções de Representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (ii) não ser titular de Quotas Subordinadas;
- (iii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo da administração ou ser funcionário da Cedente ; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente.

11.04. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.

11.05. - A convocação de Assembleia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio eletrônico, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico utilizado pelo Fundo para realizar divulgação de suas informações, com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.05.01. - Não se realizando a Assembleia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Quotistas, com antecedência de 5 (cinco) dias, de acordo com o procedimento de convocação acima referido, conforme o caso. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.05.02. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

11.06. - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora do Estado do Rio de Janeiro.

11.07. - Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito de comparecer em toda e qualquer Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

11.08. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembleia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

11.09. - As Assembleias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto.

11.10. - Poderão votar nas Assembleias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano.

11.11. - Não terão direito a voto na Assembleia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

11.12. - Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

## **CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS**

### Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações

12.01. – Cada Suplemento a este Regulamento, referente a cada nova série e emissão de Quotas do Fundo, inclusive o Primeiro Suplemento, indicará o cronograma de amortização de cada série e emissão de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas.

12.01.01. - As Quotas do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Seniores emitidas e em circulação e das Quotas Subordinadas ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo.

12.02. - Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Seniores será designada uma "Data de Amortização" e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores de cada série e emissão do Fundo será designada a "Data de Resgate" de tais Quotas Seniores.

12.02.01. - A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos Treze e Quatorze abaixo.

12.03. - Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

12.04. - Exceção feita à hipótese prevista no item 12.07 abaixo, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das Quotas Seniores de todas as séries e emissões do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.

12.05. - Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

12.05.01. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas não cair em dia útil, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.



12.06. - Na data de liquidação do Fundo (antecipada ou não), os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros na amortização e no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Treze abaixo.

12.06.01. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

#### Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas

12.07. - Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Seniores deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto nos itens 12.01 a 12.06 acima:

- (i) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior a 95% (noventa e cinco por cento), poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da Cedente, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, sem prejuízo do disposto no item 12.04.) acima e desde que (a) nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização acima referida, a Razão de Garantia não tenha sido desenquadrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida e (b) a Reserva de Amortização atenda ao disposto no Capítulo Dezesseis abaixo.
- (ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Seniores.

#### Valor das Quotas Seniores para Fins de Pagamento de Amortização

12.08. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Seniores será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

12.09. - O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota Sênior será apurado de acordo

com a seguinte fórmula:

$$A_t = \frac{QS_t}{(n - N)}$$

onde:

"A<sub>t</sub>" corresponde ao valor da parcela de amortização devida no mês em referência;

"QS<sub>t</sub>" corresponde ao valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização;

"n" corresponde ao número de parcelas de amortização programada das Quotas, conforme indicado no Suplemento respectivo; e

"N" corresponde ao número de amortizações já efetuadas.

#### Valor das Quotas Subordinadas para Fins de Pagamento de Amortização

12.10. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, calculado nos termos do item 10.18 do Capítulo Dez acima, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

### **CAPÍTULO TREZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS DE CRÉDITO E DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.01. - Observado o disposto no item 13.02. abaixo, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate o Fundo não possua recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

13.01.01. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

13.01.02. - De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores, observado o disposto neste Capítulo.

13.02. - Antes da realização de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste Capítulo, a Cedente terá o direito, mas nunca a obrigação, de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, na Data de Resgate, pelo preço indicado no item abaixo.

13.02.01. - Na hipótese de a Cedente decidir exercer a faculdade de que trata este item, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão adquiridos por preço equivalente ao valor atualizado de todas as Quotas Seniores ainda em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. deste Regulamento.

13.03. - Na hipótese de a Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembleia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

13.03.01. - Na hipótese de a Assembleia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, sendo a fração ideal de cada Quotista calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

13.03.02. - O Administrador deverá notificar os Quotistas para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

13.03.03. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitem acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

13.03.04. - O Custodiante contratará a Cedente para guardar os Direitos de Crédito e os respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação referida no subitem 13.03.02. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 13.03.03. acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito e Documentos Comprobatórios respectivos. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

13.03.04.01. A Cedente poderá contratar, sob sua exclusiva responsabilidade, terceiros para prestação dos serviços mencionados no item 13.03.04.

**CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE  
REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS DE  
CRÉDITO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

14.01. - O Administrador poderá realizar a amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação (a "Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão de Garantia caso a Cedente não o tenha feito nos termos do Capítulo Quinze abaixo e/ou (ii) à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Capítulo Sete deste Regulamento.

14.01.01. A Amortização Extraordinária referida acima será comunicada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para a devolução do Aviso de Desenquadramento estabelecida no Capítulo Quinze deste Regulamento, quando se tratar de desenquadramento da Razão de Garantia ou, no caso de desenquadramento da alocação mínima em Direitos de Crédito, contados da data em que for verificado o desenquadramento.

14.02. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Seniores nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

14.03. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

**CAPÍTULO QUINZE – DO ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA**

15.01. - Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, o Administrador deverá informá-lo à Cedente, na forma do Anexo IV deste Regulamento ("Aviso de Desenquadramento"). A Cedente deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

- (i) a Cedente poderá, a seu exclusivo critério, integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
  - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;

- b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (ii) a Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito abaixo.

15.02. - Na hipótese descrita no subitem (i) do item 15.01. acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, hipótese em que esse Regulamento será complementado por Suplemento na forma do Anexo II.

15.03. - Na hipótese de a Cedente não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazo descritos no item 15.01. acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no Capítulo Quatorze ou Dezoito, conforme o caso.

#### **CAPÍTULO DEZESSEIS – DA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, DOS PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS E DA ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO**

16.01. – A partir da Primeira Data de Emissão e até o final do prazo de duração do Fundo, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização (a "Reserva de Amortização") de forma que, em cada Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2},$$

onde:

$RA_i$  = é a Reserva de Amortização para cada Período de Disponibilidade.

$A_i$  = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, dentro do Período de Disponibilidade.

$C_i$  = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, empresa de auditoria contratada pelo Fundo e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade  $i$ .

16.01.02. - A Reserva de Amortização será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios.

16.01.03. - O valor da Reserva de Amortização será calculado pelo Administrador em cada Data de Apuração.

16.02. - Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no Capítulo Vinte abaixo;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (iv) constituição da Reserva de Amortização, observado o disposto no item 16.01. acima;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

16.03. – Os recursos da Reserva de Amortização serão aplicados em Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Sete acima.

#### **CAPÍTULO DEZESSETE – DO ÍNDICE DE COBERTURA**

17.01 - Até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento de cada Período de Disponibilidade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Administrador deverá calcular a divisão do (i) somatório dos valores das Faturas de Energia subtraído das Faturas de Energia representativas dos Direitos de Crédito Inadimplidos, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, pelo (ii) valor da Amortização acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes ao respectivo Período de Disponibilidade ("Índice de Cobertura").

#### **CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

##### Dos Eventos de Avaliação

18.01. - São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

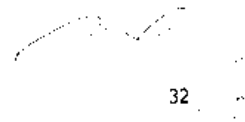
- (i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido

utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;

- (ii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido neste Regulamento) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;
- (iii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido neste Regulamento) seja inferior a 200% (duzentos por cento) em qualquer Período de Disponibilidade, sem prejuízo da Cessão Adicional a que se refere o item 4.03 do Capítulo Quatro deste Regulamento,;
- (iv) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (v), (vi), (vii) e (viii) abaixo;
- (v) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (x) do item 10.1. da Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
- (viii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação de ceder Direitos de Crédito Adicionais nos termos do Contrato de Cessão;
- (ix) apresentar, quando da Cessão Adicional, nos termos do item 2.4. do Contrato de Cessão, os Aditamentos celebrados com as Instituições Arrecadoras Elegíveis ou com as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático, na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão;
- (x) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") desde que, notificada pelo Administrador

para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;

- (xi) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- (xii) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (xiii) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (off-balance); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;
- (xiv) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior à classificação inicialmente obtida, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (xv) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Compromisso de Subscrição;
- (xvi) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;





- (xvii) não observância pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xviii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze deste Regulamento, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
- (xix) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito, conforme determinado no Capítulo Sete deste Regulamento, por período superior a 5 (cinco) dias úteis;
- (xx) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, que não estejam definidos como Eventos de Liquidação nos termos deste Regulamento;
- (xxi) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; e
- (xxii) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento.

18.01.01. - Fica desde já estabelecido que a realização, pela Cedente, de cisão, fusão ou incorporação para implementar o processo de desverticalização exigido pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, bem como a alteração do objeto social da Cedente decorrente exclusivamente do processo de desverticalização acima referido, não será considerada Evento de Avaliação desde que atenda, cumulativamente, às seguintes condições: (i) a Cedente tenha obtido autorização e anuência da ANEEL e das instituições financeiras com as quais a Cedente tenha celebrado contratos que exijam tal aprovação; (ii) nenhum Evento de Avaliação previsto acima esteja em curso; (iii) a desverticalização ocorra no âmbito da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; e (iv) em decorrência da desverticalização, sejam transferidos do ativo imobilizado da Cedente os ativos por ela devidos na data em que ocorrer a desverticalização, relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica.

18.01.02. - Sem prejuízo do disposto no subitem 18.01.03. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo,

18.01.02.01 – O saneamento de Evento de Avaliação anteriormente à realização da Assembleia Geral não impedirá sua instalação regular e a tomada de deliberações acerca do Fundo, podendo, inclusive, ser decidido se o Evento de Avaliação caracteriza Evento de Liquidação.

18.01.03. - No caso da Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 18.02. abaixo.

18.01.04. - Caso a Assembleia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

18.01.05. - O direito da Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembleia Geral de Quotistas referida no subitem 18.01.02. acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Seniores na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral de Quotistas.

18.01.06 – Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente terá a faculdade, no prazo de 2 dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos Direitos de Crédito, para consideração dos titulares das Quotas Seniores na Assembleia Geral de Quotistas que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

18.01.07. - Caso a Cedente apresente novos Direitos de Crédito para sanar o Evento de Avaliação, a Assembleia Geral de Quotistas, acima referida, a ser realizada para deliberar sobre o Evento de Avaliação, deverá deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos Direitos de Crédito.

#### Dos Eventos de Liquidação Antecipada

18.02. - Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida rescisão a Assembleia Geral de Quotistas do Fundo não delibere

pela continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito;

- (ii) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Quotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) não pagamento, em até 2 (dois) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- (iv) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas de Energia sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo Direitos de Crédito sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames incluindo, sem limitação, obrigações relativas a vinculação de receita em garantia de qualquer empréstimo ou dívida;
- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão para fornecimento de energia elétrica previstas em lei ou no Contrato de Concessão;
- (vi) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (vii) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (viii) caso não seja determinado pela Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (ix) caso os Quotistas titulares de Quotas Seniores não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral de Quotistas para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
- (x) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e
- (xi) rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, sem a assunção das funções da Cedente por outra entidade, nos termos ali definidos.

18.02.01. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente notificará tal fato aos Quotistas e convocará Assembleia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos descritos no item 18.02.03. abaixo e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

18.02.02. - Na Assembleia Geral de Quotistas mencionada no subitem 18.02.01. acima, os titulares de Quotas Seniores poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

18.02.03. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Quotistas, mencionada no subitem 18.02.01. acima, por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

18.02.04. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembleia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Seniores do Fundo, que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Quotas Seniores, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembleia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do item 10.17. deste Regulamento.

18.02.05. - Na hipótese descrita no subitem anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas Seniores aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembleia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no Capítulo Treze acima, no que couber.

18.02.06 - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembleia Geral de Quotistas de que trata o subitem acima ou de que trata o subitem 18.01.03. do item 18.01. acima, conforme o caso, deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma dos itens 10.17. e 10.18. deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

- (i) as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores;

- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo de montantes de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de amortização das Quotas;
- (iv) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins;
- (v) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Seniores não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Seniores, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Treze;
- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Seniores, nos termos indicados nos subitens acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Treze.

18.02.07. Caso a Assembléia Geral de Quotistas, mesmo diante da rescisão do Contrato de Cessão, decida pela continuidade do Fundo através da aquisição de outros direitos de crédito, o termo "CEEE" deverá ser excluído da denominação do Fundo.

#### **CAPÍTULO DEZENOVE – DO PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO NÃO PAGOS NO VENCIMENTO**

19.01. – Os Direitos de Crédito Inadimplidos, serão objeto de cobrança pelo Fundo, que contratou a Cedente para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito de responsabilidade dos Consumidores.

19.01.01. - A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02. - No segundo dia útil seguinte ao seu vencimento, a Cedente iniciará o processo de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02.01. - A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos no Contrato de Concessão e nos Contratos de Fornecimento, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02.02. - A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Inadimplidos sem a prévia anuência, por escrito, do Fundo.

19.03. - Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos de Crédito e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas. A Cedente, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

19.04. - Na cobrança dos Direitos de Crédito e/ou na defesa dos direitos do Fundo decorrentes da aquisição dos Direitos de Crédito, o Administrador poderá utilizar, sem autorização prévia, recursos em valor correspondente a no máximo 1% (um por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, à época de decisão sobre a adoção de qualquer medida relativa aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Caso o Fundo necessite de recursos em valor superior a 1% (um por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre as medidas a serem adotadas e o eventual aporte de recursos pelos Quotistas.

19.04.01. - Ressalvado o disposto no item 19.04, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Quotistas, em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 19.04, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, a Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não proposição (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e/ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

19.05. - Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, sem qualquer dedução de impostos, taxas ou quaisquer outros valores.

19.06 - O Custodiante não se responsabiliza pelo protesto de Direitos de Crédito ou pela inserção de nomes de devedores de Direitos de Crédito em cadastro de órgãos de proteção ao crédito.

## **CAPÍTULO VINTE – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

20.01 - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração de que trata o Capítulo Vinte e Quatro deste Regulamento, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;

- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos quotistas.

20.02. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

20.03. - O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

## **CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

21.01. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

21.02. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

21.03. - O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

21.04. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO**

22.01. - Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos neste Capítulo.

22.02. - Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- (a) **Não Existência de Seguro da Performance da Cedente.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo são Direitos de Crédito futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos de Crédito, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica aos Consumidores e, conseqüentemente, a geração de Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Consumidores, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- (c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos de Crédito pelos Consumidores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas. Adicionalmente, o patrimônio líquido do Fundo pode se tornar negativo, sendo necessária a realização de aportes de capital pelos Quotistas para o pagamento dos encargos do Fundo.



- (d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Consumidores; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (e) **Risco de mercado e fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- (f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- (g) **Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Capítulo Dezoito deste Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou

qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

- (h) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em Direitos de Crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para manter até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente e o Custodiante não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.
- (i) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.
- (j) **Risco de descasamento.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Cedente, o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.
- (k) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

(l) **Riscos relativos à Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão.** A Cedente realizou cessão fiduciária do direito de indenização decorrente do Contrato de Concessão em garantia ao pagamento do valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescido dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão. Todavia, não é possível assegurar que a Cedente receberá a indenização do Poder Concedente em caso de extinção antecipada da concessão, porque o pagamento de tal indenização dependerá das circunstâncias em que se der a referida extinção, bem como da apuração dos valores a serem pagos pelo Poder Concedente à Cedente a título de indenização. Adicionalmente, deve-se ressaltar que o mecanismo da cessão fiduciária de bens móveis em garantia a operações realizadas no mercado financeiro e de capitais consiste em inovação recentemente introduzida na legislação brasileira, não sendo, portanto, possível avaliar as dificuldades a serem enfrentadas na hipótese de excussão dessa garantia.

(m) **Riscos Relativos à Cobrança dos Direitos de Crédito.** Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras ou, conforme o caso, nas Instituições Arrecadoras Elegíveis. O cadastramento das Faturas de Energia para pagamento por meio de débito automático é faculdade dos Consumidores. Assim, na hipótese de haver redução do volume de Direitos de Crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático, de forma que os Direitos de Crédito não sejam suficientes para atingir o Índice de Cobertura, haverá necessidade de cessão dos Direitos de Crédito Adicionais. Caso os Direitos de Crédito Adicionais não sejam suficientes para a recomposição do Índice de Cobertura, tal fato poderá acarretar a liquidação do Fundo. Não há como assegurar que os Quotistas receberão integralmente os valores investidos na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

22.03. Quanto aos riscos associados aos Direitos de Crédito destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

(a) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos de Crédito, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para aguardar o vencimento os Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

(b) **Risco de Crédito dos Consumidores, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência dos Direitos de Crédito.** A Cedente somente responde pela originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Consumidores. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização, a Razão de Garantia, o Índice de Cobertura e os Instrumentos de Garantia vinculados aos Direitos de Crédito

cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou ao resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Dessa forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento dos Consumidores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Consumidores, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (c) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.** O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu patrimônio líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezenove, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.
- (d) **Regularidade dos Documentos Comprobatórios.** O Custodiante realizará verificação periódica dos Documentos Comprobatórios com base em análise dos relatórios eletrônicos enviados pela Cedente. A verificação física dos Documentos Comprobatórios será efetuada em periodicidade trimestral e por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- (e) **Riscos Operacionais** O envio das Faturas de Energia pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento dos Direitos de Crédito, a transferência dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada para o Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência dos Consumidores, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador.
- (f) **Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** A Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente pode representar limitação ao Fundo para a verificação da correta originação e formalização dos Direitos de Crédito e para a eventual realização de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de

Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Consumidores, o que poderá impactar negativamente a carteira do Fundo, resultando em efeitos adversos à rentabilidade do investimento nas quotas do Fundo.

- (g) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.
- (h) **Inexistência de Política de Crédito Específica.** Tendo em vista que a Cedente é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, e, portanto, obrigada a desenvolver tal atividade em sua área de concessão, não existe política de crédito específica para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores.

22.04. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- (a) **Término Antecipado da Concessão.** No caso do término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos de Crédito. No entanto, a ANEEL, ao se manifestar sobre a questão, apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos de Crédito.
- (b) **Vinculação de Direitos de Crédito para Garantia de Obrigações da Cedente.** A Cedente celebrou diversos contratos financeiros e de garantia, ainda em vigor (incluindo os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado relativos à compra de energia pela Cedente), por meio dos quais a CEEE vinculou parcela de sua receita decorrente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica à satisfação de obrigações pecuniárias de sua responsabilidade previstas nos referidos contratos. Tais contratos vinculam especialmente os recursos oriundos da venda de energia pela CEEE a seus consumidores finais depositados em

contas bancárias de titularidade da Cedente mantidas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., que também atua como Agente de Recebimento do Fundo. Os contratos ora referidos prevêem que, na hipótese de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações neles estabelecidas, o Agente de Recebimento será obrigado a transferir os recursos depositados nas contas bancárias de titularidade da Cedente diretamente para seus credores. Tendo em vista que tais contratos foram celebrados anteriormente à constituição do Fundo, os credores da Cedente nesses contratos têm prioridade com relação ao recebimento dos recursos oriundos da venda de energia pela CEEE a seus consumidores finais depositados em contas bancárias de titularidade da Cedente. Dessa forma, caso venha a ser executada qualquer das garantias ora referidas, não é possível garantir que os recursos oriundos dos Direitos de Crédito depositados na Conta Transitória não serão afetados e/ou que a Cedente disporá de Direitos de Crédito em volume suficiente para o atendimento das obrigações da Cedente perante o Fundo. A utilização de recursos da Conta Transitória para pagamento de obrigações não previstas neste Regulamento ou a insuficiência de Direitos de Crédito para entrega ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, poderão prejudicar a continuidade do Fundo e o pagamento e a rentabilidade das Quotas.

- (c) **Efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.
- (d) **Efeitos do novo modelo do setor elétrico.** Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de fornecimento de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita à regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Regulamento, não é possível prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com seus consumidores, bem como na originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.
- (e) **Adequação às regras de desverticalização, obrigatória nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.** A CEEE ainda não implementou as alterações necessárias à sua desverticalização, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. O atraso na

implementação das medidas requeridas pela referida lei decorreu da necessidade de autorização legal para realização reestruturação societária e patrimonial da Cedente. A CEEE solicitou novamente à ANEEL a prorrogação do prazo para se adequar às novas regras da Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico; no entanto, a ANEEL ainda não se manifestou com relação a esse pedido. Ainda, após a referida solicitação de prorrogação de prazo, foi promulgada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 13 de setembro de 2006, a Lei n.º 12.593, autorizando o Poder Executivo a reestruturar a CEEE. Em que pese as autorizações legais, deve ser considerada a possibilidade de uma manifestação contrária da ANEEL quanto à segunda prorrogação do prazo solicitada. O não cumprimento das determinações legais dentro do prazo determinado pode acarretar a aplicação de penalidades pela ANEEL, tais como multa ou mesmo perda da concessão. A imposição dessas penalidades à Cedente pode impactar negativamente seus negócios e, por conseguinte, a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

- (f) **Impacto da escassez e/ou racionamento de energia elétrica.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos de Crédito da Cedente poderão ser negativamente afetados.

- (g) **Regulação e Fiscalização da ANEEL.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente tem poderes para extinguir a concessão da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as

concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude do descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

- (h) **Impactos da Regulamentação Ambiental.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo.
- (i) **Impenhorabilidade de Ativos da Cedente.** Os bens da Cedente essenciais à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica não podem ser objeto de penhora ou execução extrajudicial. Assim, em caso de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Cessão, esses bens da Cedente não poderão ser utilizados para pagamento ao Fundo e aos quotistas das penalidades pecuniárias e indenização advindas do inadimplemento.

22.05. Devem ser considerados os seguintes riscos:

- (a) **Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito.** Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.
- (b) **Emissão de Novas Quotas Subordinadas e diluição.** Em determinadas situações previstas neste Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Seniores, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de



Quotas Subordinadas do que Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do Fundo.

- (c) **Ausência de Garantia.** As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

## **CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

### Da Administração do Fundo

23.01. - O Fundo será administrado e gerido pela PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.281.253/0001-23 (“Administrador”), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM.

23.02. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos de crédito, demais ativos financeiros e modalidades operacionais que integrem a Carteira do Fundo.

23.03. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias endereçado a cada Quotista, pode renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

23.03.01 - Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Quotistas de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

23.03.02. - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Quotistas.

23.03.03. - Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do subitem 23.03.02. acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado

acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

#### Da Custódia e Controladoria do Fundo

23.04. - Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/2001, o Fundo contratou o BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (o "Custodiante").

23.05. - O Custodiante prestará os serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/2001 nos termos do Contrato de Custódia.

#### Dos Serviços de Recebimento e Pagamento dos Direitos de Crédito

23.06. - O Fundo contratou o BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, nº 177, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.702.067/0001-96, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, para a função e as responsabilidades de agente de recebimento (o "Agente de Recebimento").

### **CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS TAXAS DO FUNDO**

24.01. - Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, que deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

24.01.01. - A taxa de administração devida mensalmente ao Administrador será dividida da seguinte forma: (i) o valor fixo mensal de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) que será pago diretamente ao prestador do serviço de escrituração de Quotas; e (ii) o valor apurado conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left( X \times \frac{1}{252} \times PL_{(t-1)} \right), \text{ onde,}$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

X = percentual anual fixo, correspondente a 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento); e

$PL_{(t-1)}$  = PL do Fundo no dia útil anterior à data do cálculo.

24.01.02. – O valor do percentual anual fixo “X”, apurado pela fórmula acima, correspondente a 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), será distribuído da seguinte forma:

- a) o valor de 0,04% (quatro centésimos por cento) que será pago diretamente ao prestador do serviço de controladoria; e
- b) o valor de 0,40% (quarenta centésimos por cento) que será pago diretamente ao Administrador.

24.01.03. - O Administrador não receberá taxa de desempenho, taxa de ingresso e/ou saída.

24.01.04. - A remuneração acima não inclui as despesas previstas no Capítulo XX acima, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

24.01.05. – O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

24.01.06. - O valor em reais (R\$) constante do item 24.01.01 acima será corrigido anualmente, sempre no mês de Janeiro, pela variação do Índice de Preços ao consumidor da FIPE (IPC -FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços –Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

24.02. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas, nem quaisquer outras taxas e encargos além dos previstos neste Capítulo e no Capítulo Vinte deste Regulamento.

## **CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

25.01. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

25.02. - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo.

25.03. - A divulgação de informações de que trata o item 25.01. acima será feita no jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

25.04. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

25.05. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

## **CAPÍTULO VINTE E SEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.01. A utilização da denominação "CEEE" na denominação do Fundo é baseada exclusivamente na origem dos Direitos de Crédito que poderão compor a Carteira, conforme estabelecido nas Cláusulas Três e Quatro acima, e não na participação e/ou na assunção de responsabilidade pela CEEE e/ou por seus controladores pelas operações do Fundo. A aquisição, pela CEEE, de Quotas Subordinadas do Fundo, nos termos e condições descritos no Compromisso de Subscrição e/ou as obrigações assumidas pela CEEE nos termos do Contrato de Cessão, Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, Contrato de Depósito e Contrato de Custódia (conforme definidos neste Regulamento) não representam responsabilidade da CEEE e/ou de seus controladores pelas operações do Fundo e/ou, ainda, garantia de rentabilidade para os titulares de Quotas do Fundo.

26.02. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas.

26.02.01. As publicações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor serão feitas no jornal Monitor Mercantil.

26.03. - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

26.04. - Para maiores informações sobre a Cedente e os Direitos de Crédito, os interessados deverão consultar o Prospecto do Fundo ("Prospecto"), que descreve as atividades da Cedente, bem como os

principais procedimentos envolvendo a origem, formalização e cobrança dos Direitos de Crédito que podem ser integrantes da Carteira do Fundo.

26.05. - Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**

Luiz Roberto de Almeida Mota  
RG: 21.469.075 - SSP/SP  
CPF: 107.898.058-77  
PROCURADOR

Clineu Lissoni  
RG: 7.488.201 - SSP/SP  
CPF: 770.276.048-68  
PROCURADOR

**Anexo I ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II**

### Modelo de Lista de Direitos de Crédito Disponíveis

[illegible]

**Anexo II ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II**

**Modelo de Suplemento ao Regulamento**

<b>Características da [•] Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II</b>	
Número da Emissão e Série	[•] <sup>a</sup> ([•])
Valor da Emissão e Série	R\$ [•] ([•] reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•]
Quantidade de Quotas Seniores	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Subordinadas	[•] ([•])
Benchmark das Quotas Seniores	[a ser definido em processo de <i>Bookbuilding</i> ] ([•])% da Taxa DI, conforme definida no Regulamento]
Data de Início da Entrega	[•]
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	Mensal
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas	[•], além do disposto no item 12.10. do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Datas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Data Programada de Pagamento de Amortização das Quotas Subordinadas	Última Data de Amortização das Quotas Seniores
Data de Resgate das Quotas	[•]
Valor do Patrimônio do Fundo antes da 1ª Emissão e Série	R\$ 0,00 (zero reais)
Valor do Patrimônio do Fundo atualizado (imediatamente após a 1ª Emissão e Série)	R\$ [•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Seniores do Fundo após a 1ª Emissão e Série	[•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Subordinadas do Fundo após a 1ª Emissão e Série	[•] ([•])

**Anexo III ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II**

**Modelo de Termo de Ciência de Risco e de Fornecimento**



**TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESAO E DE RECEBIMENTO DE  
REGULAMENTO E PROSPECTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CEEE II  
CNPJ N.º [●]**

Na qualidade de subscritor de quotas de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II ("FUNDO"), inscrito no CNPJ/MF sob n.º [●], administrado pelo pela Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("ADMINISTRADOR"), declaro que:

- (i) Recebi, no ato da minha primeira subscrição de quotas do FUNDO, o Regulamento e o Prospecto do FUNDO, tendo lido e entendido o inteiro teor dos referidos documentos, sendo que concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretroatável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;
- (ii) Sou investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM n.º 409/2004, sendo elegível, portanto, para investir no FUNDO, e tenho ciência da necessidade da manutenção da minha condição de investidor qualificado para permanência no FUNDO. Nesse sentido, comprometo-me a comunicar ao ADMINISTRADOR, imediatamente, qualquer alteração na minha condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do FUNDO;
- (iii) Como investidor qualificado, declaro possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não me sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos investidores não-qualificados; bem como atesto ser capaz de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados à aplicação de meus recursos em um fundo de investimento destinado a investidores qualificados;
- (iv) Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do FUNDO, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento do FUNDO, da taxa de administração devida ao ADMINISTRADOR, dos riscos aos quais o FUNDO e conseqüentemente os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de ocorrência de variações no patrimônio líquido do FUNDO e da perda total do capital por mim investido;
- (v) A política de investimento do FUNDO e os riscos aos quais o FUNDO está sujeito estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento;
- (vi) Tenho ciência de que o ADMINISTRADOR, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, será responsável por qualquer depreciação dos ativos do FUNDO, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO e/ou resgate de quotas;
- (vii) Tenho ciência de que as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- (viii) Tenho ciência de que terei que integralizar as quotas do FUNDO subscritas por mim de acordo com os termos e condições do Regulamento do FUNDO, bem como do Boletim de Subscrição firmado por mim nesta data;



- (ix) Os recursos que serão utilizados na integralização das quotas do FUNDO por mim subscritas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à "lavagem", ocultação de bens, direitos e valores;
- (x) Tenho ciência de que a existência de rentabilidade/performance do FUNDO e/ou de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros;
- (xi) Responsabilizo-me pela veracidade das minhas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o ADMINISTRADOR de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão das mesmas.

[Cidade], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

**NOME DO INVESTIDOR:** \_\_\_\_\_

**CNPJ/CPF DO INVESTIDOR:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO INVESTIDOR**

#### **Anexo IV ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II**

##### **Modelo de Aviso de Desenquadramento**

A PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II ("Administrador" e "Fundo"), vem, por meio deste, notificar à Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE ("CEEE"), na qualidade de cedente dos Direitos de Crédito (conforme definido no regulamento do Fundo), nos termos do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), celebrado em [•] de [•] de 2006 entre o Fundo e a CEEE, a ocorrência do desenquadramento da Razão de Garantia do Fundo em [•].

Solicitamos indicar em até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento deste Aviso de Desenquadramento, com cópia ao Custodiante, qual dos procedimentos abaixo deverá ser adotado pelo Administrador:

- (i) integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
  - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
  - b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (ii) resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito do Regulamento.

Para o reenquadramento da Razão de Garantia por meio do procedimento (i) acima, será necessária a integralização de um número inteiro de Quotas Subordinadas, no valor estimado de [•]. Ressaltamos que este valor estimado refere-se ao valor da Quota Subordinada de abertura do dia [•], e o valor exato a ser integralizado será comunicado a V.Sas. na data da respectiva integralização.

Atenciosamente,

PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

## **ANEXO II**

---

Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II  
e Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1610570

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEEE II**  
**CNPJ/MF nº. 08.490.205/0001-04**



Pelo presente instrumento particular, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.281.253/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("Administrador"), na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.490.205/0001-04, cujo regulamento encontra-se registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro sob nº. 1608626;

Considerando que:

- (i) o Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, quotas do Fundo em circulação;
- (ii) em 27 de novembro de 2006, foi deliberada a cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, no âmbito do processo de desverticalização exigido pela Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004, conforme aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº. 484, de 28 de março de 2006 ("Cisão");
- (iii) em decorrência da Cisão, foram transferidas à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D ("CEEE-D") as atividades de distribuição e fornecimento de energia elétrica, bem como os ativos, passivos, direitos e obrigações relacionados a tais atividades;
- (iv) a CEEE-D será a cedente dos direitos de crédito ao Fundo;
- (v) em 08 de dezembro de 2006, foi promulgada pela CVM a Instrução nº. 444, que dispõe sobre o funcionamento de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados; e
- (vi) os direitos de crédito do Fundo são considerados direitos de crédito não-padronizados, nos termos da Instrução CVM nº. 444/06.

Resolve o Administrador:

R60



03.02.405  
10.10.1911  
do Fundo

**Anexo I ao Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II, datado de 19 de dezembro de 2006.**

Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-  
Padronizado CEEE II



<b>Características da 1ª Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado CEEE II</b>	
Número da Emissão e Série	1ª (primeira)
Valor da Emissão e Série	R\$ 105.300.000,00 (cento e cinco milhões e trezentos mil reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	105 (cento e cinco) quotas inteiras e 3 (três) frações de quotas subordinadas correspondente a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada uma
Quantidade de Quotas Seniores	100 (cem)
Quantidade de Quotas Subordinadas	5 (cinco) quotas inteiras e 3 (três) frações de quotas subordinadas correspondente a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada uma
Benchmark das Quotas Seniores	Taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na <i>Internet</i> ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 1,0% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
Data de Início da Entrega	21 de janeiro de 2007
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	Mensal
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas e Frações	Conforme o disposto no item 12.10. do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	60 (sessenta) parcelas de amortização
Datas de Amortização das Quotas Seniores	12/02/2007; 12/03/2007; 10/04/2007; 10/05/2007; 11/06/2007; 10/07/2007; 10/08/2007; 10/09/2007; 10/10/2007; 12/11/2007; 10/12/2007; 10/01/2008;

	11/02/2008; 10/03/2008; 10/04/2008; 12/05/2008; 10/06/2008; 10/07/2008; 11/08/2008; 10/09/2008; 10/10/2008; 10/11/2008; 10/12/2008; 12/01/2009; 10/02/2009; 10/03/2009; 13/04/2009; 11/05/2009; 10/06/2009; 10/07/2009; 10/08/2009; 10/09/2009; 13/10/2009; 10/11/2009; 10/12/2009; 11/01/2010; 10/02/2010; 10/03/2010; 12/04/2010; 10/05/2010; 10/06/2010; 12/07/2010; 10/08/2010; 10/09/2010; 11/10/2010; 10/11/2010; 10/12/2010; 10/01/2011; 10/02/2011; 10/03/2011; 11/04/2011; 10/05/2011; 10/06/2011; 11/07/2011; 10/08/2011; 12/09/2011; 10/10/2011; 10/11/2011; 12/12/2011 e 10/01/2012.
--	---



*[Handwritten signature]*

*RLP*





**Anexo II ao Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II, datado de 19 de dezembro de 2006**

**REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-  
PADRONIZADOS CEEE II  
CNPJ/MF nº 08.490.205/0001-04**



**CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA,  
PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.01. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

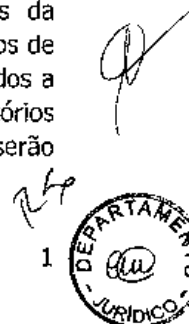
1.02. - O Fundo terá prazo de duração determinado de 5 (cinco) anos, contados da Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo). O prazo de duração do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo.

1.03. - O patrimônio do Fundo será formado por quotas da classe sênior (as "Quotas Seniores" e, individualmente, "Quota Sênior") e por quotas da classe subordinada, que poderão ser divididas em frações, em conformidade com o disposto no Capítulo Dez deste Regulamento (respectivamente, as "Quotas Subordinadas" e as "Frações de Quota Subordinada" e, individualmente, "Quota Subordinada" e "Fração de Quota Subordinada") (as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em conjunto denominadas simplesmente como as "Quotas").

1.03.01. - As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos Capítulos Dez a Quinze deste Regulamento.

**CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO  
E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.01. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409/04 e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo serão denominados simplesmente como "Quotistas").



2.01.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).



### **CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE**

3.01. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito (conforme abaixo definido) originados por e de titularidade da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade anônima, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio C, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.467.115/0001-00 ("Cedente").

3.01.01. - Somente poderão compor a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") Direitos de Crédito que atendam às características descritas no Capítulo Cinco abaixo.

3.02. - Sem prejuízo do disposto no item 3.01. acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Sete abaixo.

3.03. - Respeitando o disposto no item 9.02. abaixo, o Fundo buscará atingir, para as Quotas Seniores, parâmetro de rentabilidade ("Benchmark") definido em processo de *bookbuilding*, em que será verificada a demanda pelas Quotas Seniores. A definição da taxa final será determinada pelo Administrador (conforme abaixo definido) e posteriormente informada à CVM.

3.03.01. - O Benchmark não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante (conforme abaixo definido) e/ou da Cedente e seus controladores.

3.03.02 - Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao Benchmark, que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

3.04. - As Quotas Subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas



será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores, conforme definido no Capítulo Doze abaixo.

#### **CAPÍTULO QUATRO – DA NATUREZA E DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO**



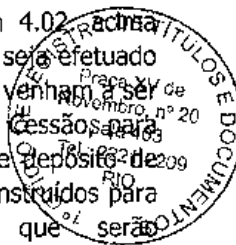
4.01. - A Cedente é concessionária de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica, em decorrência da cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.715.812/0001-31 ("CEEE"), deliberada em 27 de novembro de 2006, realizada no âmbito do processo de desverticalização da CEEE exigido pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 484, de 28 de março de 2006, nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 25 de outubro de 1999, e do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 17 de outubro de 2005, celebrados entre a CEEE e a União Federal, com a intermediação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (respectivamente, "ANEEL" e "Contrato de Concessão").

4.01.01. - No âmbito de suas atividades de fornecimento de energia elétrica, a CEEE firmou e a Cedente firmará Contratos de Prestação de Serviço Público de Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores atendidos em alta e baixa tensão (doravante e conjuntamente denominados, respectivamente, "Contratos de Fornecimento" e "Consumidores", sendo estes últimos denominados individualmente "Consumidor"), por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Em decorrência da cisão referida no item 4.01. acima, os Contratos de Fornecimento celebrados pela CEEE foram transferidos à Cedente, que passou a prestar, a partir de 01 de dezembro de 2006, os serviços de fornecimento de energia elétrica aos Consumidores.

4.02. - Nos termos do Contrato de Cessão (conforme abaixo definido), a Cedente cederá ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à Cedente listadas no Anexo I ao Contrato de Cessão (respectivamente, "Instituições Arrecadoras" e "Direitos de Crédito" ou, individualmente, "Direito de Crédito").

24 3

4.02.01. - Os Direitos de Crédito de que trata o item 4.02 acima abrangem, além dos Direitos de Crédito cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático, os direitos de crédito que venham a ser cadastrados, após a data de assinatura do Contrato de Cessão para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras, que serão automaticamente incorporados ao Contrato de Cessão e à definição de Direitos de Crédito.



4.03. - Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente compromete-se, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder e transferir ao Fundo direitos de crédito adicionais sempre que o Índice de Cobertura a que se refere o item 17.01. do Regulamento seja, em um Período de Disponibilidade, inferior a 200% (duzentos por cento). Na ocorrência dessa hipótese, serão cedidos e transferidos ao Fundo, até que seja recomposto integralmente o Índice de Cobertura, os seguintes direitos de crédito adicionais ("Direitos de Crédito Adicionais" e "Cessão Adicional"), observada, necessariamente, a ordem de prioridade abaixo:

- (i) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições arrecadoras conveniadas à Cedente indicadas no Anexo III ao Contrato de Cessão (individualmente "Instituição Arrecadora Elegível" e, conjuntamente, "Instituições Arrecadoras Elegíveis"), as quais, na ocorrência de Cessão Adicional, passarão a ser consideradas, para todos os fins do presente, Instituições Arrecadoras; e
- (ii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, a consumidores residenciais;
- (iii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, a consumidores comerciais e industriais;

24



- (iv) outros direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento.



4.03.01. – Os Direitos de Crédito Adicionais a serem cedidos nos termos do Item 4.03(i) acima serão selecionados pelo Administrador em conformidade com proposta do Administrador aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo Onze deste Regulamento, ou, na hipótese de não aprovação da proposta do Administrador, em conformidade com proposta dos Quotistas aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas, observado que a Cessão Adicional abrangerá sempre a totalidade dos direitos de crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito mantida na Instituição Arrecadora Elegível responsável pela arrecadação dos Direitos de Crédito Adicionais selecionados.

4.03.01.01 – Na hipótese de insuficiência dos Direitos de Crédito Adicionais cedidos nos termos do item 4.03. (i) acima, a Cedente deverá enviar ao Administrador lista das instituições arrecadoras responsáveis pelo recebimento dos Direitos de Crédito Adicionais mencionados nos itens 4.03. (ii), 4.03. (iii) e 4.03. (iv) (respectivamente, “Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático” e “Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Adicionais Não Cadastrados para Débito Automático”) e o correspondente volume de arrecadação, nos termos do modelo constante do Anexo XII ao Contrato de Cessão, observada a respectiva ordem de prioridade. Após o recebimento da referida lista pelo Administrador, será observado, *mutatis mutandi*, o disposto no item 4.03.01.

4.03.01.02 - A Cedente poderá utilizar os Direitos de Crédito Adicionais, desde que seja assegurada ao Fundo prioridade sobre qualquer terceiro no recebimento (i) das Faturas de Energia relativas aos Direitos de Crédito e dos recursos provenientes das mesmas e (ii) dos Direitos de Crédito Adicionais e dos recursos deles provenientes; fazendo constar expressamente dos documentos relativos à cessão, transferência, alienação ou constituição de qualquer ônus sobre os direitos de créditos decorrentes dos serviços públicos prestados pela Cedente que venham a ser celebrados a partir da presente data, menção à cessão objeto do Contrato de Cessão e à prioridade ora referida.



4.03.02 - Tendo em vista que a Cessão Adicional tem por objetivo recompor o nível mínimo do Índice de Cobertura, que corresponde a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade, conforme acordado entre a Cedente e o Fundo, na presente data e refletido no Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão), não será devido qualquer valor adicional pelo Fundo à Cedente em virtude da Cessão Adicional.

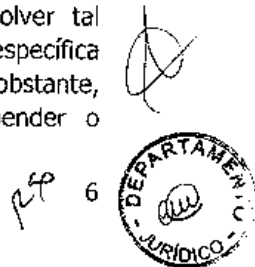
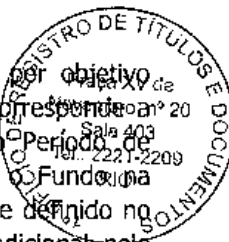
4.03.03 - Os Direitos de Crédito Adicionais serão considerados Direitos de Crédito, para todos os fins e efeitos deste Regulamento e do Contrato de Cessão a partir da data do Termo de Cessão (conforme abaixo definido). Aplicar-se-ão aos Direitos de Crédito Adicionais, *mutatis mutandi*, todas as disposições do Contrato de Cessão e deste Regulamento.

4.03.04 - A Cessão Adicional de que trata este item 4.03. não prejudicará o direito dos Quotistas nos termos do item 18.01(III).

4.04. - Os Direitos de Crédito são representados por faturas mensais de energia elétrica emitidas pela Cedente contra os Consumidores e cadastradas para pagamento por meio de débito automático nas Instituições Arrecadoras ("Faturas de Energia" e, individualmente, "Fatura de Energia"). As Faturas de Energia ou, após 3 (três) meses contados a partir de sua emissão, o registro eletrônico das Faturas de Energia, constituem documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos de Crédito ("Documentos Comprobatórios").

4.05. - A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras e condições estabelecidas (a) em "Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo e a Cedente, cuja cópia faz parte integrante do Prospecto do Fundo (o "Contrato de Cessão"), (b) em Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Fundo e o Agente de Recebimento ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") e (c) em "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados", celebrado entre o Fundo e o Custodiante ("Contrato de Custódia").

4.06. - Tendo em vista que a Cedente é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, e, portanto, obrigada a desenvolver tal atividade em sua área de concessão, não existe política de crédito específica para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Não obstante, existem mecanismos por meio dos quais a Cedente pode suspender o



fornecimento de energia elétrica aos Consumidores que não efetuarem o pagamento das Faturas de Energia, voltando o fornecimento ao normal após sanado o Inadimplemento pelos Consumidores.



**CAPÍTULO CINCO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DAS DEMAIS CONDIÇÕES DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

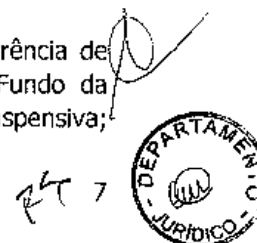
5.01. - O Fundo adquirirá Direitos de Crédito da Cedente, que serão entregues ao Fundo diariamente, durante o prazo de duração do Fundo e de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão. Somente poderão ser entregues pela Cedente e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, Direitos de Crédito que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"): (i) sejam decorrentes da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos dos Contratos de Fornecimento; (ii) sejam representados por Faturas de Energia e (iii) cujas Faturas de Energia estejam cadastradas para débito automático nas Instituições Arrecadoras ou, conforme o caso, nas Instituições Arrecadoras Elegíveis.

5.01.01. - O critério de elegibilidade de que trata o item (iii) acima não será aplicável nas hipóteses de cessão de Direitos de Crédito Adicionais realizadas nos termos do item 4.03, subitens (ii) a (iv) do Capítulo Quatro deste Regulamento.

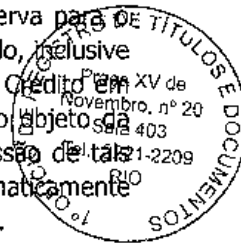
5.01.02. - A verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pela Cedente ao Fundo será realizada pelo Custodiante, com base nas informações contidas na Lista de Direitos de Crédito Disponíveis.

5.02. - A parcela dos Direitos de Crédito equivalente à Quantidade Mínima Mensal (conforme definida abaixo) será cedida e entregue ao Fundo de forma incondicionada ("Cessão Incondicionada") e a parcela restante dos Direitos de Crédito será cedida sob condição suspensiva e entregue ao Fundo na hipótese de verificação de qualquer Condição Suspensiva (conforme abaixo definido) ("Cessão sob Condição Suspensiva"). A eficácia da Cessão sob Condição Suspensiva ficará sujeita à verificação de qualquer das condições de que trata a Cláusula Doze do Contrato de Cessão ("Condições Suspensivas" ou, quando referidas individualmente, "Condição Suspensiva").

5.03. - Nos termos do Contrato de Cessão, na hipótese (i) da ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a conseqüente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva;



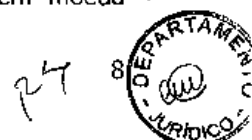
(ii) do pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) do pagamento ou da constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, e caso ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo em decorrência da entrega de Direitos de Crédito, objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, será considerada resolvida a cessão de tais Direitos de Crédito, os quais (ou cujos pagamentos) serão automaticamente transferidos à Cedente, observado o disposto no Contrato de Cessão.



5.04. - A cessão de Direitos de Crédito ao Fundo (inclusive na hipótese de cessão de Direitos de Crédito para integralização de Quotas Subordinadas, se for o caso) considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Condições Resolutivas da Cessão"):

- (i) caso as Faturas de Energia não estejam cadastradas para débito automático nas Instituições Arrecadoras, ressalvada a necessidade de cessão de Direitos de Crédito Adicionais, nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, em razão de insuficiência de direitos de crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático;
- (ii) caso o Direito de Crédito venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;
- (iii) caso o Direito de Crédito não tenha origem legal ou não esteja devidamente amparado por Documentos Comprobatórios; ou
- (iv) caso o Direito de Crédito não seja pago integralmente pelo respectivo Consumidor em decorrência de defeito ou vício na prestação dos serviços que originaram o Direito de Crédito que resulte no cancelamento, total ou parcial, da respectiva Fatura de Energia.

5.04.01. - Caso tome conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, a Cedente deverá (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de envio da notificação referida acima, restituir ao Fundo (a) um ou mais Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no mesmo valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão foi resolvida, sendo qualquer diferença a maior revertida em benefício do Fundo, ou (b) o montante, em moeda





corrente nacional, correspondente ao valor de face do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida.

5.04.02. - Caso, na data em que a Cedente ou o Administrador do Fundo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, o Fundo já tenha recebido os recursos decorrentes do pagamento do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida (i) deverá o Fundo restituir à Cedente o montante equivalente ao valor de face do(s) Direito(s) de Crédito respectivo(s). Nessa hipótese, o valor devido pelo Fundo à Cedente nos termos deste item 5.04.01. será imediatamente compensado com o valor devido pela Cedente ao Fundo nos termos do 5.04.01. (ii)(a) e (ii)(b). A Cedente neste ato reconhece e concorda que, para os fins da compensação ora prevista, a sua obrigação de restituir ao Fundo um ou mais Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade no mesmo valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão foi resolvida (nos termos do item (ii)(a)) será substituída pela obrigação de entregar recursos nos termos do item (ii)(b).

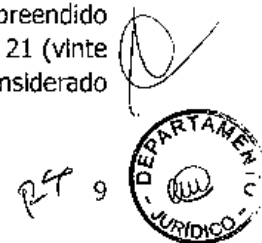
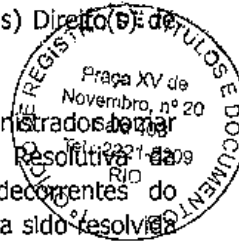
## **CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS E DA FORMALIZAÇÃO DE ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS**

6.01. - A partir da data de início de entrega indicada no Suplemento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), tão logo sejam constituídos, de acordo com o disposto abaixo e com os procedimentos descritos no Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, ou seja, Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, eventualmente, na hipótese de ocorrência de uma Condição Suspensiva, Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

6.01.01. - As entregas de Direitos de Crédito conforme referido acima serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores.

6.01.02. - A quantidade de Direitos de Crédito a ser entregue diariamente ao Fundo será calculada de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e os procedimentos abaixo.

6.01.03. - Para os fins deste Regulamento, o período compreendido entre o dia 21 (vinte e um) de cada mês civil, inclusive, e o dia 21 (vinte e um) do mês imediatamente subsequente, exclusive, será considerado um "Período de Disponibilidade".



6.02. - Em cada dia útil a partir da Data de Início da Entrega (cada, uma "Data de Disponibilização"), a Cedente deverá disponibilizar ao Custodiante, por meio de arquivo eletrônico e na forma do Anexo I a este Regulamento, lista contendo os dados das Faturas de Energia que serão pagas por meio de débito automático ("Lista de Direitos de Crédito Disponíveis").



6.03. - A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") deverá ser calculada pelo Administrador e Informada à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento no dia útil anterior ao início de cada Período de Disponibilidade (cada data de apuração da Quantidade Mínima Mensal, uma "Data de Apuração"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i + \Delta RA_p$$

onde:

i = cada Período de Disponibilidade;

$A_i$  = Montante calculado conforme disposto no item 12.09 do Regulamento do Fundo para o Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

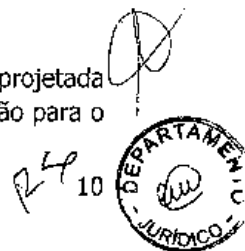
$C_i$  = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade i.

$RA_i$  = Reserva de Amortização (conforme definida no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$D_i$  = Recursos Livres (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$  = Diferença positiva entre a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade i e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade i. Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$  = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade i+3 e a Reserva de Amortização para o

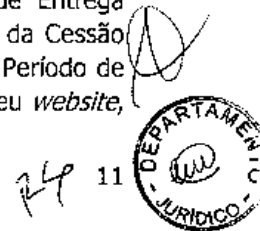
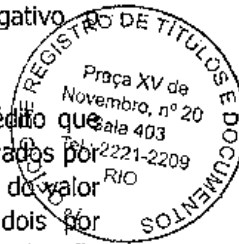


Período de Disponibilidade I. Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

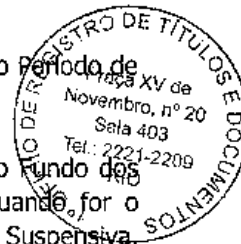
6.03.01. - Para fins de cálculo dos valores dos Direitos de Crédito que serão entregues ao Fundo, os Direitos de Crédito serão considerados por 98% (noventa e oito por cento) do seu valor de face, ou seja, do valor consubstanciado na respectiva Fatura de Energia. Os 2% (dois por cento) restantes serão considerados como valores (i) da Contribuição para Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002; e/ou (ii) de doações realizadas a entidades de assistência e/ou utilizada pública; e/ou (iii) de quaisquer taxas relacionadas a ou incidentes sobre o consumo de energia elétrica, instituídas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Público ou pela ANEEL ("Cobranças de Terceiros") e não serão objeto de Cessão Incondicionada ou de Cessão Condicionada, devendo ser os recursos a eles correspondentes transferidos pelo Agente de Recebimento à Cedente, por meio de depósito na Conta Autorizada da Cedente.

6.04. - Os Direitos de Crédito da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis serão considerados objeto da Cessão Incondicionada e, conseqüentemente, de propriedade do Fundo, por ordem cronológica de vencimento, até que totalizem a Quantidade Mínima Mensal. Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os demais Direitos de Crédito entregues no mesmo Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo. Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

6.05. - O Custodiante verificará se os Direitos de Crédito constantes da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis atendem aos Critérios de Elegibilidade (conforme abaixo definido). O Custodiante será responsável ainda por identificar, em cada Data de Disponibilização, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, devendo disponibilizar para consulta, por meio de seu *website*, ao Administrador e ao Agente de Recebimento, diariamente, relatório de entrega no formato indicado no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("Relatório de Entrega"), indicando quais Direitos de Crédito foram efetivamente transferidos ao Fundo. O Relatório de Entrega consolidado, com a posição de todos os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva em um dado Período de Disponibilidade, será disponibilizado pelo Custodiante, por meio de seu *website*,



ao Administrador e ao Agente de Recebimento, no último dia útil do Período de Disponibilidade em referência.



6.05.01. - Fica desde já estabelecido que a transferência ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, quando for o caso, dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, independe do Relatório de Entrega, que vale como comprovação da transferência de tais Direitos de Crédito ao Fundo, mas não é condição para a sua efetivação.

6.06. - A seleção e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo será considerada concluída em cada Data de Disponibilização em que tenha sido verificado pelo Custodiante o atendimento aos Critérios de Elegibilidade (cada Data de Disponibilização em que haja seleção e entrega efetiva de Direitos de Crédito, uma "Data de Entrega").

6.07. - Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que observará o disposto na Cláusula Quarta e na Cláusula Quinta do Contrato de Cessão.

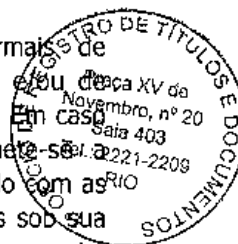
6.07.1. - Fica desde já estabelecido que, na ocorrência de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados, para todos os fins deste Regulamento e do Contrato de Cessão, como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

6.08. - Nos termos do Contrato de Cessão, o Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será pago pelo Fundo à Cedente até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores, desde que a Cedente tenha entregado ao Administrador comprovante de realização das notificações às Instituições Arrecadoras, devidamente firmadas por estas instituições.

6.09. - A Cedente obriga-se a manter os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo, observado ainda o disposto no Contrato de Custódia.

12

6.09.01. - A Cedente garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Fundo, do Custodiante e de terceiros por estes indicados aos Documentos Comprobatórios. Em caso de descumprimento dessa obrigação, a Cedente compromete-se a proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com as instruções do Fundo, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim exigido pelas autoridades competentes), sendo que, após referido prazo, será facultada ao Fundo a apreensão de tais Documentos Comprobatórios.



6.09.02. - Sem prejuízo do disposto no item anterior, o Custodiante verificará trimestralmente e por amostragem a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia.

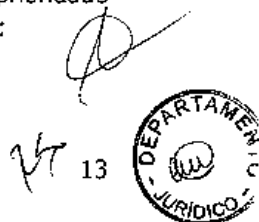
6.09.03. Independentemente do disposto no item anterior, o Custodiante poderá verificar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no Contrato de Custódia (para informações adicionais, vide os itens 22.03 (d) e 22.03(f) do Capítulo Vinte e Dois – Dos Fatores de Risco).

#### **CAPÍTULO SETE – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

7.01. – Tendo em vista o objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas mediante a aquisição de Direitos de Créditos, os recursos do Fundo serão utilizados para a aplicação, desde que sem prejuízo do disposto neste Capítulo e no Capítulo Dezesseis abaixo, de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito.

7.02. - A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito ("Recursos Livres"), a qual não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), exceto nas hipóteses previstas neste Capítulo e no Capítulo Dezesseis abaixo, será necessariamente alocada pelo Administrador nos ativos financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo ("Ativos Financeiros"):

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;



- (ii) títulos públicos de emissão do Banco Central do Brasil ("Bacen")
- (iii) operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados acima.



7.02.01. O Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

7.03. - Observado o disposto no item 7.02. acima, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, financeira ou não, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou fundo de investimento.

7.04 - Durante o prazo de até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser aplicados nos Ativos Financeiros. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos de Crédito.

7.05. - Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao Benchmark, e exclusivamente para este fim, o Administrador poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

7.06. - O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador (conforme definido abaixo) ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro

14



segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

7.07. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

7.07.01. - Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

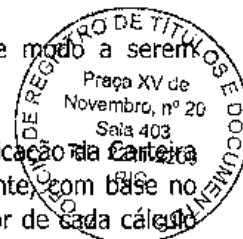
7.08. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

7.09. - O Fundo não contará com garantia do Administrador, da Cedente, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

7.10. - O Administrador declara não estar em situação de conflito de interesses no exercício das funções de Administrador do Fundo, declarando a sua independência em relação à Cedente na condução das atividades relativas à administração do Fundo, inclusive com relação à cessão dos Direitos de Crédito.

7.11. - Fica desde já estabelecido que a Cedente não responde pela solvência dos Consumidores, mas apenas pela originação, correta constituição e formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão e, quando constituídos, pela sua existência, liquidez e certeza. O Administrador e o Custodiante não respondem pela originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito.

## **CAPÍTULO OITO – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**



8.01. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

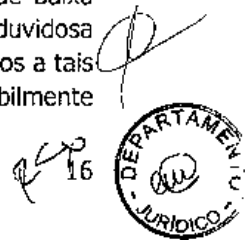
8.02. - Os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia. Caso não exista mercado para os Ativos Financeiros da Carteira do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo. O valor dos Direitos de Crédito apurado nos termos deste item será definido como o "Valor dos Direitos de Crédito".

8.03. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

8.04. - Caso qualquer Direito de Crédito não seja pago na data de seu vencimento ("Direitos de Crédito Inadimplidos"), o Fundo deverá, em até 3 (três) dias úteis contados partir do término de cada Período de Disponibilidade, constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor equivalente ao valor contábil do referido Direito de Crédito, conforme previsto no item 8.04.01. abaixo. A provisão será constituída individualmente para cada Direito de Crédito vencido e não pago, não sendo considerados os valores relativos a outros Direitos de Crédito contra o mesmo Consumidor, que não tenham vencido há um prazo superior a 3 (três) dias úteis, contados do término do respectivo Período de Disponibilidade.

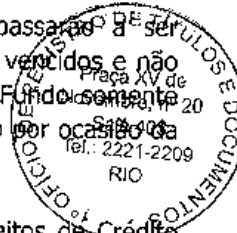
8.04.01. - Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, permanecerão contabilizados sem qualquer desconto ou dedução, por seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento, até o 180º (centésimo octogésimo) dia contado a partir do respectivo vencimento ("Data de Baixa"). Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos de Crédito, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira.

8.04.02. - O Custodiante deverá baixar contabilmente o valor dos Direitos de Crédito que não tiverem sido pagos até a respectiva Data de Baixa contra a correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída na forma deste item 8.04., devendo os valores relativos a tais Direitos de Crédito vencidos e não pagos ser transferidos contabilmente





para a conta de compensação do Fundo, na qual passarão a ser controlados. Os valores relativos aos Direitos de Crédito vendidos e não pagos transferidos para as contas de compensação do Fundo somente serão reconhecidos contabilmente como receita do Fundo por ocasião da sua efetiva realização financeira.



8.04.03. - Na hipótese de realização financeira dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do item 8.04.02, o valor recebido pelo Fundo não será considerado para fins de cálculo do Índice de Cobertura, nos termos do item 17.01 do Capítulo Dezessete, nem do procedimento de Cessão Adicional previsto no item 4.03. do Capítulo Quatro acima.

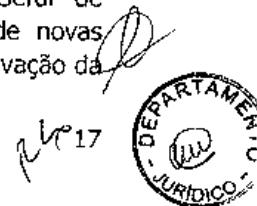
8.05. - Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e amortização de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito (na forma descrita no Capítulo Treze), os Direitos de Crédito Inadimplidos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas.

#### **CAPÍTULO NOVE – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS EMISSÕES DE NOVAS QUOTAS DO FUNDO**

9.01. - O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, que poderão ser divididas em Frações de Quota Subordinada, com o preço de emissão, na Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma ("Preço de Emissão"), totalizando um Patrimônio Inicial de até R\$ 105.300.000,00 (cento e cinco milhões e trezentos mil reais).

9.01.01. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo, sendo que cada série de Quotas do Fundo será descrita em Suplemento a este Regulamento, preparado de acordo com o modelo constante do Anexo II a este Regulamento. O Primeiro Suplemento indicará os termos e condições das Quotas representativas do Patrimônio Inicial.

9.02. - Emissões de novas Quotas Subordinadas do Fundo, que poderão ser divididas em Frações de Quota Subordinada, poderão ser realizadas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, nas hipóteses previstas neste Regulamento. Emissões de novas Quotas Seniores somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da



Assembléia Geral de Quotistas. Para os fins deste Regulamento, as novas Quotas Subordinadas e as novas Quotas Seniores do Fundo serão referidas indistintamente, como ("Novas Quotas").



9.02.01. - Nas emissões de Novas Quotas do Fundo o valor das novas Quotas Subordinadas deverá sempre representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo calculado "pro forma", considerando as Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

9.02.02. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo.

9.02.03. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os atuais Quotistas não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

9.02.04. - Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 444/06.

## **CAPÍTULO DEZ - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

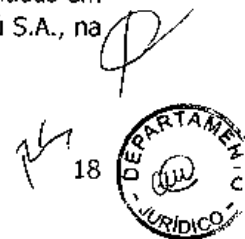
### Características das Quotas

10.01. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma classe de Quotas Subordinadas.

10.01.01. - As Quotas Subordinadas poderão ser emitidas em Frações de Quota Subordinada, à razão, por fração, de 0,1 (um décimo) do preço de emissão de cada Quota Subordinada, que corresponderá a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

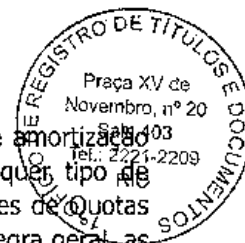
10.01.02. - Aplicam-se às Frações de Quota Subordinada todas as disposições deste Regulamento relativas às Quotas Subordinadas.

10.02. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Banco Itaú S.A., na qualidade de agente de escrituração ("Agente de Escrituração").



### Direitos Patrimoniais

10.03. - As Quotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Seniores. Sem prejuízo do disposto no item 12.07. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Seniores e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.



### Direitos de Voto das Quotas

10.04. - As Quotas Seniores terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

10.05. - Enquanto houver Quotas Seniores em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Quinze.

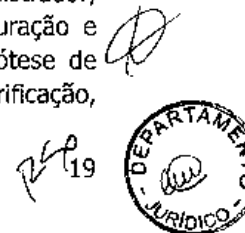
10.05.01. - Após o resgate integral das Quotas Seniores do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

10.05.02. - As Frações de Quotas Subordinadas não terão direito a voto quando consideradas individualmente. Não obstante, cada conjunto de 10 (dez) Frações de Quota Subordinada será considerado como uma Quota Subordinada, correspondendo, nas hipóteses em os titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item 10.05., a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

### Razão de Garantia das Quotas Subordinadas

10.06. - Até o resgate integral de todas as Quotas Seniores, o valor das Quotas Seniores representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 95% (noventa e cinco por cento) ("Razão de Garantia").

10.07. - A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma "Data de Verificação"). Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação,



aplicar-se-á o disposto nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze e/ou Dezoito deste Regulamento, conforme o caso.



#### Distribuição das Quotas Seniores do Fundo

10.08 - As Quotas Seniores do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelo Administrador e/ou por terceiros devidamente habilitados contratados pelo Administrador para tanto, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, conforme alterada. As Quotas Seniores do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro junto à CVM da distribuição de cada emissão de Quotas Seniores.

10.08.01. - Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador.

10.09. - O anúncio de início de distribuição pública de cada série e emissão de Quotas Seniores do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

10.10. - Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores do Fundo, o Administrador determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas Seniores, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II a este Regulamento, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

#### Colocação das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela Cedente

10.11. - As Quotas Subordinadas e Frações de Quota Subordinada representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas e Frações de Quota Subordinada que venham a ser emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze abaixo serão subscritas de forma privada, pela Cedente, nos termos de "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças" celebrado entre o Fundo e a Cedente, na data de constituição do Fundo ("Compromisso de Subscrição").



10.11.01. – A Cedente somente poderá subscrever ou adquirir Frações de Quotas Subordinadas caso seja titular de, no mínimo, uma Quota Subordinada com preço de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).



#### Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

10.12. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pelo Administrador para distribuir Quotas do Fundo e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e de adesão a este Regulamento, na forma do Anexo III deste Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Vinte e Quatro abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto.

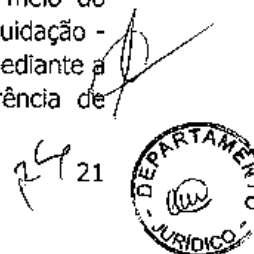
10.13. - As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão Indicado no item 9.01 acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de integralização, na forma dos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.13.01. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá observar o valor estabelecido no item 2.01.01. do Capítulo Dois acima.

10.14. - Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que ocorrer a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Quotas representativas do Patrimônio Inicial ("Primeira Data de Emissão").

10.15. - Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo (inclusive emissões de que trata o Capítulo Quinze abaixo), tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.16. - A integralização das Quotas Seniores será efetuada por meio do Módulo de Distribuição de Cotas – MDC da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e/ou de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de



recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.



10.16.1 - O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente de Escrituração é o documento hábil a demonstrar o número de Quotas de titularidade de cada Quotista.

#### Critérios para Apuração do Valor das Quotas Seniores

10.17. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião; e (ii) a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP– Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (a "Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de juros fixos ("Spread"), incidentes sobre o valor da Quota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

10.17.01. - Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Quota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Quotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e

24/22

- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.



10.17.02. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Quota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = VNe \times [(FatorSpread \times FatorDI) - 1]$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Quota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor da Quota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator *Spread* = sobretaxa de juros fixos, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

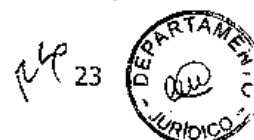
$$Fator Spread = (1 + Spread)^{\frac{1}{252}}$$

Fator DI = fator correspondente à taxa DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

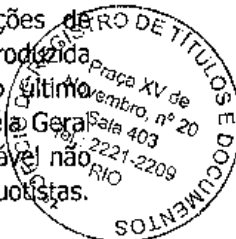
$$Fator DI = (1 + Taxa DI)^{\frac{1}{252}}$$

10.17.03. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

10.17.04. O valor do *Spread* será determinado pelo Administrador, mediante processo de *Bookbuilding*, e posteriormente informado à Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio de atualização do Suplemento, conforme o modelo constante no Anexo II deste Regulamento.



10.17.05. No caso de indisponibilidade da Taxa DI, será utilizada em substituição, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, sendo que, a posterior divulgação da Taxa DI aplicável não ensejará qualquer obrigação financeira para o Fundo e para os Quotistas.



10.17.06. Na hipótese de extinção da taxa DI, impossibilidade de sua utilização para a apuração do valor das Quotas Seniores ou indisponibilidade por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou 15 (quinze) dias úteis alternados em um período de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data em que se verificar um desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir novo parâmetro a ser aplicado às Quotas Seniores. Na Assembleia Geral do Quotistas, os titulares de Quotas Subordinadas poderão sugerir parâmetro alternativo a ser adotado e poderão exercer direito de veto caso não concordem com o parâmetro aprovado pelos titulares de Quotas Seniores. Até a deliberação desse parâmetro, deverá ser observado disposto no item 10.17.05. acima.

#### Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

10.18. – A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Seniores em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto no item 10.17. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

10.18.01. – O valor de cada Fração de Quotas Subordinadas corresponderá a 0,1 (um décimo) do valor obtido para cada Quota Subordinada em conformidade com a metodologia de cálculo descrita no item 10.18. acima.

#### Negociação das Quotas do Fundo

10.19. - As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF da CETIP.

24



10.19.01. - Na hipótese de negociação das Quotas Seniores em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Seniores, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois deste Regulamento.



#### Classificação de Risco das Quotas Seniores

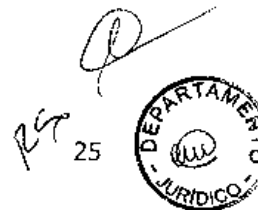
10.20. - As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência de Classificação de risco especializada contratada pelo Fundo, qual seja, Standard & Poor's ("Agência de Classificação de Risco").

10.21. A Agência de Classificação de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

### **CAPÍTULO ONZE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS**

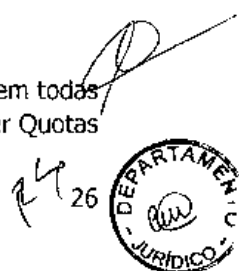
11.01. - É da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, além das hipóteses de alteração deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.01.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 11.03. abaixo;
- (v) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (x) e (xi) abaixo;
- (viii) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas Seniores do Fundo;

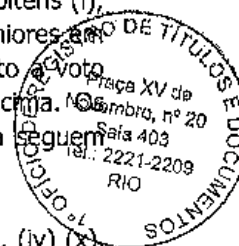


- (ix) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Quarta, Quinta, Sétima e Doze do Contrato de Cessão;
- (x) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no Capítulo Dezoito abaixo);
- (xi) resolver, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no Capítulo Dezoito abaixo), se tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar o Benchmark das Quotas Seniores;
- (xiii) substituir o Benchmark na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores;
- (xiv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Seniores de que trata o item 10.17. deste Regulamento;
- (xv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
- (xvi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo Treze abaixo;
- (xvii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo;
- (xviii) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito; e
- (xix) aprovar a substituição ou a rescisão do convênio firmado pela Cedente com qualquer Instituição Arrecadadora ou Instituição Arrecadadora Elegível.

11.02. - Os Quotistas titulares de Quotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Enquanto houver quaisquer Quotas



Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (v), (vi), (xii) e (xvii) acima. Quando não mais houver Quotas Seniores em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Os quoruns de deliberação das matérias indicadas no item 11.01. acima seguem descritos nos subitens a seguir.



11.02.01. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iv) (x), (xi), (xiii), (xv) e (xvi) do item 11.01. acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto nos termos do item 11.02. acima.

11.02.02. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (v), (vi) e (vii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas emitidas, em primeira convocação, e a maioria das Quotas presentes, em segunda convocação.

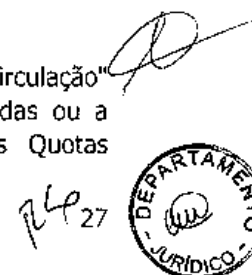
11.02.03. - Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

11.02.04. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii) e (xvii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

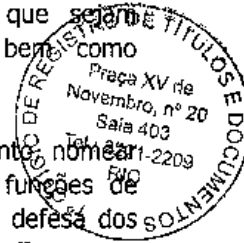
11.02.05. – Deliberações sobre as matérias indicadas no subitem (xviii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação.

11.02.06. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (ix), (xiv) e (xix) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Quotas Seniores presentes.

11.02.07. - Para fins deste Capítulo, define-se "Quotas Seniores em circulação" ou "Quotas em circulação" a totalidade das Quotas Seniores emitidas ou a totalidade das Quotas emitidas, respectivamente, excetuadas as Quotas



Seniores que se encontrem em tesouraria da Cedente, ou que sejam pertencentes a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.



11.03. - A Assembléia Geral do Quotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante dos Quotistas").

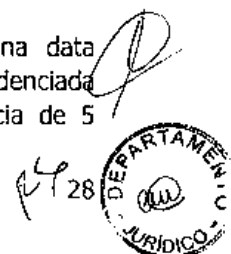
11.03.01. - Somente pode exercer as funções de Representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (ii) não ser titular de Quotas Subordinadas;
- (iii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo da administração ou ser funcionário da Cedente ; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente.

11.04. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.

11.05. - A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio eletrônico, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico utilizado pelo Fundo para realizar divulgação de suas informações, com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.05.01. - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembléia Geral de Quotistas, com antecedência de 5



(cinco) dias, de acordo com o procedimento de convocação acima referido, conforme o caso. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.05.02. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

11.06. - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora do Estado do Rio de Janeiro.

11.07. - Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito de comparecer em toda e qualquer Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

11.08. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembleia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

11.09. - As Assembleias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto.

11.10. - Poderão votar nas Assembleias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano.

11.11. - Não terão direito a voto na Assembleia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

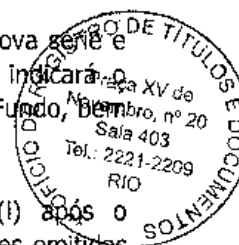
11.12. - Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

## **CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS**

### Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações



12.01. – Cada Suplemento a este Regulamento, referente a cada nova série e emissão de Quotas do Fundo, inclusive o Primeiro Suplemento, indicará o cronograma de amortização de cada série e emissão de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas.



12.01.01. - As Quotas do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Seniores emitidas e em circulação e das Quotas Subordinadas ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo.

12.02. - Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Seniores será designada uma "Data de Amortização" e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Seniores de cada série e emissão do Fundo será designada a "Data de Resgate" de tais Quotas Seniores.

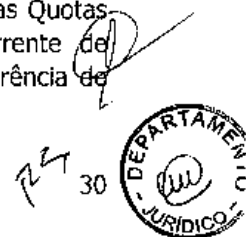
12.02.01. - A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos Treze e Quatorze abaixo.

12.02.02 - A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos titulares de Frações de Quota Subordinada para cada Fração de Quota Subordinada será realizada à razão de 0,1 (um décimo) do valor da distribuição realizada com relação a cada Quota Subordinada.

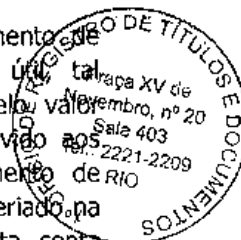
12.03. - Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

12.04. – Exceção feita à hipótese prevista no item 12.07 abaixo, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das Quotas Seniores de todas as séries e emissões do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.

12.05. - Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.



12.05.01. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas não cair em dia útil, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado, na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.



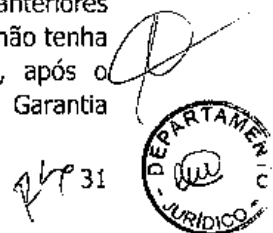
12.06. - Na data de liquidação do Fundo (antecipada ou não), os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros na amortização e no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Treze abaixo.

12.06.01. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

#### Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas

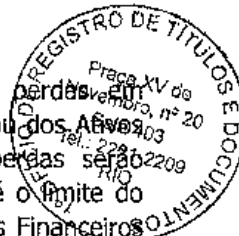
12.07. - Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Seniores deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto nos itens 12.01 a 12.06 acima:

- (i) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior a 95% (noventa e cinco por cento), poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da Cedente, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, sem prejuízo do disposto no Item 12.04.) acima e desde que (a) nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização acima referida, a Razão de Garantia não tenha sido desenquadrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia



permanecerá mantida e (b) a Reserva de Amortização atenda ao disposto no Capítulo Dezesesseis abaixo.

- (ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Seniores.



#### Valor das Quotas Seniores para Fins de Pagamento de Amortização

12.08. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Seniores será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

12.09. - O valor a ser pago em cada Data de Amortização, para cada Quota Sênior será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$A_i = \frac{QS_i}{(n - N)}$$

onde:

"A<sub>i</sub>" corresponde ao valor da parcela de amortização devida no mês em referência;

"QS<sub>i</sub>" corresponde ao valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização;

"n" corresponde ao número de parcelas de amortização programada das Quotas, conforme indicado no Suplemento respectivo; e

"N" corresponde ao número de amortizações já efetuadas.

  
R 32 



Valor das Quotas Subordinadas para Fins de Pagamento de Amortização

12.10. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota do dia do pagamento, calculado nos termos do item 10.18 do Capítulo Dez acima, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.



**CAPÍTULO TREZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS DE CRÉDITO E DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.01. - Observado o disposto no item 13.02. abaixo, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate o Fundo não possua recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

13.01.01. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

13.01.02. - De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores, observado o disposto neste Capítulo.

13.02. - Antes da realização de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros aos Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste Capítulo, a Cedente terá o direito, mas nunca a obrigação, de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, na Data de Resgate, pelo preço indicado no item abaixo.

13.02.01. - Na hipótese de a Cedente decidir exercer a faculdade de que trata este item, a totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão adquiridos por preço equivalente ao valor atualizado de todas as Quotas Seniores ainda em

33

circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. deste Regulamento.

13.03. - Na hipótese de a Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

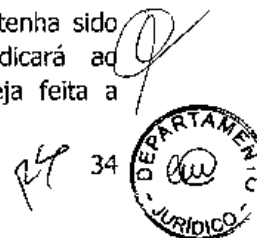


13.03.01. – Na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, sendo a fração ideal de cada Quotista calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

13.03.02. - O Administrador deverá notificar os Quotistas para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

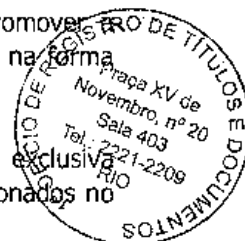
13.03.03. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

13.03.04. – O Custodiante contratará a Cedente para guardar os Direitos de Crédito e os respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação referida no subitem 13.03.02. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 13.03.03. acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a



entrega dos Direitos de Crédito e Documentos Comprobatórios respectivos. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

13.03.05. - A Cedente poderá contratar, sob sua exclusiva responsabilidade, terceiros para prestação dos serviços mencionados no item 13.03.04.



#### **CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS DE CRÉDITO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

14.01. - O Administrador poderá realizar a amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação (a "Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão de Garantia caso a Cedente não o tenha feito nos termos do Capítulo Quinze abaixo e/ou (ii) à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Capítulo Sete deste Regulamento.

14.01.01. A Amortização Extraordinária referida acima será comunicada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para a devolução do Aviso de Desenquadramento estabelecida no Capítulo Quinze deste Regulamento, quando se tratar de desenquadramento da Razão de Garantia ou, no caso de desenquadramento da alocação mínima em Direitos de Crédito, contados da data em que for verificado o desenquadramento.

14.02. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Seniores nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

14.03. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

#### **CAPÍTULO QUINZE – DO ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA**

15.01. - Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, o Administrador deverá informá-lo à Cedente, na forma do Anexo IV deste Regulamento ("Aviso de Desenquadramento"). A

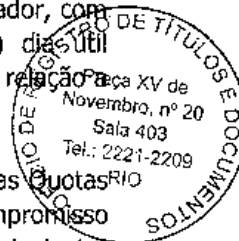
35

Cedente deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

- (i) a Cedente poderá, a seu exclusivo critério, integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
  - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
  - b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (ii) a Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito abaixo.

15.02. - Na hipótese descrita no subitem (i) do item 15.01. acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, hipótese em que esse Regulamento será complementado por Suplemento na forma do Anexo II.

15.03. - Na hipótese de a Cedente não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazo descritos no item 15.01 acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no Capítulo Quatorze ou Dezoito, conforme o caso.



24 36

**CAPÍTULO DEZESSEIS – DA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, DOS PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS E DA ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO**



16.01. – A partir da Primeira Data de Emissão e até o final do prazo de duração do Fundo, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização (a "Reserva de Amortização") de forma que, em cada Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2},$$

onde:

$RA_i$  = é a Reserva de Amortização para cada Período de Disponibilidade.

$A_i$  = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, dentro do Período de Disponibilidade.

$C_i$  = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, empresa de auditoria contratada pelo Fundo e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade  $i$ .

16.01.02. - A Reserva de Amortização será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios.

16.01.03. - O valor da Reserva de Amortização será calculado pelo Administrador em cada Data de Apuração.

16.02. - Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no Capítulo Vinte abaixo;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente

25 37

subseqüente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- (iii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (iv) constituição da Reserva de Amortização, observado o disposto no item 16.01. acima;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.



16.03. – Os recursos da Reserva de Amortização serão aplicados em Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Sete acima.

#### **CAPÍTULO DEZESSETE – DO ÍNDICE DE COBERTURA**

17.01 - Até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento de cada Período de Disponibilidade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Administrador deverá calcular a divisão do (i) somatório dos valores das Faturas de Energia subtraído das Faturas de Energia representativas dos Direitos de Crédito Inadimplidos, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, pelo (ii) valor da Amortização acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes ao respectivo Período de Disponibilidade (“Índice de Cobertura”).

#### **CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

##### Dos Eventos de Avaliação

18.01. - São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

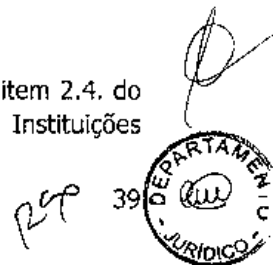
- (i) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subseqüente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade

38



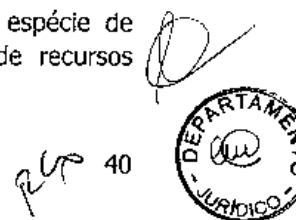
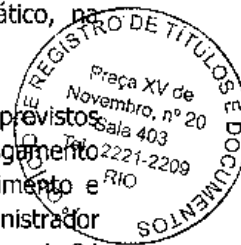
imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;

- (ii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido neste Regulamento) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;
- (iii) caso o Índice de Cobertura (conforme definido neste Regulamento) seja inferior a 200% (duzentos por cento) em qualquer Período de Disponibilidade, sem prejuízo da Cessão Adicional a que se refere o item 4.03 do Capítulo Quatro deste Regulamento,;
- (iv) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (v), (vi), (vii) e (viii) abaixo;
- (v) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (vii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (x) do item 10.1. da Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
- (viii) descumprimento, pela Cedente, da obrigação de ceder Direitos de Crédito Adicionais nos termos do Contrato de Cessão;
- (ix) apresentar, quando da Cessão Adicional, nos termos do item 2.4. do Contrato de Cessão, os Aditamentos celebrados com as Instituições



Arrecadoras Elegíveis ou com as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático, na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão;

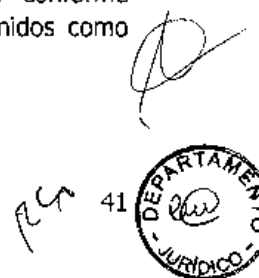
- (x) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores") desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xi) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- (xii) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (xiii) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (off-balance); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos



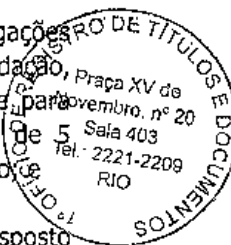


financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- (xiv) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior à classificação inicialmente obtida, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (xv) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Compromisso de Subscrição;
- (xvi) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xvii) não observância pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- (xviii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze deste Regulamento, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
- (xix) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito, conforme determinado no Capítulo Sete deste Regulamento, por período superior a 5 (cinco) dias úteis;
- (xx) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, que não estejam definidos como Eventos de Liquidação nos termos deste Regulamento;



- (xxi) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este, para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xxii) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento.



18.01.01. - Fica desde já estabelecido que a realização, pela Cedente, de cisão, fusão ou incorporação para implementar o processo de desverticalização exigido pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, bem como a alteração do objeto social da Cedente decorrente exclusivamente do processo de desverticalização acima referido, não será considerada Evento de Avaliação desde que atenda, cumulativamente, às seguintes condições: (i) a Cedente tenha obtido autorização e anuência da ANEEL e das instituições financeiras com as quais a Cedente tenha celebrado contratos que exijam tal aprovação; (ii) nenhum Evento de Avaliação previsto acima esteja em curso; (iii) a desverticalização ocorra no âmbito da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; e (iv) em decorrência da desverticalização, sejam transferidos do ativo imobilizado da Cedente os ativos por ela detidos na data em que ocorrer a desverticalização, relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica.

18.01.02. - Sem prejuízo do disposto no subitem 18.01.03. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo.

18.01.02.01 – O saneamento de Evento de Avaliação anteriormente à realização da Assembleia Geral não impedirá sua instalação regular e a tomada de deliberações acerca do Fundo, podendo, inclusive, ser decidido se o Evento de Avaliação caracteriza Evento de Liquidação.

18.01.03. - No caso da Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 18.02. abaixo.



18.01.04. - Caso a Assembléia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembléia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.



18.01.05. - O direito da Cedente ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas referida no subitem 18.01.02. acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Seniores na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas.

18.01.06 – Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente terá a faculdade, no prazo de 2 dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos Direitos de Crédito, para consideração dos titulares das Quotas Seniores na Assembléia Geral de Quotistas que será realizada para a deliberação sobre o Evento de Avaliação, conforme acima referido.

18.01.07. - Caso a Cedente apresente novos Direitos de Crédito para sanar o Evento de Avaliação, a Assembléia Geral de Quotistas, acima referida, a ser realizada para deliberar sobre o Evento de Avaliação, deverá deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos Direitos de Crédito.

#### Dos Eventos de Liquidação Antecipada

18.02. - Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão seja resilido e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida rescisão a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não delibere pela continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de

43



modo que o Fundo passe a ter como objetivo de investimento a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito;

- (ii) caso seja deliberado em Assembléia Geral de Quotistas de um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) não pagamento, em até 2 (dois) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- (iv) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas de Energia sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo Direitos de Crédito sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames incluindo, sem limitação, obrigações relativas a vinculação de receita em garantia de qualquer empréstimo ou dívida;
- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão para fornecimento de energia elétrica previstas em lei ou no Contrato de Concessão;
- (vi) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (vii) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (viii) caso não seja determinado pela Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (ix) caso os Quotistas titulares de Quotas Seniores não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral de Quotistas para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove, na forma ali estabelecida;
- (x) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e



- (xi) resilição do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, sem a assunção das funções da Cedente por outra entidade, nos termos ali definidos.

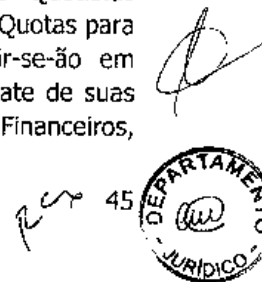
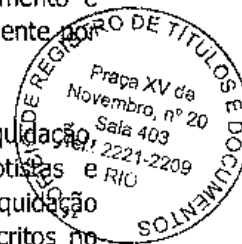
18.02.01. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente notificará tal fato aos Quotistas e convocará Assembleia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos descritos no item 18.02.03. abaixo e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

18.02.02. - Na Assembleia Geral de Quotistas mencionada no subitem 18.02.01. acima, os titulares de Quotas Seniores poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

18.02.03. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Quotistas, mencionada no subitem 18.02.01. acima, por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

18.02.04. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembleia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Seniores do Fundo, que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Quotas Seniores, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembleia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do item 10.17. deste Regulamento.

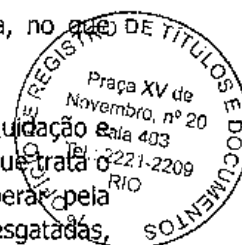
18.02.05. - Na hipótese descrita no subitem anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas Seniores aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembleia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros,



de acordo com os princípios estabelecidos no Capítulo Treze acima, no que couber.

18.02.06 - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o subitem acima ou de que trata o subitem 18.01.03. do item 18.01. acima, conforme o caso, deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma dos itens 10.17. e 10.18. deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

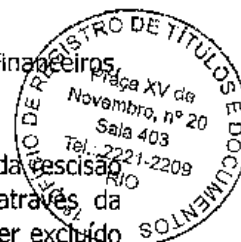
- (i) as Quotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo de montantes de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de amortização das Quotas;
- (iv) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins;
- (v) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Seniores não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Seniores, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Treze;
- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Seniores, nos termos indicados nos subitens acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda



46



corrente nacional, em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Treze.



18.02.07. Caso a Assembléia Geral de Quotistas, mesmo diante da rescisão do Contrato de Cessão, decida pela continuidade do Fundo através da aquisição de outros direitos de crédito, o termo "CEEE" deverá ser excluído da denominação do Fundo.

#### **CAPÍTULO DEZENOVE – DO PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO NÃO PAGOS NO VENCIMENTO**

19.01. – Os Direitos de Crédito Inadimplidos, serão objeto de cobrança pelo Fundo, que contratou a Cedente para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito de responsabilidade dos Consumidores.

19.01.01. - A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02. - No segundo dia útil seguinte ao seu vencimento, a Cedente iniciará o processo de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

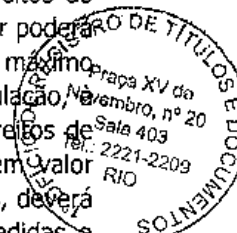
19.02.01. - A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos no Contrato de Concessão e nos Contratos de Fornecimento, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

19.02.02. - A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Inadimplidos sem a prévia anuência, por escrito, do Fundo.

19.03. - Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos de Crédito e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas. A Cedente, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

247 47

19.04. - Na cobrança dos Direitos de Crédito e/ou na defesa dos direitos do Fundo decorrentes da aquisição dos Direitos de Crédito, o Administrador poderá utilizar, sem autorização prévia, recursos em valor correspondente a no máximo 1% (um por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores em circulação, na época de decisão sobre a adoção de qualquer medida relativa aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Caso o Fundo necessite de recursos em valor superior a 1% (um por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre as medidas a serem adotadas e o eventual aporte de recursos pelos Quotistas.



19.04.01. – Ressalvado o disposto no item 19.04, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Quotistas, em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 19.04, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, a Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e/ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

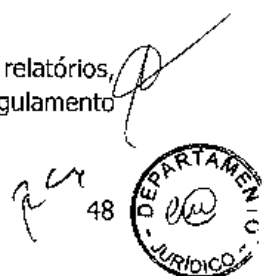
19.05. - Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, sem qualquer dedução de impostos, taxas ou quaisquer outros valores.

19.06 – O Custodiante não se responsabiliza pelo protesto de Direitos de Crédito ou pela inserção de nomes de devedores de Direitos de Crédito em cadastro de órgãos de proteção ao crédito.

## **CAPÍTULO VINTE – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

20.01 - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração de que trata o Capítulo Vinte e Quatro deste Regulamento, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;





- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos quotistas.

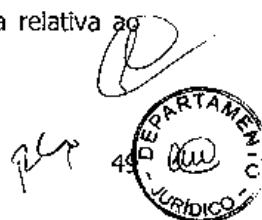


20.02. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

20.03. - O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

## **CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

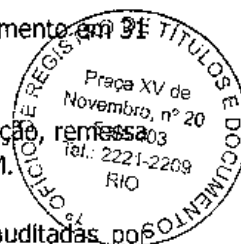
21.01. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.



21.02. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

21.03. - O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

21.04. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.



## CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO

22.01. - Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos neste Capítulo.

22.02. - Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

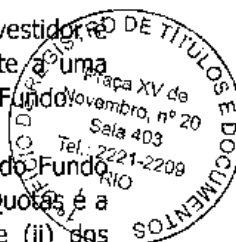
(a) **Não Existência de Seguro da Performance da Cedente.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito cedidos e entregues ao Fundo são Direitos de Crédito futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos de Crédito, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica aos Consumidores e, conseqüentemente, a geração de Direitos de Crédito. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Consumidores, conforme o caso, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos de Crédito, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo ou podem tornar o investimento

PC 50



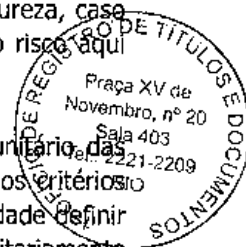
ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor decorre igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.



- (c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos de Crédito pelos Consumidores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas. Adicionalmente, o patrimônio líquido do Fundo pode se tornar negativo, sendo necessária a realização de aportes de capital pelos Quotistas para o pagamento dos encargos do Fundo.
- (d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Consumidores; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (e) **Risco de mercado e fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do

749 51

valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.



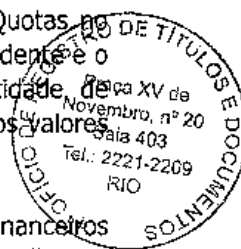
- (f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- (g) **Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Capítulo Dezoito deste Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- (h) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em Direitos de Crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Quotistas devem possuir condição financeira para manter até o vencimento os Direitos de Crédito e os Ativos

757

52



Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente e o Custodiante não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

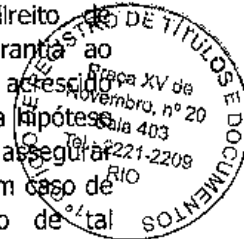


- (i) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.
- (j) **Risco de descasamento.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Cedente, o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.
- (k) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.



(l) **Riscos relativos à Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da**

**Concessão.** A Cedente realizou cessão fiduciária do direito de indenização decorrente do Contrato de Concessão em garantia ao pagamento do valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescido dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, na hipótese de resilição do Contrato de Cessão. Todavia, não é possível assegurar que a Cedente receberá a indenização do Poder Concedente em caso de extinção antecipada da concessão, porque o pagamento de tal indenização dependerá das circunstâncias em que se der a referida extinção, bem como da apuração dos valores a serem pagos pelo Poder Concedente à Cedente a título de indenização. Adicionalmente, deve-se ressaltar que o mecanismo da cessão fiduciária de bens móveis em garantia a operações realizadas no mercado financeiro e de capitais consiste em inovação recentemente introduzida na legislação brasileira, não sendo, portanto, possível avaliar as dificuldades a serem enfrentadas na hipótese de excussão dessa garantia.



- (m) **Riscos Relativos à Cobrança dos Direitos de Crédito.** Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras ou, conforme o caso, nas Instituições Arrecadoras Elegíveis. O cadastramento das Faturas de Energia para pagamento por meio de débito automático é faculdade dos Consumidores. Assim, na hipótese de haver redução do volume de Direitos de Crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático, de forma que os Direitos de Crédito não sejam suficientes para atingir o Índice de Cobertura, haverá necessidade de cessão dos Direitos de Crédito Adicionais. Caso os Direitos de Crédito Adicionais não sejam suficientes para a recomposição do Índice de Cobertura, tal fato poderá acarretar a liquidação do Fundo. Não há como assegurar que os Quotistas receberão integralmente os valores investidos na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

22.03. Quanto aos riscos associados aos Direitos de Crédito destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- (a) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos de Crédito, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para aguardar o vencimento



54

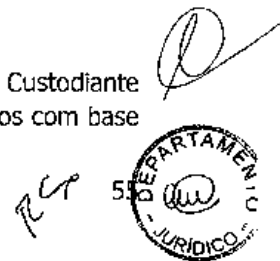
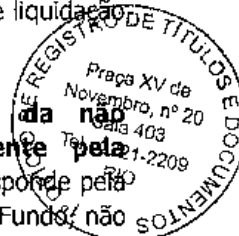
os Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

- (b) **Risco de Crédito dos Consumidores, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência dos Direitos de Crédito.** A Cedente somente responde pela

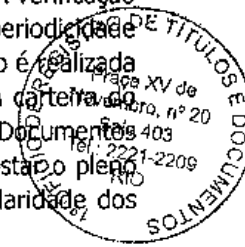
originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Consumidores. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização, a Razão de Garantia, o Índice de Cobertura e os Instrumentos de Garantia vinculados aos Direitos de Crédito cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou ao resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Dessa forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento dos Consumidores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Crédito sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Consumidores, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (c) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.** O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu patrimônio líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezenove, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

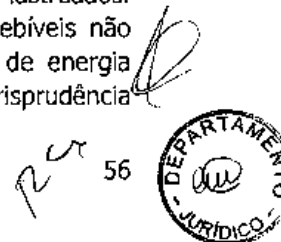
- (d) **Regularidade dos Documentos Comprobatórios.** O Custodiante realizará verificação periódica dos Documentos Comprobatórios com base



em análise dos relatórios eletrônicos enviados pela Cedente. A verificação física dos Documentos Comprobatórios será efetuada em periodicidade trimestral e por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.



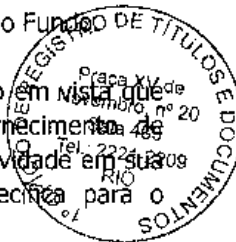
- (e) **Riscos Operacionais** O envio das Faturas de Energia pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento dos Direitos de Crédito, a transferência dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada para o Fundo, a troca de Informações a respeito da caracterização da inadimplência dos Consumidores, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador.
- (f) **Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** A Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente pode representar limitação ao Fundo para a verificação da correta originação e formalização dos Direitos de Crédito e para a eventual realização de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Consumidores, o que poderá impactar negativamente a carteira do Fundo, resultando em efeitos adversos à rentabilidade do investimento nas quotas do Fundo.
- (g) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência





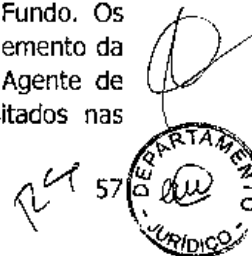
sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

- (h) **Inexistência de Política de Crédito Específica.** Tendo em vista que a Cedente é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, e, portanto, obrigada a desenvolver tal atividade em sua área de concessão, não existe política de crédito específica para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores.

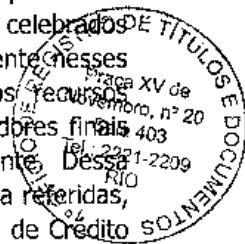


22.04. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- (a) **Término Antecipado da Concessão.** No caso do término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos de Crédito. No entanto, a ANEEL, ao se manifestar sobre a questão, apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos de Crédito.
- (b) **Vinculação de Direitos de Crédito para Garantia de Obrigações da Cedente.** A CEEE celebrou diversos contratos financeiros e de garantia, ainda em vigor (incluindo os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado relativos à compra de energia pela Cedente), por meio dos quais a CEEE vinculou parcela de sua receita decorrente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica à satisfação de obrigações pecuniárias de sua responsabilidade previstas nos referidos contratos. A Cedente sucedeu a CEEE nos direitos e obrigações decorrentes de referidos contratos. Tais contratos vinculam especialmente os recursos oriundos da venda de energia pela Cedente a seus consumidores finais depositados em contas bancárias de titularidade da Cedente mantidas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., que também atua como Agente de Recebimento do Fundo. Os contratos ora referidos prevêm que, na hipótese de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações neles estabelecidas, o Agente de Recebimento será obrigado a transferir os recursos depositados nas



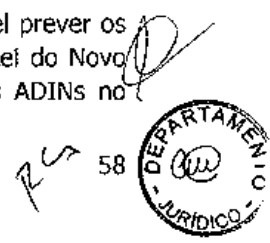
contas bancárias de titularidade da Cedente diretamente para seus credores. Tendo em vista que tais contratos foram celebrados anteriormente à constituição do Fundo, os credores da Cedente nesses contratos têm prioridade com relação ao recebimento dos recursos oriundos da venda de energia pela Cedente a seus consumidores finais depositados em contas bancárias de titularidade da Cedente. Dessa forma, caso venha a ser executada qualquer das garantias ora referidas, não é possível garantir que os recursos oriundos dos Direitos de Crédito depositados na Conta Transitória não serão afetados e/ou que a Cedente disporá de Direitos de Crédito em volume suficiente para o atendimento das obrigações da Cedente perante o Fundo. A utilização de recursos da Conta Transitória para pagamento de obrigações não previstas neste Regulamento ou a insuficiência de Direitos de Crédito para entrega ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, poderão prejudicar a continuidade do Fundo e o pagamento e a rentabilidade das Quotas.



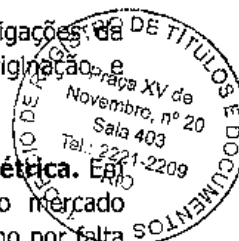
(c) **Efeitos da política econômica do Governo Federal.**

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.

(d) **Efeitos do novo modelo do setor elétrico.** Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de fornecimento de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita à regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Regulamento, não é possível prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no



setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com seus consumidores, bem como na originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.



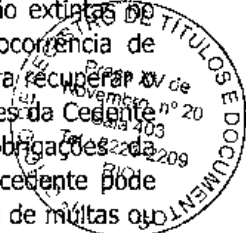
- (e) **Impacto da escassez e/ou racionamento de energia elétrica.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos de Crédito da Cedente poderão ser negativamente afetados.
- (f) **Regulação e Fiscalização da ANEEL.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) Intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente tem poderes para extinguir a concessão da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas

25

59



Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos de Crédito ao Fundo.



- (g) **Impactos da Regulamentação Ambiental.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos de Crédito ao Fundo.
- (h) **Impenhorabilidade de Ativos da Cedente.** Os bens da Cedente essenciais à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica não podem ser objeto de penhora ou execução extrajudicial. Assim, em caso de inadimplemento da Cedente com relação às obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Cessão, esses bens da Cedente não poderão ser utilizados para pagamento ao Fundo e aos quotistas das penalidades pecuniárias e indenização advindas do inadimplemento.

22.05. Devem ser considerados os seguintes riscos:



- (a) **Propriedade das Quotas e não dos Direitos de Crédito.** Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

- (b) **Emissão de Novas Quotas Subordinadas e diluição.** Em determinadas situações previstas neste Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Seniores, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do Fundo.

- (c) **Ausência de Garantia.** As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

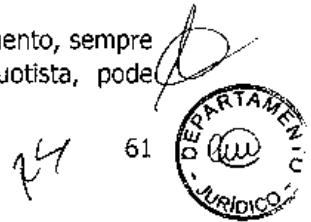
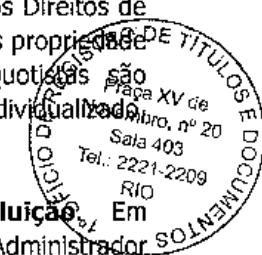
## **CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

### Da Administração do Fundo

23.01. - O Fundo será administrado e gerido pela PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM.

23.02. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos de crédito, demais ativos financeiros e modalidades operacionais que integrem a Carteira do Fundo.

23.03. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias endereçado a cada Quotista, pode



renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

23.03.01 - Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Quotistas de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

23.03.02. - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Quotistas.

23.03.03. – Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do subitem 23.03.02. acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

#### Da Custódia e Controladoria do Fundo

23.04. - Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/2001, o Fundo contratou o BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (o "Custodiante").

23.05. - O Custodiante prestará os serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/2001 nos termos do Contrato de Custódia.



Dos Serviços de Recebimento e Pagamento dos Direitos de Crédito

23.06. - O Fundo contratou o BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, nº 177, inscrita no CNPJ/MF nº 92.702.067/0001-96, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, para a função e as responsabilidades de agente de recebimento (o "Agente de Recebimento").



**CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E  
DEMAIS TAXAS DO FUNDO**

24.01. - Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, que deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

24.01.01. - A taxa de administração devida mensalmente ao Administrador será dividida da seguinte forma: (i) o valor fixo mensal de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) que será pago diretamente ao prestador do serviço de escrituração de Quotas; e (ii) o valor apurado conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left( X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde,}$$

$TA$  = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

$X$  = percentual anual fixo, correspondente a 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento); e

$PL_{(D-1)}$  = PL do Fundo no dia útil anterior à data do cálculo.

24.01.02. – O valor do percentual anual fixo "X", apurado pela fórmula acima, correspondente a 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), será distribuído da seguinte forma:

- a) o valor de 0,04% (quatro centésimos por cento) que será pago diretamente ao prestador do serviço de controladoria; e

746 63

- b) o valor de 0,40% (quarenta centésimos por cento) que será pago diretamente ao Administrador.

24.01.03. - O Administrador não receberá taxa de desempenho, taxa de ingresso e/ou saída.

24.01.04. - A remuneração acima não inclui as despesas previstas no Capítulo XX acima, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

24.01.05. - O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

24.01.06. - O valor em reais (R\$) constante do item 24.01.01 acima será corrigido anualmente, sempre no mês de Janeiro, pela variação do Índice de Preços ao consumidor da FIPE (IPC -FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços -Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

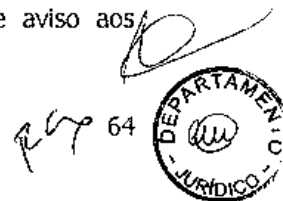
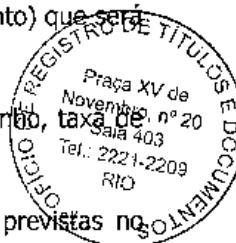
24.02. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas, nem quaisquer outras taxas e encargos além dos previstos neste Capítulo e no Capítulo Vinte deste Regulamento.

## **CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

25.01. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

25.02. - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo.

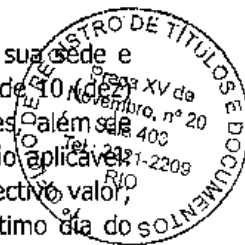
25.03. - A divulgação de informações de que trata o item 25.01. acima será feita no jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.





25.04. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além das outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.



25.05. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

## **CAPÍTULO VINTE E SEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

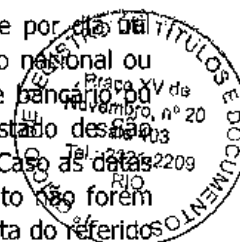
26.01. A utilização da denominação "CEEE" na denominação do Fundo é baseada exclusivamente na origem dos Direitos de Crédito que poderão compor a Carteira, conforme estabelecido nas Cláusulas Três e Quatro acima, e não na participação e/ou na assunção de responsabilidade pela Cedente e/ou por seus controladores pelas operações do Fundo. A aquisição, pela Cedente, de Quotas Subordinadas do Fundo, nos termos e condições descritos no Compromisso de Subscrição e/ou as obrigações assumidas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão, Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, Contrato de Depósito e Contrato de Custódia (conforme definidos neste Regulamento) não representam responsabilidade da Cedente e/ou de seus controladores pelas operações do Fundo e/ou, ainda, garantia de rentabilidade para os titulares de Quotas do Fundo.

26.02. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas.

26.02.01. As publicações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor serão feitas no jornal Monitor Mercantil.

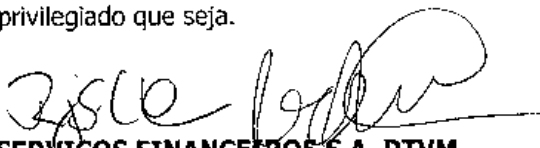


26.03. - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.



26.04. - Para maiores informações sobre a Cedente e os Direitos de Crédito, os interessados deverão consultar o Prospecto do Fundo ("Prospecto"), que descreve as atividades da Cedente, bem como os principais procedimentos envolvendo a origem, formalização e cobrança dos Direitos de Crédito que podem ser integrantes da Carteira do Fundo.

26.05. - Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

  
**PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**  
- Instituição Administradora -



1.º OFICIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Praça XV de  
 Novembro, nº 20  
 Sala 403  
 Tel.: 2221-2209  
 RIO

\_\_\_\_\_ R/C

[illegible]

14  
67



**Anexo II ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos  
Creditórios Não-Padronizados CEEE II**

**Modelo de Suplemento ao Regulamento**



<b>Características da [•] Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II</b>	
Número da Emissão e Série	[•] <sup>a</sup> ([•])
Valor da Emissão e Série	R\$ [•] ([•] reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•]
Quantidade de Quotas Seniores	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Subordinadas	[•] ([•])
Benchmark das Quotas Seniores	[a ser definido em processo de <i>Bookbuilding</i> ] [[•]% da Taxa DI, conforme definida no Regulamento]
Data de Início da Entrega	[•]
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	Mensal
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas	[•], além do disposto no item 12.10. do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Datas de Amortização das Quotas Seniores	[•]
Data Programada de Pagamento de Amortização das Quotas Subordinadas	Última Data de Amortização das Quotas Seniores
Data de Resgate das Quotas	[•]
Valor do Patrimônio do Fundo antes da 1 <sup>a</sup> Emissão e Série	R\$ 0,00 (zero reais)
Valor do Patrimônio do Fundo atualizado (Imediatamente após a 1 <sup>a</sup> Emissão e Série)	R\$ [•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Seniores do Fundo após a 1 <sup>a</sup> Emissão e Série	[•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Subordinadas do Fundo após a 1 <sup>a</sup> Emissão e Série	[•] ([•])

*[Handwritten signature]*

*R4P*

68



**Anexo III ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos  
Creditórios Não-Padronizados CEEE II**

**Modelo de Termo de Adesão e Ciência de Risco**



**TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E DE ADESÃO E DE RECEBIMENTO DE  
REGULAMENTO E PROSPECTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II  
CNPJ N.º 08.490.205/0001-04**

Na qualidade de subscritor de quotas de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II ("FUNDO"), inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.490.205/0001-04, administrado pelo Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("ADMINISTRADOR"), declaro que:

- (i) Recebi, no ato da minha primeira subscrição de quotas do FUNDO, o Regulamento e o Prospecto do FUNDO, tendo lido e entendido o inteiro teor dos referidos documentos, sendo que concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretratável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;
- (ii) Sou Investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM n.º 409/2004, sendo elegível, portanto, para investir no FUNDO, e tenho ciência da necessidade da manutenção da minha condição de investidor qualificado para permanência no FUNDO. Nesse sentido, comprometo-me a comunicar ao ADMINISTRADOR, imediatamente, qualquer alteração na minha condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do FUNDO;
- (iii) Como investidor qualificado, declaro possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não me sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos investidores não-qualificados; bem como atesto ser capaz de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados à aplicação de meus recursos em um fundo de investimento destinado a investidores qualificados;
- (iv) Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do FUNDO, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento do

69



FUNDO, da taxa de administração devida ao ADMINISTRADOR, dos riscos aos quais o FUNDO e conseqüentemente os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de ocorrência de variações no patrimônio líquido do FUNDO e da perda total do capital por mim investido;



- (v) A política de investimento do FUNDO e os riscos aos quais o FUNDO está sujeito estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento;
- (vi) Tenho ciência de que o ADMINISTRADOR, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, será responsável por qualquer depreciação dos ativos do FUNDO, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO e/ou resgate de quotas;
- (vii) Tenho ciência de que as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC;
- (viii) Tenho ciência de que terei que integralizar as quotas do FUNDO subscritas por mim de acordo com os termos e condições do Regulamento do FUNDO, bem como do Boletim de Subscrição firmado por mim nesta data;
- (ix) Os recursos que serão utilizados na integralização das quotas do FUNDO por mim subscritas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à "lavagem", ocultação de bens, direitos e valores;
- (x) Tenho ciência de que a existência de rentabilidade/performance do FUNDO e/ou de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros;
- (xi) Responsabilizo-me pela veracidade das minhas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o ADMINISTRADOR de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão das mesmas.

[Cidade], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

**NOME DO INVESTIDOR:** \_\_\_\_\_

**CNPJ/CPF DO INVESTIDOR:** \_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO INVESTIDOR**



**Anexo IV ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos  
Creditórios Não-Padronizados CEEE II**

**Modelo de Aviso de Desenquadramento**



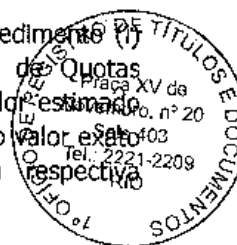
A PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II ("Administrador" e "Fundo"), vem, por meio deste, notificar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D ("Cedente"), na qualidade de cedente dos Direitos de Crédito (conforme definido no regulamento do Fundo), nos termos do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), celebrado em 19 de dezembro de 2006 entre o Fundo e a Cedente, a ocorrência do desenquadramento da Razão de Garantia do Fundo em [•].

Solicitamos indicar em até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento deste Aviso de Desenquadramento, com cópia ao Custodiante, qual dos procedimentos abaixo deverá ser adotado pelo Administrador:

- (i) integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
  - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
  - b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou
- (ii) resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezoito do Regulamento.

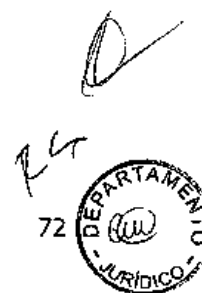
24 71

Para o reenquadramento da Razão de Garantia por meio do procedimento (1) acima, será necessária a integralização de um número inteiro de Quotas Subordinadas, no valor estimado de [•]. Ressaltamos que este valor estimado refere-se ao valor da Quota Subordinada de abertura do dia [•], e o valor exato a ser integralizado será comunicado a V.Sas. na data da respectiva integralização.



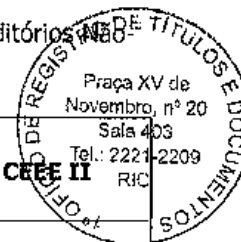
Atenciosamente,

PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM





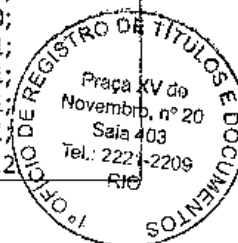
Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não  
Padronizado CEEE II



Características da 1ª Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado CEEE II	
Número da Emissão e Série	1ª (primeira)
Valor da Emissão e Série	R\$ 105.300.000,00 (cento e cinco milhões e trezentos mil reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	105 (cento e cinco) quotas inteiras e 3 (três) frações de quotas subordinadas correspondente a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada uma
Quantidade de Quotas Seniores	100 (cem)
Quantidade de Quotas Subordinadas	5 (cinco) quotas inteiras e 3 (três) frações de quotas subordinadas correspondente a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada uma
Benchmark das Quotas Seniores	Taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na <i>Internet</i> ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 1,0% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
Data de Início da Entrega	21 de janeiro de 2007
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	Mensal
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas e Frações	Conforme o disposto no item 12.10. do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	60 (sessenta) parcelas de amortização
Datas de Amortização das Quotas Seniores	12/02/2007; 12/03/2007; 10/04/2007; 10/05/2007; 11/06/2007; 10/07/2007; 10/08/2007; 10/09/2007; 10/10/2007; 12/11/2007; 10/12/2007; 10/01/2008; 11/02/2008; 10/03/2008; 10/04/2008; 12/05/2008; 10/06/2008; 10/07/2008; 11/08/2008; 10/09/2008; 10/10/2008; 10/11/2008; 10/12/2008; 12/01/2009; 10/02/2009; 10/03/2009; 13/04/2009; 11/05/2009; 10/06/2009; 10/07/2009; 10/08/2009; 10/09/2009; 13/10/2009;



	10/11/2009; 10/12/2009; 11/01/2010; 10/02/2010; 10/03/2010; 12/04/2010; 10/05/2010; 10/06/2010; 12/07/2010; 10/08/2010; 10/09/2010; 11/10/2010; 10/11/2010; 10/12/2010; 10/01/2011; 10/02/2011; 10/03/2011; 11/04/2011; 10/05/2011; 10/06/2011; 11/07/2011; 10/08/2011; 12/09/2011; 10/10/2011; 10/11/2011; 12/12/2011 e 10/01/2012
--	---



Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2006

*[Signature]*  
PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM



### **ANEXO III**

---

Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3ª OFÍCIO

- 2 JAN 2007 857750

ARQUIVADO: COPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.

**CONTRATO DE CESSÃO, AQUISIÇÃO E PROMESSA DE CESSÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

3º RD-RJ-Reg. nº 867750  
Emolumentos... R\$ 128,59  
Distinção... R\$ 11,50  
Multa... R\$ 7,82  
Fees Fundação... R\$ 120,14  
Tota... R\$ 449,05

Pelo presente instrumento, as partes:



(a) **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**  
– **CEEE-D**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio A1, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.467.115/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cedente");

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.490.205/0001-04 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social;

e, como interveniente anuente,

(c) **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Banrisul" ou "Agente de Recebimento");

sendo a Cedente, o Fundo e o Banrisul, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individual e indistintamente, como "Parte".

**CONSIDERANDO QUE:**

I. A Cedente é concessionária de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica, em decorrência de cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.715.812/0001-31 ("CEEE"), deliberada no dia 27 de novembro de 2006 ("Cisão"), realizada no âmbito do processo de desverticalização da CEEE exigido pela Lei nº 10.848, de



15 de março de 2004 e aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 484, de 28 de março de 2006, nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 25 de outubro de 1999, e do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 17 de outubro de 2005, celebrados entre a CEEE e a União Federal, com a intermediação da Agência Nacional de Energia Elétrica -- ANEEL (respectivamente, "ANEEL" e "Contrato de Concessão")



II. No âmbito de suas atividades de fornecimento de energia elétrica, a CEEE firmou e a Cedente firmará Contratos de Prestação de Serviço Público de Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores atendidos em alta e baixa tensão (doravante e conjuntamente denominados, respectivamente, "Contratos de Fornecimento" e "Consumidores", sendo estes últimos denominados individualmente "Consumidor"), os quais estabelecem os termos e condições para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Em decorrência da Cisão, os Contratos de Fornecimento celebrados pela CEEE foram transferidos à Cedente, que passará a prestar, a partir de 01 de dezembro de 2006, os serviços de fornecimento de energia elétrica aos Consumidores;

III. O Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados constituído nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterações introduzidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003 (em conjunto, "Instrução CVM nº 356") e da Instrução nº 444, de 8 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM nº 444"), ambas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

IV. O Cessionário pretende adquirir direitos de crédito de titularidade da Cedente originados do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores, nos termos dos Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições financeiras arrecadadoras conveniadas listadas no Anexo I ao presente Contrato ("Instituições Arrecadadoras");

V. Os recursos para aquisição dos direitos de crédito de titularidade da Cedente serão captados por meio da emissão, pelo Fundo, para distribuição pública, de 100 (cem) quotas seniores ("Quotas Seniores") e, para subscrição pela Cedente, de 5 (cinco) quotas subordinadas inteiras e três frações de quotas subordinadas correspondentes a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada ("Quotas Subordinadas" e, em conjunto com as Quotas Seniores, "Quotas").



Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 444, a fração de quota subordinada somente poderá ser detida por investidor que seja titular de pelo menos uma quota inteira;



VI. O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa e inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 ("Banco Itaú" ou "Custodiante") tem experiência na prestação dos serviços de custódia de que trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356; e

VII. O Banrisul presta serviços de arrecadação à Cedente e prestará ao Fundo os serviços de agente de recebimento dos valores oriundos do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores.

Resolvem as Partes celebrar o presente "Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças" (o "Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO**

1.1. A Cedente neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, observado o disposto na Cláusula Treze, cede ao Fundo, que por sua vez adquire, a totalidade dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras ("Direitos de Crédito" ou, individualmente, "Direito de Crédito").

1.1.1. Os Direitos de Crédito de que trata o item 1.1. acima abrangem, além dos Direitos de Crédito cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático, os direitos de crédito que venham a ser cadastrados, após a data de assinatura deste Contrato, para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas Instituições Arrecadoras, que serão automaticamente incorporados ao presente Contrato e à definição de Direitos de Crédito.

1.2. Os Direitos de Crédito ora cedidos e transferidos ao Cessionário serão originados e formalizados no futuro (após a assinatura deste Contrato e durante a sua vigência) e serão entregues ao Cessionário ou a quem for por este



indicado para recebê-los em seu nome, em conformidade com as Cláusulas Quarta e Quinta deste Contrato, a partir da Data do Início da Entrega (conforme definido no item 4.1. da Cláusula Quarta) e até o pagamento da última parcela de amortização das Quotas Seniores emitidas pelo Cessionário, nos termos do Regulamento do Fundo ("Regulamento").



1.3. Os Direitos de Crédito cedidos nos termos deste Contrato são representados pelas faturas mensais de energia elétrica emitidas pela Cedente contra os Consumidores e cadastradas para pagamento por meio de débito automático nas Instituições Arrecadoras ("Faturas de Energia" e, individualmente, "Fatura de Energia").

1.4. Conforme disposto na Cláusula Quarta abaixo, uma parcela dos Direitos de Crédito é cedida ao Fundo de forma incondicionada ("Cessão Incondicionada"), sendo a parcela restante dos Direitos de Crédito cedida ao Fundo sob condição suspensiva ("Cessão sob Condição Suspensiva"), ficando a sua eficácia sujeita à verificação das condições de que trata a Cláusula Doze abaixo ("Condições Suspensivas" ou, quando referidas individualmente, "Condição Suspensiva").

1.4.1. Independentemente de uma parcela dos Direitos de Crédito ser cedida de forma incondicionada e de a parcela restante ser cedida sob condição suspensiva, para todos os fins e efeitos de direito, a cessão objeto deste Contrato abrange a totalidade dos Direitos de Crédito, os quais ficam, por esta razão, vinculados ao presente Contrato e indisponíveis, em caráter irrevogável e irretratável, até o término de sua vigência.

1.5 A cessão objeto deste Contrato abrange, além dos Direitos de Crédito, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos e/ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente pelos Consumidores.

1.6. Fica desde já estabelecido que a Cedente não responde pela solvência dos Consumidores, mas apenas pela correta constituição dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato e, quando constituídos, pela sua existência, liquidez e certeza.

1.7. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato serão considerados entregues pela Cedente ao Cessionário ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos durante a vigência deste Contrato, observados os procedimentos de formalização da entrega estabelecidos nas Cláusulas Quarta e Quinta do presente.



Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and a signature that appears to be 'P. 4'.





1.8. As Faturas de Energia, cujos modelos se encontram no Anexo II do presente Contrato, que serão emitidas pela Cedente de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Concessão ou, após 3 (três) meses contados a partir de sua emissão, o registro eletrônico das Faturas de Energia, constituem documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos de Crédito ("Documentos Comprobatórios").

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO ADICIONAIS**

2.1. A Cedente, neste ato, compromete-se, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder e transferir ao Cessionário direitos de crédito adicionais sempre que o Índice de Cobertura a que se refere o item 17.01. do Regulamento seja, em um Período de Disponibilidade, inferior a 200% (duzentos por cento).

2.2. Na hipótese de que trata esta Cláusula Segunda, serão cedidos e transferidos ao Cessionário, até que seja recomposto integralmente o Índice de Cobertura, os seguintes direitos de crédito adicionais ("Direitos de Crédito Adicionais" e "Cessão Adicional"), observada, necessariamente, a ordem de prioridade abaixo:

- (i) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições arrecadoras conveniadas indicadas no Anexo III a este Contrato (Individualmente, "Instituição Arrecadora Elegível" e, conjuntamente, "Instituições Arrecadoras Elegíveis"), as quais, na ocorrência de Cessão Adicional, passarão a ser consideradas, para todos os fins do presente, Instituições Arrecadoras; e
- (ii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento, a consumidores residenciais;
- (iii) direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do



Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento a consumidores comerciais e industriais;



- (iv) outros direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento de energia elétrica pela Cedente, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento.

2.2.1. Os Direitos de Crédito Adicionais a serem cedidos nos termos do item 2.2(i) acima serão selecionados pelo Administrador em conformidade com proposta do Administrador aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo Onze do Regulamento, ou, na hipótese de não aprovação da proposta do Administrador, em conformidade com proposta dos Quotistas aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas, observado que a Cessão Adicional abrangerá sempre a totalidade dos direitos de crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático em conta de depósito mantida na Instituição Arrecadadora Elegível responsável pela arrecadação dos Direitos de Crédito Adicionais selecionados.

2.2.2. Na hipótese de insuficiência dos Direitos de Crédito Adicionais cedidos nos termos do item 2.2(i) acima, a Cedente deverá enviar ao Administrador lista das instituições arrecadoras responsáveis pelo recebimento dos Direitos de Crédito Adicionais mencionados nos itens 2.2(ii), 2.2(iii) e 2.2(iv) (respectivamente, "Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático" e "Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Adicionais Não Cadastrados para Débito Automático") e o correspondente volume de arrecadação, nos termos do modelo constante do Anexo XII a esse Contrato, observada a respectiva ordem de prioridade. Após o recebimento da referida lista pelo Administrador, será observado, *mutatis mutandi*, o disposto no item 2.2.1.

2.2.3. A Cedente poderá utilizar os Direitos de Crédito Adicionais, desde que observado o disposto no item 10.1. (x) abaixo.

2.3. O Administrador realizará o cálculo do Índice de Cobertura e comunicará a Cedente acerca da necessidade de cessão de Direitos de Crédito Adicionais até o dia útil imediatamente seguinte à data de apuração. A comunicação do Administrador deverá indicar o valor da Cessão Adicional.

2.4. Recebida a comunicação do Administrador a que se refere o item 2.3. acima, a Cedente terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para entregar ao Cessionário (i) Direitos de Crédito Adicionais em montante suficiente para



6





recompor o nível mínimo do Índice de Cobertura indicado no item 2.6. infra, e (ii) os aditamentos aos convênios celebrados nos termos da minuta constante do Anexo V ao presente Contrato ("Aditamentos" ou, individualmente, "Aditamento"), devidamente assinados pelas Instituições Arrecadoras Elegíveis responsáveis pelo débito automático de direitos de crédito que tenham sido objeto da Cessão Adicional.

2.5. A cessão dos Direitos de Crédito Adicionais será formalizada mediante a assinatura de termo de cessão, que é parte integrante do Anexo IV a este Contrato ("Termo de Cessão").

2.6. Tendo em vista que a Cessão Adicional tem por objetivo recompor o nível mínimo do Índice de Cobertura, que corresponde a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade, conforme acordado entre a Cedente e o Cessionário na presente data e refletido no Preço de Aquisição (conforme abaixo definido), não será devido qualquer valor adicional pelo Cessionário à Cedente em virtude da Cessão Adicional.

2.7. Os Direitos de Crédito Adicionais serão considerados Direitos de Crédito, para todos os fins e efeitos deste Contrato a partir da data do Termo de Cessão. Aplicar-se-ão aos Direitos de Crédito Adicionais, *mutatis mutandi*, todas as disposições do presente Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO E DO PAGAMENTO PELOS DIREITOS DE CRÉDITO**

3.1. Pela cessão objeto deste Contrato, que abrange a Cessão Incondicionada, a Cessão sob Condição Suspensiva, e eventual Cessão Adicional, o Cessionário pagará à Cedente o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Preço de Aquisição").

3.2. O Preço de Aquisição será pago pelo Fundo à Cedente até o dia útil imediatamente seguinte à integralização da totalidade das Quotas Seniores ("Data de Pagamento do Preço de Aquisição"), desde que a Cedente tenha entregado ao Administrador comprovante da celebração dos Aditamentos com as Instituições Arrecadoras, conforme modelo que consta do Anexo V ao presente.

3.3. O valor correspondente ao Preço de Aquisição será depositado na conta bancária nº 09.274202.0-6, no banco 041, de titularidade da Cedente ("Conta Autorizada da Cedente").



*[Handwritten signatures and initials]*



3.3.1. A Cedente conferirá recibo ao Fundo correspondente ao valor pago pela aquisição dos Direitos de Crédito, declarando nada mais reclamar com relação ao pagamento oriundo da cessão objeto deste Contrato.



#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

4.1. A partir da data de início da entrega definida no Suplemento ao Regulamento ("Data de Início da Entrega"), a Cedente entregará ao Custodiante (que os receberá em nome do Fundo), tão logo sejam constituídos, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, eventualmente, na hipótese de ocorrência de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, observado o disposto nesta Cláusula Quarta e na Cláusula Quinta deste Contrato.

4.1.1. As entregas de Direitos de Crédito de que trata o item 4.1. acima serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores.

4.1.2. Para os fins deste Contrato, o período compreendido entre o dia 21 (vinte e um) de cada mês civil, inclusive, e o dia 21 (vinte e um) do mês imediatamente subsequente, exclusive, será considerado um "Período de Disponibilidade".

4.2. Em cada dia útil a partir da Data de Início da Entrega (cada, uma "Data de Disponibilização"), a Cedente deverá disponibilizar ao Custodiante, por meio eletrônico e na forma do Anexo VI a este Contrato, lista contendo os dados das Faturas de Energia que serão pagas por meio de débito automático ou, na hipótese de Cessão Adicional, contendo os dados das Faturas de Energia relacionadas aos Direitos de Crédito Adicionais ("Lista de Direitos de Crédito Disponíveis").

4.3. A quantidade de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada a ser entregue em cada Período de Disponibilidade ("Quantidade Mínima Mensal") deverá ser calculada pelo Administrador e Informada à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento no dia útil anterior ao início de cada Período de Disponibilidade (cada data de apuração da Quantidade Mínima Mensal, uma "Data de Apuração"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i + \Delta RA_p$$



*[Handwritten signatures and initials]*





onde:

$i$  = cada Período de Disponibilidade;

$A_i$  = Montante calculado conforme disposto no item 12.09 do Regulamento do Fundo para o Período de Disponibilidade  $i$ , calculado em cada Data de Apuração.

$C_i$  = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco e outros encargos do Fundo nos termos da regulamentação em vigor, para o Período de Disponibilidade  $i$ .

$RA_i$  = Reserva de Amortização (conforme definida no Regulamento) no Período de Disponibilidade  $i$ , calculado em cada Data de Apuração.

$D_i$  = Recursos Livres (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade  $i$ , calculado em cada Data de Apuração.

$\Delta RA_i = RA_i - D_i$  = Diferença positiva entre a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade  $i$  e os Recursos Livres no Período de Disponibilidade  $i$ . Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

$\Delta RA_p = A_{i+3} - A_i$  = Diferença entre a Reserva de Amortização projetada para o Período de Disponibilidade  $i+3$  e a Reserva de Amortização para o Período de Disponibilidade  $i$ . Se o valor apurado for negativo o Administrador deverá considerá-lo como 0 (zero).

4.3.1. Para fins de cálculo dos valores dos Direitos de Crédito que serão entregues ao Cessionário, os Direitos de Crédito serão considerados por 98% (noventa e oito por cento) do seu valor de face, ou seja, do valor consubstanciado na respectiva Fatura de Energia. Os 2% (dois por cento) restantes serão considerados como valores (i) da Contribuição para Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002; e/ou (ii) de doações realizadas a entidades de assistência e/ou utilizada pública; e/ou (iii) de quaisquer taxas relacionadas a ou incidentes sobre o consumo de energia elétrica, instituídas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Público ou pela ANEEL ("Cobranças de Terceiros") e não serão objeto de Cessão Incondicionada ou de Cessão Condicionada, devendo ser os recursos a eles correspondentes



transferidos pelo Agente de Recebimento à Cedente, por meio de depósito na Conta Autorizada da Cedente.







4.4. Os Direitos de Crédito da Lista de Direitos de Crédito Disponíveis serão considerados objeto da Cessão Incondicionada e, conseqüentemente, de propriedade do Fundo, por ordem cronológica de vencimento, até que totalizem a Quantidade Mínima Mensal. Uma vez atingida a Quantidade Mínima Mensal, todos os demais Direitos de Crédito entregues no mesmo Período de Disponibilidade serão considerados como objeto da Cessão sob Condição Suspensiva e não integrarão o patrimônio líquido do Fundo. Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva.

4.5. O Custodiante acessará a Lista de Direitos de Crédito Disponíveis e verificará o enquadramento dos Direitos de Crédito constantes da referida lista aos Critérios de Elegibilidade (conforme abaixo definido). O Custodiante será responsável ainda por identificar, em cada Data de Disponibilização, os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, devendo disponibilizar, por meio de seu *website*, ao Administrador e ao Agente de Recebimento, diariamente, relatório de entrega no formato indicado no Anexo VII ao presente Contrato ("Relatório de Entrega"), indicando quais Direitos de Crédito foram efetivamente transferidos ao Cessionário. O Relatório de Entrega consolidado, com a posição de todos os Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva em um dado Período de Disponibilidade, será disponibilizado pelo Custodiante, por meio de seu *website*, ao Administrador e ao Agente de Recebimento, no último dia útil do Período de Disponibilidade em referência.

4.5.1. Fica desde já estabelecido que a transferência ao Cessionário dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e, quando for o caso, dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, independe do Relatório de Entrega, que vale como comprovação da transferência de tais Direitos de Crédito ao Fundo, mas não é condição para a sua efetivação.

4.6. A seleção e entrega dos Direitos de Crédito ao Cessionário será considerada concluída em cada Data de Disponibilização em que tenha sido verificado pelo Custodiante o atendimento aos Critérios de Elegibilidade (cada



  
  
 10  


Data de Disponibilização em que haja seleção e entrega efetiva de Direitos de Crédito, uma "Data de Entrega").



4.7. Na ocorrência de qualquer das Condições Suspensivas, o Administrador comunicará imediatamente ao Custodiante, ao Agente de Recebimento e à Cedente a ocorrência da condição, determinando a adoção dos procedimentos para entrega ao Fundo dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que observará o disposto nesta Cláusula Quarta e na Cláusula Quinta deste Contrato.

4.7.1. Fica desde já estabelecido que, na ocorrência de uma Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva entregues ao Fundo serão considerados, para todos os fins deste Contrato, como Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

5.1. A partir da Data de Início da Entrega e até o pagamento integral das Quotas Seniores, a Cedente deve assegurar que a totalidade dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito seja direcionada para a conta "Credores Diversos no País – FIDC-NP CEEE II", mantida no Banrisul, sob o código 4980.92 1220.33 ("Conta Transitória").

5.1.1. O direcionamento dos recebimentos dos Direitos de Crédito para a Conta Transitória será realizado nos termos dos Convênios celebrados entre a CEEE e as Instituições Arrecadoras, cujas cópias integram o Anexo VIII a este Contrato ("Convênios" ou, individualmente, "Convênio").

5.1.2. A Conta Transitória será movimentada pelo Agente de Recebimento, observado o disposto nesta Cláusula e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo, o Banrisul e a Cedente ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores").

5.1.3. Na hipótese de cessão de Direitos de Crédito Adicionais nos termos da Cláusula Segunda acima, a Cedente deve assegurar que as Instituições Arrecadoras Elegíveis e, se for o caso, as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Adicionais Não Cadastrados para



11



Débito Automático direcionem a totalidade dos valores dos Direitos de Crédito Adicionais para a Conta Transitória.



5.2. O Cessionário e a Cedente nomeiam o Banrisul, em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o prazo de vigência e como condição essencial para a celebração deste Contrato, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, como agente de recebimento da totalidade dos recursos provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito.

5.2.1. Fica o Agente de Recebimento autorizado, com exclusividade, em caráter irrevogável e irretratável, a movimentar a Conta Transitória nos termos descritos nesta Cláusula Quinta e nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

5.3. Tendo em vista que, até o advento de uma Condição Suspensiva, o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada pertencerá ao Cessionário e o produto do recebimento dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva pertencerá à Cedente, observado o disposto neste Contrato, os recursos recebidos na Conta Transitória, serão creditados pelo Agente de Recebimento, respectivamente, na Conta Autorizada do Fundo (conforme definido abaixo) e na Conta Autorizada da Cedente, estritamente de acordo com o disposto nesta Cláusula e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

5.4. O Agente de Recebimento transferirá da Conta Transitória para a conta n.º 56.131-1, mantida pelo Fundo na agência n.º 2001, mantida no Banco Itaú ("Conta Autorizada do Fundo"), no dia útil imediatamente seguinte ao de seu recebimento ("Data de Transferência"), em recursos imediatamente disponíveis, os valores creditados na Conta Transitória referente ao pagamento de Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada, excluído o valor das Cobranças de Terceiros.

5.4.1. O Administrador será responsável pelo cálculo do montante a ser transferido para a Conta Autorizada do Fundo, que será realizado em cada Data de Apuração, nos termos da Cláusula Quarta deste Contrato, devendo informá-lo à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento na mesma data do cálculo.

5.4.2. O Agente de Recebimento entregará ao Administrador, com cópia para o Custodiante e para a Cedente, por meio eletrônico, em cada Data de Transferência, relatório de transferência de recursos, com indicação do montante financeiro dos Direitos de Crédito transferidos ao



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

12





Cessionário naquela data, na forma indicada no Anexo IX ao presente Contrato.



5.5. O saldo da Conta Transitória não transferido para a Conta Autorizada do Fundo em cada Data de Transferência corresponde aos Direitos de Crédito cedidos sob Condição Suspensiva e às Cobranças de Terceiros e, não tendo sido verificada qualquer das Condições Suspensivas, será transferido pelo Agente de Recebimento, em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis, para a Conta Autorizada da Cedente, no dia útil imediatamente seguinte a seu recebimento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

5.6. O Agente de Recebimento manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer momento, dos pagamentos dos Direitos de Crédito recebidos na Conta Transitória que forem transferidos para a Conta Autorizada do Fundo e para a Conta Autorizada da Cedente.

5.7. O recebimento, pelo Agente de Recebimento, da totalidade dos valores representados pelos Direitos de Crédito objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva na Conta Transitória será suficiente e valerá como prova da quitação para os Consumidores com relação aos pagamentos devidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO**

6.1. Somente poderão ser entregues pela Cedente e transferidos ao Cessionário nos termos deste Contrato, Direitos de Crédito que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):

- (i) sejam decorrentes do fornecimento de energia elétrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos dos Contratos de Fornecimento; e
- (ii) sejam representados por Faturas de Energia; e
- (iii) cujas Faturas de Energia estejam cadastradas para débito automático nas Instituições Arrecadoras ou, conforme o caso, nas Instituições Arrecadoras Elegíveis.

6.1.1. O critério de elegibilidade de que trata o item (iii) acima não será aplicável nas hipóteses de cessão de Direitos de Crédito Adicionais



13

realizadas nos termos do item 2.2., subitens (ii) a (iv) da Cláusula Segunda deste Contrato.



6.2. A verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pela Cedente ao Fundo será realizada pelo Custodiante, com base nas informações contidas na Lista de Direitos de Crédito Disponíveis.

6.3. A cessão de Direitos de Crédito ao Fundo (inclusive na hipótese de cessão de Direitos de Crédito para integralização de Quotas Subordinadas, se for o caso) considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Condições Resolutivas da Cessão"):

- (i) caso as Faturas de Energia não estejam cadastradas para débito automático nas Instituições Arrecadoras, ressalvada a necessidade de cessão de Direitos de Crédito Adicionais, nos termos da Cláusula Segunda deste Contrato, em razão de insuficiência de direitos de crédito cadastrados para pagamento por meio de débito automático;
- (ii) caso o Direito de Crédito venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do mesmo pelo Cessionário;
- (iii) caso o Direito de Crédito não tenha origem legal ou não esteja devidamente amparado por Documentos Comprobatórios; ou
- (iv) caso o Direito de Crédito não seja pago integralmente pelo respectivo Consumidor em decorrência de defeito ou vício na prestação dos serviços que originaram o Direito de Crédito que resulte no cancelamento, total ou parcial, da respectiva Fatura de Energia.

6.3.1. Caso tome conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, a Cedente deverá (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de envio da notificação referida acima, restituir ao Fundo (a) um ou mais Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no mesmo valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão foi resolvida, sendo qualquer diferença a maior revertida em benefício do Cessionário, ou (b) o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao valor de face do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida.



14





6.3.2. Caso, na data em que a Cedente ou o Administrador tomar conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, o Cessionário já tenha recebido os recursos decorrentes do pagamento do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida, deverá o Cessionário restituir à Cedente o montante equivalente ao valor de face do(s) Direito(s) de Crédito respectivo(s). Nessa hipótese, o valor devido pelo Cessionário à Cedente nos termos deste item 6.3.2. será imediatamente compensado com o valor devido pela Cedente ao Cessionário nos termos do 6.3.1.(ii)(a) e 6.3.1.(ii)(b). A Cedente neste ato reconhece e concorda que, para os fins da compensação ora prevista, a sua obrigação de restituir ao Fundo um ou mais Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade no mesmo valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão foi resolvida (nos termos do item 6.3.1.(ii)(a)) será substituída pela obrigação de entregar recursos nos termos do item 6.3.1.(ii)(b).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

7.1. O Cessionário, por meio deste Contrato, contrata a Cedente para que esta atue como seu agente de cobrança relativamente a Direitos de Crédito transferidos ao Cessionário e não pagos quando de seu vencimento.

7.1.1. A contratação da Cedente como agente de cobrança dos Direitos de Crédito não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

7.2. A Cedente não receberá qualquer remuneração pela prestação dos serviços de cobrança objeto desta Cláusula Sétima.

7.3. No segundo dia útil seguinte ao vencimento e não pagamento de qualquer Direito de Crédito integrante da carteira de investimentos do Cessionário, este acionará a Cedente para iniciar o processo de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos.

7.3.1. A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos no Contrato de Concessão, assim como as demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito.



*[Handwritten signatures and initials]*



7.3.2. A Cedente não poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito sem a prévia anuência por escrito, do Cessionário.



7.4. A Cedente não será responsável por quaisquer despesas que porventura venham a ser incorridas pelo Cessionário com vistas à adoção de medidas extrajudiciais e/ou judiciais para a salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este item. Todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos serão de inteira responsabilidade do Cessionário, nos termos do Regulamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**

8.1. A Cedente obriga-se a manter os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo.

8.1.1. A contratação da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios não resulta e não resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

8.2. A Cedente garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Fundo, do Custodiante e/ou de terceiros por estes indicados aos Documentos Comprobatórios. Em caso de descumprimento dessa obrigação, a Cedente compromete-se, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Contrato de Custódia, a proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com as instruções do Cessionário, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim exigido pelas autoridades competentes), sendo que, após referido prazo, será facultada ao Cessionário a apreensão de tais Documentos Comprobatórios.

8.3. Independentemente do disposto no item anterior, o Custodiante poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de



*[Handwritten signature]*

16



funcionamento da Cedente, auditoria na Cedente e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Cedente com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Custódia.



### CLÁUSULA NONA - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

9.1. A Cedente neste ato declara e assegura ao Cessionário, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Entrega, que:

- a) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a prestar serviços de fornecimento de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste Contrato, à assunção e cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) obteve todas as autorizações necessárias, perante os órgãos estaduais e federais competentes, em especial da ANEEL, outorgada por meio do Despacho n.º 2.880, de 05 de dezembro de 2006, à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão e transferência dos Direitos de Crédito e à outorga de mandatos, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais para tanto;
- d) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste



17




Contrato, nos quais a Cedente ou seus controladores sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos de Crédito; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente ou seus controladores ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente, seus controladores ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;

- f) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM e/ou da ANEEL, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;
- g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário e/ou agregado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;
- h) os Direitos de Crédito que, por força deste Contrato, são cedidos ao Fundo, têm e terão origem no fornecimento de energia elétrica aos Consumidores realizada com estrita observância ao Contrato de Concessão, são de sua legítima e exclusiva titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão e o pleno exercício, pelo Cessionário, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito adquiridos nos termos deste Contrato;



18

- 
- i) está cumprindo rigorosamente as obrigações do Contrato de Concessão, bem como as normas administrativas e determinações da ANEEL aplicáveis à condução de seus negócios;
- j) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas condições financeiras ou suas atividades, nos termos dos Contratos de Concessão; e
- k) não está em situação de conflito de interesses no cumprimento de suas obrigações e/ou no exercício de seus direitos como Cedente dos Direitos de Créditos ao Fundo, declarando a sua independência em relação ao Administrador e ao seu controlador comum.

9.2. O Administrador declara e assegura, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Entrega, em nome do Fundo, que:

- a) o Fundo é uma comunhão de recursos validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 444, e está apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em Direitos de Crédito;
- b) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a cessão e aquisição de Direitos de Crédito ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento; e
- c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes.

9.3. O Administrador declara e assegura, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Entrega, em seu próprio nome, que:

- a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento;
- b) possui todas as autorizações necessárias à celebração deste Contrato e à assunção e cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim



19



como dos demais instrumentos legais relacionados com a cessão e aquisição de Direitos de Crédito ora avençada;



- c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir as obrigações deles decorrentes;
- d) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados no Registro do Comércio competente, estando, também, devidamente atualizados; e
- e) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado a prestar os serviços de administração do Fundo e de agente de recebimento dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos deste Contrato, do Regulamento e da regulamentação aplicável.

#### **CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE**

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato e daquelas que lhe são atribuídas nos termos das leis e normas em vigor, a Cedente expressamente obriga-se a:

- a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula Nona e manter o Cessionário informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
- b) entregar, na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, os Aditamentos, celebrados com as Instituições Arrecadoras e, no prazo de 5 (cinco) dias úteis referido no item 2.4 da Cláusula Segunda, os Aditamentos celebrados com as Instituições Arrecadoras Elegíveis ou, conforme o caso, com as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático;



20





- c) comunicar ao Cessionário a ocorrência de qualquer Evento de Revisão (conforme abaixo definido), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da respectiva ocorrência;
- d) emitir as Faturas de Energia conforme os prazos e termos estabelecidos no Contrato de Concessão e nos Contratos de Fornecimento;
- e) proceder à cobrança dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos e praticar todos os atos necessários para tanto, nos termos da Cláusula Sétima acima e da regulamentação aplicável;
- f) transferir ao Agente de Recebimento e comunicar ao Custodiante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores referentes ao consumo de energia elétrica que venha a receber dos Consumidores em pagamento de qualquer Direito de Crédito cedido, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva transferência ao Agente de Recebimento, sob as penas da lei;
- g) permitir ao Fundo, ou a quem for por este indicado, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos de Crédito, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de serviços por este contratado verifiquem o cumprimento, pela Cedente, das suas obrigações nos termos deste Contrato;
- h) salvo se diferentemente aprovado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, manter em vigor os Convênios celebrados com as Instituições Arrecadoras e aditar o Anexo III ao presente Contrato quando da celebração de qualquer novo convênio;
- i) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, para que os Consumidores honrem as obrigações relacionadas com os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
- j) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, cópia (i) do seu estatuto social; (ii) das respectivas deliberações societárias; e, conforme o caso, (iii) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato;






21



- k) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, parecer legal emitido por seu advogado interno, e, a cada período de 12 (doze) meses, uma ratificação dos termos do referido parecer legal, substancialmente na forma do Anexo X;
- l) encaminhar ao Fundo, no prazo de 03 (três) dias de sua aprovação, cópias das deliberações relativas a (i) qualquer alteração no seu objeto social; e (ii) qualquer alteração nos mandatos outorgados aos seus mandatários nos termos deste Contrato, do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, do Contrato de Custódia ou do Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas ("Compromisso de Subscrição");
- m) encaminhar ao Fundo, no prazo de 03 (três) dias contado, da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato;
- n) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros;
- o) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à respectiva deliberação, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- p) comunicar ao Cessionário, no dia útil imediatamente seguinte à data do recebimento de cópia de notificação ou comunicação ou da ciência, por qualquer meio, do início de procedimento judicial e/ou administrativo contra a Cedente que envolva valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou que seja, de qualquer forma, relacionado ao Contrato de Concessão;
- q) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa fé pela Cedente na esfera judicial ou administrativa, realizar o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal no mês de vencimento dos respectivos pagamentos;



  
  
22 

- r) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- s) manter todos os seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados, nos termos da regulamentação da ANEEL aplicável e de acordo com as melhores práticas de mercado;
- t) manter válidas e regulares as licenças, inclusive ambientais, relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- u) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, os respectivos lançamentos contábeis correspondentes à cessão irrevogável e irretratável dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- v) fornecer, a qualquer tempo, todas as informações solicitadas pela agência de classificação de risco das Quotas do Fundo, em especial aquelas relacionadas aos Direitos de Crédito, aos Consumidores e às condições econômico-financeiras da Cedente; e
- w) não renunciar ao exercício de direito, tácita ou expressamente, e não alterar, por meio de aditamento ou por qualquer outro meio, as cláusulas dos Contratos de Fornecimento sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do Fundo, exceto conforme determinação da ANEEL;
- x) assegurar que o Fundo tenha prioridade sobre qualquer terceiro no recebimento (i) das Faturas de Energia relativas aos Direitos de Crédito e dos recursos provenientes das mesmas e (ii) dos Direitos de Crédito Adicionais e dos recursos deles provenientes; fazendo constar expressamente dos documentos relativos à cessão, transferência, alienação ou constituição de qualquer ônus sobre os direitos de créditos decorrentes dos serviços públicos prestados pela Cedente que venham a ser celebrados a partir da presente data, menção à cessão objeto deste Contrato e à prioridade ora referida;
- y) ceder ao Fundo, por meio da assinatura de Termo de Cessão, sem qualquer custo, qual(is)quer Direito(s) de Crédito Adicional(is);
- z) cumprir integralmente todas as obrigações de sua responsabilidade nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Fornecimento; e



23

aa) informar ao Fundo, imediatamente após seu recebimento, sobre qualquer comunicação recebida da ANEEL com relação a processo administrativo, investigação ou imposição de qualquer penalidade decorrente do descumprimento de qualquer dever legal ou contratual da Cedente que possa afetar a originação dos Direitos de Crédito.



10.2. As obrigações previstas nesta Cláusula para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico, serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula Dezoito abaixo, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

10.3. Observados os prazos estabelecidos neste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer aqui previstas serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do artigo 461 do Código de Processo Civil.

#### **CLÁUSULA ONZE – DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO**

11.1. A Cedente cedeu fiduciariamente ao Cessionário seu direito a eventual indenização contra o Poder Concedente na hipótese de extinção antecipada de sua concessão de fornecimento de energia elétrica, nos termos previstos no Contrato de Concessão, em garantia ao cumprimento da obrigação de restituição prevista no item 14.3. da Cláusula Quatorze abaixo, mediante a celebração de contrato de cessão fiduciária em garantia, que faz parte do Anexo XI a este Contrato.

11.2. A cessão a que se refere o item 11.1. acima está limitada ao direito à parcela de indenização necessária ao cumprimento da obrigação de restituição prevista no item 14.3. da Cláusula Quatorze abaixo.

#### **CLÁUSULA DOZE - DOS EVENTOS DE REVISÃO E DA VERIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO SUSPENSIVA**

12.1. São considerados eventos de revisão (os "Eventos de Revisão") cada uma das seguintes ocorrências:



24

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que esta seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- b) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no Regulamento) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;
- c) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no Regulamento) seja inferior a 200% (duzentos por cento) em qualquer Período de Disponibilidade;
- d) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes deste Contrato que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, excetuado o disposto nos itens (e), (f), (g) e (h) abaixo;
- e) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos da Cláusula Quarta deste Contrato, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da referida notificação;
- f) não observância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas na Cláusula Sétima deste Contrato, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- g) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do subitem (x) do item 10.1. da Cláusula Dez deste Contrato;



*[Handwritten signature]*

25





- h) descumprimento, pela Cedente, da obrigação de ceder Direitos de Crédito Adicionais nos termos deste Contrato e/ou apresentar, quando exigido nos termos do item 2.4. deste Contrato, os Aditamentos celebrados com as Instituições Arrecadoras Elegíveis ou com as Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Não Cadastrados para Débito Automático, na forma do Anexo V ao presente Contrato;
- i) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente;
- j) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- k) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Banco Central do Brasil ("Bacen"); (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;



26




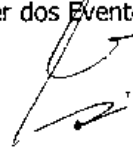

- l) descumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Custódia;
- m) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento;
- n) deliberação, pelos titulares das Quotas Seniores, da liquidação antecipada do Fundo;
- o) rescisão ou rescisão deste Contrato de Cessão;
- p) intervenção do Poder Concedente na concessão da Cedente para a prestação de serviços públicos relacionados a energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão; e
- q) ajuizamento de pedido de falência ou concordada envolvendo a Cedente, bem como processamento de recuperação judicial ou plano de recuperação extrajudicial.

12.1.1. Fica desde já estabelecido que a realização, pela Cedente, de cisão, fusão ou incorporação para implementar o processo de desverticalização exigido pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, bem como a alteração do objeto social da Cedente decorrente exclusivamente do processo de desverticalização acima referido, não será considerada Evento de Revisão desde que atenda, cumulativamente, às seguintes condições: (i) a Cedente tenha obtido autorização e anuência da ANEEL e das instituições financeiras com as quais a Cedente tenha celebrado contratos que exijam tal aprovação; (ii) nenhum Evento de Revisão previsto acima esteja em curso; (iii) a desverticalização ocorra no âmbito da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; e (iv) em decorrência da desverticalização, sejam transferidos do ativo imobilizado da Cedente os ativos por ela detidos na data em que ocorrer a desverticalização, relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

12.2. A Cedente deverá notificar o Administrador e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima de que tenha conhecimento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua ocorrência.

12.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 12.3. abaixo, dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da data em que o Administrador tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão,



  
  
  
27



as Partes deverão reunir-se na sede do Administrador e deliberar sobre os impactos do Evento de Revisão em questão, devendo discutir uma solução para sanar eventuais impactos negativos do referido Evento de Revisão.



12.2.2. Na Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que deverá ser convocada pelo Administrador, de acordo com o disposto no Regulamento, quando da ocorrência de qualquer Evento de Revisão (i) deverão ser apresentados aos quotistas do Fundo os fatos discutidos na referida reunião e (ii) deverá ser decidido se o Evento de Revisão em questão será considerado um evento de liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento.

12.2.3. Caso (i) as Partes não cheguem a um acordo para sanar os impactos adversos do Evento de Revisão e/ou (ii) a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo decida que o Evento de Revisão constitui evento de liquidação do Fundo, este Contrato será automaticamente rescindido, sem nenhum ônus para qualquer das Partes. Na hipótese de rescisão deste Contrato, em decorrência do disposto neste item, a Parte que estiver rescindindo este Contrato deverá notificar a outra Parte, imediatamente e por escrito.

12.2.4. A rescisão deste Contrato nos termos do item acima não eximirá as Partes do integral e pontual cumprimento das obrigações que até então as Partes tiverem assumido nos termos deste Contrato, assim como não prejudicará o direito das Partes de exigir o cumprimento de tais obrigações.

12.3. Cada um dos Eventos de Revisão referidos nos subitens (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (j), (k), (m), (n), (o), (p) e (q) do item 12.1. acima é considerado, para todos os fins e efeitos de direito e deste Contrato, uma Condição Suspensiva. Na verificação da ocorrência de qualquer Condição Suspensiva, o Administrador deverá adotar, além das providências referidas no Capítulo Dezoito do Regulamento, as providências descritas no item 12.4. abaixo.

12.4. Na hipótese de ocorrência de qualquer Condição Suspensiva, os Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva serão imediatamente transferidos da Cedente para o Cessionário, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, observado o disposto nos itens a seguir. Serão aplicadas à transferência e entrega dos Direitos de Crédito objeto da cessão sob



28





Condição Suspensiva, no que couber, as disposições das Cláusulas Quarta e Quinta deste Contrato.



12.4.1. Nessa hipótese, o Agente de Recebimento, mediante comunicação recebida do Administrador, entregará ao Cessionário a totalidade dos valores creditados na Conta Transitória em virtude do pagamento dos Direitos de Crédito para a Conta Autorizada do Fundo, em cada Período de Disponibilidade. O Administrador deverá aplicar os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito cujo valor exceda à Quantidade Mínima Mensal no investimento em ativos financeiros disponíveis no mercado, de acordo com a política de investimento descrita no Regulamento até que haja deliberação pelos titulares das Quotas do Fundo. Caso os titulares das Quotas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral realizada nos termos do Regulamento, deliberem pela liquidação do Fundo, os recursos deverão ser aplicados no resgate das Quotas Seniores e, caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem pela não liquidação do Fundo, os recursos serão aplicados na amortização de Quotas Subordinadas.




12.4.2. Os Direitos de Crédito que venham a ser entregues ao Cessionário nos termos deste item serão considerados como entregas antecipadas de Direitos de Crédito cedidos pela Cedente ao Cessionário, nos termos deste Contrato.

12.4.3. Independentemente do disposto neste item, a Cedente permanecerá obrigada a entregar Direitos de Crédito ao Cessionário nos termos deste Contrato até a amortização integral das Quotas Seniores emitidas pelo Cessionário.

12.4.4. Caso os titulares das Quotas do Fundo deliberem, em Assembléia Geral de Quotistas realizada nos termos do Regulamento, pela continuidade do Fundo, a Quantidade Mínima Mensal voltará a ser calculada nos termos do item 4.3. da Cláusula Quarta deste Contrato, a partir do mês subsequente à regularização do Evento de Revisão que constituiu a Condição Suspensiva e desde que o presente Contrato não tenha sido rescindido.

12.5. O exercício da faculdade referida nos itens 12.3. e 12.4. acima não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato, das penalidades previstas na Cláusula Quinze.



  
  
29 

12.6. A alteração do disposto nesta Cláusula Doze depende de prévia e expressa aprovação das Partes, bem como da prévia ciência e aprovação dos titulares das Quotas Seniores do Fundo, nos termos do Regulamento do Fundo. Para tanto, o Administrador compromete-se a comunicar previamente ao representante dos titulares das Quotas Seniores do Fundo, se houver, assim como convocar uma Assembleia Geral de Quotistas do Fundo para deliberar acerca deste tema.



12.7. Caso após (i) a ocorrência de qualquer Condição Suspensiva e a consequente transferência ao Fundo da totalidade dos Direitos de Crédito objeto da Cessão sob Condição Suspensiva; (ii) o pagamento integral dos valores devidos aos titulares das Quotas de emissão do Fundo e (iii) o pagamento ou a constituição de reserva para o pagamento integral de todas as demais despesas devidas pelo Fundo, inclusive aquelas relativas à sua liquidação, ainda restem Direitos de Crédito em poder do Fundo, será considerada resolvida a cessão dos Direitos de Crédito que permanecerem no patrimônio do Fundo, os quais serão automaticamente transferidos à Cedente.

12.7.1. Observado o disposto neste Contrato, na hipótese de que trata o item 12.7., os recursos oriundos dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida que estiverem depositados na Conta Transitória (excluídos os valores da reserva para pagamento das despesas acima referidas) deverão ser imediatamente transferidos para as Contas Autorizadas da Cedente.

### **CLÁUSULA TREZE – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

13.1. O presente Contrato começa a vigorar na data da concessão, pela Comissão de Valores Mobiliários, do registro de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo e permanecerá em vigor até o pagamento integral dos valores devidos pelo Cessionário aos titulares das Quotas Seniores.

### **CLÁUSULA QUATORZE - DA RESILIÇÃO PELA CEDENTE**

14.1. A Cedente poderá resiliir este Contrato, mediante comunicação enviada ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de resilição, somente na hipótese de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros que torne excessivamente onerosa a sua continuidade; (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral, que comprovadamente alterem



30



o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato; ou (iii) aprovação pelos Quotistas de novo Parâmetro de Rentabilidade que torne o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente.



14.2. O exercício do direito de rescisão de que trata esta Cláusula não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato, inclusive o disposto no item 14.3. abaixo, e do Compromisso de Subscrição e que já sejam exigíveis, ou se tornem exigíveis em razão da rescisão deste Contrato, na data do recebimento da comunicação referida no item 14.1. acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos, o cumprimento de tais obrigações.

14.3. O exercício do direito a rescisão do Contrato nos termos do item 14.1. acima é condicionado à restituição, pela Cedente, ao Fundo, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de rescisão a ser encaminhada pela Cedente ao Administrador, do valor total atualizado das Quotas Seniores em circulação, acrescidos dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, após o que o Administrador adotará as providências estabelecidas no Capítulo Dezessete do Regulamento para proceder à liquidação antecipada do Fundo.

#### CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES

15.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 3% (três por cento), calculada sobre o respectivo valor devido. Na hipótese de inadimplemento atribuído ao Fundo, a Cedente deverá cobrar os encargos da inadimplência do Administrador, a menos que este comprove não ter concorrido omissiva ou comissivamente para a ocorrência do inadimplemento.

15.2. O inadimplemento, pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato, apenas ensejará a penalidade na forma do item 15.1. desta Cláusula se a Cedente comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no tocante ao descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante, do Agente de Recebimento



Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and a signature that appears to be 'F. J.'.

31



e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.



15.3. O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo estabelecido neste Contrato ou assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) dias úteis, obrigará a Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto acima, e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA TUTELA ESPECÍFICA**

16.1. As Partes reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

16.2. Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela ou execução específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461, do Código de Processo Civil, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinze acima.

16.3. Caso a Cedente descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo assinalado na referida notificação, o Fundo, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de resilir o Contrato, poderá requerer, com fundamento no art. 273 combinado com o art. 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

16.4. Para os fins desta Cláusula, as Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no



*[Handwritten signature]*

32



item 15.2. desta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.



16.5. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas perante terceiros pelo Fundo com vistas à aquisição dos Direitos de Crédito, a Cedente reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano iminente para o Fundo na hipótese do descumprimento de qualquer das obrigações da Cedente decorrentes deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE - DA CONFIDENCIALIDADE**

17.1. Cada uma das Partes e o Interviente (em conjunto, "Partes Obrigadas" e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os "Representantes") e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia e expressa autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.

17.2. As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.

17.3. Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas,



33





se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

17.4. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e/ou (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato.

17.5. O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula aplica-se a todas as informações obtidas antes da data de assinatura deste Contrato, visando à sua celebração, bem como durante sua vigência, e sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 2 (dois) anos, estando seu descumprimento sujeito ao disposto neste Contrato a qualquer tempo durante a vigência do prazo ora referido, inclusive após a extinção ou a resolução deste Contrato.

#### CLÁUSULA DEZOITO - DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para a Cedente:

**Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D**

Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, 6º andar

Jardim Carvalho

91410-400, Porto Alegre – RS

At.: Sr. Edison Zart

Telefone: (51) 3382.4580

Fac-símile: (51) 3382.4585

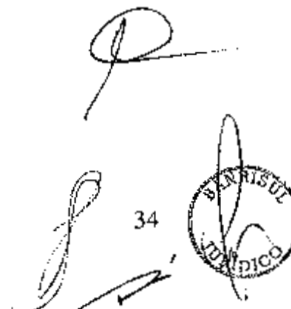
E-mail: edisonz@ceee.com.br

Se para o Fundo/Administrador:

**Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**

Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte

22250-040, Rio de Janeiro – RJ





At.: Sra. Mariana Oliveira B. Ramalho  
Telefone: (21) 2514-9624  
Fac-símile: (21) 2514-8600  
E-mail: ramalho@pactual.com.br

Se para o Custodiante:

**Banco Itaú S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar  
04344-902, São Paulo – SP  
At.: Sra. Rosa Machado/Sra. Flávia de Oliveira  
Telefone: (11) 5029-1760/5029-4309  
Fac-símile: (11) 5029-4708  
E-mail: rosa.machado@itau.com.br/flavia.holanda@itau.com.br

Se para o Agente de Recebimento

**Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

Rua Caldas Júnior, n.º 108, 7º andar  
90018-900 Porto Alegre – RS  
At.: Sr. Paulo Roberto Garcia Franz  
Website: www.banrisul.com.br  
Tel.: (51) 3215.2935  
Fax.: (51) 3215.1729  
Correio Eletrônico: paulo\_franz@banrisul.com.br

18.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Administrador e o Custodiante com aviso de recebimento, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

18.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à



35

identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.



#### CLÁUSULA DEZONOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Contrato e em seus Anexos, e neles não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Regulamento, no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores ou no Compromisso de Subscrição.

19.2. O presente Contrato não constitui contrato aleatório referido nos artigos 458 e 459 do Código Civil Brasileiro.

19.3. O Cessionário reconhece que não tem qualquer direito de agir contra a ANEEL em caso de inadimplemento dos compromissos financeiros assumidos pela Cedente nos termos deste Contrato.

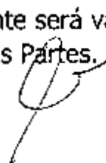
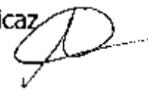
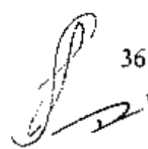

19.4. A Cedente e o Fundo reconhecem que este Contrato constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, reconhecendo, desde já, a liquidez e certeza de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Contrato que venham a ser cobradas por meio de processo de execução por quantia certa contra devedor insolvente.

19.5. Todas as disposições contidas neste Contrato que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

19.6. A Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato, uma via (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato.

19.7. Toda e qualquer modificação deste Contrato somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes.



  
  
  
36  




19.8. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas neste Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial e/ou de exclusividade entre a Cedente, o Fundo e o Administrador.



19.9. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

19.10. Os anexos a este Contrato (os "Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de divergência entre o teor e/ou sua interpretação do Contrato e de seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e indissociabilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

19.11. Se qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarado nulo ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

19.12. A tolerância e as concessões recíprocas entre as Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

19.13. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes acerca dos direitos e obrigações nele estabelecidos, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

19.14. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

19.15. O presente Contrato e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.



37

19.16. Para efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Contrato não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

19.17. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado com observância dos princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.


### CLÁUSULA VINTE- DO FORO

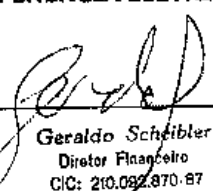
20.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento de Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2006.

### COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

1.   
Por: **Edison Zart**  
Cargo: **Diretor-Presidente**  
CPF 262.425.910-49

2.   
Por: **Geraldo Scheibler**  
Cargo: **Diretor Financeiro**  
CIC: 210.092.870-87



38



REGISTRO DE INSTRUMENTOS  
3ª OFICINA  
- 2 JAN 2007  
857750

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEB II**

Por seu administrador: Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

1.   
 Por: Valéria Cristina P. Berenger  
 Cargo: Procuradora

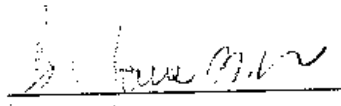
2. Mrs. Crumale  
 Por: Mrs. Crumale  
 Cargo: Procuradora


**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

1.   
 Por: Ricardo Richinitti Hingel  
 Cargo: Diretor

2. \_\_\_\_\_  
 Por: \_\_\_\_\_  
 Cargo: \_\_\_\_\_

**Testemunhas:**

  
 Nome: Fernanda Gama Moreira Jorge  
 RG: CPF 092.517.727-03  
 CPF: RG 125891522-1

  
 Nome: Carolina Ribeiro de O. Machado Gury  
 RG: RG 08340582-8  
 CPF: CPF 002.646.017-41

**3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
 Rua da Quitanda, 52/3.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ.  
 Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data e assinado mecanicamente, O QUE CERTIFICO

<input checked="" type="checkbox"/> B.M. RAULITO ALVES DA SILVA	Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/> Miriam Sant'Ana Castelpoggi	Escritor Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Cristiane M. L. Marques da Silva	Escritor Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Ricardo V. de Azevedo Antunes	Escritor Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Rosane Teves Santos	Escritor Substituto



39



**ANEXO I AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE  
CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Listagem das Instituições Arrecadadoras**

<b>Código da Instituição Arrecadadora</b>	<b>Nome da Instituição Arrecadadora</b>
748	Banco Cooperativo SICREDI S.A. - BANSICRED
409	Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.
341	Banco Itaú S.A.
389	Banco Mercantil do Brasil S.A.
8	Banco Santander Banespa S.A.
356	Banco ABN Amro Real S.A.

RECEBIMOS DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA  
BANCA DE FIDUCIÁRIA S.A. EM 10 DE JANEIRO DE 2007

- 2 JAN 2007 857750

3a OFÍCIO

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*

40



# ANEXO II AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

## Modelo das Faturas de Energia emitidas pela CEEE



COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA  
Av. Joaquim Porto Vianna, 201 - CEP 91410-400 Porto Alegre/RS  
CNPJ 02.715.912/0001-31 - Ins. Estadual: 096.2043214  
NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA  
Série Única nº. 851535

Cliente e Unidade Consumidora

Número da Instalação  
Código único em cada corrente

Classe RURAL

Monofásico

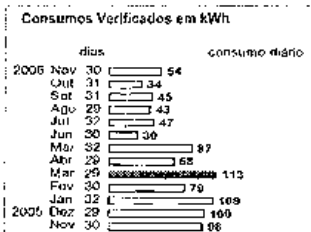
Medição	kWh	kvarh
Nº do medidor		
Fator de Multiplicação	1,00	
Leitura 08/11/2006		
Leitura 09/10/2006		
Consumo	(*)	
(*) Leitura Efetiva		

Consumo	Faturamento	Vencimento
Descrição	Quantidade	Preço kWh
Consumo Ativo		Valor total R\$
Multa Atraso Mes Ant.		
Juros Moratórios		

Entrega  
Apresentação  
Próxima leitura prevista

Composição da Fatura

RS  
Geração  
Transmissão  
Distribuição (CEEE)  
Encargos Setoriais  
Tributos  
Outros  
Total



Tributos (Valores incluídos no preço)

ICMS	Base para Cálculo R\$	aliquota 0%	R\$ 0,00
PIS/COFINS	Conforme Resolução ANEEL nº 234/2005		R\$ 0,55
Reservado ao Fisco	C170.251F.8C95.718U D74A.C7F1.0E1D.D8A3		

Ind. de Qualidade Conjunto PINHEIRO MACHADO não urbano SET/2006

DIC	Duração da Interrupção Individual	Padrão: 3m00min	Ratificada: 00h10min
DMIC	Duração Máxima da Interrupção Contínua	18m00min	00h15min
IPC	Frequência da Interrupção Individual	28	1

Tensão Nominal: 220 Volts - Limites adequados: Inferior 201,00 Volts Superior 231,00 Volts

Saída o produtor rural inscrito no CGC-TE: ICMS Externo conforme Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto número 37.600/97

Horário de atendimento ao público: na Agência Central de Porto Alegre, Av. Borges de Medeiros, nº670, das 09hs às 18hs; demais agências da capital, das 08h30 às 16hs. No Interior do Estado, das 09hs às 11h30 e das 13hs às 16hs.



A localização e o pedido de entrada de energia encontram-se no Regulamento de Instalações Consumidoras - RIC, disponível no site [www.cee.com.br](http://www.cee.com.br) ou nas agências da CEEE. Pode, ainda, ser solicitado através da Central de Atendimento.

Toda a vida depende da qualidade da água. Ento, disponibilizar água bem tão preciosa para a vida humana. De 7 a 14 de Outubro, a CEEE participa das atividades da XIII Semana Interamericana e da VI Semana Estadual da Água, com eventos em todo o Estado.



Fatura da Energia Elétrica do Mês de Novembro de 2006

Valor a pagar R\$\*\*\*\*\*

Mês/Ano  
11/2006

Vencimento  
23/11/2006

Composição do Valor

8365000000-2 11680006280-8



41



Para uso do correio	Não procurado	Ausente	Faltoso	Endereço insuficiente	Não existe o nº marcado	Desconhecido	Quivos
---------------------	---------------	---------	---------	-----------------------	-------------------------	--------------	--------

000015

Oliviera CEE (5') 3382 4570 - AGERS 0800 979 0066 - ANEE - 144



- As informações sobre as condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos encontram-se à disposição dos consumidores para consulta, nos escritórios e site da CEEE.

- A CEEE atende às indicações de continuidade (DIC, DMIC e FIC), e credita, automaticamente, compensação financeira na fatura subsequente ao mês de ocorrência, caso ocorra a violação do padrão.

- As tarifas de energia elétrica utilizadas no cálculo desta conta, foram reajustadas conforme a resolução homologatória nº 380 da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e estão em vigor desde o dia 25 de outubro de 2006.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL  
144 • Ligação gratuita de telefones fixos

**CUIDADO! Acidente com eletricidade pode ser fatal.**

**ANEXO III AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS DATADO, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

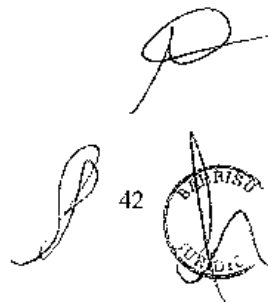
**Listagem das Instituições Arrecadadoras Elegíveis**

<b>Código da Instituição Arrecadadora</b>	<b>Nome da Instituição Arrecadadora</b>
<b>399</b>	<b>HSBC Bamerindus (HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo)</b>
<b>237</b>	<b>Banco Bradesco S.A.</b>
<b>745</b>	<b>Banco Citibank S.A.</b>
<b>1</b>	<b>Banco do Brasil S.A.</b>
<b>104</b>	<b>Caixa Econômica Federal - CEF</b>
<b>41</b>	<b>Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.</b>

ASSISTENTE SOCIAL - CATEGORIA 1

- 2 JAN 2007 08:57:50

REUNIR DE 1998 E 2002/2003  
32 OFÍCIO



42

**ANEXO IV AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE  
CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Modelo de Termo de Cessão**

**TERMO DE CESSÃO**

Pelo presente Termo de Cessão, as partes (doravante denominadas "Partes"):

(a) **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.467.115/0001-00 ("Cedente" ou "CEEE-D"); e

(b) **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II** ("Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.490.205/0001-04 ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social;

Considerando que o Fundo adquiriu, por meio do "Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças", datado de 19 de dezembro de 2006 ("Contrato de Cessão"), a totalidade dos direitos de crédito de titularidade da Cedente oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Cedente para consumidores atendidos em alta e baixa tensão, os quais efetuarão o pagamento por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto, mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à Cedente listadas no Anexo I ao Contrato de Cessão;

Considerando que nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, a CEEE-D comprometeu-se a ceder e transferir ao Cessionário os Direitos de Crédito Adicionais definidos e listados no item 2.2. da referida cláusula sempre que o Índice de Cobertura a que se refere o item 17.01. do Regulamento do Fundo seja, em um Período de Disponibilidade (conforme definido no item 4.1.2



Handwritten signatures and initials.

43



RECEBIMOS DE 11/11/2006 E 09/01/2007  
3º OFÍCIO  
- 2 JAN 2007 857750  
ARQUIVADO EM 09/01/2007  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.



da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão) inferior a 200% (duzentos por cento);

RESOLVEM as Partes firmar o presente Termo de Cessão, em conformidade com as condições a seguir transcritas:

1. Tendo em vista o desenquadramento do Índice de Cobertura, nos termos da notificação do Administrador datada de [•], e visando à sua recomposição, a Cedente, neste ato, cede e transfere ao Fundo, nos termos dos artigos 286 e 288 do Código Civil de 2002, os Direitos de Crédito Adicionais listados no Anexo I ao presente Termo de Cessão.

1.1 Nos termos do item 2.6 da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, não será devido qualquer valor adicional pelo Cessionário à Cedente em virtude da cessão objeto do presente Termo de Cessão.

2. A Cedente providenciará os Aditamentos descritos, respectivamente, nos termos dos itens 2.4 da Cláusula Segunda e 3.2 da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão, no prazo ali estipulado.

3. A CEEE-D deverá providenciar o registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nos termos dos artigos 127, inciso I, e 129, inciso 9º, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

4. Os Direitos de Crédito Adicionais cedidos nos termos deste Termo de Cessão passarão a integrar, para todos os fins de direito, o Contrato de Cessão e a Lista de Direitos de Crédito Disponíveis, conforme definido no Contrato de Cessão.

5. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Termo de Cessão e neles não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão.

Porto Alegre, [•] de [•] de 2006.

**COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D**

1.   
Por:

Edison Zart  
Diretor-Presidente  
CPF 262.425.910-49

2.   
Por:

Geraldo Scheibler  
Diretor Financeiro  
CIC: 210.092.870-87



44



Cargo:

Cargo:

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS DE CREDITÓRIOS NÃO  
PADRONIZADOS CEEE II**

1. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

2. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO  
- 2 JAN 85 857750  
ASSINADO POR: [Assinatura]  
Nº DE JORNAL - CAPITAL - 81.



[Assinatura]  
45  
[Assinatura]  
[Assinatura]  
[Assinatura]  
[Assinatura]



**ANEXO V AO CONTRATO DE CESSÃO, AQUISIÇÃO E PROMESSA DE  
CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE  
19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Minuta de Aditamento ao Convênio de Arrecadação CEEE/[•]/DIFIN  
[•] às Instituições Arrecadoras, Instituições Arrecadoras Elegíveis  
e às Instituições Arrecadoras de Direitos de Crédito Não  
Cadastrados para Débito Automático**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO  
CEE/[•]/DIFIN [•]**

Pelo presente Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Arrecadação  
CEE/[•]/DIFIN [•] ("Aditamento"), as partes:

(a) **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA  
– CEEE-D**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do  
Rio Grande do Sul, à Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio A1, Jardim  
Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.467.115/0001-00, neste ato  
representada na forma de seu Estatuto Social ("CEE-D"); e

(b) **[RAZÃO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO ARRECADADORA]**, instituição  
financeira com sede na Cidade de [•], Estado d[•], na [endereço], [nº], inscrita  
no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma do seu Estatuto  
Social ("Banco");

e, como intervenientes-anuentes,

(c) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-  
PADRONIZADOS CEEE II**, fundo de investimento em direitos creditórios não-  
padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, em fase de  
inscrição no CNPJ/MF 08.490.205/0001-04 ("Fundo"), neste ato representado  
por seu administrador, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**,  
instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de  
Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o  
nº 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma de  
seu Estatuto Social

(d) **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição  
financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à  
Rua Capitão Montanha, 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96,  
neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Barrisul");



46



sendo a CEEE-D, o Banco, o Fundo e o Bannrisul, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individual e indistintamente, como "Parte".



**CONSIDERANDO QUE:**

I. em [data], a Companhia Estadual de Energia Elétrica, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 92.715.812/0001-31 ("Antecessora") celebrou o Convênio de Arrecadação CEEE/[•]/DIFIN [•] com o Banco ("Convênio"), por meio do qual o Banco foi contratado para a prestação de serviços de arrecadação das receitas da Antecessora decorrentes do fornecimento de energia elétrica a seus consumidores atendidos em alta e baixa tensão, nos termos dos Contratos de Prestação de Serviço Público de Fornecimento de Energia Elétrica (respectivamente, "Contratos de Fornecimento" e "Consumidores");

II. em 27 de novembro de 2006, foi deliberada a cisão parcial da Antecessora no âmbito do processo de desverticalização exigido pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 484, de 28 de março de 2006 ("Cisão");

III. em decorrência da Cisão, os Contratos de Fornecimento celebrados pela Antecessora foram transferidos à CEEE-D, que passará a prestar, a partir de 01 de dezembro de 2006, os serviços de fornecimento de energia elétrica aos Consumidores;

IV. em conformidade com a cláusula [•] do Convênio, todos os recursos arrecadados pelo Banco devem ser direcionados à conta de depósito nº 09.274202.0-6, na agência 0100 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da CEEE-D ("Conta Original");

V. nos termos do Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e outras Avenças, firmado entre o Fundo e a CEEE-D ("Contrato de Cessão"), o Fundo pretende adquirir direitos de crédito de titularidade da CEEE-D originados do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto ("Direitos de Crédito"), mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à Antecessora e listadas no Contrato de Cessão, entre as quais se encontra o Banco;



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

47





VI. o Contrato de Cessão determina que os valores relativos ao pagamento das Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam direcionados para a conta "Credores Diversos no País – FIDC-NP CEEE II", mantida no Banrisul, sob o código 4980.92 1220.33 ("Conta Transitória"); e

VII. faz-se necessário alterar o Convênio de maneira que o Banco deixe de transferir os recursos relativos aos Direitos de Crédito para a Conta Original e passe a destiná-los à Conta Transitória;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas disposições a seguir:

1. A partir de 20 de janeiro de 2007 até o pagamento da última parcela de amortização de quotas seniores emitidas pelo Fundo, todos os recursos arrecadados pelo Banco em razão do pagamento de faturas de energia emitidas pela CEEE-D representativas dos Direitos de Crédito e cadastradas para pagamento por meio de débito automático ("Faturas em Débito Automático") deverão ser direcionados para a Conta Transitória.

1.1. A transferência dos valores relativos ao pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e direcionados para a Conta Transitória deverá ser realizada por meio do envio de mensagem STR0004 ou PAG0104 para o Banrisul, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (ISPB IF Creditada 92702067 – Banrisul), até as 14h30min (quatorze horas e trinta minutos) do(s) dia(s) previsto(s) para o(s) crédito(s) na Conta Original (tendo por base a data e o horário divulgados pelo Banco Central do Brasil), indicando-se no campo "Código Identificador da Transferência" a descrição "FIDC-NP CEEE II" e, no campo "Finalidade IF", o domínio "2 – Operações de Cessão de Créditos". Na hipótese de utilização da mensagem STR0004, a descrição "FIDC-NP CEEE II" deverá ser repetida no campo "Histórico".

1.2. Os recursos arrecadados pelo Banco que não sejam relacionados ao pagamento de Faturas em Débito Automático continuarão sendo direcionados para a Conta Original.

2. O Administrador do Fundo informará imediatamente ao Banco, por meio de comunicação escrita, com cópia para a CEEE-D, quando do pagamento da última parcela de amortização das quotas seniores emitidas pelo Fundo, a que se refere o item 1 acima, solicitando expressamente que as transferências para a Conta Transitória sejam interrompidas.



48



2.1 Recebida a comunicação mencionada no item 2 acima, fica rescindido o presente Aditamento.

3. Ficam sem efeito as cláusulas dos Convênios que conflitem com as disposições do presente Aditamento.

4. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Aditamento deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para a CEEE-D:

**Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D**

Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, 7º andar

Jardim Carvalho

91410-400, Porto Alegre – RS

At.: Sr. Edison Zart

Telefone: (51) 3382.4580

Fac-símile: (51) 3382.4585

E-mail: edisonz@ceee.com.br

Se para o Fundo/Administrador:

**Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**

Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte

22250-040, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Mariana Oliveira B. Ramalho

Telefone: (21) 2514-9624

Fac-símile: (21) 2514-8600

E-mail: ramalho@pactual.com.br

4.1. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à



Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and a signature that appears to be 'Mariana Oliveira B. Ramalho'. There is also a small circular stamp on the right that says 'PACTUAL' and 'JURÍDICO'.

identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

5. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Aditamento e neles não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão.

5.1. Em caso de divergência ou conflito entre as disposições do presente Aditamento e do Convênio, o presente prevalecerá.

6. Toda e qualquer modificação deste Aditamento somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes.

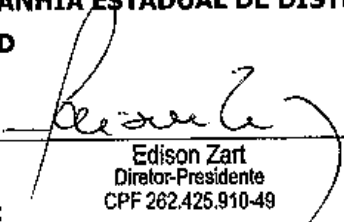
7. As Partes celebram este Aditamento em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

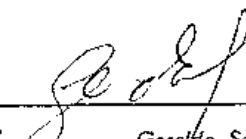
8. Fica eleito o foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento de Aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-

se por si, por seus sucessores a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

**COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA –  
CEEE-D**

1.   
Por: **Edison Zart**  
Cargo: **Diretor-Presidente**  
CPF 262.425.910-49

2.   
Por: **Geraldo Scheibler**  
Cargo: **Diretor Financeiro**  
CIG: 210.092.870-87

**[RAZÃO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO ARRECADADORA]**

1. \_\_\_\_\_  
Por: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
Por: \_\_\_\_\_



50



Cargo:

Cargo:

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-  
PADRONIZADOS CEEE II**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Por:

Por:

Cargo:

Cargo:

RECEBUE DE INDIOS E DOCUMENTOS  
30.05.2010  
- 2 JAN 2010 057750  
ARQUIVADO JUNTA EM 10.05.2010  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.

**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

1. *[Signature]*

2. \_\_\_\_\_

Por: Ricardo Richinti Hingel  
Diretor

Por:

Cargo:

Cargo:

**Testemunhas:**

*[Signature]*

Nome:

Nome:

RG: Fernanda Gama Moreira Jorge  
CPF 092.517.727-03  
RG. 128891522-1

RG:

CPF:

CPF:

*[Signature]*



*[Signature]*  
51



23 DE  
2006

09/09/2008

1974  
1975  
1976  
1977  
1978  
1979  
1980  
1981  
1982  
1983  
1984  
1985  
1986  
1987  
1988  
1989  
1990  
1991  
1992  
1993  
1994  
1995  
1996  
1997  
1998  
1999  
2000  
2001  
2002  
2003  
2004  
2005  
2006  
2007  
2008  
2009  
2010  
2011  
2012  
2013  
2014  
2015  
2016  
2017  
2018  
2019  
2020  
2021  
2022  
2023  
2024  
2025  
2026  
2027  
2028  
2029  
2030  
2031  
2032  
2033  
2034  
2035  
2036  
2037  
2038  
2039  
2040  
2041  
2042  
2043  
2044  
2045  
2046  
2047  
2048  
2049  
2050  
2051  
2052  
2053  
2054  
2055  
2056  
2057  
2058  
2059  
2060  
2061  
2062  
2063  
2064  
2065  
2066  
2067  
2068  
2069  
2070  
2071  
2072  
2073  
2074  
2075  
2076  
2077  
2078  
2079  
2080  
2081  
2082  
2083  
2084  
2085  
2086  
2087  
2088  
2089  
2090  
2091  
2092  
2093  
2094  
2095  
2096  
2097  
2098  
2099  
2100  
2101  
2102  
2103  
2104  
2105  
2106  
2107  
2108  
2109  
2110  
2111  
2112  
2113  
2114  
2115  
2116  
2117  
2118  
2119  
2120  
2121  
2122  
2123  
2124  
2125  
2126  
2127  
2128  
2129  
2130  
2131  
2132  
2133  
2134  
2135  
2136  
2137  
2138  
2139  
2140  
2141  
2142  
2143  
2144  
2145  
2146  
2147  
2148  
2149  
2150  
2151  
2152  
2153  
2154  
2155  
2156  
2157  
2158  
2159  
2160  
2161  
2162  
2163  
2164  
2165  
2166  
2167  
2168  
2169  
2170  
2171  
2172  
2173  
2174  
2175  
2176  
2177  
2178  
2179  
2180  
2181  
2182  
2183  
2184  
2185  
2186  
2187  
2188  
2189  
2190  
2191  
2192  
2193  
2194  
2195  
2196  
2197  
2198  
2199  
2200  
2201  
2202  
2203  
2204  
2205  
2206  
2207  
2208  
2209  
2210  
2211  
2212  
2213  
2214  
2215  
2216  
2217  
2218  
2219  
2220  
2221  
2222  
2223  
2224  
2225  
2226  
2227  
2228  
2229  
2230  
2231  
2232  
2233  
2234  
2235  
2236  
2237  
2238  
2239  
2240  
2241  
2242  
2243  
2244  
2245  
2246  
2247  
2248  
2249  
2250  
2251  
2252  
2253  
2254  
2255  
2256  
2257  
2258  
2259  
2260  
2261  
2262  
2263  
2264  
2265  
2266  
2267  
2268  
2269  
2270  
2271  
2272  
2273  
2274  
2275  
2276  
2277  
2278  
2279  
2280  
2281  
2282  
2283  
2284  
2285  
2286  
2287  
2288  
2289  
2290  
2291  
2292  
2293  
2294  
2295  
2296  
2297  
2298  
2299  
2300  
2301  
2302  
2303  
2304  
2305  
2306  
2307  
2308  
2309  
2310  
2311  
2312  
2313  
2314  
2315  
2316  
2317  
2318  
2319  
2320  
2321  
2322  
2323  
2324  
2325  
2326  
2327  
2328  
2329  
2330  
2331  
2332  
2333  
2334  
2335  
2336  
2337  
2338  
2339  
2340  
2341  
2342  
2343  
2344  
2345  
2346  
2347  
2348  
2349  
2350  
2351  
2352  
2353  
2354  
2355  
2356  
2357  
2358  
2359  
2360  
2361  
2362  
2363  
2364  
2365  
2366  
2367  
2368  
2369  
2370  
2371  
2372  
2373  
2374  
2375  
2376  
2377  
2378  
2379  
2380  
2381  
2382  
2383  
2384  
2385  
2386  
2387  
2388  
2389  
2390  
2391  
2392  
2393  
2394  
2395  
2396  
2397  
2398  
2399  
2400  
2401  
2402  
2403  
2404  
2405  
2406  
2407  
2408  
2409  
2410  
2411  
2412  
2413  
2414  
2415  
2416  
2417  
2418  
2419  
2420  
2421  
2422  
2423  
2424  
2425  
2426  
2427  
2428  
2429  
2430  
2431  
2432  
2433  
2434  
2435  
2436  
2437  
2438  
2439  
2440  
2441  
2442  
2443  
2444  
2445  
2446  
2447  
2448  
2449  
2450  
2451  
2452  
2453  
2454  
2455  
2456  
2457  
2458  
2459  
2460  
2461  
2462  
2463  
2464  
2465  
2466  
2467  
2468  
2469  
2470  
2471  
2472  
2473  
2474  
2475  
2476  
2477  
2478  
2479  
2480  
2481  
2482  
2483  
2484  
2485  
2486  
2487  
2488  
2489  
2490  
2491  
2492  
2493  
2494  
2495  
2496  
2497  
2498  
2499  
2500  
2501  
2502  
2503  
2504  
2505  
2506  
2507  
2508  
2509  
2510  
2511  
2512  
2513  
2514  
2515  
2516  
2517  
2518  
2519  
2520  
2521  
2522  
2523  
2524  
2525  
2526  
2527  
2528  
2529  
2530  
2531  
2532  
2533  
2534  
2535  
2536  
2537  
2538  
2539  
2540  
2541  
2542  
2543  
2544  
2545  
2546  
2547  
2548  
2549  
2550  
2551  
2552  
2553  
2554  
2555  
2556  
2557  
2558  
2559  
2560  
2561  
2562  
2563  
2564  
2565  
2566  
2567  
2568  
2569  
2570  
2571  
2572  
2573  
2574  
2575  
2576  
2577  
2578  
2579  
2580  
2581  
2582  
2583  
2584  
2585  
2586  
2587  
2588  
2589  
2590  
2591  
2592  
2593  
2594  
2595  
2596  
2597  
2598  
2599  
2600  
2601  
2602  
2603  
2604  
2605  
2606  
2607  
2608  
2609  
2610  
2611  
2612  
2613  
2614  
2615  
2616  
2617  
2618  
2619  
2620  
2621  
2622  
2623  
2624  
2625  
2626  
2627  
2628  
2629  
2630  
2631  
2632  
2633  
2634  
2635  
2636  
2637  
2638  
2639  
2640  
2641  
2642  
2643  
2644  
2645  
2646  
2647  
2648  
2649  
2650  
2651  
2652  
2653  
2654  
2655  
26

4-15-61

— 41 —  
J. 19. 1.

[illegible]

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. B. Smith' and the initials are 'JBS'.



52



**ANEXO VII AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE  
CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Modelo do Relatórios de Entrega**

Capturas-Liquidações efetuadas em [•] - Diário-Analítico		
Fundo [•] - CEEE II		
Banco ( nº. e nome)		
Ident. Cliente Empresa	Dt. Vencido	Valor

Capturas-Liquidações efetuadas em [•] - Diário-Consolidado		
Fundo [•] - CEEE II		
Banco ( nº. e nome)	Qtde.	Valor

ACQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.

- 2 JAN 2007 857750

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO



*[Handwritten signatures and initials]*

53



REGISTRO DE LIVROS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

- 2 JAN 85 857750

Faturamento-Diário/Posição em [•]		
Fundo [•] - CEEE II		
Banco (nº. e nome)		
Dt. Vencido	Qtde.	Valor
Total Banco		

Resumo Liquidações - Diário								
Fundo [•] - CEEE II								
Banco (nº. e nome)	Dt. Débito	Nº. Arquivo	Valor Arquivo	Qtd. Fundo	Vir. Cap. Fundo	Vir. Exced. Fundo	Qtd. Empresa	Vir. Empresa



54



**ANEXO VIII AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE  
CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Convênios de Arrecadação**



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO  
CEEE/AF/DIFIN/ /2006**

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA -  
CEEE E BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.**  
PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS FISCAIS/CONTAS  
DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E  
EXTRAFATURADOS.

REGISTRO DE 191952 NOTAS FISCAIS  
3º OFÍCIO  
- 2 JAN 2007 857750  
ARRECADADA CEEA E LUBAC/11442  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.**, instituição financeira dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em 16/10/1995, com sede na Av. Assis Brasil, 3940, na cidade de Porto Alegre - RS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 01.181.521/0001-55, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafeituados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras - padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA - A CEEE** autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Primeiro**: Ficam estendidos os serviços de recebimento, objeto do CONVÊNIO, às Cooperativas de Crédito integrantes do SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo e pelas cooperativas de crédito conveniadas ao SICREDI. O **BANCO** assume total responsabilidade por tal prestação, sendo o único responsável perante a **CEEE** por eventuais divergências oriundas da relação contratual ora estabelecida;

**Parágrafo Segundo**: As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços, mediante comunicação prévia à **CEEE**.



55



**Parágrafo Terceiro:** Incluem-se como modalidades de arrecadação, objeto deste instrumento: (i) “boca de caixa” (feita diretamente pelo cliente no caixa do BANCO), (ii) débito em conta, e (iii) documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de home/office banking, internet/auto-atendimento e correspondente cooperativo;

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no “caput” desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência Matriz do **BANCO**, sito na Av. assis Brasil, 3940, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 04 ( quatro ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada nº 1241-6 na Agência Matriz, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado estão sujeitos a correção com base na variação do IGP-m do dia útil seguinte ao previsto no caput desta Cláusula até o dia do efetivo repasse;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar creditado na conta da CEEE após cumprido o “**FLOATING**” bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, até às 13hs00min, via Fax número (51) 3382 49 94 ou através de mensagem eletrônica (e-mail) (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE). No prazo máximo de 7 dias a contar da assinatura deste convênio o **BANCO**, deverá disponibilizar à CEEE consulta tipo “internet” da(s) sua(s) conta-corrente(s);

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a **CEEE** pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a **R\$ 0,25** (vinte e cinco centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta, *home/office banking, internet* e auto-atendimento e **R\$ 0,50** (cinquenta centavos de real) por documento arrecadado no guinche do **BANCO**.

**Parágrafo Primeiro:** O valor da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula, referente a arrecadação de contas será debitado sempre no décimo dia útil do mês subsequente a arrecadação e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior;

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à **CEEE** relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela **CEEE**, as diferenças serão informadas pela **CEEE** e deverão ser ajustadas até a data da apresentação do relatório subsequente;

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" das cláusulas quinta e sexta, nada mais poderá ser exigido da **CEEE**, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela **CEEE**, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à **CEEE**, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** o **BANCO** fica responsável pelo correto recebimento dos documentos de cobrança, por qualquer meio que se processem, não cabendo, em hipótese alguma, solidariedade da **CEEE** aos prejuízos relativos a dolo ou fraude que venham a ocorrer;

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**Parágrafo Único:** Para os recebimentos realizados através de "home/office banking", "internet" ou auto-atendimento, a **CEEE** fica obrigada a aceitar como comprovante de pagamento por parte dos clientes/usuários dos serviços de energia elétrica, o lançamento de débito no extrato de conta-corrente devidamente identificado ou recibo próprio.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à **CEEE**, em local a ser por ela, **CEEE**, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à CEEE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A **CEEE** e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à **CEEE**:

- I Emitir e remeter os documentos de cobrança a seus clientes;
- II Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;

- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo:** Compete ao **BANCO**:

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da **CEEE** ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à **CEEE**, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à **CEEE** até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à **CEEE** quando solicitado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- VI. Fornecer à **CEEE**, através de mensagem eletrônica (*e-mail*) , até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à **CEEE** no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à **CEEE**, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIII. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.



- XIV. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE** através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o estorno do débito em conta, somente por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético, até um dia antes da data de vencimento da respectiva conta, desde que dentro do horário limite para leitura do mesmo;
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 02 de julho de 2006.



*CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/ /2006*

Pelo **BANCO**:

Pela **CEEE**:

---

---

---

---

**Testemunhas:**

---

CIC:

---

CIC:



## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/00../2006

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE E BANCO  
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A  
PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS FISCAIS/CONTAS  
DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E  
EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na AV. EUSÉBIO MATOSO, 891 - SÃO PAULO - SP, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.700.394/0001-40, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:** Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**."

**CLÁUSULA SEGUNDA - A CEEE** autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pelos quais se processem os pagamentos.

**Parágrafo Primeiro:** As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

**Parágrafo Segundo:** Para os recebimentos realizados através de home/office banking, internet ou auto-atendimento, fica a **CEEE** obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente, devidamente identificado, ou recibo próprio."

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;



*CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/.../2006*

- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado, após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência 0201 - Sete de Setembro do **BANCO**, sito à Rua Sete de Setembro, 1073, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07( sete) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada no. 153817-6 na Agência 0201 - Sete de Setembro, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) , até às 13:00 horas, diariamente. No prazo máximo de 7 dias a contar da assinatura deste convênio o **BANCO**, deverá disponibilizar à CEEE consulta tipo "home-bank"da(s) sua(s) conta-corrente(s);

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços objeto deste CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, valores na seguinte base:

I- R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) por documento arrecadado via débito automático, por documento com código de barras padrão FEBRABAN arrecadado via home/office banking, internet ou auto-atendimento;

II- R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por documento arrecadado via guichê;

**Parágrafo Primeiro:** O valor da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula, será debitado sempre no quinto dia útil do mês subsequente à arrecadação e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A CEEE analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela CEEE, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" desta cláusula, nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de transmissão de arquivos dos documentos arrecadados."

**CLÁUSULA OITAVA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos arrecadados e não transmitidos, deverão ser disponibilizados à CEEE, até as 10h00m do dia seguinte ao do recebimento ou excepcionalmente até as 18h00m do dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela CEEE, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à CEEE, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA NONA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à CEEE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A CEEE e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à CEEE:

- I Emitir e remeter os documentos de cobrança a seus clientes;
- II Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo:** Compete à **BANCO**:

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da CEEE ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à CEEE, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à CEEE até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;

- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à **CEEE** quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à **CEEE**, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à **CEEE** no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à **CEEE**, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIII. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE** através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XIV. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente da **CEEE** somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;



*CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/.../2006*

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à CEEE, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2006.

**Pelo BANCO:**

**Pela CEEE:**

---

---

---

---

---

---

**Testemunhas:**





## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/003/2004

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE E BANCO  
ITAU S/A PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS  
FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS  
E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "CEEE", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", Módulo 1 - 7º andar, na cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO ITAU S/A**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa na cidade de São Paulo, Capital, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 60.701.190/0001-04, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e conveniente, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

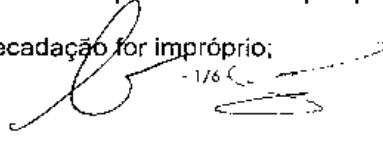

**CLÁUSULA SEGUNDA - A CEEE** autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Primeiro:** Incluem-se como modalidades de arrecadação, objeto deste instrumento: (i) "guichê de caixa" (feita diretamente pelo cliente no caixa do **BANCO**), (ii) débito automático em conta corrente, (iii) pagamento via internet na *Home Page* do **BANCO**, (iv) auto-atendimento feito em dependências do **BANCO** ou em seus terminais eletrônicos e (v) "home/office banking" (serviço disponibilizado pelo **BANCO**).

**Parágrafo Segundo:** As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;

  
- 176 -  


- b) O documento de arrecadação conter emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência 280 - Coronel Vicente, do **BANCO**, sito à Rua Comendador Manoel Pereira, 90, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada nº. 01.279-0, na Agência 0280 – Porto Alegre – Cel Vicente-RS, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de **FLOATING** em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "**FLOATING**" bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382-4994 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) , até às 13:00 horas. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) por documento arrecadado no débito automático e R\$ 0,50



**CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/003/2004**

cinquenta centavos de real) por documento arrecadado nas demais modalidades de arrecadação disponibilizadas pelo **BANCO**.

**Parágrafo Primeiro:** No prazo de 06 (seis) meses a partir da data de assinatura do presente convênio, a **CEEE** e o **BANCO** comprometem-se a revisarem as tarifas constantes no *caput* desta cláusula.

**Parágrafo Segundo:** O valor das tarifas a que se refere o "*caput*" desta cláusula, será debitado sempre no quinto dia útil de cada mês e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Terceiro:** O **BANCO** enviará à **CEEE** relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "*caput*" desta cláusula. A **CEEE** analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela **CEEE**, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Quarto:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "*caput*" da cláusula sexta, nada mais poderá ser exigido da **CEEE**, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados no guichê de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "*caput*" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação.

**Parágrafo Segundo:** Os documentos arrecadados e não transmitidos (agências não informatizadas), deverão ser disponibilizados à **CEEE**, até as 10h00m do dia seguinte ao do recebimento ou excepcionalmente até as 18h00m do dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela **CEEE**, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à **CEEE**, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à **CEEE**, em local a ser por ela, **CEEE**, designado, decorridos vinte (20) dias da data da



**CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/003/2004**

prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre os convenientes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da **CEEE** junto ao **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (041)**, conta número **09.082571-0.1**, agência **0100**, sem qualquer custo à **CEEE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A **CEEE** e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro: Compete à CEEE:**

- I Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- II Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- III Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- IV Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- V Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VI No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo: Compete à BANCO:**

- I Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da **CEEE** ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à **CEEE**, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV Retornar à **CEEE** até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;

- V. Disponibilizar arquivo-retorno à CEEE quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à CEEE, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à CEEE no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à CEEE, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIII. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela CEEE através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XIV. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à CEEE, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da CEEE, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente da CEEE somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da CEEE em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à CEEE via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à CEEE, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer um dos convenientes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 60 (sessenta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pelo outro conveniente.

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e convenientes, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 1º de abril de 2004.

Pelo BANCO ITAÚ S/A:

Pela CEEE:

Manoel de Jesus Valverde  
Superintendente Suporte Controle  
Processamento

Edison Zarr  
DIRETOR

Daniel Simão de Oliveira  
Gerente Proc. Serviços

Luiz Antonio Leão  
Diretor  
Cil.: 308.586 160-72

Testemunhas:

Flávio Ferrari - RG.: 6.909.077

Monica S. Lima  
Cil. 306318820-49



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO  
CEEE/AF/DIFIN/004/2005**

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA E BANCO  
MERCANTIL DO BRASIL S/A PARA ARRECADAÇÃO  
DE NOTAS FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA,  
FATURAS E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "CEEE", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede Rua Rio de Janeiro, 654 – Centro, em Belo Horizonte/MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 17.184.037/0001-10, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafeitos, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A CEEE autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processam os pagamentos.

**Parágrafo Único**: As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços, mediante comunicação prévia e formal à CEEE.

**CLÁUSULA TERCEIRA**: O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.



- 1/6 -



CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/004/2005

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência 0054-7 Filial Porto Alegre do **BANCO**, sito à Rua dos Andradas, nº 1290/1294, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada no. 02.063178-1 na Agência 0054-7, Filial Porto Alegre do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE), até às 11:00 horas. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a R\$ 0,20 (vinte centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta, pela Internet e por Terminal de Auto Atendimento e R\$ 0,40 (quarenta centavos de real) por documento arrecadado no guinche do **BANCO**.



- 2/6 -

*[Handwritten signatures and initials]*





**CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/004/2005**

**Parágrafo Primeiro:** O valor das tarifas a que se refere o "caput" desta cláusula, referente a arrecadação de boca de caixa e débito em conta será debitado no quinto dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviço e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito, da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A CEEE analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela CEEE, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" da cláusula sexta, nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos arrecadados e não transmitidos (agências não informatizadas), deverão ser disponibilizados à CEEE, até as 10h00m do dia seguinte ao do recebimento ou excepcionalmente até as 18h00m do dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela CEEE, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à CEEE, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à CEEE, em local a ser por ela, CEEE, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes convenientes, por escrito.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à CEEE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A CEEE e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro: Compete à CEEE:**

- I Emitir e remeter os documentos de cobrança aos seus clientes;
- II Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo: Compete à BANCO:**

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da CEEE ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à CEEE, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à CEEE até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à CEEE quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à CEEE, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no inciso II, deste



Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;

- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à CEEE no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à CEEE, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela CEEE através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XIII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIV. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à CEEE, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da CEEE, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente da CEEE somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da CEEE em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à CEEE via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à CEEE, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.



- 5/5 -

Cont. - CERI  
Gestão - CLG



CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/004/2005

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer um dos convenientes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pelo outro conveniente;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo...

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 18 de outubro de 2005.

Pelo BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

Pela CEEE:

ANDRÉ LUIZ FIGUEIREDO BRASIL  
DIRETOR EXECUTIVO

Edison Zart  
Diretor  
CIC: 362.425.910-49

ATHAÍDE VIEIRA DOS SANTOS  
DIRETOR EXECUTIVO

Luiz Antonio Leão.  
Membro - Área de Distribuição - CEEE.  
Cf: 6023837801 - SEP - RS  
CPF: 306.586.160-72

Testemunhas:

DELCEMAR RODRIGUES  
CPF: 546.467.406-3

MARCOS AURÉLIO DAMI DE ARAÚJO  
CPF: 712.938.926-53

- 6/6 -



606



## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/001/2006

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE **COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – C E E E E** **BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A** PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na rua General Câmara, 156/8º andar - Centro, em Porto Alegre/RS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 90.400.888/0001/42, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA - A CEEE** autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Único:** As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços, mediante comunicação prévia e formal à **CEEE**.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/001/2006**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência 0002 – Centenária do **BANCO**, sito à rua Sete de Setembro, 1177 em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada no. 72.0000222-8 na Agência 0002 - Centenária, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) , até às 11:00 horas, diariamente. Caso o BANCO disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/001/2006**

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a **R\$ 0,30** (trinta centavos de Real) por documento arrecadado no débito em conta, pela internet e por terminal de auto-atendimento e **R\$ 0,60** (sessenta centavos de Real) por documento arrecadado no guichê do **BANCO**.

**Parágrafo Primeiro:** O valor das tarifas a que se refere o "caput" desta cláusula, referente a arrecadação de boca de caixa e débito em conta será debitado no quinto dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviço e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A CEEE analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela CEEE, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" da cláusula sexta, nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do segundo dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos arrecadados e não transmitidos (agências não informatizadas), deverão ser disponibilizados à CEEE, até as 10h00m do dia seguinte ao do recebimento ou excepcionalmente até as 18h00m do dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela CEEE, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à CEEE, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/001/2006**

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à **CEEE**, em local a ser por ela, **CEEE**, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número **09.082571-0.1**, agência **0100**, *sem qualquer custo à CEEE*.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A **CEEE** e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à **CEEE**:

- I** Emitir e remeter os documentos de cobrança a seus clientes;
- II** Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III** Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV** Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V** Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;



- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo: Compete ao *BANCO*:**

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da **CEEE** ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à **CEEE**, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à **CEEE** até o segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à **CEEE** quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à **CEEE**, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à **CEEE** no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à **CEEE**, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/001/2006**

- XIII.** Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XIV.** Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE** através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XV.** O **BANCO** deverá efetuar o estorno do débito em conta, somente por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI.** O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste convênio, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/001/2006**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 31 de março de 2006.

**Pelo BANCO:**

**Pela CEEE:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Testemunhas:**



## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/002/2002

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE E BANCO  
ABN AMRO REAL S/A PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS  
FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E  
EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "CEEE", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "C", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária,

e

**BANCO ABN AMRO REAL S/A** – , instituição financeira sob a forma de empresa privada dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede em São Paulo – SP sito na Av. Paulista, 1374, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob o n.º 33.066.408/0001-15, doravante designado simplesmente "BANCO", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafeituados, pelas Agências do BANCO, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A CEEE autoriza o BANCO a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Único**: As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do BANCO, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA**: O BANCO não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação conter emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

- 17 -

  
Depto. Jurídico  
Lic. Costa JNC/AB1



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/002/2002

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado, após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência 002 do **BANCO**, sito à Av. Borges de Medeiros, 294, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada no. 4060100 na Agência 1841 - Corporate, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) , até às 13:00 horas, diariamente. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta e R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por documento arrecadado no guinche do **BANCO**.

**Parágrafo Primeiro:** O valor da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula, será debitado sempre no quinto dia útil do mês subsequente à arrecadação e

- 277 -

  
Cepim. Jurídico  
Sic. Contr. 0.0.231



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/002/2002**

corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior. Caso a data de vencimento dos serviços de arrecadação, objeto deste instrumento seja dia não-útil, o débito deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil subsequente;

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito, da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A CEEE analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela CEEE, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" da cláusula sexta, nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos arrecadados e não transmitidos, deverão ser disponibilizados à CEEE, até as 10h00m do dia seguinte ao do recebimento ou excepcionalmente até as 18h00m do dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos referidos no parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela CEEE, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à CEEE, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à CEEE, em local a ser por ela, CEEE, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

 -

- 37 -

  
Deslo. Jundia  
LTC. Cont. 01.01.01

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre os convenientes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à CEEE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A CEEE e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro: Compete à CEEE:**

- I Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- II Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- III Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- IV Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- V Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VI No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo: Compete à BANCO:**

- I Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da CEEE ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à CEEE, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV Retornar à CEEE até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;



- 477 -



Deplo. Autômetro  
RECEBIDO



- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à CEEE quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à CEEE, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso III deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso III deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à CEEE no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à CEEE, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIII. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela CEEE através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XIV. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à CEEE, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da CEEE, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente da CEEE somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da CEEE em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à CEEE via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

- 5/7 -

Ass. Jurídica  
Direção Jurídica



**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à CEEE, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovação automática por igual período limitado a 60 (sessenta) meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer um dos convenientes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 60 (sessenta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

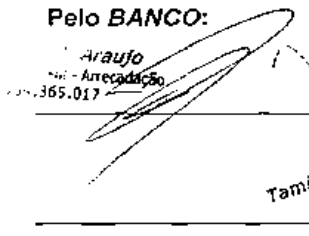
**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

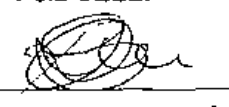
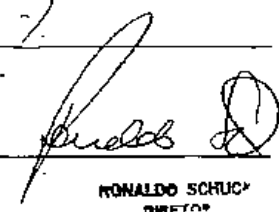
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 30 de dezembro de 2002.

Pelo BANCO:

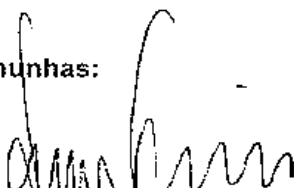
  
Araújo  
365.017  
Tamir Esdras de Souza  
Diretor

Pela CEEE:

  
Ririeri Dalla Valentina Jr.  
DIRETOR  
  
RONALDO SCHUCK  
DIRETOR  
CIC 172125450-5

- 6/7 -

Testemunhas:

  
IVAN GIORGANI  
Ch. Divisão Financeira

  
Depto. Jurídico  
Lic. Coord. Juríd. e Adm.



## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2006

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE **COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – C E E E E** **BANCO SANTANDER DO BRASIL S/A** PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente “**CEEE**”, com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio “A”, 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO SANTANDER DO BRASIL S/A**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na rua General Câmara, 156/8º andar - Centro, em Porto Alegre/RS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 61.472.676/0001-42, doravante designado simplesmente “**BANCO**”, neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA - A CEEE** autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Único:** As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços, mediante comunicação prévia e formal à **CEEE**.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2006**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no “caput” desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência 0002 – Centenária do **BANCO SANTANDER MERIDIONAL**, sito à rua Sete de Setembro, 1177 em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada no. 82525030 na Agência 031-0, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o “**FLOATING**” bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) , até às 11:00 horas, diariamente. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2006**

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a **CEEE** pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a **R\$ 0,30** (trinta centavos de Real) por documento arrecadado no débito em conta, pela internet e por terminal de auto-atendimento e **R\$ 0,60** (sessenta centavos de Real) por documento arrecadado no guichê do **BANCO**.

**Parágrafo Primeiro:** O valor das tarifas a que se refere o "caput" desta cláusula, referente a arrecadação de boca de caixa e débito em conta será debitado no quinto dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviço e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à **CEEE** relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A **CEEE** analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela **CEEE**, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" da cláusula sexta, nada mais poderá ser exigido da **CEEE**, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do segundo dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos arrecadados e não transmitidos (agências não informatizadas), deverão ser disponibilizados à **CEEE**, até as 10h00m do dia seguinte ao do recebimento ou excepcionalmente até as 18h00m do dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela **CEEE**, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à **CEEE**, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à **CEEE**, em local a ser por ela, **CEEE**, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, *sem qualquer custo à CEEE*.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A **CEEE** e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à **CEEE**:

- I Emitir e remeter os documentos de cobrança a seus clientes;
- II Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;

- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo: Compete ao BANCO:**

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da **CEEE** ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à **CEEE**, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à **CEEE** até o segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à **CEEE** quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à **CEEE**, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à **CEEE** no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à **CEEE**, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2006**

- XIII.** Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XIV.** Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE** através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XV.** O **BANCO** deverá efetuar o estorno do débito em conta, somente por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI.** O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste convênio, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2006

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 31 de março de 2006.

**Pelo BANCO:**

**Pela CEEE:**

---

---

---

---

---

---

**Testemunhas:**





## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2003

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA E HSBC  
Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo PARA  
ARRECADAÇÃO DE NOTAS FISCAIS/CONTAS DE  
ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E  
EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "CEEE", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "C", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na Trav. Oliveira Belo, 34, em Curitiba - PR, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 01.701.201/0001-89, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafeituados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A CEEE autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, através de modalidades de cobrança automatizadas pela qual se processem os pagamentos, através da sua rede de agências automatizadas localizadas em todo o Território Nacional.

**Parágrafo Primeiro**: Incluem-se como modalidades de arrecadação, objeto deste instrumento: (i) "boca de caixa" (feita diretamente pelo cliente no caixa do **BANCO**), (ii) débito em conta, (iii) agendamento/pagamento via internet no site no **BANCO**, (iv) auto-atendimento feito em dependências do **BANCO** ou em seus terminais eletrônicos e (v) Auto-Caixa (pagamento por envelope preenchido pelo cliente e depositado no **BANCO**).

**Parágrafo Segundo**: As Agências automatizadas que vierem a ser inauguradas na área de abrangência acima indicada, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviço.



*CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2003*

**Parágrafo Terceiro:** O **BANCO** identificará através de códigos específicos dentro dos arquivos enviados diariamente à **CEEE**, a modalidade de arrecadação efetuada individualmente por documento, de acordo com a listagem descrita no ANEXO 1 deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica, a seu critério, autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A **CEEE**, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da **CEEE**, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, na Agência Moinhos de Vento - 0252 do **BANCO**, sito na Rua Olavo Barreto Viana, 114, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à **CEEE** em uma conta centralizada no. 4147 na Agência 0252 - Moinhos de Vento, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo ser informado pelo **BANCO** à **CEEE**, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da **CEEE**) , até às 13:00 horas, diariamente. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.



*CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2003*

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a **R\$ 0,25** (vinte e cinco centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta e **R\$ 0,50** (cinquenta centavos de real) por documento arrecadado no guinche do **BANCO**.

**Parágrafo Primeiro:** O valor das tarifas a que se refere o "caput" desta cláusula, será debitado sempre no quinto dia útil de cada mês e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A CEEE analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela CEEE, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" das cláusulas quinta e sexta, nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela CEEE, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à CEEE, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 04 (quatro) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à CEEE, em local a ser por ela, CEEE, designado, decorridos vinte (20) dias da data da



*CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2003*

prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da **CEEE** junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à **CEEE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A **CEEE** e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à **CEEE**:

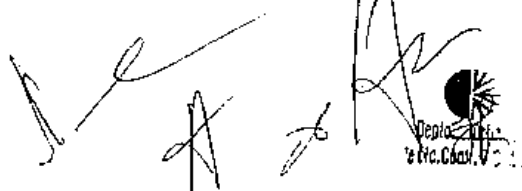
- I Emitir e remeter os documentos de cobrança aos seus clientes;
- II Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo:** Compete à **BANCO**:

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da **CEEE** ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à **CEEE**, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à **CEEE** até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de

- divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à CEEE quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à CEEE, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à CEEE no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à CEEE, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIII. Gerar, transmitir e retornar à CEEE a totalidade dos registros enviados através dos arquivos mencionados no inciso II do parágrafo primeiro desta cláusula;
- XIV. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à CEEE, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da CEEE, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente da CEEE somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da CEEE em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à CEEE via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;



Depoimento  
e H. Chav. V. 2003

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à CEEE, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 31 de março de 2003.

Pelo BANCO:

Valdeir José Marini

Pela CEEE:

Edison Zarr  
DIRETOR

Antonio Dornes Maciel  
DIRETOR

Testemunhas:

Pedro Henrique Paul Bernades

Francisco

DAVID O. NITZKE



CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2003

BANCO: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo

ANEXO 1 AO CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO No. CEEE/AF/DIFIN/001/2003.

HORÁRIOS DE ARRECADAÇÃO POR MODALIDADE

Modalidade de arrecadação	Horário de Atendimento (registro caixa) fornecido pelo Banco	Horário de Transmissão Arq. Físico Para CEEE
Débito em Conta	Dia Todo	D+1 até 15:00 horas
Boca de Caixa	Até 16:00 horas	D+1 até 15:00 horas
Agendamento Pgt. Internet	Até 18:00 horas	D+1 até 15:00 horas
Auto-Atendimento	Até 15:00 horas	D+1 até 15:00 horas
Auto-Caixa	Até 15:00 horas	D+1 até 15:00 horas

Porto Alegre, 31 de março de 2003.



## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2004

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE E BANCO  
BRADESCO S/A PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS  
FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E  
EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária,

e

**BANCO BRADESCO**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na CIDADE DE DEUS, em OSASCO - SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 60.746.948/0001-12, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A **CEEE** autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Primeiro**: Incluem-se como modalidades de arrecadação, objeto deste instrumento: (i) "boca de caixa" (feita diretamente pelo cliente no caixa do **BANCO**), (ii) débito em conta, (iii) pagamento via internet na *Home Page* do **BANCO**, (iv) auto-atendimento feito em dependências do **BANCO** ou em seus terminais eletrônicos e (v) fone-fácil (pagamento efetuado por telefone disponibilizado pelo **BANCO**).

**Parágrafo Segundo**: As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA**: O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:





CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2004

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no *caput* desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência nº 268 do **BANCO**, sito na Praça Osvaldo Cruz, 10, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada nº 6793-8 na Agência nº 268, do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o *FLOATING* bancário, devendo ser informado pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) ou por outro meio que atenda as necessidades da CEEE, até às 13:00 horas, diariamente. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a R\$ 0,25(vinte e cinco centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta e R\$ 0,50(cinquenta centavos de real) por documento arrecadado nas demais modalidades de arrecadação disponibilizadas pelo **BANCO**.

Centro de  
Origem - C-2



**CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2004**

**Parágrafo Primeiro:** O valor das tarifas a que se refere o *caput* desta cláusula, será debitado sempre no quinto dia útil de cada mês e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** informará à CEEE, com antecedência, o valor a ser debitado em sua conta corrente referente as tarifas conforme o *caput* desta cláusula, bem como o número de documentos arrecadados e as modalidades em que foram recebidos. Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo **BANCO** e aqueles registrados pela CEEE, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no *caput* da cláusula sexta, nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no *caput* desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela CEEE, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à CEEE, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 4 (quatro) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à CEEE, em local a ser por ela, CEEE, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

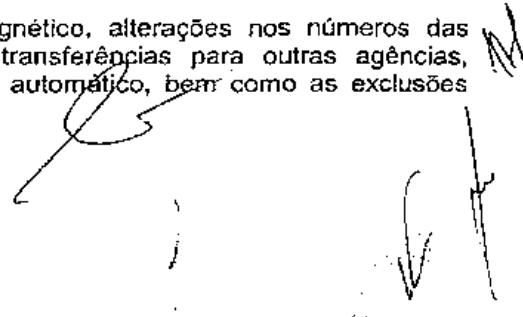
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à CEEE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A CEEE e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro: Compete à CEEE:**

- I Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- II Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- III Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- IV Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- V Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VI No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo: Compete à BANCO:**

- I Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
  - II Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da CEEE ocorram nas respectivas datas de vencimento;
  - III Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à CEEE, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
  - IV Retornar à CEEE até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
  - V Redisponibilizar arquivo-retorno à CEEE quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
  - VI Fornecer à CEEE, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
  - VII O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à CEEE no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
  - VIII Informar à CEEE, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- 

**CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2004**

- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIII. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE** através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XIV. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente da **CEEE** somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no caput desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.



CONVÊNIO ARRECADAÇÃO CEEE/AF/DIFIN/001/2004

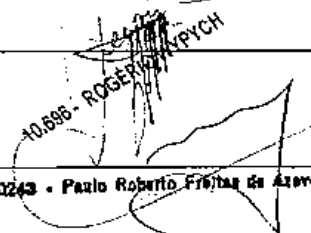
**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

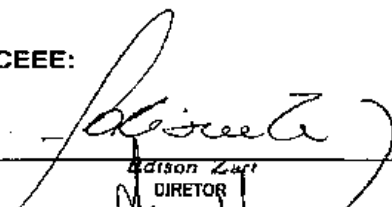
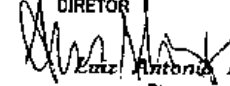
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 12 de Março de 2004.

Pelo BANCO:

  
10.686 - ROGERIO WYPCH  
10243 - Paulo Roberto Freitas da Araujo

Pela CEEE:

  
Edilson Luff  
DIRETOR  
  
Luiz Antonio Leão  
Diretor  
CIC: 306.686.160-72

Testemunhas:

  
Solange Rydz

  
Rosângela Rieger  
Divisão Financeira  
Assessoria





## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2005

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – C E E E E  
BANCO CITIBANK S/A PARA ARRECADAÇÃO DE  
NOTAS FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA,  
FATURAS E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO CITIBANK S/A**, instituição financeira sob a forma de empresa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na Av. Paulista, 1111, 2º andar, Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo - SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 33.479.023/0001-80, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do **BANCO**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA - A CEEE** autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Único:** As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANCO**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços, mediante comunicação prévia e formal à CEEE.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2005**

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, no setor Operacional do **BANCO**, na rua Sete de Setembro, 722 -Porto Alegre - RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE em uma conta centralizada no. 99897377 na Agência 11 - Centro, do **BANCO**, até o primeiro dia útil (D+1) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) , até às 11:00 horas. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, nada será devido pela CEEE, salvo o floating previsto no caput da Cláusula Quinta.

**Parágrafo Primeiro:** Sobre os serviços de arrecadação nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2005

**Parágrafo Segundo:** O **BANCO** enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo preliminar, representando a quantidade estratificadas de notas cobradas.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os documentos arrecadados e não transmitidos (agências não informatizadas), deverão ser disponibilizados à CEEE, até as 10h00m do dia seguinte ao do recebimento ou excepcionalmente até as 18h00m do dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos que trata o Parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela CEEE, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à CEEE, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6 (seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à CEEE, em local a ser por ela, CEEE, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as os convenientes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da CEEE junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à CEEE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A CEEE e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à CEEE:




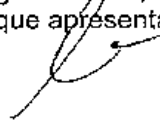
I Emitir e remeter os documentos de cobrança aos seus clientes;



- II Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao **BANCO** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo:** Compete à **BANCO**:

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da CEEE ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à CEEE, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à CEEE até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à CEEE quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à CEEE, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso IV deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à CEEE no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à CEEE, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;





*CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2005*

- X. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE** através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.
- XIII. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIV. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente da **CEEE** somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer um dos convenientes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pelo outro conveniente;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.



**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/002/2005**

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 15 de agosto de 2005.

Pelo BANCO:

Edson G. Nassar  
Superintendente  
Produtos & Serviços

Pela CEEE:

Edison Zart  
Diretor  
CIC: 282.426.910-49

Luiz Antonio Leão  
Diretor  
CIC: 306.586.160-72

Testemunhas:

Gisele Ferraz  
Gerente de Produtos  
Banco Citibank S.A.

RANCISSO KUCERA  
Divisor Financeira  
125000-2



Conferido com  
Original - CLC



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/AF/DIFIN/001/2002

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE COMPANHIA  
ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE E  
BANCO DO BRASIL S/A PARA ARRECADAÇÃO DE  
NOTAS FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA,  
FATURAS E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "C", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO DO BRASIL S/A** —, instituição financeira sob a forma de empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede Brasília (DF), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda sob o n.º 00.000.000/4910-71, doravante designado simplesmente "**BANCO**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** : Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia Elétrica pelas Agências do BANCO, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras – padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A CEEE autoriza o **BANCO** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, por qualquer modalidade pela qual se processem os pagamentos, através da sua rede de agências localizadas em todo o Território Nacional.

**Parágrafo Único**: As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência acima indicada, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços. Periodicamente, a pedido da CEEE, o Banco poderá disponibilizar arquivo contendo o cadastro atualizado das agências.

**CLÁUSULA TERCEIRA**: O **BANCO** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/AF/DIF/Nº001/2002

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANCO** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A CEEE, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado, após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da CEEE, mantida no **BANCO**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à CEEE, na Agência 3305-7 - Corporate, sito na rua Honório Silveira Dias, 1830, em Porto Alegre-RS, no prazo máximo de 07 ( sete ) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à CEEE na Agência 3305-7, conta corrente nº 78.064-2 do **BANCO**, até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANCO** gerarão antecipação de *floating* em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "**FLOATING**" bancário, devendo ser informado diariamente pelo **BANCO** à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE) , até às 13:00 horas, diariamente. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANCO** em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do **BANCO**.

  
original - CLO



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/AF/DIFIN/001/2002

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará ao **BANCO** a título de remuneração, a importância igual a **R\$ 0,30** (trinta centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta e **R\$ 0,50** (cinquenta centavos de real) por documento arrecadado no guichê de caixa, Internet e Auto-atendimento do **BANCO**.

**Parágrafo Primeiro:** As tarifas cobradas para arrecadação através dos meios alternativos (Internet e Auto-Atendimento do Banco) citadas no caput desta cláusula, poderão ter suas tarifas revisadas no prazo constante do **Parágrafo Terceiro** da cláusula **Décima Quarta**.

**Parágrafo Segundo:** No momento em que o **BANCO** atingir a arrecadação total de 120.000 (cento e vinte mil) contas/mês, por três meses seguidos ou cinco meses alternadamente, a tarifa que se refere a arrecadação através do guichê do **BANCO** (Boca de Caixa) será automaticamente reajustada para **R\$ 0,60** (sessenta centavos de real);

**Parágrafo Terceiro:** O valor das tarifas a que se refere o "caput" desta cláusula, referente a arrecadação de boca de caixa, débito em conta, Internet e Auto-atendimento será debitado no 5º dia útil de cada mês subsequente ao mês da prestação de serviço e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Quarto:** O **BANCO** enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo demonstrando a composição dos valores debitados à tarifa a que se refere o caput desta cláusula até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços de arrecadação.

**Parágrafo Quinto:** Caso exista discordância entre os valores apresentados pelo Banco no relatório mencionado no parágrafo quarto anterior e aqueles registrados pela CEEE, esta última comunicará o **BANCO** dos valores em desacordo, cujo valor controverso será ajustado no próximo débito em conta.

**Parágrafo Sexto:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" da cláusula sexta, e do custo da transferência dos valores arrecadados, conforme Cláusula Décima Primeira nada mais poderá ser exigido da CEEE, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANCO** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados no guichê de caixa, Internet, Auto-atendimento bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, referentes a guichê do caixa deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação e os demais documentos arrecadados até as 23h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação.

  
  
  
  
CEEE - RS  
01/01/2002

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 3 (três) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANCO** fica autorizado por este instrumento a devolver os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste CONVÊNIO, à **CEEE**, em local a ser por ela, designado, decorridos vinte (20) dias da data da prestação de contas, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre os convenientes, por escrito.

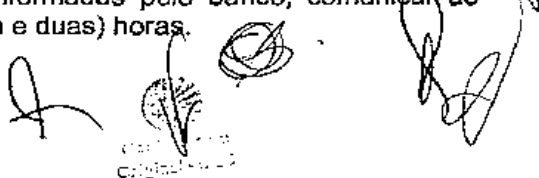
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O **BANCO** deverá diariamente efetuar a transferência de todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências, a favor da CEEE, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco 041, Agência 0100 Conta Corrente número 09.082571-0.1.

**Parágrafo Único.** A transferência será efetuada mediante solicitação por escrito da CEEE, documento este assinado pelos representantes legais da empresa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A **CEEE** e o **BANCO** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à CEEE:

- I Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- II Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- III Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- IV Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o **BANCO** possa proceder o débito corretamente;
- V. Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pelo **BANCO** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VI. No caso de divergências cadastrais informadas pelo banco, comunicar ao mesmo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the text 'CEEE' and '01/01/2002'.

Parágrafo Segundo: Compete ao **BANCO**:

- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da CEEE ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente a CEEE, o **BANCO** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV
- IV. Retornar à CEEE até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial(ou outros motivos imputáveis exclusivamente ao correntista). No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à CEEE quando solicitado, no prazo máximo de 24 horas;
- VI. Fornecer à CEEE, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso III deste mesmo Parágrafo. Caso o **BANCO** disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.
- VII. Informar à CEEE, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- VIII. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- IX. O **BANCO** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes ou se houver manifestação do cliente neste sentido;
- X. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XI. O **BANCO** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XII. Gerar, transmitir e retornar à CEEE a totalidade dos registros enviados através dos arquivos mencionados no inciso II da cláusula primeira deste parágrafo;
- XIII. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.



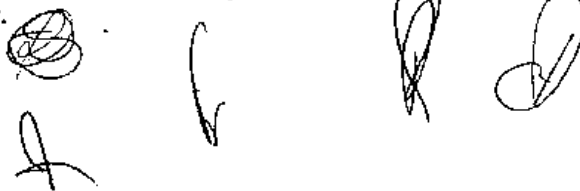
- XIV. O **BANCO** deverá efetuar o cancelamento do débito em conta do consumidor/cliente também por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XV. O **BANCO** compromete-se a efetuar 3 (três) tentativas de débito na conta-corrente do cliente, que ocorrerão no dia do vencimento e nos dias úteis imediatamente posteriores, sendo que o débito será efetuado na primeira tentativa em que o cliente dispuser de saldo.
- XVI. A modalidade mencionada no item XV acima em nada altera as condições e os prazos de transmissão física dos arquivos de débito em conta definidos neste instrumento. O **BANCO** transmitirá à **CEEE** o arquivo de débito em conta de acordo com o sucesso das 03 (três) tentativas, ficando vedado o acúmulo dos dados para uma única transmissão decorrido o prazo das 03 (três) tentativas.
- XVII. O **BANCO** informará o disposto nos itens XIV, XV e XVI acima aos seus clientes que optarem por esta modalidade de pagamento.
- XVIII. O **BANCO** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **BANCO** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer um dos convenientes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.





CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/AF/DIFIN/001/2002

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

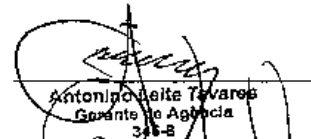
**Parágrafo Terceiro:** A cada período de 12 meses, a contar da data da assinatura deste convênio, o valor a que se refere a Cláusula Sexta poderá ser atualizado mediante negociação entre os convenientes, com exceção da tarifa de arrecadação por guinche de caixa que poderá ser atualizada 6 (seis) meses após a assinatura deste convênio, mediante negociação entre os convenientes;

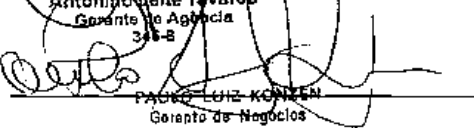
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e convenientes, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

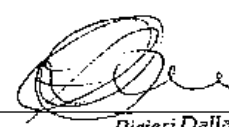
Porto Alegre, 01 de setembro de 2002.

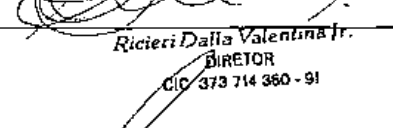
Pelo BANCO:

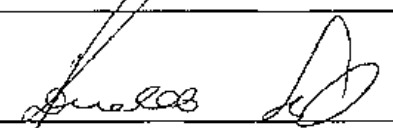
  
Antonio de Almeida Tavares  
Gerente de Agência  
345-B

  
PAULO LUIZ KONECKI  
Gerente de Negócios  
Corporato

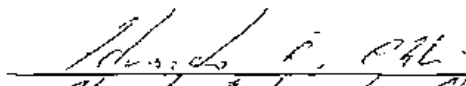
Pela CEEE:

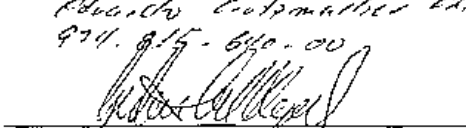
  
ANSELMINO NEIRO SPESSATTO,  
Diretor-Presidente, em exercício.

  
Ricieli Dalia Valentina Jr.  
DIRETOR  
CIC 373 714 360 - 91

  
RONALDO SCHUCK  
DIRETOR  
CIC 172 125 460-16

Testemunhas:

  
Eduardo Espinheira  
914.815-640-00

  
GUSTAVO DALLMANN  
919.503.588-53



## CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO CEEE/DIFIN/003/2006

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE **COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE** E **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS FISCAIS/CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio "A", 7º andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-lei nº 759, de 12.08.1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06.03.1970, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 2943 de 20.01.1999, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lote 3/4, em Brasília-DF, inscrito no CNPJ-MF sob o n.º 00.360.305/0001-04, doravante designado simplesmente "**CAIXA**", neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO** :Convênio de Prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos Diversos, Reaviso de Pagamento e Refaturamento de Contas de Energia pelas Agências da **CAIXA** e rede de revendedores lotéricos, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras - padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A **CEEE** autoriza a **CAIXA** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos.

**Parágrafo Único**: As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência da **CAIXA**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços, mediante comunicação prévia e formal à **CEEE**, com prazo superior a 15 dias úteis para regularização do cadastro de clientes junto à **CEEE**.

Original - CEE

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A **CAIXA** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres.

**CLÁUSULA QUARTA:** A **CAIXA** fica autorizada a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

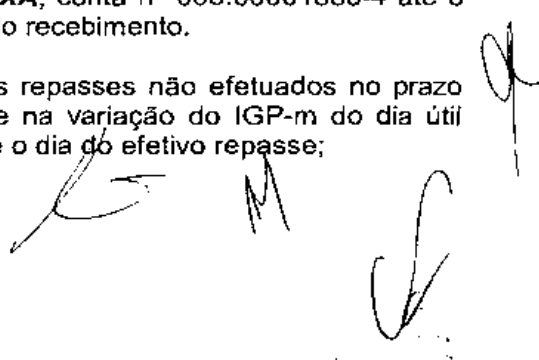
**Parágrafo Primeiro:** A **CEEE**, através deste Instrumento, outorga à **CAIXA** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado por insuficiência de saldo ou sua sustação, após a segunda apresentação, será debitado na conta de livre movimentação da **CEEE**, mantida na **CAIXA**. Outras situações que provoquem a devolução do cheque não poderão ser debitadas pela **CAIXA** contra a **CEEE** sem a prévia autorização desta última;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, na Agência Azenha, sita na Av. Azenha, 1080, em Porto Alegre - RS, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à **CEEE** em uma conta centralizada na Agência Azenha, da **CAIXA**, conta nº 003.00001888-4 até o segundo dia útil (D+2) contado a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado estão sujeitos a correção com base na variação do IGP-m do dia útil seguinte ao previsto no caput desta Cláusula até o dia do efetivo repasse;





**CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/DIFIN/003/2006**

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo ser informado diariamente pelo BANCO à CEEE, via Fax número (51) 3382 49 94 (Departamento de Administração Financeira da Divisão Financeira da CEEE), até às 11:00 horas. Caso o BANCO disponibilizar por meio eletrônico consulta on-line dos saldos bancários diários com a totalidade das arrecadações disponíveis ficará dispensado do atendimento deste parágrafo.

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pela CAIXA em tempo hábil para saque, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados à maior será adotado o mesmo procedimento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, em favor do banco.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a CEEE pagará à CAIXA a título de remuneração, a importância igual a **R\$ 0,30** (trinta centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta, pela Internet, ou por Terminal de Auto Atendimento e **R\$ 0,73** (setenta e três centavos de real) por documento arrecadado no guichê da CAIXA, Revendedores Lotéricos e Correspondentes Bancários.

**Parágrafo Primeiro:** O valor das tarifas a que se refere o "caput" desta cláusula, será debitado na conta nº 003.00001888-4 no quinto dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviço e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** A CAIXA enviará à CEEE relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A CEEE analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores apresentados pela CAIXA e aqueles registrados pela CEEE, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso. Caso a CEEE não se manifeste no prazo estipulado, a CAIXA procederá o débito da tarifa automaticamente, na data prevista.

**Parágrafo Terceiro:** A CEEE obriga-se a efetuar mensalmente na CAIXA os recolhimentos de FGTS, INSS e Tributos Federais, e, opcionalmente, os depósitos judiciais que venha a realizar.

**Parágrafo Quarto:** Além da remuneração pelo serviço de arrecadação prevista neste CONVÊNIO, no "caput" da cláusula quinta, bem como no "caput" e parágrafo

terceiro desta cláusula, nada mais poderá ser exigido da **CEEE**, ou de seus clientes, a este título.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A **CAIXA** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa e revendedores lotéricos, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando a **CAIXA** isenta da entrega dos documentos físicos;

**Parágrafo Segundo:** Os arquivos transmitidos deverão identificar, além das formas de pagamento previstas no caput desta Cláusula, o descrito no inciso IV do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Segunda bem como das demais formas permitidas de pagamento tais como Internet, Home-banking, agendamento entre outras;

**Parágrafo Terceiro:** Para os recebimentos realizados nos Correspondentes Bancários, fica a **CEEE** obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o recibo emitido pelo terminal do atendente, em papel termosensível;

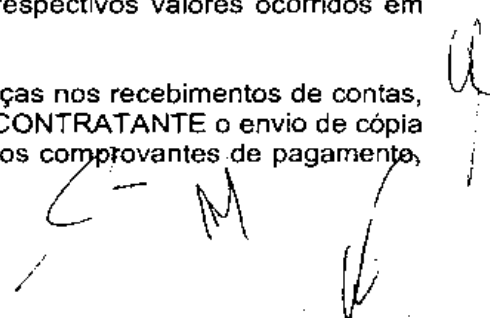
I - Para os recebimentos realizados no canal Correspondente Bancário não há guarda nem entrega à **CEEE**, do documento físico arrecadado.

II - Os Correspondentes Bancários estão autorizados a receber documentos somente em espécie ou com utilização de cartão de débito em conta

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 180 dias da data da prestação de contas da arrecadação, a **CAIXA** ficará desobrigada de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças, apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** A **CAIXA** fica obrigada a prestar informações à **CONVENIENTE** relativas aos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores ocorridos em até 180 dias da data da arrecadação.

**Parágrafo Primeiro** - Na caracterização de diferenças nos recebimentos de contas, no prazo previsto no caput desta Cláusula, cabe à **CONTRATANTE** o envio de cópia das contas que originaram a diferença, e respectivos comprovantes de pagamento, para regularização pela **CAIXA**.



**Parágrafo Segundo** – A CEF fica autorizada a fragmentar a documentação física, objeto deste Convênio, 30 dias após a data da arrecadação, exceto para os casos em que tenha havido diferenças apuradas e pendentes de solução.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre os convenientes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** A **CAIXA** deverá efetuar a transferência do saldo total da conta centralizadora de arrecadação na agência Azenha, referente a todos os valores arrecadados de contas de energia elétrica em todas as suas agências a favor da **CEEE**, diariamente, para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta corrente número 09.082571-0.1, agência 0100, sem qualquer custo à **CEEE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A **CEEE** e a **CAIXA** obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à **CEEE**:

- I Emitir e remeter os documentos de cobrança a seus clientes;
- II Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um ou mais vencimentos;
- III Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixa tensão com pagamento programado para débito em conta com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2 (dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV Retransmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores com pagamento programado para débito em conta de modo que a **CAIXA** possa proceder o débito corretamente;
- VI Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões e exclusões informadas pela **CAIXA** através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII No caso de divergências cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar à **CAIXA** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo:** Compete à **CAIXA**:



- I. Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II. Processar o arquivo magnético citado no Inciso III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da **CEEE** ocorram nas respectivas datas de vencimento;
- III. Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente a **CEEE**, a **CAIXA** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;
- IV. Retornar à **CEEE** até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o arquivo magnético citado no Inciso anterior desta Cláusula, apontando os consumidores que não tiveram suas contas de energia elétrica debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;
- V. Redisponibilizar arquivo-retorno à **CEEE** quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas;
- VI. Fornecer à **CEEE**, através de Fac-símile, até às 13h00m do segundo dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica, o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo, caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso III deste mesmo Parágrafo;
- VII. O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à **CEEE** no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);
- VIII. Informar à **CEEE**, através de arquivo magnético, alterações nos números das contas correntes dos clientes, eventuais transferências para outras agências, inclusões de novos optantes para o débito automático, bem como as exclusões solicitadas por seus clientes;
- IX. Consultar o saldo das contas correntes dos clientes, na data de vencimento das contas de energia elétrica, procedendo os correspondentes lançamentos a débito daquelas que apresentarem saldo disponível para tanto;
- X. A **CAIXA** fica desobrigada de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;
- XI. Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;
- XII. A **CAIXA** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;
- XIII. Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.
- XIV. Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE**





através do arquivo magnético citado no Inciso IV do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

- XV.** A **CAIXA** deverá efetuar o estorno do débito em conta, somente por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.
- XVI.** A **CAIXA** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da CEEE em igual valor àquele contido no arquivo de transmissão da arrecadação, preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** A **CAIXA** deverá disponibilizar diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com renovações automáticas por igual período, limitado a sessenta meses, mediante assinatura de Termo Aditivo. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer um dos convenientes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pelo outro conveniente;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.



Handwritten signatures and initials, including a large 'C' and 'M', and a signature that appears to be 'F. L. S. JUNIOR'.



CONVÊNIO DE ARRECAÇÃO Nº CEEE/DIFIN/003/2006

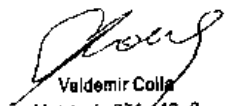
**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 06 de abril de 2006.

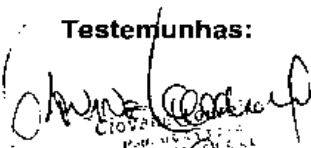
**Pela CAIXA:**

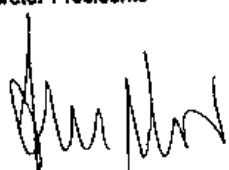
  
Valdemir Colla  
Matrícula 871.442-0  
Superintendente de Negócios

**Pela CEEE:**

  
Edison Zart  
Diretor-Presidente

**Testemunhas:**

  
Clóvis Antônio  
Diretor-Administrativo

  
Luiz Antonio Leão  
Diretor  
CIC: 306.585.180-72

  
FRANCISCO  
Diretor Financeiro





CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/00 /2006

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE **COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE** E **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A – BANRISUL**, PARA ARRECADAÇÃO DE NOTAS FISCAIS, CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, FATURAS E EXTRAFATURADOS.

**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, Empresa Concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, doravante denominada simplesmente "**CEEE**", com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, n 201, Prédio "A", 07 andar, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o número 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, que ao final assinam na forma estatutária, e

**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede em Porto Alegre à rua Capitão Montanha 177, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Sob n.º 92.702.067/0001-96, doravante designado simplesmente **BANRISUL**, neste ato representado(s) por seu(s) representante(s) lega(is) que ao final assina(m), têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas seguintes :

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO** : CONVÊNIO prestação de Serviços de Arrecadação de Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, Faturas, Extrafaturados, Ordens de Pagamento, Recibos diversos, Reavisos de pagamentos e Refaturamento de contas de energia elétrica, pelas Agências do **BANRISUL**, ficando vedado o recebimento dos valores sem a apresentação do respectivo documento (que contenha código de barras - padrão FEBRABAN).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A **CEEE** autoriza o **BANRISUL** a receber os documentos, objeto deste CONVÊNIO, pela qual se processem os pagamentos, nos termos deste CONVÊNIO.

**Parágrafo Único:** As Agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência nacional do **BANRISUL**, após a assinatura do presente CONVÊNIO, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **BANRISUL** não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelos cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) O documento de arrecadação for impróprio;
- b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres .



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/00 /2006

**CLÁUSULA QUARTA:** O **BANRISUL** fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário de serviços de energia elétrica, para quitação dos documentos, objeto deste CONVÊNIO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Primeiro:** A **CEEE**, através deste instrumento, outorga ao **BANRISUL** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste CONVÊNIO;

**Parágrafo Segundo:** O valor do cheque acolhido na forma prevista no "caput" desta Cláusula e eventualmente não honrado, após a segunda apresentação será debitado na conta de livre movimentação da **CEEE**, mantida no **BANRISUL**;

**Parágrafo Terceiro:** O cheque não honrado, a que se refere o parágrafo segundo, deverá ser disponibilizado pelo **BANRISUL** à **CEEE**, na Agência Central, sito à Capitão Montanha 177, em Porto Alegre - RS, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis a contar da data da última devolução, capeado pelo respectivo aviso de débito.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação, será creditado à **CEEE** na conta 09.022040-0.6 na Agência 0100, do **BANRISUL**, até o segundo dia útil (D+2) contados a partir da data do recebimento.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais retenções por parte do **BANRISUL** gerarão antecipação de floating em igual valor e igual período da retenção indevida;

**Parágrafo Segundo:** O valor total da arrecadação deverá estar disponível para saque após cumprido o "FLOATING" bancário, devendo estar disponível o acesso a tais valores via "Agência Virtual" pelo **BANRISUL** a **CEEE**, até às 11:00 horas, diariamente. O acesso mencionado anteriormente refere-se aos serviços denominados Consulta tipo "home-bank" da(s) sua(s) conta-corrente(s).

**Parágrafo Terceiro:** Para eventuais saldos na conta arrecadação, não informados pelo **BANRISUL** em tempo hábil para saque através dos meios descritos no parágrafo anterior desta Cláusula, será adotado procedimento idêntico ao constante no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Para eventuais valores repassados a maior será adotado o mesmo procedimento previsto nesta cláusula, em favor do **BANRISUL**.

**CLÁUSULA SEXTA:** Pela prestação de serviços, objeto do presente CONVÊNIO, a **CEEE** pagará ao **BANRISUL** a título de remuneração, a importância igual a **R\$ 0,40** (quarenta centavos de real) por documento arrecadado no débito em conta, pela INTERNET ou por terminal de auto-atendimento e **R\$ 0,40** (quarenta centavos de real) por documento arrecadado no guichê do **BANRISUL**.



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/00 /2006

**Parágrafo Primeiro:** O valor das tarifas a que se refere o "caput" desta cláusula, será debitado no 4º (quarto) dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviço de arrecadação e corresponderá ao número de documentos arrecadados no mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo:** O **BANRISUL** enviará à **CEEE** relatório quanti-qualitativo preliminar, com antecedência mínima de 48 horas da data do débito da tarifa a que se refere o "caput" desta cláusula. A **CEEE** analisará o relatório para emitir autorização do débito em sua conta. Caso exista discordância entre os valores aprestados pelo **BANRISUL** e aqueles registrados pela **CEEE**, esta última autorizará o débito em conta da parcela incontroversa, ficando a pendência para solução na próxima apresentação, se for o caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O **BANRISUL** realizará o serviço de captura e transmissão de arquivos dos documentos arrecadados na boca de caixa, bem como dos correspondentes avisos de crédito.

**Parágrafo Primeiro:** A transmissão dos arquivos de arrecadação, referido no "caput" desta cláusula, deverá ser efetuada até as 15h00m do primeiro dia útil após a data da arrecadação;

**Parágrafo Segundo:** Os arquivos transmitidos deverão identificar, além das formas de pagamento previstas no caput desta Cláusula, o descrito no inciso IV do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Segunda bem como das demais formas permitidas de pagamento tais como Internet, Home-banking, agendamento entre outras;

**Parágrafo Terceiro:** Os documentos que trata o parágrafo anterior, quando arrecadados por agência bancária localizada em município não atendido pela **CEEE**, deverão ser centralizados em Porto Alegre e disponibilizados à **CEEE**, até o segundo dia útil subsequente a arrecadação, capeados por correspondente aviso de crédito.

**Parágrafo Quarto:** o **BANCO** fica responsável pelo correto recebimento dos documentos de cobrança, por qualquer meio que se processem, não cabendo, em hipótese alguma, solidariedade da **CEEE** aos prejuízos relativos a dolo ou fraude que venham a ocorrer; (parágrafo acrescentado)

**CLÁUSULA OITAVA:** Decorridos 6(seis) meses da data da prestação de contas da arrecadação, o **BANRISUL** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores, exceto para os casos de diferenças apuradas no período, pendentes de solução.

**CLÁUSULA NONA:** O **BANRISUL** fica obrigado a prestar informações à **CONVENIENTE** relativas aos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores ocorridos em até 180 dias da data da arrecadação.



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/00 /2006

**Parágrafo Primeiro** - Na caracterização de diferenças nos recebimentos de contas, no prazo previsto no caput desta Cláusula, cabe à CEEE o envio de cópia das contas que originaram a diferença, e respectivos comprovantes de pagamento, para regularização pelo BANRISUL.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação de serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** A CEEE e o BANRISUL obrigam-se dentro de sua área de competência, a adotar procedimentos especiais para recebimento das contas de energia elétrica e outros documentos elencados no Objeto deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** Compete à CEEE:

- I) Emitir e remeter os documentos de cobrança a seus clientes;
- II) Gerar o arquivo magnético contendo as contas de energia elétrica de um a mais vencimentos. Nos padrões e lay-out definidos entre as partes;
- III) Transmitir, por teleprocessamento, os arquivos das contas faturadas em baixas tensão com antecedência de 5(cinco) dias úteis da data prevista para o débito e 2(dois) dias úteis de antecedência para o débito, das contas faturadas em alta tensão;
- IV ) Transmitir o arquivo para substituição do original, na eventualidade de danificação ou problemas de leitura do mesmo;
- V) Informar através de arquivo magnético, transmitido por teleprocessamento, as eventuais alterações ocorridas no código dos consumidores de modo que o BANRISUL proceda o débito corretamente;
- VI ) Proceder no seu cadastro de débitos automáticos as inclusões informadas pelo BANRISUL através de arquivos magnéticos transmitidos por teleprocessamento;
- VII) No caso de divergência cadastrais, ou não recebimento de arquivo-retorno, comunicar ao BANRISUL no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
- VIII) Providenciar a impressão do demonstrativo do valor a ser debitado e o envio do mesmo ao domicílio do interessado com a necessária antecedência à data do vencimento. No demonstrativo deverá constar mensagem indicativa da forma de quitação, como por exemplo: "Será debitado na sua conta Bancária no dia dd/mm/aaaa".

**Parágrafo Segundo:** Compete ao BANRISUL:

- I) Montar o cadastro de clientes optantes pelo débito automático em conta corrente;
- II) Processar o arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, de forma que os débitos aos consumidores da CEEE ocorram nas respectivas datas de vencimento;

III) Na situação de envio de arquivo fora do padrão ou com registro não pertencente à **CEEE**, o **BANRISUL** deverá disponibilizar novo arquivo, conforme item IV;

IV) Retornar à **CEEE** até o primeiro dia útil após o vencimento das contas de energia elétrica não debitadas por insuficiência de fundos ou determinação judicial. No caso de divergências cadastrais, o retorno do arquivo deverá ocorrer em 24 horas a contar da data do seu recebimento;

V) Fornecer à **CEEE**, através do Home Bank o valor a ser creditado, obtido do processamento do arquivo magnético mencionado no Inciso II, deste Parágrafo caso não seja cumprido o estabelecido no Inciso III deste mesmo Parágrafo;

VI) O arquivo magnético mencionado no Inciso IV deste parágrafo poderá, excepcionalmente, com prévia comunicação, ser transmitido à **CEEE** no prazo máximo de dois dias úteis (D+2);

VII) O **BANRISUL** fica desobrigado de proceder os débitos, mesmo havendo saldo disponível nas contas correntes, nos casos em que houver impedimento judicial no que se refere à movimentação das contas correntes;

VIII) Os débitos que contiverem datas de vencimento em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), serão considerados como vencíveis no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de acréscimos para o consumidor/cliente e sem alteração da data de vencimento;

IX) O **BANRISUL** efetuará o débito automático nas contas de seus clientes optantes em qualquer agência do território nacional;

X) Excluir o consumidor/cliente da sistemática de débito automático, desde que comunique à **CEEE**, através do arquivo magnético, no momento da solicitação feita pelo próprio consumidor/cliente.

XI) Gerar e transmitir o arquivo-retorno a que se refere o Inciso II deste Parágrafo, com a mesma quantidade de registros enviados pela **CEEE** através do arquivo magnético citado no Inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

XII) O **BANRISUL** deverá efetuar o estorno do débito em conta, somente por pedido formal da **CEEE**, por meio magnético ou quando protocolado até a data de vencimento da respectiva conta. Quaisquer outras operações de débito e/ou crédito em conta corrente somente poderão ser autorizadas pelos representantes legais da Empresa ou seus Procuradores ou arquivo magnético.

XIII) O **BANRISUL** deverá efetuar diariamente os depósitos em conta-corrente da **CEEE** em valor debitado igual ao aviso preservando a paridade de 1 (um) aviso de crédito para cada arquivo transmitido da arrecadação.



CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO Nº CEEE/00 /2006

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O **BANRISUL** disponibilizará diariamente, extrato da conta arrecadação à **CEEE** via Internet/Home-Banking, e arquivos-retorno, via PROCERGS, das arrecadações através de débito em conta e código de barras, contendo a data do crédito em conta corrente, data da arrecadação, código da agência e valor total;

**Parágrafo Único:** O extrato mensal da conta arrecadação, deverá ser disponibilizado à **CEEE**, impreterivelmente até o primeiro dia útil do mês subsequente, através de Internet/Home-Banking.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O presente CONVÊNIO terá prazo de vigência de 12(doze) meses, a contar da data da assinatura, com renovação automática por igual período até o limite de 60(sessenta) meses. Entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 90(noventa) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente CONVÊNIO independe do prazo fixado no "caput" desta cláusula, procedendo-se automática e imediatamente, no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, ou nos casos em que a legislação aplicável assim determinar.

**Parágrafo Segundo:** Em função da assinatura deste CONVÊNIO, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente CONVÊNIO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por assim se acharem justos e contratados, firmam o presente em 03(três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as cláusulas deste CONVÊNIO.

Porto Alegre, 02 de julho de 2006.

Pelo **BANRISUL**:

Pela **CEEE**:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**ANEXO IX AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Modelo do Relatório de Transferência de Recursos a ser elaborado pelo Banrisul.**

Data da Liquidação

Instituição Arrecadadora	Valor Pago (cfe. Custodiante)	Valor devido ao Fundo (cfe. Custodiante)	Valor devido à Cedente (cfe. Custodiante)	Transferência efetuada à Conta Centralizadora	Diferença apurada entre o Valor Pago e a Transferência efetuada
<b>TOTAL</b>					

Aproveitamento da Arrecadação efetivamente transferida para a conta centralizadora (em R\$)

Cessão Incondicionada	(crédito ao Fundo)	
Cessão Suspensiva	(crédito à cedente)	



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

56





Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D

**ANEXO X AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE  
CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**  
**Parecer Legal da CEEE**

RECEBIMOS DE 11/10/06 E REGISTRAMOS  
1º OFÍCIO  
- 2 JAN 2007  
857750  
R10

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2006

Ao

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-  
PADRONIZADOS CEEE II**

Representado por seu administrador,

**PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**

Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte.

Rio de Janeiro – RJ

At.: Rodrigo Guedes Xavier

Ref.: Parecer Legal – Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Subscrição e  
Integralização de Quotas Subordinadas

Prezado Senhor,

1. Na qualidade de advogado(s) interno(s) da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Cedente”), bem como de sua antecessora legal, a Companhia Estadual de Energia Elétrica, e tendo em vista o disposto na alínea (j) da Cláusula 9.1 do “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Créditos e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão”), celebrado em 19 de dezembro de 2006, entre a Cedente e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II (“Fundo”), representado pelo seu administrador, Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (“Administrador”), com a interveniência do Banco Itaú S.A. (“Banco Itaú”), apresentamos a V. Sas. nossa opinião sobre a validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais (conforme definidos no item 2 abaixo).

2. Esta opinião abrange as obrigações assumidas pela Cedente nos documentos abaixo enumerados (“Instrumentos Contratuais”), que foram analisados, para fins de emissão desta opinião:

- (i) o Contrato de Cessão;



57





(ii) o "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças", celebrado em 19 de dezembro de 2006, entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do Banco Itaú (o "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas");

(iii) o "Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores", celebrado em 19 de dezembro de 2006, entre a Cedente e o Fundo, com interveniência do Banco Itaú ("Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento"); e

(iv) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados", celebrado em 19 de dezembro de 2006, entre a Cedente e o Fundo, com interveniência do Banco Itaú ("Contrato de Custódia").

3. Exceto se disposto de modo diverso nesta opinião, os termos definidos aqui utilizados têm o mesmo significado que lhes é atribuído nos Instrumentos Contratuais.

4. Baseados na análise acima referida, somos de opinião que:

(i) são verdadeiras e exatas as declarações prestadas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais;

(ii) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (a) a cessão dos Direitos de Crédito; (b) a outorga de mandatos ao Banco Itaú e ao Agente de Recebimento; e (c) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional ou em Direitos de Crédito, foram devidamente autorizadas pelos órgãos deliberativos e/ou executivos da Cedente, nos termos dos seus atos constitutivos e que não é exigível qualquer outra deliberação societária para que a Cedente pudesse ter celebrado os Instrumentos Contratuais e assumir e cumprir com suas obrigações nos termos pactuados;

(iii) os representantes legais da Cedente na assinatura dos Instrumentos Contratuais têm poderes estatutários para obrigar a Cedente, bem como para outorgar ao Banco Itaú e ao Agente de Recebimento os mandatos outorgados nos Instrumentos Contratuais;





(iv) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão dos Direitos de Crédito; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú e ao Agente de Recebimento; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional ou em Direitos de Crédito, não representam o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora ou acarretam o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Cedente em contratos de natureza comercial ou financeira firmados anteriormente à data de assinatura dos Instrumentos Contratuais dos quais a Cedente seja parte ou aos quais estejam vinculados bens de qualquer natureza de propriedade desta;

(v) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão dos Direitos de Crédito; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú e ao Agente de Recebimento; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional ou em Direitos de Crédito, não representam o descumprimento ou a violação, pela Cedente, de normas legais ou regulamentares a que estejam sujeitas, assim como de qualquer decisão judicial, ainda que liminar, ou administrativa, vigentes na data da celebração dos Instrumentos Contratuais e na presente data; e

(vi) exceto pelos Aditamentos previstas no item 3.2. do Contrato de Cessão, pelo registro dos Instrumentos Contratuais nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e pela aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, outorgada por meio do Despacho n.2.880, 05 de dezembro de 2006, a Cedente não está sujeita a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que a obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pela Cedente, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face da Cedente das obrigações por estas assumidas nos termos dos Instrumentos Contratuais.

5. Esta opinião é endereçada ao Fundo, ao Administrador, ao Banco Itaú, na qualidade de instituição custodiante e ao Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, na qualidade de assessor legal do Fundo.

6. Esta opinião é regida e será interpretada de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente nesta data.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sr

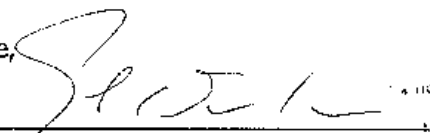


2



Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D

Atenciosamente,



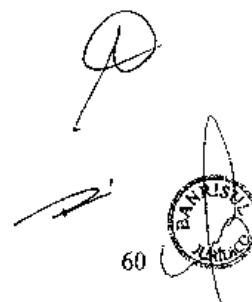
Advogado  
OAB-RS 16.262

**COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D**

Nome: PAULO PETARSO DUTRA LIMA

Cargo: ADVOGADO - OABRS 16.262.

RECEBIMOS DE PAULO PETARSO DUTRA LIMA  
OABRS 16.262  
- 2 JAN 2008 08:57:50  
Assessoria Jurídica - CEEE-D  
RUA BERNARDO DE CAMARGO, 61.



**ANEXO XI AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Emergentes da Concessão**

Pelo presente instrumento, as partes:

(a) **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio A1, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.467.115/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CEEE-D");

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, em fase de inscrição no CNPJ/MF ("Cessionário" ou "Fundo"), neste ato representado por seu administrador, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social;

e, como interveniente anuente,

(c) **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Capitão Montanha, nº 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Barrisul" ou "Agente de Recebimento");

sendo a CEEE-D, o Fundo e o Barrisul, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individual e indistintamente, como "Parte".

**CONSIDERANDO QUE:**

I. A CEEE-D é concessionária de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica por sucessão, em decorrência de cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 92.715.812/0001-31, antecessora legal da CEEE-D ("CEEE"), deliberada no dia 27 de novembro de 2006 ("Cisão"), realizada no âmbito do processo de desverticalização da CEEE

RECEBIMENTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DO OFÍCIO  
- 2 JAN 2007  
857750  
ACQUISICAO DE TITULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.



61



exigido pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 484, de 28 de março de 2006, nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 25 de outubro de 1999, e do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica N.º 081/1999, datado de 17 de outubro de 2005, celebrados entre a CEEE e a União Federal, com a intermediação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (respectivamente, “ANEEL” e “Contrato de Concessão”);

II. No âmbito de suas atividades de fornecimento de energia elétrica, a CEEE firmou e a CEEE-D firmará Contratos de Prestação de Serviço Público de Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores atendidos em alta e baixa tensão (doravante e conjuntamente denominados, respectivamente, “Contratos de Fornecimento” e “Consumidores”, sendo estes últimos denominados individualmente “Consumidor”), os quais estabelecem os termos e condições para o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Em decorrência da Cisão, os Contratos de Fornecimento celebrados pela CEEE foram transferidos à CEEE-D, que passará a prestar, a partir de 01 de dezembro de 2006, os serviços de fornecimento de energia elétrica aos Consumidores;

III. o Fundo e a CEEE-D firmaram o “Contrato de Cessão, Aquisição e Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e outras Avenças” (“Contrato de Cessão”, que faz parte do presente Contrato como Anexo I), por meio do qual a CEEE-D cedeu ao Fundo direitos de crédito de sua titularidade oriundos do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos Consumidores ou de terceiros por estes instruídos para tanto (“Direitos de Crédito”), mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à CEEE-D;

IV. Os recursos para aquisição dos direitos de crédito de titularidade da CEEE-D serão captados por meio da emissão, pelo Fundo, para distribuição pública, de 100 (cem) quotas seniores (“Quotas Seniores”) e, para subscrição pela CEEE-D, de 5 (cinco) quotas subordinadas inteiras e 3 (três) frações correspondentes a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada (em conjunto, “Quotas”);

V. Nos termos do Contrato de Concessão e da legislação brasileira, em determinadas hipóteses de extinção da Concessão pelo Poder Concedente ou de desapropriação de bens de sua propriedade (em conjunto, “Eventos de Indenização”), a CEEE-D tem direito a indenização em dinheiro (“Indenização”), em especial pelas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda

não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica;

VI. Nos termos do Contrato de Concessão, os direitos de crédito emergentes da concessão poderão ser oferecidos em garantia desde que não sejam comprometidas a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica e desde que autorizado pela ANEEL.

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Emergentes da Concessão e Outras Avenças ("Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO EMERGENTES DA CONCESSÃO**

1.1. Para garantir o cumprimento das obrigações assumidas perante o Fundo nos termos do Contrato de Cessão, a CEEE-D neste ato cede e transfere ao Fundo, em caráter fiduciário, os direitos de crédito de que venha a ser titular em virtude de indenização decorrente da extinção antecipada da Concessão ("Direitos de Crédito Emergentes da Concessão"), nos termos do Contrato de Concessão e da legislação aplicável.

1.1.1. A cessão fiduciária de que trata este item 1.1. é realizada nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.

1.2. A cessão dos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão destina-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela CEEE-D perante o Fundo nos termos do Contrato de Cessão, em especial (i) a obrigação de entrega de Direitos de Crédito em valor suficiente para que o Fundo possa restituir aos titulares de Quotas Seniores de sua emissão o valor unitário das Quotas Seniores, calculado conforme descrito no item 1.2.1. abaixo e (ii) o pagamento dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, inclusive remuneração de prestadores de serviços do Fundo (em conjunto, "Obrigações Garantidas").

1.2.1. O valor unitário das Quotas Seniores será correspondente ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião; e (ii) a variação acumulada das Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de



um dia, *over* extra-grupo, calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre o valor das Quotas Seniores, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da respectiva Primeira Data de Emissão e de integralização das Quotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Quota Sênior de cada Período de Capitalização.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA CEEE-D**

2.1. A CEEE-D declara e garante ao Fundo neste ato e em cada Data de Entrega que:

- (i) é uma sociedade regularmente constituída e validamente existente de acordo com as leis brasileiras, com plenos poderes e capacidade para cumprir as obrigações assumidas neste Contrato;
- (ii) é a legítima proprietária dos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos e/ou gravames de quaisquer natureza e assim permanecerão enquanto forem válidas e eficazes as cláusulas deste Contrato, exceto pela cessão fiduciária em garantia ora constituída;
- (iii) a cessão fiduciária constituída sobre os Direitos de Crédito Emergentes da Concessão é um ato válido, perfeito, irrevogável e irretratável, e não viola atos societários ou estatuto social ou disposições legais em vigor, sendo exequível em conformidade com os termos estabelecidos neste Contrato; e
- (iv) está cumprindo todas as disposições do Contrato de Concessão e da legislação e regulamentação aplicáveis à prestação de serviços públicos de energia elétrica.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEEE-D**

3.1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, a CEEE-D neste ato obriga-se a:

- (i) notificar a ANEEL e obter da referida agência a autorização para a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão objeto do presente instrumento;
- (ii) emendar seus melhores esforços para obter a aprovação da ANEEL de que trata o item (i) acima em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste Contrato de Cessão;
- (iii) efetuar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da presente data, o seu registro deste Contrato nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos municípios de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, arcando com todos os custos e despesas aplicáveis e enviando ao Administrador, ao final do prazo de 15 (quinze) dias ora previsto, comprovante da efetivação dos respectivos registros;
- (iv) praticar quaisquer atos e firmar todos os documentos necessários para preservar os direitos do Fundo sobre os Direitos de Crédito Emergentes da Concessão;
- (v) comunicar imediatamente o Fundo e o Agente de Recebimento caso haja extinção da Concessão durante a vigência deste Contrato;
- (vi) comunicar imediatamente ao Fundo a ocorrência de qualquer Evento de Indenização, observados os procedimentos da Cláusula Quarta abaixo;
- (vii) solicitar à ANEEL que o pagamento de qualquer Indenização seja realizado diretamente para a Conta Autorizada (conforme definido abaixo), emendando seus melhores esforços para que esta aceite e concorde com tal procedimento.

3.2. A CEEE-D obriga-se a não realizar, sem o consentimento prévio e por escrito do Fundo (a) qualquer acordo ou contrato, ou tomar qualquer medida que possa impedir ou de qualquer forma limitar os direitos do Fundo em relação aos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão; (b) a venda, cessão, transferência ou alienação e/ou a promessa de venda, cessão, transferência ou alienação, no todo ou em parte, dos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão; e (c) a constituição qualquer ônus ou gravame que possa limitar o pleno exercício pelo Fundo dos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PROCEDIMENTO PARA EXCUSSÃO DA GARANTIA**

4.1. Tão logo verifique ou tome conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Indenização, a CEEE-D deverá comunicar o Administrador sobre tal fato, bem como notificar a ANEEL para que esta realize o pagamento da Indenização à CEEE-D por meio de crédito dos valores correspondentes na conta bancária nº 09.274202.0-6, mantida no Banrisul (banco 041), de titularidade da CEEE-D ("Conta Autorizada").

4.1.1. Recebida a notificação de que trata o item 4.1. acima, o Administrador imediatamente comunicará o Agente de Recebimento e os Quotistas e convocará Assembléia Geral de Quotistas, que deverá ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de sua convocação, para aprovar a liquidação antecipada do Fundo. Na Assembléia Geral de Quotistas ora referida serão observados os procedimentos previstos no item 18.02. do Capítulo Dezoito do Regulamento.

4.2. Realizado o pagamento de indenização pela ANEEL na Conta Autorizada, o Agente de Recebimento deverá, até o dia útil imediatamente seguinte à data de seu recebimento, transferir os recursos da Conta Autorizada para a Conta Autorizada do Fundo até o valor total das Obrigações Garantidas.

4.2.1. O valor das Obrigações Garantidas será calculado pelo Administrador, observado o disposto no Regulamento, e comunicado ao Agente de Recebimento e à CEEE-D.

4.2.2. Até a data da transferência de recursos para Conta Autorizada do Fundo, a CEEE-D não poderá movimentar os recursos da Indenização que forem creditados pela ANEEL na Conta Autorizada.

4.3. Caso a ANEEL realize o depósito do valor correspondente aos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão em conta diversa da Conta Autorizada, a CEEE-D deverá comunicar ao Fundo, na mesma data de seu recebimento, o valor por ela recebido em virtude da Indenização, transferindo à Conta Autorizada do Fundo os valores necessários para o total cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.3.1. O valor necessário ao integral cumprimento das Obrigações Garantidas deverá ser calculado pelo Administrador nos termos do item 1.2.1. acima e do item 10.17. do Capítulo Dezessete do Regulamento.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO MANDATO AO AGENTE DE RECEBIMENTO**

5.1. Pelo presente instrumento, a CEEE-D e o Fundo nomeiam e constituem o Banrisul, na qualidade de Agente de Recebimento do Fundo, seu bastante procurador para os fins da Cláusula Quarta acima, outorgando-lhe poderes especiais para praticar todo e qualquer ato necessário à transferência para a Conta Autorizada do Fundo dos valores recebidos pela CEEE-D em virtude da Indenização em conta diversa da Conta Autorizada, inclusive para representar o Fundo e a CEEE-D perante a(s) instituição(ões) financeira(s) que mantenha(m) conta(s) corrente(s) na(s) qual(is) tenha sido recebido qualquer valor relativo aos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão, solicitando a sua transferência para a Conta Autorizada do Fundo.

5.2. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os efeitos do artigo 684 do Código Civil brasileiro, durante todo o prazo de vigência deste Contrato.

5.3. A CEEE-D deverá abster-se de praticar qualquer ato que possa prejudicar o cumprimento das obrigações estipuladas neste Contrato ou o exercício dos direitos previstos nesta Cláusula Quinta pelo Agente de Recebimento. Serão nulos os atos do Agente de Recebimento realizados em desacordo com o disposto nesta Cláusula Quinta.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA**

6.1. A cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Emergentes da Concessão resolver-se-á de pleno direito e independentemente de qualquer formalidade quando do pagamento integral, pelo Fundo, dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação prevista neste Contrato em decorrência de culpa, dolo ou má-fé da referida Parte sujeitará a Parte infratora ao pagamento de multa convencional, não compensatória, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por evento.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS COMUNICAÇÕES**

8.1. Todos os documentos e as comunicações por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços:

Se para a CEEE-D:

**Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D**

Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, 6º andar

Jardim Carvalho

91410-400, Porto Alegre – RS

At.: Sr. Edison Zart

Telefone: (51) 3382.4580

Fac-símile: (51) 3382.4585

E-mail: edisonz@ceee.com.br

Se para o Fundo/Administrador:

**Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**

Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte

22250-040, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Mariana Oliveira B. Ramalho

Telefone: (21) 2514-9624

Fac-símile: (21) 2514-8600

E-mail: ramalho@pactual.com.br

Se para o Agente de Recebimento

**Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

Rua Caldas Júnior, n.º 108, 7º andar

90018-900 Porto Alegre – RS

At.: Sr. Paulo Roberto Garcia Franz

Website: www.banrisul.com.br

Tel.: (51) 3215.2935

Fax.: (51) 3215.1729

Correio Eletrônico: paulo\_franz@banrisul.com.br

8.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços

acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

## **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. Todos os termos e expressões iniciados em maiúsculas utilizados neste Contrato e em seus Anexos, e neles não definidos, têm o significado que lhes é atribuído no Regulamento ou no Contrato de Cessão.

9.2. Para fins deste Contrato, o Fundo poderá buscar execução específica das obrigações aqui assumidas pela CEEE-D, na forma prevista nos artigos 461, 621, 632 e 639 do Código de Processo Civil Brasileiro.

9.3. O Fundo reconhece que não tem qualquer direito de agir contra a ANEEL em caso de inadimplemento dos compromissos financeiros assumidos pela CEEE-D nos termos deste Contrato.

9.4. Toda e qualquer modificação deste Contrato somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes.

9.5. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

9.6. Se qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarado nulo ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não afetadas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

9.7. A tolerância e as concessões recíprocas entre as Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos

termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

9.8. É vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações previstos neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DEZ – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO**

10.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento de Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2006.

#### **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D**

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

#### **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II**

Por seu administrador: Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

**Testemunhas:**

_____ Nome:	_____ Nome:
_____ RG:	_____ RG:
_____ CPF:	_____ CPF:



**Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito  
Emergentes da Concessão e Outras Avenças datado de 19 de dezembro  
de 2006**

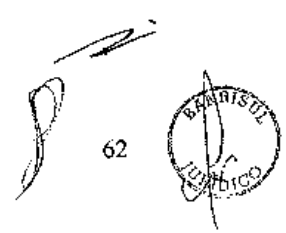
Contrato de Cessão

**ANEXO XII AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS, DATADO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**Listagem das Instituições Arrecadoras dos Direitos de Crédito Adicionais Não Cadastrados para Débito Automático**

Código da Instituição Arrecadora	Nome da Instituição Arrecadora	Volume de Arrecadação

RECEBIMOS DE VOSSEM EXCELÊNCIA  
79 OFICIO  
- 2 JAN 2007  
857750



#### **ANEXO IV**

---

#### **Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS  
SUBORDINADAS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as partes:

(a) **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio A1, Jardim Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.467.115/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CEEE-D");

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS CEEE II**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.490.205/0001-04 ("Fundo"), neste ato representado por seu administrador, **PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 ("Administrador"), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social;

e, como interveniente anuente,

(c) **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Capitão Montanha, nº 177, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Banrisul");

sendo a CEEE-D, o Fundo e o Banrisul, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individual e indistintamente, como "Parte";

CONSIDERANDO QUE,

I. O Administrador, em 28 de novembro de 2006, deliberou a constituição do Fundo, aprovando o inteiro teor do seu regulamento ("Regulamento") e a emissão, para distribuição pública, de 100 (cem) quotas seniores (as "Quotas Seniores" e a "Oferta") e, para subscrição privada, de 5 (cinco) quotas subordinadas inteiras e de 3 (três) frações de quotas subordinadas, correspondentes a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada uma (respectivamente, "Quotas Subordinadas", "Frações de Quota Subordinada" e, quando consideradas em conjunto com as Quotas Seniores, as "Quotas") de emissão do Fundo;



II. Nos termos do Regulamento, o Administrador poderá realizar a emissão de novas quotas subordinadas do Fundo, que poderão ser divididas em frações, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas ("Novas Quotas Subordinadas");

III. O Fundo será registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (a "Instrução CVM nº 356/2001") e da Instrução CVM nº 444, de 8 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM nº 444"); e

IV. As Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas serão totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pela CEEE-D;

RESOLVEM as Partes firmar este Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças ("Compromisso"), de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

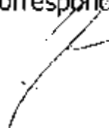



**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**  
**SUBORDINADAS E DAS NOVAS QUOTAS SUBORDINADAS**

1.1. A CEEE-D, neste ato, compromete-se a subscrever e integralizar, de forma privada, a totalidade das Quotas Subordinadas, das Frações de Quota Subordinada e das Novas Quotas Subordinadas que vierem a ser emitidas pelo Fundo nos termos do Regulamento, aplicando-se às Frações de Quota Subordinada todas as disposições deste Compromisso relativas às Quotas Subordinadas e às Novas Quotas Subordinadas, observada a proporção indicada no item 1.2 abaixo.

1.1.1. As Quotas Subordinadas serão subscritas pela CEEE-D na Primeira Data de Emissão e serão integralizadas pela CEEE-D no ato da subscrição.

1.1.2. As Novas Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas pela CEEE-D de acordo com o disposto (i) no instrumento particular do Administrador para deliberação da emissão de Novas Quotas Subordinadas; ou (ii) na deliberação da assembleia geral de quotistas do Fundo no sentido da emissão de Novas Quotas Subordinadas; ou (iii) no item 15.01(i) do Regulamento, caso a CEEE-D venha a optar pela decisão de subscrição e integralização de Novas Quotas Subordinadas na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia.

1.2. O preço de integralização das Quotas na Primeira Data de Emissão será correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada. O preço de integralização das Frações de Quota Subordinada corresponderá a 0,1 (um décimo) do preço de

    2 1

integralização das Quotas na Primeira Data de Emissão. A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, o preço de integralização de cada uma das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas corresponderá ao valor atualizado das Quotas Subordinadas, calculado nos termos do item 10.18. do Regulamento, observado o disposto item 10.18.01. do Regulamento para o cálculo do preço de integralização das Frações de Quota Subordinada (cada preço de integralização, o "Preço de Integralização").

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS SUBORDINADAS E DAS NOVAS**  
**QUOTAS SUBORDINADAS E DO PAGAMENTO DO PREÇO DE**  
**INTEGRALIZAÇÃO**

2.1. A integralização das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas será realizada no ato da subscrição, mediante o pagamento, pela CEEE-D, do Preço de Integralização.

2.2. As Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas serão integralizadas exclusivamente em moeda corrente nacional, mediante a transferência do montante correspondente ao Preço de Integralização em recursos imediatamente disponíveis da Conta Autorizada da Cedente para a Conta Autorizada do Fundo.

2.3. A CEEE-D autoriza desde já o Banrisul, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder à transferência dos valores correspondentes ao Preço de Integralização das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas, da Conta Autorizada da Cedente para a Conta Autorizada do Fundo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DAS PENALIDADES**

3.1. Caso a CEEE-D descumpra a obrigação de subscrição e integralização prevista nas Cláusulas Primeira e Segunda deste Compromisso, ficará sujeita ao pagamento de multa convencional, não compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o Preço de Integralização definido no item 1.2. acima, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis e do pagamento das verbas de sucumbência.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DA TUTELA ESPECÍFICA**

4.1. As Partes reconhecem desde já que este Compromisso constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos dos artigos 585, inciso II, e 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



3  
1

4.2. A obrigação da CEEE-D de subscrever as Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas e de efetuar o pagamento do Preço de Integralização será exigível na data de subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas, ficando facultada ao Administrador, no melhor interesse do Fundo e como seu representante legal, a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio do procedimento a que se refere o § 5º do artigo 461, do Código de Processo Civil.






4.3. Caso a CEEE-D descumpra a obrigação de subscrever as Quotas Subordinadas e as Novas Quotas Subordinadas e de efetuar o pagamento do Preço de Integralização, o Administrador, no melhor interesse do Fundo e como seu representante legal, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de rescindir este Compromisso, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

4.4. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza patrimonial das obrigações assumidas pelo Fundo perante terceiros, a CEEE-D reconhece desde já a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano potencial para o Fundo na hipótese do descumprimento das obrigações da CEEE-D decorrentes deste Compromisso.

#### **CLÁUSULA QUINTA DAS DECLARAÇÕES DA CEDENTE**

5.1. A CEEE-D, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Fundo, na data de assinatura deste Compromisso, que:

- a) é sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a prestar serviços de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste Compromisso, à assunção e cumprimento das obrigações dele decorrentes, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) obteve todas as autorizações necessárias, perante os órgãos estaduais e federais competentes, em especial da ANEEL, outorgada por meio do

     4



Despacho nº 2.880, de 05 de dezembro de 2006, à celebração deste Compromisso, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à outorga de mandatos, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais para tanto;

- d) os seus representantes legais que assinam este Compromisso têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e) a celebração deste Compromisso e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Compromisso, nos quais a CEEE-D ou seus controladores sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a CEEE-D ou seus controladores ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a CEEE-D, seus controladores ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- f) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM e/ou da ANEEL, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Compromisso;
- g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário e/ou agregado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;



5

- h) está cumprindo rigorosamente as obrigações dos Contratos de Concessão, bem como as normas administrativas e determinações da ANEEL aplicáveis à condução de seus negócios;
- i) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em valor equivalente ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas condições financeiras ou suas atividades, nos termos dos Contratos de Concessão; e
- j) não está em situação de conflito de interesses no cumprimento de suas obrigações como e/ou no exercício de seus direitos como Parte neste Compromisso, declarando a sua independência em relação ao Administrador e ao seu controlador comum.

#### **CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

6.1. Além das demais obrigações assumidas nos termos deste Compromisso, o Administrador obriga-se a fazer com que seja mantido, pelo Banco Itaú S.A., na qualidade de custodiante das Quotas, o registro da titularidade das Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas em nome da CEEE-D, competindo-lhe o controle e a guarda dos respectivos livros, em meio físico ou eletrônico, tudo de acordo com a legislação aplicável.

6.2. Exceto no caso de mudança de denominação social da CEEE-D ou no caso de fusão, de incorporação ou de alienação de controle, direto ou indireto, da CEEE-D (ou de evento de reorganização societária de efeito semelhante) devidamente autorizado por lei ou em conformidade com o Regulamento, fica vedada (i) a averbação, no livro de registro das Quotas, da transferência de Quotas Subordinadas e/ou das Novas Quotas Subordinadas, a qualquer título; e/ou (ii) a emissão de quaisquer valores mobiliários lastreados nas Quotas Subordinadas e/ou nas Novas Quotas Subordinadas, seja de forma privada ou por meio de negociação em bolsa de valores ou em mercado de balcão, organizado ou não.

6.3. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Compromisso, a CEEE-D se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a:

- a) não mutuar, onerar, gravar ou alienar as Quotas Subordinadas e/ou as Novas Quotas Subordinadas de sua titularidade;



- b) não proceder à negociação, pública ou privada, das Quotas Subordinadas e/ou das Novas Quotas Subordinadas; e
- c) não revogar quaisquer dos mandatos outorgados ao Banrisul nos termos deste Compromisso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DA OUTORGA DE PODERES**

7.1. A fim de possibilitar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Compromisso, em especial as decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas a que irrevogavelmente se obrigou a CEEE-D, esta constitui o Banrisul seu bastante procurador por todo o prazo de vigência deste Compromisso, investido de poderes especiais para praticar todos os atos necessários à efetivação da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e das Novas Quotas Subordinadas, em especial para efetuar lançamentos, a crédito e a débito na Conta Autorizada da Cedente. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, não podendo ser substabelecido, total ou parcialmente.

#### **CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. O presente Compromisso começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação do Fundo.

#### **CLÁUSULA NONA DA RESOLUÇÃO DO COMPROMISSO**

9.1. O presente Compromisso resolver-se-á de pleno direito, sem qualquer ônus para a CEEE-D, na hipótese do Fundo não iniciar suas atividades.

#### **CLÁUSULA DEZ DAS COMUNICAÇÕES**

10.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Compromisso deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para a Cedente:

**CEEE-D – Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica**



7

Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, 6º andar  
Jardim Carvalho  
91410-400, Porto Alegre – RS  
At.: Sr. Edison Zart  
Telefone: (51) 3382.4580  
Fac-símile: (51) 3382.4585  
E-mail: edisonz@ceee.com.br

Se para o Fundo/Administrador:  
**Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**  
Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte  
22250-040, Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sra. Mariana Oliveira B. Ramalho  
Telefone: (21) 2514-9624  
Fac-símile: (21) 2514-8600  
E-mail: ramalho@pactual.com.br

Se para o Banrisul:  
**Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**  
Rua Caldas Júnior, n.º 108, 7º andar  
90018-900 Porto Alegre – RS  
At.: Sr. Paulo Roberto Garcia Franz  
Website: www.banrisul.com.br  
Tel.: (51) 3215.2935  
Fax.: (51) 3215.1729  
Correio Eletrônico: paulo\_franz@banrisul.com.br

10.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile, por e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica deverão ser encaminhados para os endereços acima em 48 (quarenta e oito) horas após o envio da mensagem.



*[Handwritten signatures]*



8

## **CLÁUSULA ONZE DA INDENIZAÇÃO**

11.1. A CEEE-D responsabiliza-se por todo e qualquer dano moral ou patrimonial devidamente comprovado que venha a causar ao Fundo e/ou quaisquer terceiros, decorrentes de dolo, culpa ou má-fé, em função da prática de qualquer ato em desacordo com o disposto neste Compromisso.

11.2. A CEEE-D compromete-se a indenizar ao Fundo e/ou a quaisquer terceiros as perdas e danos por estes incorridos, inclusive aqueles relativos a qualquer custo ou despesa para a defesa de seus direitos e interesses, inclusive honorários advocatícios.

## **CLÁUSULA DOZE DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Todos os termos e expressões utilizados neste instrumento, em sua forma singular ou plural, e neles não definidos, têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento ou no Contrato de Cessão, Aquisição, Promessa de Cessão e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), a ser firmado entre a CEEE-D e o Fundo.

12.2. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Compromisso somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes.

12.3. As Partes celebram este Compromisso em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.

12.4. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Compromisso. Dessa forma, a tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Compromisso, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Compromisso.

12.5. O presente Compromisso constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.



12.6. Salvo acordo expresso entre as Partes, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

12.7. O presente Compromisso e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

12.8. Todas as disposições contidas neste Compromisso que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

12.9. Para efeitos do disposto neste Compromisso, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais.

12.10. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Compromisso foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes, e em perfeita relação de equidade.

12.11. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Compromisso for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulação não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Compromisso não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

12.12. Aplicam-se a este Compromisso, no que se refere à confidencialidade, as disposições da Cláusula Dezessete do Contrato de Cessão.

### **CLÁUSULA TREZE DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Compromisso, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

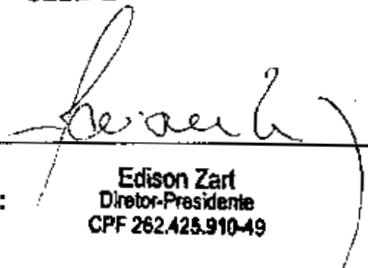
E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

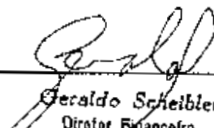
Porto Alegre, 19 de dezembro de 2006.



10 |

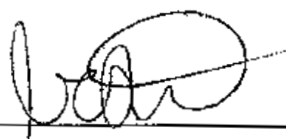
**COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA –  
CEEE-D**

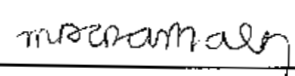
1.   
Por: **Edison Zart**  
Cargo: **Diretor-Presidente**  
**CPF 262.425.910-49**

2.   
Por: **Geraldo Scheibler**  
Cargo: **Diretor Financeiro**  
**CIC: 210.092.870-87**

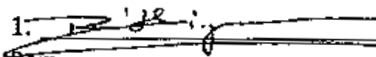
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-  
PADRONIZADOS CEEE II**

**Por: Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**

1.   
Por: **Valdeni Oliveira P. Bortolan**  
Cargo: **Procuradora**

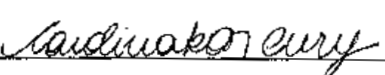
2.   
Por: **Mariana Botelho Ramalho Cardoso**  
Cargo: **Diretora Executiva**

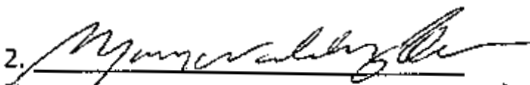
**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

1.   
Por: **Ricardo Richinitti Hingel**  
Cargo: **Diretor**

2. \_\_\_\_\_  
Por: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

1.   
Nome: **Carolina Ribeiro de O. Machado Cury**  
RG.: **CPF 002.648.017-41**  
**OAB/RJ 126.909**

2.   
Nome: **MARCOS WAPOWSKIY PORTELA**  
RG.: **09038566-7 IFR-RS**  
CPF/MF: **014255637-83**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ANEXO V**

---

Relatório da KPMG Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Companhia Estadual de Energia Elétrica**

### **Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados**

Este Relatório foi elaborado a partir da base de dados e demais informações fornecidas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica. É importante ressaltar, que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que o mesmo venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este Relatório não constitui qualquer garantia por parte da KPMG quanto à solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste Relatório.

KPMG Risk Advisory Services Ltda.  
Novembro de 2006

À  
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica  
Porto Alegre - RS

31 de outubro de 2006

Atenção: Sr. Ricardo Richiniti Hingel

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta de prestação de serviços, datada de 31 de maio de 2006 e do contrato datado de 22 de junho de 2006, apresentamos nosso relatório a respeito da execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica ("CEEE"), Banco Pactual S.A. e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Barrisul"), grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da CEEE no transcurso de nossos trabalhos e, colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza  
*Financial Services*  
*Sócio*

Pedro Vitor Zago  
*Financial Services*  
*Gerente Sênior*

## **Conteúdo**

- 1 Introdução
- 2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis
- 3 Descrição dos procedimentos de revisão
- 4 Descrição do processo de faturamento e cobrança

Anexos

## 1 Introdução

A CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica (“CEEE” ou “Originadora”), em parceria com o Banco Pactual S.A. (“Pactual”) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), em conjunto definidos como Grupo Estruturador, está estruturando um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), a partir de recebíveis gerados por contratos de fornecimento de energia *performados* e a *performar* junto a consumidores da CEEE.

Segundo informações fornecidas pela CEEE, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- (i) Revisão do perfil da carteira de recebíveis, a fim de prover ao Grupo Estruturador da operação, elementos para criação de critérios de elegibilidade eficientes para Cessão ao FIDC; e
- (ii) Levantamento de processos relacionados à operacionalização da carteira de recebíveis sujeitos a securitização, com o objetivo de obter o entendimento dos controles relacionados aos processos de cobrança destes recebíveis.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de uma base de dados fornecida pela CEEE, contemplando as emissões de faturas, para o período de 1º de julho de 2003 e 30 de junho de 2006:

### 1. Elaboração das seguintes informações sobre o histórico da carteira de recebíveis:

- **Análises demográficas e *performance* de pagamento por parte de consumidores**
  - Distribuição do volume financeiro e quantidade de faturas, em ciclos mensais;
  - Distribuição dos recebíveis por tipo de cliente, por tipo de economia (residencial, comercial, etc.) por tarifa (alta e baixa tensão) e por município de concessão;
  - Apuração das formas de pagamento utilizadas pelos consumidores, bem como agentes arrecadadores conveniados;
  - Distribuição dos volumes por antiguidade, por município atendido e tipo de economia para fins de identificação da *performance* de pagamentos dos consumidores; e
  - Análises específicas quanto à apuração de pontualidade e de *performance* dos consumidores cuja forma de pagamento é identificada na base de dados como “débito automático”.

### 2. Revisão dos procedimentos e controles relacionados à operacionalização dos contratos

- Levantamento do fluxo operacional da estrutura de origem dos recebíveis relacionado à concessão, ao monitoramento, à cobrança e à liquidação financeira dos recebíveis;

- Levantamento do processo de coleta e repasse dos recursos pelos agentes arrecadadores conveniados (lotéricas, farmácias, etc.) junto às instituições centralizadoras.

Essa base de dados foi reconciliada com os registros oficiais da CEEE com o propósito de se estabelecer o nível apropriado de confiança sobre as informações a serem geradas a partir dessa base.

#### **Outras informações**

Enfatizamos que este trabalho de revisão especial não representa uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso houvéssimos executado procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Nossos trabalhos foram executados no período de 5 de setembro a 30 de outubro de 2006 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis e no sistema de controles internos relacionados ao monitoramento da carteira de recebíveis vigentes naquele período. Conforme acordado com representantes da CEEE, não foi requerida a atualização dos dados entre a data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

## **2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis**

### **2.1 Dimensionamento do Faturamento Líquido sujeito à Securitização ("FLS")**

O somatório dos arquivos gerados pela Originadora indica que esta faturou, para a totalidade de municípios e consumidores atendidos, no período de 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2006, o valor de R\$ 6.032.727 mil, correspondente a 47.071.062 mil faturas.

Compilamos para o período total de 36 meses sob análise, informações mensais referentes ao FLS abordando a totalidade dos consumidores atendidos, conforme apresentado na tabela 2.1 e gráfico 2.1 a seguir:

**Tabela 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das faturas**

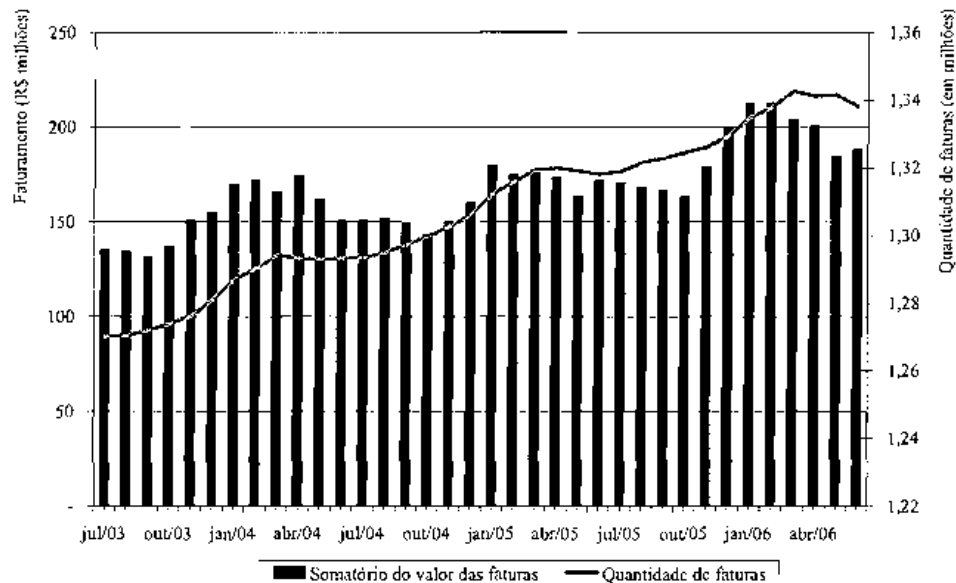
<b>Origem</b>	<b>Somatório do valor das faturas R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% Acum.</b>	<b>Quantidade de faturas</b>	<b>%</b>	<b>% acum.</b>
jui/03	134.926	2,24	2,24	1.270.065	2,70	2,70
ago/03	134.389	2,23	4,46	1.270.320	2,70	5,40
set/03	131.111	2,17	6,64	1.271.745	2,70	8,10
out/03	137.107	2,27	8,91	1.273.864	2,71	10,80
nov/03	150.552	2,50	11,41	1.276.033	2,71	13,52
dez/03	155.218	2,57	13,98	1.280.790	2,72	16,24
jan/04	169.704	2,81	16,79	1.286.945	2,73	18,97
fev/04	172.096	2,85	19,64	1.290.131	2,74	21,71
mar/04	165.305	2,74	22,38	1.294.181	2,75	24,46
abr/04	174.296	2,89	25,27	1.293.131	2,75	27,21
mai/04	162.093	2,69	27,96	1.292.802	2,75	29,95

*CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica*  
*Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados*

<b>Origem</b>	<b>Somatório do valor das faturas R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% Acum.</b>	<b>Quantidade de faturas</b>	<b>%</b>	<b>% acum.</b>
jun/04	150.529	2,50	30,46	1.293.211	2,75	32,70
jul/04	150.812	2,50	32,96	1.293.560	2,75	35,45
ago/04	151.532	2,51	35,47	1.294.754	2,75	38,20
set/04	148.958	2,47	37,94	1.297.221	2,76	40,96
out/04	142.985	2,37	40,31	1.299.731	2,76	43,72
nov/04	150.204	2,49	42,80	1.302.558	2,77	46,49
dez/04	160.239	2,66	45,45	1.306.134	2,77	49,26
jan/05	179.699	2,98	48,43	1.312.180	2,79	52,05
fev/05	174.713	2,90	51,33	1.315.748	2,80	54,84
mar/05	177.008	2,93	54,26	1.319.371	2,80	57,65
abr/05	173.321	2,87	57,13	1.319.916	2,80	60,45
mai/05	163.453	2,71	59,84	1.319.085	2,80	63,25
jun/05	171.791	2,85	62,69	1.318.172	2,80	66,05
jul/05	170.791	2,83	65,52	1.318.926	2,80	68,85
ago/05	168.214	2,79	68,31	1.321.653	2,81	71,66
set/05	166.947	2,77	71,08	1.322.864	2,81	74,47
out/05	163.466	2,71	73,79	1.324.488	2,81	77,29
nov/05	178.787	2,96	76,75	1.326.025	2,82	80,10
dez/05	199.718	3,31	80,06	1.329.333	2,82	82,93
jan/06	212.456	3,52	83,58	1.334.854	2,84	85,76
fev/06	212.718	3,53	87,11	1.337.792	2,84	88,61
mar/06	204.073	3,38	90,49	1.342.601	2,85	91,46
abr/06	200.754	3,33	93,82	1.341.157	2,85	94,31
mai/06	184.747	3,06	96,88	1.341.519	2,85	97,16
jun/06	<u>188.015</u>	<u>3,12</u>	<u>100,00</u>	<u>1.338.202</u>	<u>2,84</u>	<u>100,00</u>
Total	<u>6.032.727</u>	<u>100,00</u>		<u>47.071.062</u>	<u>100,00</u>	

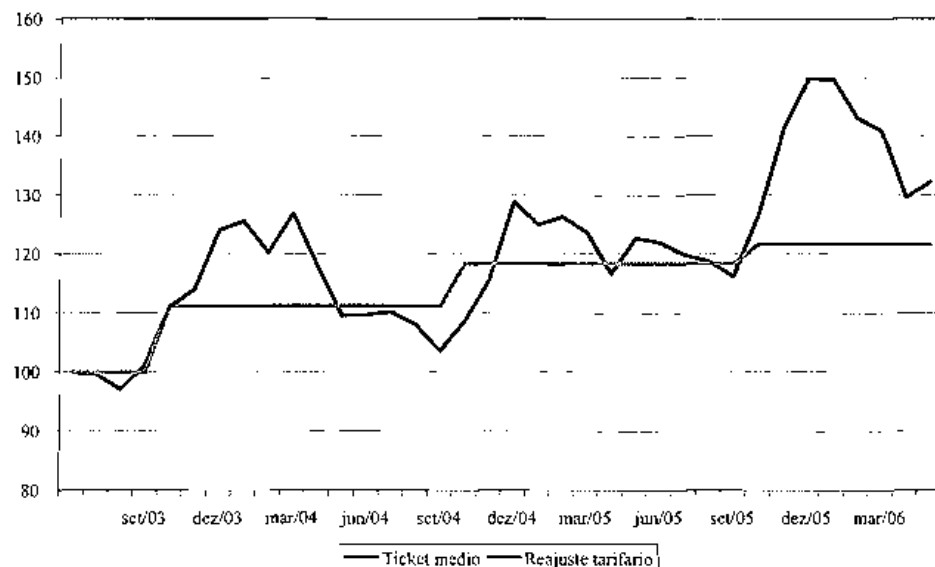


**Gráfico 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das faturas**



Adicionalmente, elaboramos o gráfico 2.2 a seguir, demonstrando o comparativo da evolução do ticket médio mensal comparado ao reajuste tarifário do período..

**Gráfico 2.2 – Evolução do ticket médio mensal reajuste tarifário – Base 100:**



O Anexo I apresenta a evolução do faturamento e consumo médio mensal.

As informações relativas ao ajuste tarifário nos anos de 2003, 2004 e 2005, foram obtidas junto à ANEEL: Resoluções 570 de 23/10/2003; 242 de 18/10/2004; e 234 de 18/10/2005, respectivamente.

A tabela 2.2 a seguir, indica o faturamento total para 10 principais municípios ao longo dos 36 meses sob análise, bem como suas respectivas representatividades em relação à produção total. No Anexo I, apresentamos a distribuição de faturas geradas no período para todos os municípios.

**Tabela 2.2 - Produção por município**

#	Município	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	% Acum.
1	Porto Alegre	3.168.543	52,52	52,52
2	Pelotas	419.867	6,96	59,48
3	Rio Grande	306.933	5,09	64,57
4	Guaíba	241.140	4,00	68,57
5	Viamão	201.551	3,34	71,91
6	Charqueadas	167.082	2,77	74,68
7	Alvorada	142.908	2,37	77,05
8	Bagé	117.656	1,95	79,00
9	Camaqua	107.725	1,79	80,78
10	Capão da Canoa	85.935	1,42	82,21
	Demais (54 municípios)	<u>1.073.387</u>	<u>17,79</u>	<u>100,00</u>
	Total	<u>6.032.727</u>	<u>100,00</u>	

O Anexo II apresenta o faturamento mensal por município para o período de 36 meses sob análise.

## 2.2 Distribuição do faturamento por tipo de tarifa (alta e baixa tensão)

Os clientes da CEEE utilizam dois tipos de tarifas que lhes são disponibilizados: (i) alta tensão - consumidores com fornecimento de tensão igual ou superior a 2,3 kV; e (ii) baixa tensão - consumidores com fornecimento de tensão inferior a 2,3 kV.

A distribuição mensal do faturamento aos clientes, por tipo de tarifa, para o período de 36 meses sob análise, é apresentada na tabela a seguir:

**Tabela 2.2 - Distribuição do faturamento por tipo de tarifa**

Período	Baixa Tensão		Alta Tensão		Total
	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	Somatório do valor das faturas R\$(000)
jul/03	90.438	67,0	44.488	33,0	134.926
ago/03	89.881	66,9	44.507	33,1	134.389
set/03	86.469	66,0	44.642	34,0	131.111
out/03	89.800	65,5	47.307	34,5	137.107
nov/03	101.243	67,2	49.309	32,8	150.552
dez/03	101.832	65,6	53.385	34,4	155.218
jan/04	114.575	67,5	55.129	32,5	169.704
fev/04	116.396	67,6	55.700	32,4	172.096
mar/04	109.217	66,1	56.089	33,9	165.305
abr/04	115.781	66,4	58.515	33,6	174.296
mai/04	108.592	67,0	53.500	33,0	162.093
jun/04	100.592	66,8	49.937	33,2	150.529
jul/04	102.970	68,3	47.842	31,7	150.812
ago/04	102.002	67,3	49.530	32,7	151.532
set/04	100.535	67,5	48.423	32,5	148.958
out/04	95.812	67,0	47.173	33,0	142.985
nov/04	99.894	66,5	50.311	33,5	150.204
dez/04	106.269	66,3	53.970	33,7	160.239
jan/05	122.101	67,9	57.598	32,1	179.699
fev/05	116.902	66,9	57.811	33,1	174.713
mar/05	118.405	66,9	58.603	33,1	177.008
abr/05	118.491	68,4	54.830	31,6	173.321
mai/05	107.181	65,6	56.272	34,4	163.453
jun/05	116.186	67,6	55.605	32,4	171.791
jul/05	116.025	67,9	54.766	32,1	170.791
ago/05	115.684	68,8	52.530	31,2	168.214
set/05	114.323	68,5	52.624	31,5	166.947
out/05	111.227	68,0	52.239	32,0	163.466
nov/05	119.151	66,6	59.636	33,4	178.787
dez/05	133.787	67,0	65.931	33,0	199.718
jan/06	147.620	69,5	64.836	30,5	212.456
fev/06	145.434	68,4	67.284	31,6	212.718
mar/06	139.642	68,4	64.431	31,6	204.073
abr/06	136.555	68,0	64.198	32,0	200.754
mai/06	123.288	66,7	61.459	33,3	184.747
jun/06	<u>127.376</u>	<u>67,7</u>	<u>60.638</u>	<u>32,3</u>	<u>188.015</u>
Total	<u>4.061.676</u>	<u>67,3</u>	<u>1.971.051</u>	<u>32,7</u>	<u>6.032.727</u>

### 2.3 Distribuição do faturamento por economia

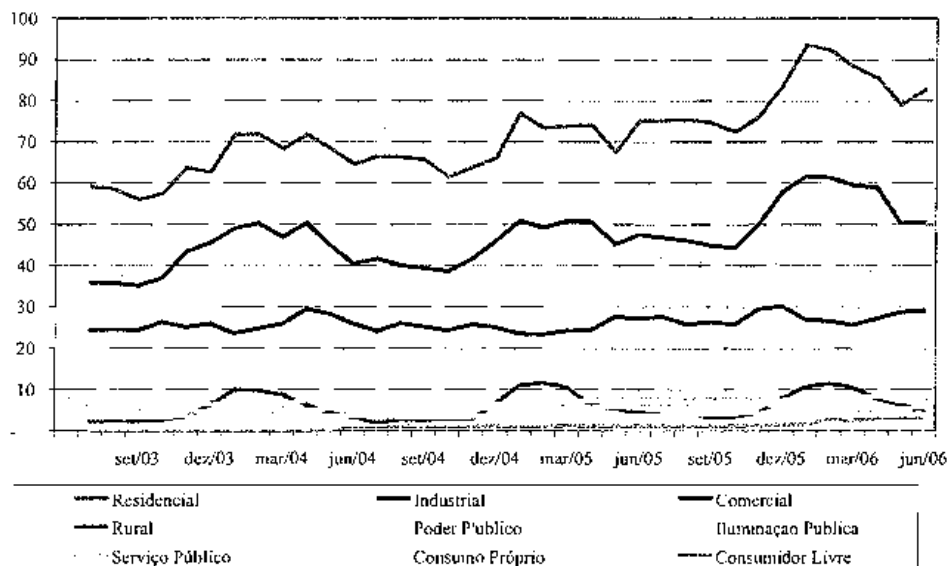
A distribuição do faturamento aos clientes, por economia (segmento econômico), para o período de 36 meses sob análise, é apresentada na tabela 2.3 a seguir:

**Tabela 2.3 - Distribuição do faturamento por economia**

Tipo de economia	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	% Acumulado
Residencial	2.583.690	42,83	42,83
Comercial	1.687.310	27,97	70,80
Industrial	937.208	15,54	86,33
Poder Público	243.531	4,04	90,37
Rural	208.241	3,45	93,82
Iluminação Pública	189.458	3,14	96,96
Serviço Público	137.668	2,28	99,24
Consumidor Livre	37.391	0,62	99,86
Consumo Próprio - CEEE	8.230	0,14	100,00
<b>Total</b>	<b>6.032.727</b>	<b>100,00</b>	

A variação do faturamento mensal por economia é apresentada no gráfico 2.3 a seguir:

**Gráfico 2.3 - Evolução mensal de faturamento por economia – em milhões de R\$:**



O Anexo III demonstra os dados do faturamento mensal por classe de consumo.

## 2.4 Distribuição do faturamento por forma de pagamento

As formas de pagamento disponibilizadas aos clientes da CEEE para pagamento de suas faturas podem ser: (i) débito automático em conta; ou (ii) pagamento em bancos ou correspondentes bancários, tais como farmácias, lotéricas, correios e cooperativas credenciadas. Na tabela 2.4 a seguir, apresentamos o faturamento distribuído por forma de pagamento:

**Tabela 2.4 - Distribuição mensal de faturamento por forma de pagamento:**

Tipo de liquidação	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%
Boca de caixa	4.478.068	74,2
Débito automático	1.481.245	24,6
Em aberto	<u>73.414</u>	<u>1,2</u>
Total	<u>6.032.727</u>	

Os maiores agentes arrecadadores, apurados pelo valor arrecadado no período de 36 meses sob análise, são apresentados na tabela 2.5 a seguir:

**Tabela 2.5 - Distribuição por agentes arrecadadores**

Número do Banco	Nome Banco	Total	%	% Acumulado
041	BANRISUL	1.815.834	30,10	30,10
104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.154.465	19,14	49,24
001	BANCO DO BRASIL	934.705	15,49	64,73
237	BANCO BRADESCO	614.195	10,18	74,91
341	BANCO ITAU	362.543	6,01	80,92
275	BANCO REAL	278.394	4,61	85,54
399	BANCO BAMERINDUS	174.825	2,90	88,43
409	UNIBANCO	170.192	2,82	91,25
008	BANCO MERIDIONAL	105.722	1,75	93,01
748	BANSICREDI	55.424	0,92	93,93
745	BANCO CITIBANK	10.484	0,17	94,10
353	BANCO SANTANDER BRASIL	10.037	0,17	94,27
389	BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	7.388	0,12	94,39
800	REDE FACIL	5.403	0,09	94,48
641	BANCO BILBAO VISCAYA S/A	<u>4</u>	<u>0,00</u>	<u>94,48</u>
Subtotal		<u>5.699.617</u>	<u>94,48</u>	
Outros Agentes Arrecadadores não informados		<u>333.110</u>	<u>5,52</u>	
Total		<u>6.032.727</u>	<u>100,00</u>	

## 2.5 Perfil dos consumidores classificados como “Débito Automático”

Ainda como parte dos procedimentos solicitados por representantes do Grupo Estruturador, foi solicitada a elaboração de informações sobre o perfil dos consumidores identificados na base de dados sob análise como “débito automático”. A movimentação mensal de clientes em débito automático é apresentada na tabela 2.6 abaixo:

**Tabela 2.6 – Representatividade, montante e quantidade de faturas mensal em débito automático**

Período	Originação Total	Faturas em debito automático	% Representatividade de	Qtde. Faturas
jul/03	134.926	31.785	23,6%	229.697
ago/03	134.389	31.839	23,7%	230.296
set/03	131.111	31.110	23,7%	230.813
out/03	137.107	31.611	23,1%	231.284
nov/03	150.552	35.361	23,5%	231.691
dez/03	155.218	36.180	23,3%	232.283
jan/04	169.704	39.238	23,1%	232.832
fev/04	172.096	40.433	23,5%	233.171
mar/04	165.305	38.376	23,2%	233.732
abr/04	174.296	40.564	23,3%	234.102
mai/04	162.093	37.886	23,4%	234.403
jun/04	150.529	35.978	23,9%	234.711
jul/04	150.812	36.910	24,5%	235.057
ago/04	151.532	36.644	24,2%	235.432
set/04	148.958	35.700	24,0%	235.788
out/04	142.985	33.950	23,7%	236.115
nov/04	150.204	36.138	24,1%	236.501
dez/04	160.239	38.682	24,1%	236.879
jan/05	179.699	42.842	23,8%	237.405
fev/05	174.713	42.299	24,2%	237.717
mar/05	177.008	42.560	24,0%	238.128
abr/05	173.321	41.644	24,0%	238.382
mai/05	163.453	38.776	23,7%	238.617
jun/05	171.791	41.060	23,9%	238.781
jul/05	170.791	41.172	24,1%	239.036
ago/05	168.214	41.131	24,5%	239.335
set/05	166.947	40.206	24,1%	239.476
out/05	163.466	39.396	24,1%	239.568
nov/05	178.787	42.704	23,9%	239.644
dez/05	199.718	47.598	23,8%	239.831
jan/06	212.456	51.428	24,2%	239.737
fev/06	212.718	52.487	24,7%	239.614
mar/06	204.073	48.915	24,0%	239.526
abr/06	200.754	49.294	24,6%	238.925

*CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica*  
*Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados*

Período	Originação Total	Faturas em débito automático	% Representatividade de	Qtde. Faturas
mai/06	184.747	44.565	24,1%	238.252
jun/06	<u>188.015</u>	<u>45.525</u>	<u>24,2%</u>	<u>236.951</u>
<b>Total</b>	<u>6.032.727</u>	<u>1.441.990</u>	<u>23,9%</u>	<u>8.503.712</u>

Elaboramos ainda a tabela 2.7 abaixo, demonstrando a distribuição dos consumidores em débito automático, por classe de consumo, para o período de 36 meses sob análise.

**Tabela 2.7 – Consumidores em débito automático por classe de consumo**

Período	Residencial		Industrial		Comercial		Rural		Poder Público		Iluminação Pública		Serviço Público	
	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%
jul/03	14.716	46,3%	4.802	15,1%	11.410	35,9%	572	1,8%	192	0,6%	93	0,3%	0	0,0%
ago/03	14.741	46,3%	4.855	15,2%	11.389	35,8%	558	1,8%	199	0,6%	96	0,3%	0	0,0%
set/03	14.084	45,3%	4.832	15,5%	11.379	36,6%	521	1,7%	197	0,6%	97	0,3%	0	0,0%
out/03	14.059	44,5%	4.906	15,5%	11.832	37,4%	523	1,7%	191	0,6%	101	0,3%	0	0,0%
nov/03	15.185	42,9%	5.461	15,4%	13.687	38,7%	722	2,0%	199	0,6%	107	0,3%	0	0,0%
dez/03	15.173	41,9%	5.154	14,2%	14.423	39,9%	1.120	3,1%	203	0,6%	107	0,3%	0	0,0%
jan/04	17.567	44,8%	4.701	12,0%	14.991	38,2%	1.656	4,2%	212	0,5%	111	0,3%	0	0,0%
fev/04	17.956	44,4%	5.005	12,4%	15.501	38,3%	1.639	4,1%	221	0,5%	111	0,3%	0	0,0%
mar/04	16.383	42,7%	5.378	14,0%	14.747	38,4%	1.538	4,0%	218	0,6%	111	0,3%	0	0,0%
abr/04	16.880	41,6%	6.080	15,0%	15.995	39,4%	1.256	3,1%	237	0,6%	116	0,3%	0	0,0%
mai/04	16.522	43,6%	5.754	15,2%	14.387	38,0%	906	2,4%	205	0,5%	112	0,3%	0	0,0%
jun/04	16.139	44,9%	5.633	15,7%	12.939	36,0%	738	2,1%	209	0,6%	109	0,3%	0	0,0%
jul/04	16.562	44,9%	5.670	15,4%	13.231	35,8%	639	1,7%	216	0,6%	114	0,3%	0	0,0%
ago/04	16.757	45,7%	5.561	15,2%	12.831	35,0%	608	1,7%	207	0,6%	109	0,3%	0	0,0%
set/04	16.153	43,2%	5.377	15,1%	12.569	35,2%	590	1,7%	202	0,6%	105	0,3%	0	0,0%
out/04	14.952	44,0%	5.258	15,5%	12.273	36,2%	637	1,9%	193	0,6%	110	0,3%	0	0,0%
nov/04	15.321	42,4%	5.744	15,9%	13.301	36,8%	725	2,0%	193	0,5%	111	0,3%	0	0,0%
dez/04	15.967	41,3%	5.635	14,6%	14.682	38,0%	1.216	3,1%	211	0,5%	102	0,3%	0	0,0%
jan/05	19.001	44,4%	5.111	11,9%	15.884	37,1%	1.801	4,2%	222	0,5%	104	0,2%	0	0,0%
fev/05	18.356	43,4%	5.534	13,1%	15.501	36,6%	1.857	4,4%	215	0,5%	102	0,2%	0	0,0%
mar/05	17.992	42,3%	5.733	13,5%	16.230	38,1%	1.583	3,7%	234	0,5%	101	0,2%	0	0,0%
abr/05	17.686	42,5%	5.696	13,7%	16.063	38,6%	1.209	2,9%	233	0,6%	103	0,2%	0	0,0%
mai/05	16.027	41,3%	6.166	15,9%	14.517	37,4%	1.122	2,9%	218	0,6%	89	0,2%	0	0,0%
jun/05	17.966	43,8%	6.077	14,8%	15.137	36,9%	850	2,1%	229	0,6%	90	0,2%	0	0,0%
jul/05	18.254	44,3%	6.195	15,0%	14.877	36,1%	827	2,0%	234	0,6%	91	0,2%	0	0,0%
ago/05	18.600	45,2%	6.154	15,0%	14.556	35,4%	784	1,9%	231	0,6%	90	0,2%	0	0,0%
set/05	18.194	45,3%	6.010	14,6%	14.239	35,4%	738	1,8%	214	0,5%	89	0,2%	0	0,0%
out/05	17.479	44,4%	6.067	15,2%	14.208	36,1%	701	1,8%	204	0,5%	90	0,2%	0	0,0%
nov/05	17.855	41,8%	6.877	16,1%	16.094	37,7%	820	1,9%	217	0,5%	97	0,2%	0	0,0%
dez/05	19.816	41,6%	6.849	14,4%	18.366	38,6%	1.392	2,9%	248	0,5%	105	0,2%	0	0,0%

**CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica**  
*Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados*

Período	Residencial		Industrial		Comercial		Rural		Poder Público		Iluminação Pública		Serviço Público	
	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%	R\$000	%
jan/06	22.662	44,1%	6.397	12,4%	19.429	37,8%	1.780	3,5%	206	0,4%	112	0,2%	0	0,0%
fev/06	22.819	43,5%	7.099	13,5%	19.222	36,6%	1.893	3,6%	247	0,5%	108	0,2%	0	0,0%
mar/06	20.683	42,3%	6.593	13,5%	18.626	38,1%	1.710	3,5%	246	0,5%	109	0,2%	0	0,0%
abr/06	20.122	40,8%	7.532	15,3%	18.757	38,1%	1.518	3,1%	252	0,5%	110	0,2%	0	0,0%
mai/06	18.444	41,4%	7.545	16,9%	15.871	35,6%	1.255	2,8%	216	0,5%	109	0,2%	0	0,0%
jun/06	19.565	43,0%	7.523	16,5%	16.078	35,3%	960	2,1%	230	0,5%	108	0,2%	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>626.636</b>	<b>43,5%</b>	<b>210.900</b>	<b>14,6%</b>	<b>535.220</b>	<b>37,1%</b>	<b>38.962</b>	<b>2,7%</b>	<b>7.802</b>	<b>0,5%</b>	<b>3.729</b>	<b>0,3%</b>	<b>15</b>	<b>0,0%</b>

Elaboramos ainda as tabelas 2.8 e 2.9 a seguir, demonstrando a movimentação mensal dos consumidores em “débito automático” por tipo de tarifa, e a distribuição destes consumidores por município atendido, respectivamente:

**Tabela 2.8 – Movimentação mensal de consumidores em débito automático por tipo de tarifa**

Período	<u>Alta Tensão</u>		<u>Baixa Tensão</u>		Total R\$000
	R\$000	%	R\$000	%	
jul/03	10.857	34,2%	20.928	65,8%	31.785
ago/03	10.818	34,0%	21.021	66,0%	31.839
set/03	10.940	35,2%	20.170	64,8%	31.110
out/03	11.188	35,4%	20.423	64,6%	31.611
nov/03	12.697	35,9%	22.664	64,1%	35.361
dez/03	12.980	35,9%	23.200	64,1%	36.180
jan/04	13.260	33,8%	25.978	66,2%	39.238
fev/04	13.461	33,3%	26.972	66,7%	40.433
mar/04	13.784	35,9%	24.591	64,1%	38.376
abr/04	14.677	36,2%	25.886	63,8%	40.564
mai/04	13.226	34,9%	24.659	65,1%	37.886
jun/04	12.739	35,4%	23.239	64,6%	35.978
jul/04	13.131	35,6%	23.778	64,4%	36.910
ago/04	12.764	34,8%	23.880	65,2%	36.644
set/04	12.627	35,4%	23.073	64,6%	35.700
out/04	12.207	36,0%	21.742	64,0%	33.950
nov/04	13.626	37,7%	22.512	62,3%	36.138
dez/04	14.588	37,7%	24.093	62,3%	38.682
jan/05	14.749	34,4%	28.093	65,6%	42.842
fev/05	15.161	35,8%	27.137	64,2%	42.299
mar/05	15.449	36,3%	27.112	63,7%	42.560
abr/05	14.960	35,9%	26.685	64,1%	41.644
mai/05	15.008	38,7%	23.768	61,3%	38.776
jun/05	14.875	36,2%	26.185	63,8%	41.060
jul/05	14.673	35,6%	26.499	64,4%	41.172



**CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica**  
*Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados*

Período	<u>Alta Tensão</u>		<u>Baixa Tensão</u>		Total
	R\$000	%	R\$000	%	R\$000
ago/05	14.454	35,1%	26.677	64,9%	41.131
set/05	14.126	35,1%	26.080	64,9%	40.206
out/05	14.262	36,2%	25.133	63,8%	39.396
nov/05	16.391	38,4%	26.313	61,6%	42.704
dez/05	17.667	37,1%	29.931	62,9%	47.598
jan/06	17.408	33,9%	34.019	66,1%	51.428
fev/06	18.808	35,8%	33.679	64,2%	52.487
mar/06	17.728	36,2%	31.187	63,8%	48.915
abr/06	18.608	37,7%	30.687	62,3%	49.294
mai/06	17.310	38,8%	27.255	61,2%	44.565
jun/06	<u>17.170</u>	<u>37,7%</u>	<u>28.356</u>	<u>62,3%</u>	<u>45.525</u>
Total	<u>518.381</u>	<u>35,9%</u>	<u>923.608</u>	<u>64,1%</u>	<u>1.441.990</u>

**Tabela 2.9 – Distribuição dos consumidores em débito automático por município atendido**

Município	Somatório do valor das faturas R\$ Mil	%	% Acumulada
Porto Alegre - Ag Alto Petrópolis	927.450	64,32%	64,32%
Pelotas	91.517	6,35%	70,66%
Guaíba	50.937	3,53%	74,20%
Rio Grande	50.779	3,52%	77,72%
Viamão	28.425	1,97%	79,69%
Capão da Canoa	27.332	1,90%	81,58%
Camaqua	22.708	1,57%	83,16%
Charqueadas	20.684	1,43%	84,59%
Tramandai	15.863	1,10%	85,69%
Bagé	15.841	1,10%	86,79%
Alvorada	14.655	1,02%	87,81%
Torres	14.648	1,02%	88,82%
Osório	12.673	0,88%	89,70%
Imbé	11.825	0,82%	90,52%
Xangri-lá	9.736	0,68%	91,20%
Dom Pedrito	8.845	0,61%	91,81%
Tapes	8.339	0,58%	92,39%
Arroio do Sal	8.064	0,56%	92,95%
Santo Antonio da Patrulha	8.016	0,56%	93,51%
Palmares do Sul	7.931	0,55%	94,06%
São Lourenço do Sul	6.808	0,47%	94,53%
Santa Vitoria do Palmar	6.770	0,47%	95,00%
Arroio dos Ratos	6.209	0,43%	95,43%
Cidreira	5.529	0,38%	95,81%

**CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica**  
Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados

Município	Somatório do valor das faturas RS Mil	%	% Acumulada
Balneário Pinhal	5.336	0,37%	96,18%
Butiá	5.247	0,36%	96,54%
Capão do Leão	4.689	0,33%	96,87%
Barra do Ribeiro	3.891	0,27%	97,14%
Candiota	3.582	0,25%	97,39%
São Jerônimo	3.123	0,22%	97,61%
Mostardas	3.093	0,21%	97,82%
Terra de Arcia	3.033	0,21%	98,03%
Jaguarão	2.852	0,20%	98,23%
Canguçu	2.766	0,19%	98,42%
Arroio Grande	2.659	0,18%	98,60%
Três Cachoeiras	2.433	0,17%	98,77%
Morro Redondo	2.274	0,16%	98,93%
Pinheiro Machado	1.818	0,13%	99,06%
Encruzilhada do Sul	1.717	0,12%	99,18%
Piratini	1.559	0,11%	99,28%
Pantano Grande	1.425	0,10%	99,38%
Cristal	1.242	0,09%	99,47%
Tavares	1.081	0,07%	99,54%
Pedro Osorio	1.004	0,07%	99,61%
Chuí	951	0,07%	99,68%
Lavras do Sul	874	0,06%	99,74%
Cerrito	838	0,06%	99,80%
Maquie	792	0,05%	99,85%
São José do Norte	755	0,05%	99,91%
Dom Feliciano	599	0,04%	99,95%
Herval	463	0,03%	99,98%
Arroio do Padre	301	0,02%	100,00%
Pedras Altas	5	0,00%	100,00%
Hulha Negra	2	0,00%	100,00%
Total	<u>1.441.990</u>	<u>100,00%</u>	

## 2.6 Utilização da informação de Antiguidade do consumidor

Para fins de apuração da *performance* por parte dos consumidores, foi utilizada a informação disponibilizada na base de dados fornecida pela CEEE, referente à antiguidade dos seus consumidores, no final de cada mês, para os 36 meses sob análise.

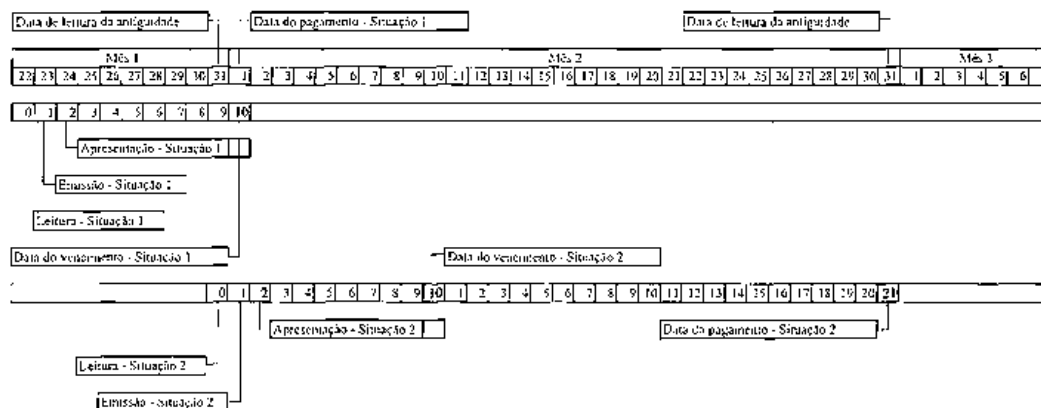
A antiguidade de um consumidor é definida como número de períodos de faturamento que encontram-se em aberto, obtido da relação entre saldo devedor do consumidor no final de cada mês, sobre o faturamento médio mensal daquele mesmo consumidor, conforme apresentado abaixo:

$$\text{Antiguidade} = \text{Saldo Devedor em Aberto} / \text{Consumo Médio Mensal}$$

Desta forma, conforme discutido com representantes do Grupo Estruturador, inferiu-se ao valor da Antiguidade, como a quantidade de meses que o consumidor possui de inadimplência. Ainda conforme acordado com representantes do Grupo Estruturador, para fins de segregação de performance dos consumidores, foram atribuídas as seguintes faixas de pagamento para cada antiguidade:

Antiguidade	Faixa de pagamento
0 ou 1	Última fatura liquidada até 30 dias
2	Última fatura liquidada entre 31 e 60 dias
3	Última fatura liquidada entre 61 e 90 dias
4	Última fatura liquidada entre 91 e 120 dias
5	Última fatura liquidada entre 121 e 150 dias
6	Última fatura liquidada entre 151 e 180 dias
7 ou +	Última fatura liquidada acima de 180 dias

No exemplo abaixo, assumindo-se que o consumidor não possua nenhum débito anterior pendente, exemplificamos duas situações – Situação 1 e Situação 2 – em que consumidores que realizaram o pagamento da última fatura com até 30 dias de atraso, são identificados como “Antiguidade 0” ou “Antiguidade 1” no final do mês, dependendo da data de vencimento de sua fatura.



- Para a Situação 1, o consumidor com data de emissão 23/Mês01 e vencimento em 1º/Mês02, pagou sua fatura na data do vencimento, porém no último dia do Mês01 apresentava saldo em aberto. Para este consumidor, o sistema atribuiu “Antiguidade 1”;

- Para a Situação 2, o consumidor com data de emissão 1º/Mês02 e vencimento em 10/Mês02, tendo liquidado sua fatura no último dia do mês – 11 dias de atraso – foi atribuído pelo Sistema “Antiguidade 0”, pois a fatura foi liquidada dentro do próprio mês.

Da mesma forma, para consumidores com Antiguidade “0” ou “1”, inferiu-se que esta antiguidade representa uma inadimplência de até 30 dias. Adicionalmente a esta antiguidade é acrescida “1” unidade para cada 30 dias de atraso, desta forma, Antiguidade “2” representaria até 60 dias de inadimplência e assim sucessivamente.

Com o propósito de verificar a atualização do valor da Antiguidade atribuída a cada cliente, selecionamos, a partir da base de dados disponibilizada, uma amostra aleatória de consumidores, com o propósito de verificar, os eventos de pagamento e seu reflexo na Antiguidade informada. Para este exercício, solicitamos à gerência da CEEE, uma nova base de dados, contendo a totalidade de pagamentos de faturas por parte dos consumidores. O resultado deste exercício é apresentado na tabela abaixo:

Código do consumidor	Total Faturado	Total Pago	Vlr. em aberto (1)	Média do Faturamento (2)	Antiguidade calculada (1/2)	Variação Antiguidade (base de dados)
0023554	361.396	363.323	(1.927)	10.629	-	-
0415494	232.597	231.059	1.538	6.841	-	-
0765448	120.184	115.980	4.204	3.535	1	1
1080263	126.707	126.460	247	3.727	-	-
1445082	231.941	232.509	(568)	6.822	-	-
1471991	19.124	19.133	(9)	562	-	-
2310759	70.945	70.923	22	2.087	-	-
2434804	15.298	15.298	-	450	-	-
3292648	65.283	65.364	(81)	1.920	-	-
3741326	749.670	723.824	25.846	22.049	1	1
3797866	145.107	145.106	1	4.268	-	-
3957255	261.278	260.739	539	7.685	-	-
4049383	17.159	17.147	12	505	-	-
4086008	99.728	99.786	(58)	71.079	-	-

A amostra listada acima não apresentou divergências entre a Antiguidade calculada, tomando por base os valores de pagamentos efetuados, e a variação na antiguidade do consumidor informada na base de dados disponibilizada.

## 2.7 **Performance de pagamentos de consumidores com base na informação de Antiguidade**

Conforme apresentado na seção anterior deste Relatório, apresentamos a distribuição mensal dos consumidores por Antiguidade, a partir das informações de antiguidade mensal apresentadas na base de dados sob análise, conforme tabela 2.10 a seguir:

**Tabela 2.10 - Distribuição mensal da Adimplência por antiguidade - Volume total originado**

Origem	Total Faturado	Antiguidade						
		0 ou 1	2	3	4	5	6	7+
		Liquidado até 30 dias	Liquidado entre 31 e 60 dias	Liquidado entre 61 e 90 dias	Liquidado entre 91 e 120 dias	Liquidado entre 121 e 150 dias	Liquidado entre 151 e 180 dias	Liquidado acima de 180 dias
		%	%	%	%	%	%	%
juv/03	134.926	94,94	0,95	0,16	0,06	0,18	1,46	2,26
ago/03	134.389	94,97	0,91	0,20	0,08	0,24	0,32	3,28
set/03	131.111	94,56	0,97	0,23	0,14	0,04	0,21	3,86
out/03	137.107	93,99	1,06	0,37	0,27	0,31	0,02	3,97
nov/03	150.552	93,71	1,27	0,44	0,23	0,23	0,33	3,80
dez/03	155.218	93,96	0,98	0,56	0,25	0,27	0,37	3,61
jan/04	169.704	93,31	1,71	0,32	0,36	0,18	0,21	3,91
fev/04	172.096	93,27	1,92	0,74	0,29	0,21	0,07	3,50
mar/04	165.305	93,27	1,95	0,35	0,42	0,16	0,35	3,51
abr/04	174.296	93,68	1,42	0,56	0,21	0,30	0,31	3,51
mai/04	162.093	93,99	1,26	0,57	0,25	0,15	0,16	3,62
jun/04	150.529	93,84	1,29	0,36	0,07	0,22	0,08	4,13
juv/04	150.812	94,67	1,65	0,89	0,24	0,06	0,16	2,33
ago/04	151.532	93,44	0,96	0,78	0,69	0,11	0,02	3,99
set/04	148.958	93,79	1,06	0,31	0,33	0,52	0,05	3,94
out/04	142.985	92,87	1,96	0,41	0,10	0,23	0,43	3,99
nov/04	150.204	93,55	1,03	1,13	0,17	0,06	0,24	3,83
dez/04	160.239	93,63	1,06	0,40	0,86	0,08	0,06	3,91
jan/05	179.699	94,27	1,06	0,33	0,20	0,10	0,06	3,98
fev/05	174.713	93,52	2,33	0,44	0,09	0,09	0,10	3,42
mar/05	177.008	93,07	1,96	1,12	0,28	0,07	0,01	3,50
abr/05	173.321	93,66	1,53	0,62	0,35	0,12	0,03	3,70
mai/05	163.453	92,76	2,05	0,69	0,14	0,20	0,10	4,06
jun/05	171.791	93,86	1,07	0,96	0,18	0,11	0,12	3,71
juv/05	170.791	94,22	1,30	0,55	0,15	0,09	0,05	3,65
ago/05	168.214	94,56	0,93	0,45	0,15	0,07	0,06	3,79
set/05	166.947	94,42	1,06	0,53	0,11	0,09	0,03	3,76
out/05	163.466	93,77	1,34	0,60	0,21	0,05	0,06	3,97
nov/05	178.787	94,07	1,15	0,56	0,14	0,10	0,03	3,96
dez/05	199.718	94,07	1,23	0,44	0,32	0,09	0,09	3,75
jan/06	212.456	93,49	1,60	0,82	0,28	0,08	0,04	3,69
fev/06	212.718	93,25	1,72	0,75	0,49	0,18	0,05	3,57
mar/06	201.073	93,22	1,67	1,02	0,30	0,39	0,12	3,28
abr/06	200.754	93,51	1,71	1,04	0,29	0,17	0,06	3,22
mai/06	184.747	93,07	1,87	0,98	0,35	0,19	0,06	3,48
jun/06	188.015	93,30	1,68	0,55	0,56	0,15	0,16	3,61
Total	6.032.727	93,74	1,43	0,61	0,27	0,16	0,16	3,64

O Anexo IV apresenta a antiguidade mensal para o consolidado da carteira, para o período de 36 meses sob análise.

Conforme solicitado pela Gerência da CEEE foi calculado a *performance* por antiguidade para as faturas que possuem débito automático. A distribuição pelos principais agente-arrecadadores, que representam aproximadamente 99% do total, é apresentada na tabela 2.11 a seguir.

**Tabela 2.11 – Distribuição da Adimplência por antiguidade por agente arrecadador**

Antiguidade	Total Faturado	BB	Banrisul	Bradesco	Itaú	HSBC	CEF	Meridional	Unibanco	ABN	Demais
	R\$ mil	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
0 ou 1	1.439.068	99,9	99,4	99,9	99,9	100,0	99,9	99,8	99,8	99,9	100,0
2	950	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
3	331	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	292	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	284	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	106	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7 ou +	958	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Total	1.441.990	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No Anexo V são apresentadas as antiguidades mensais para as faturas de consumidores identificadas como “débito automático” para cada um dos agentes arrecadadores, no período de 36 meses sob análise.

### 3 Descrição dos procedimentos de revisão

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela Área de Tecnologia da CEEE, contemplando todo o seu faturamento correspondente ao período de 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2006.

Com intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos do arquivo fornecido pela Área de Tecnologia da Originadora, com seus respectivos saldos contábeis.

Nos itens abaixo apresentamos o resultado da aplicação desse procedimento, incluindo as representações fornecidas pela gerência da CEEE, que foram submetidas a procedimentos de verificação da documentação suporte com o propósito de averiguar sua razoabilidade.

Para fins deste exercício, foram selecionados os meses abaixo indicados, onde executamos a conciliação do montante total de faturamento, conforme a base de dados, *versus* os saldos contábeis de faturamento:

**Tabela 3.1 - Conciliação do faturamento mensal (R\$ mil)**

Competência	Saldo Contabilidade - R\$ Mil	Saldo Base de Dados - R\$ Mil	Divergência	%
Dez-03	158.603	155.218	3.385	2,18%
Jun-04	156.938	150.529	6.409	4,26%
Dez-04	164.546	160.239	4.307	2,69%
Jun-05	173.966	171.791	2.175	1,27%
Jul-05	171.517	170.791	726	0,43%
Ago-05	168.713	168.214	499	0,30%
Set-05	167.277	166.947	330	0,20%
Out-05	163.445	163.466	(21)	-0,01%
Nov-05	178.767	178.787	(20)	-0,01%
Dez-05	199.761	199.718	43	0,02%
Jan-06	211.313	212.456	(1.143)	-0,54%
Fev-06	213.226	212.718	508	0,24%
Mar-06	204.248	204.073	175	0,09%
Abr-06	200.524	200.754	(230)	-0,11%
Mai-06	184.229	184.747	(518)	-0,28%
Jun-06	<u>188.926</u>	<u>188.015</u>	<u>911</u>	<u>0,48%</u>
<b>Total</b>	<u>2.905.998</u>	<u>2.888.463</u>	<u>17.535</u>	<u>0,61%</u>

A aplicação dos procedimentos descritos acima, objetivou estabelecer uma base de confiança nas informações base para a elaboração deste Relatório. As diferenças apontadas, em função de sua materialidade, não prejudicam, na avaliação do Grupo Estruturador, a confiança quanto a consistência da base de dados analisada.

## **4 Descrição do processo de cobrança**

### **4.1 Introdução e objetivos**

A fim de cumprir os objetivos descritos na seção inicial deste relatório, relacionados ao processo de cobrança, executamos uma revisão da estrutura envolvida, através da discussão com a gerência da CEEE.

#### **4.1.1 Políticas de Contratação de Energia pelos Consumidores**

Conforme informações obtidas junto à gerência das Originadoras, consumidor é uma pessoa física ou jurídica, que solicita à CEEE o fornecimento de energia elétrica assumindo responsabilidades pelo pagamento das faturas e demais obrigações fixadas em normas e regulamentos da ANEEL, assim vinculando-se aos contratos de fornecimento ou de adesão conforme o caso.

- Para que os Consumidores de Alta-Tensão ("Grupo A") sejam conectados ao sistema de distribuição e transmissão da CEEE, devem ser cumpridas determinadas exigências

técnicas, celebrando-se um contrato onde são definidos os direitos, obrigações e outras providências das partes. Estes consumidores totalizam na CEEE o número aproximado de 4.300, essencialmente pessoas jurídicas;

- Para que os consumidores de Baixa-Tensão ("Grupo B") sejam conectados ao sistema de distribuição e transmissão da CEEE, depois de cumpridas determinadas exigências técnicas, a ANEEL definiu um Contrato de Adesão Padrão, válido para todas as classes de consumidores, de todas as Distribuidoras do País;

#### **4.1.2 Ciclo de Faturamento e Cobrança**

O ciclo de faturamento dos consumidores pode ser resumido da seguinte forma:

- Apuração da energia consumida através da leitura do medidor;
- Emissão da fatura de energia;
- Apresentação da fatura ao consumidor;
- Vencimento da fatura.

O ciclo de cobrança dos consumidores em atraso pode ser resumido da seguinte forma:

- Apresentação do reaviso das faturas vencidas e não pagas;
- Suspensão (corte) das unidades inadimplentes;
- Outras formas de cobrança, envolvendo inclusive terceiros.

Exceto para o município de Porto Alegre, que utiliza os serviços de terceiros, a CEEE conta com uma estrutura própria para realização das atividades descritas acima. Ainda de acordo com informações da CEEE, são efetuadas 70.000 leituras por dia (aprox. 100 leituras por hora) por meio da celebração de contratos com dez diferentes prestadoras de serviços. No entanto, de acordo com informações obtidas junto aos representantes da CEEE, os serviços abrangem apenas a leitura/re-leitura e entrega de faturas.

Serviços relacionados à inspeção dos relógios medidores são realizadas seguindo rotina específica a cargo de equipe própria da CEEE. Ainda de acordo com informações da gerência da CEEE, as perdas decorrentes de fraudes nos medidores de consumo oscilam entre 3% e 4%.

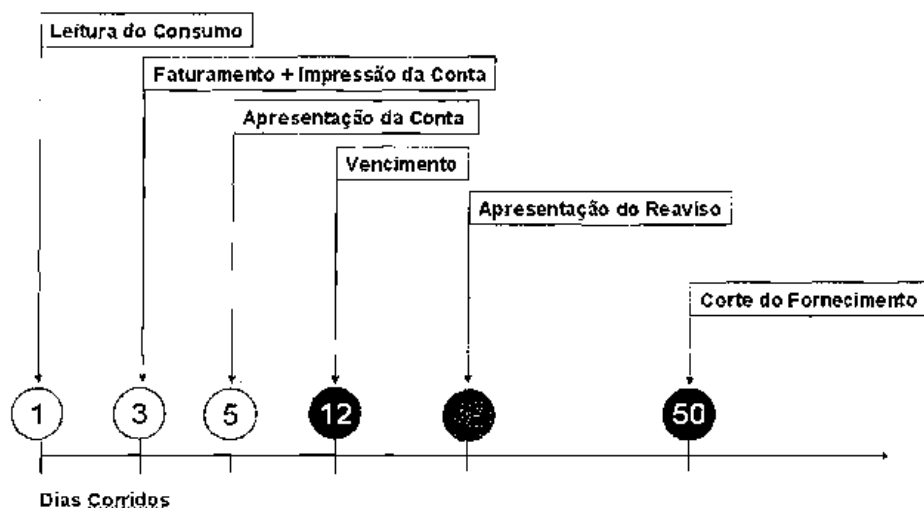
O sistema computacional da CEEE disponibiliza, automaticamente, os consumidores para corte depois de cumprido o período definido na legislação. A legislação determina que a Distribuidora somente possa suspender o fornecimento de energia elétrica a um consumidor inadimplente após 15 dias, contados a partir da data da apresentação do reaviso. O reaviso pode ser feito de duas formas:

- Através de entrega protocolada
- Através das faturas de energia

O quadro abaixo simula os prazos médios praticados para cada evento do faturamento e cobrança, bem como para suspensão de fornecimento de energia:



#### Clientes de classe de consumo - Baixa Tensão:



Para a classe de consumidores Baixa Tensão, dado o seu valor pouco representativo individualmente, o reaviso está sendo feito através da próxima fatura do consumidor inadimplente.

As informações referentes à leitura dos relógios medidores são centralizadas na Sede da CEEE, sendo o envio dos dados feito por meio eletrônico, porém não criptografado. São impressas as faturas e redistribuídas às regionais para entrega. A fim de se evitar a releitura ou o re-faturamento, os aparelhos medidores de consumo são medidores sendo feita a crítica dos valores medidos de consumo pelos consumidores. A re-leitura é feita em até 5 dias ou opta-se pelo re-faturamento.

#### 4.1.3 Ações de Cobrança

A CEEE antes de utilizar da suspensão do fornecimento aos consumidores inadimplentes, procura negociar o pagamento dos débitos com os mesmos. Depois de cumpridas as etapas acima, como último recurso a CEEE aciona a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores inadimplentes.

A CEEE possui ainda a particularidade de encaminhar na fatura seguinte à fatura inadimplida, dois canchotos para pagamento, sendo o primeiro correspondente ao consumo do mês, e o segundo correspondendo ao saldo devedor do consumidor na data da nova leitura. Desta forma, segundo informações da gerência da CEEE, caso o inadimplemento da fatura se de por razões como perda/extravio da fatura original, o pagamento do saldo devedor é facilitado, evitando-se a necessidade do consumidor solicitar 2º via da fatura. Ainda segundo informações da CEEE esta prática reduz significativamente a inadimplência da 1ª fatura.

Os parcelamentos de saldos anteriores são feitos em doze parcelas com correção pelo IGP-M acrescido de juros de mora.

Sendo eficaz a ação de cobrança junto aos consumidores, ou seja, identificando-se o pagamento dos saldos em atraso, os consumidores solicitam a re-conexão ao sistema elétrico. A solicitação é feita acessando-se uma central de atendimento, sendo identificado pelo atendente a natureza do serviço ou informação desejada pelo consumidor.

*Companhia Estadual de Energia Elétrica*  
*Relatório relativo a aplicação de*  
*procedimentos pré-acordados*

**Anexo I - Faturamento consolidado para a totalidade dos municípios**

<b>Período</b>	<b>Somatório do valor das faturas R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>Qtde. Faturas</b>	<b>%</b>	<b>Ticket médio - R\$</b>
jul/03	134.926	2,24%	1.270.065	2,70%	106,24
ago/03	134.389	2,23%	1.270.320	2,70%	105,79
set/03	131.111	2,17%	1.271.745	2,70%	103,10
out/03	137.107	2,27%	1.273.864	2,71%	107,63
nov/03	150.552	2,50%	1.276.033	2,71%	117,98
dez/03	155.218	2,57%	1.280.790	2,72%	121,19
jan/04	169.704	2,81%	1.286.945	2,73%	131,87
fev/04	172.096	2,85%	1.290.131	2,74%	133,39
mar/04	165.305	2,74%	1.294.181	2,75%	127,73
abr/04	174.296	2,89%	1.293.131	2,75%	134,79
mai/04	162.093	2,69%	1.292.802	2,75%	125,38
jun/04	150.529	2,50%	1.293.211	2,75%	116,40
jul/04	150.812	2,50%	1.293.560	2,75%	116,59
ago/04	151.532	2,51%	1.294.754	2,75%	117,04
set/04	148.958	2,47%	1.297.221	2,76%	114,83
out/04	142.985	2,37%	1.299.731	2,76%	110,01
nov/04	150.204	2,49%	1.302.558	2,77%	115,31
dez/04	160.239	2,66%	1.306.134	2,77%	122,68
jan/05	179.699	2,98%	1.312.180	2,79%	136,95
fev/05	174.713	2,90%	1.315.748	2,80%	132,79
mar/05	177.008	2,93%	1.319.371	2,80%	134,16
abr/05	173.321	2,87%	1.319.916	2,80%	131,31
mai/05	163.453	2,71%	1.319.085	2,80%	123,91
jun/05	171.791	2,85%	1.318.172	2,80%	130,33
jul/05	170.791	2,83%	1.318.926	2,80%	129,49
ago/05	168.214	2,79%	1.321.653	2,81%	127,28
set/05	166.947	2,77%	1.322.864	2,81%	126,20
out/05	163.466	2,71%	1.324.488	2,81%	123,42
nov/05	178.787	2,96%	1.326.025	2,82%	134,83
dez/05	199.718	3,31%	1.329.333	2,82%	150,24
jan/06	212.456	3,52%	1.334.854	2,84%	159,16
fev/06	212.718	3,53%	1.337.792	2,84%	159,01
mar/06	204.073	3,38%	1.342.601	2,85%	157,00
abr/06	200.754	3,33%	1.341.157	2,85%	149,69
mai/06	184.747	3,06%	1.341.519	2,85%	137,71
jun/06	188.015	3,12%	1.338.202	2,84%	140,50
<b>Total</b>	<b>6.032.727</b>	<b>100,00%</b>	<b>47.071.062</b>	<b>100,00%</b>	

## Anexo II - Faturamento mensal por município para a totalidade dos municípios revisados

Período	Ponte Alegre		Ita Grande		Petropolis		Cunha		Alvorada		Arroio do Padre		Arroio do Sal		Arroio das Rates		Arroio Grande		Bagé		Balneário Pinhal		Barra do Ribeiro	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
jun03	72.313	51,6%	7.517	5,6%	9.414	7,0%	6.332	4,7%	3.343	2,5%	31	0,0%	515	0,4%	470	0,3%	459	0,3%	2.806	2,1%	352	0,3%	340	0,3%
ago03	72.149	51,7%	7.714	5,7%	9.305	7,1%	6.393	4,8%	3.171	2,4%	31	0,0%	511	0,4%	356	0,3%	372	0,3%	2.701	2,0%	379	0,3%	328	0,2%
set03	70.475	51,8%	7.636	5,8%	9.326	7,1%	5.980	4,6%	3.195	2,4%	30	0,0%	503	0,4%	361	0,3%	394	0,3%	2.687	2,0%	364	0,3%	328	0,2%
nov03	81.798	53,1%	7.963	5,8%	9.433	6,9%	6.392	4,7%	3.247	2,4%	30	0,0%	556	0,4%	370	0,3%	323	0,2%	2.590	1,9%	392	0,3%	335	0,2%
dez03	83.077	55,5%	8.473	5,8%	10.498	7,0%	7.075	4,7%	3.603	2,4%	30	0,0%	638	0,4%	393	0,3%	391	0,3%	3.015	2,0%	594	0,4%	352	0,3%
jan04	85.132	50,3%	8.337	4,9%	10.618	6,8%	6.827	4,4%	3.639	2,3%	42	0,0%	696	0,4%	372	0,3%	771	0,5%	2.897	1,9%	508	0,3%	393	0,3%
fev04	85.595	49,3%	8.267	4,8%	11.167	6,6%	7.400	4,2%	4.010	2,4%	41	0,0%	1.330	0,8%	400	0,2%	1.094	0,6%	3.223	2,0%	1.144	0,7%	456	0,3%
mar04	82.811	50,1%	8.616	5,2%	11.080	6,7%	7.400	4,2%	3.720	2,2%	49	0,0%	1.314	0,8%	439	0,3%	1.015	0,6%	3.121	1,8%	1.405	0,8%	477	0,3%
abr04	90.929	52,2%	9.111	5,2%	12.256	7,0%	7.669	4,4%	3.753	2,3%	52	0,0%	1.026	0,6%	496	0,3%	736	0,4%	3.067	1,9%	957	0,6%	459	0,3%
maio04	85.093	51,1%	8.942	5,2%	11.184	6,9%	6.718	4,1%	3.916	2,4%	46	0,0%	656	0,4%	379	0,2%	436	0,3%	3.629	2,1%	604	0,3%	466	0,3%
jun04	80.178	51,8%	7.716	5,1%	10.973	7,3%	6.411	4,0%	3.446	2,4%	41	0,0%	616	0,4%	386	0,3%	461	0,3%	3.236	2,0%	501	0,3%	431	0,3%
ago04	82.994	55,0%	8.124	5,4%	10.938	7,3%	6.411	4,0%	3.653	2,4%	40	0,0%	631	0,4%	449	0,3%	430	0,3%	3.109	2,0%	433	0,3%	437	0,3%
set04	81.896	54,0%	7.937	5,3%	10.763	7,1%	6.651	4,4%	3.684	2,4%	34	0,0%	631	0,4%	463	0,3%	415	0,3%	3.006	2,0%	464	0,3%	364	0,3%
out04	80.122	53,7%	7.537	5,1%	10.454	7,0%	6.717	4,5%	3.650	2,5%	37	0,0%	665	0,4%	463	0,3%	416	0,3%	2.899	1,9%	451	0,3%	359	0,2%
nov04	76.815	53,7%	6.803	4,8%	10.013	7,0%	6.801	4,2%	3.449	2,5%	44	0,0%	595	0,4%	466	0,3%	376	0,3%	2.927	2,0%	474	0,3%	357	0,2%
dez04	80.462	51,6%	7.043	4,7%	10.414	6,9%	6.775	4,0%	3.725	2,5%	40	0,0%	634	0,4%	529	0,3%	411	0,3%	3.017	2,0%	503	0,3%	372	0,2%
jan05	85.712	51,5%	6.906	4,4%	11.123	6,9%	6.476	3,8%	3.168	2,4%	48	0,0%	697	0,4%	551	0,3%	782	0,5%	2.922	1,8%	534	0,3%	398	0,2%
fev05	91.018	50,7%	7.606	4,2%	11.884	6,6%	6.675	3,7%	3.088	2,3%	52	0,0%	1.389	0,8%	632	0,4%	1.198	0,7%	3.188	1,9%	1.212	0,7%	484	0,3%
mar05	91.705	51,8%	7.273	4,2%	11.288	6,5%	6.600	3,8%	3.198	2,3%	54	0,0%	1.430	0,8%	622	0,4%	1.153	0,7%	3.040	1,7%	1.494	0,9%	475	0,3%
abr05	92.540	51,4%	7.898	4,6%	11.715	6,8%	6.509	3,7%	3.964	2,2%	55	0,0%	957	0,5%	623	0,4%	1.082	0,6%	3.160	1,8%	1.42	0,3%	490	0,3%
maio05	93.612	51,4%	8.019	4,9%	12.061	7,0%	6.476	3,9%	3.967	2,3%	47	0,0%	719	0,4%	628	0,4%	825	0,5%	3.313	1,9%	326	0,3%	532	0,3%
jun05	94.475	51,2%	8.575	5,0%	12.497	7,1%	6.980	4,1%	3.920	2,4%	42	0,0%	658	0,4%	636	0,4%	652	0,4%	3.138	1,9%	326	0,3%	440	0,3%
ago05	90.717	51,1%	8.855	5,2%	12.424	7,3%	6.886	4,0%	4.210	2,5%	38	0,0%	679	0,4%	675	0,4%	540	0,3%	3.231	1,9%	547	0,3%	441	0,3%
set05	90.851	54,0%	8.736	5,2%	12.239	7,3%	6.633	4,0%	4.215	2,5%	47	0,0%	652	0,4%	673	0,4%	489	0,3%	3.528	2,1%	512	0,3%	438	0,3%
out05	89.171	53,4%	8.644	5,2%	12.204	7,3%	6.728	4,0%	4.157	2,5%	43	0,0%	655	0,4%	664	0,4%	473	0,3%	3.386	2,0%	313	0,2%	432	0,3%
nov05	87.589	53,8%	8.561	5,2%	11.599	7,1%	6.119	3,7%	4.159	2,4%	41	0,0%	636	0,4%	692	0,4%	461	0,3%	3.553	2,1%	409	0,3%	431	0,3%
dez05	95.206	53,3%	9.653	5,4%	12.666	7,1%	6.119	3,7%	4.103	2,5%	35	0,0%	843	0,4%	659	0,4%	446	0,3%	3.275	2,0%	505	0,3%	453	0,3%
jan06	103.775	53,0%	10.705	5,4%	13.943	7,0%	7.822	4,0%	4.397	2,5%	43	0,0%	736	0,4%	720	0,4%	854	0,5%	3.520	2,0%	578	0,3%	446	0,2%
fev06	107.816	50,6%	10.597	5,0%	14.109	6,9%	8.305	3,9%	4.485	2,3%	57	0,0%	1.467	0,8%	833	0,4%	1.093	0,5%	3.667	1,9%	684	0,3%	516	0,3%
mar06	106.236	50,0%	10.597	5,0%	13.844	6,8%	7.266	3,4%	4.854	2,2%	61	0,0%	1.651	0,8%	763	0,4%	1.064	0,5%	3.966	1,5%	1.746	0,8%	558	0,3%
abr06	103.053	50,5%	9.805	4,8%	13.757	6,7%	7.011	3,4%	4.777	2,2%	61	0,0%	1.261	0,8%	812	0,4%	993	0,5%	4.021	2,1%	1.186	0,6%	638	0,3%
maio06	106.982	51,3%	9.693	4,8%	13.929	6,9%	7.388	3,6%	4.922	2,3%	49	0,0%	831	0,4%	739	0,4%	603	0,4%	3.923	2,4%	712	0,4%	573	0,3%
jun06	95.386	51,6%	9.658	5,2%	13.316	7,2%	6.983	3,8%	4.522	2,4%	52	0,0%	755	0,4%	798	0,4%	697	0,4%	3.614	2,5%	585	0,3%	512	0,3%
	99.070	52,7%	10.328	5,5%	13.790	7,3%	6.949	3,7%	4.517	2,4%	45	0,0%	710	0,4%	767	0,4%	554	0,3%	3.808	2,5%	582	0,3%	523	0,3%
Total	3.168.543	52,5%	306.933	5,1%	419.867	7,0%	241.140	4,0%	142.038	2,4%	1.589	0,0%	29.925	0,5%	20.451	0,1%	23.682	0,4%	117.656	2,0%	25.252	0,4%	15.958	0,3%

## Anexo II - F

Período	Buitid		Canaquá		Candolota		Campuá		Capão do Leão		Capão da Canoa	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
jun/03	757	0,6%	2.213	1,6%	944	0,7%	634	0,5%	558	0,4%	1.352	1,0%
ago/03	779	0,6%	2.215	1,6%	860	0,6%	608	0,4%	576	0,4%	1.374	1,0%
set/03	770	0,6%	2.159	1,6%	568	0,4%	574	0,4%	530	0,4%	1.326	1,0%
out/03	820	0,6%	2.225	1,7%	911	0,7%	594	0,4%	569	0,4%	1.395	1,0%
nov/03	916	0,6%	2.517	1,7%	1.131	0,8%	638	0,4%	663	0,4%	1.647	1,1%
dez/03	863	0,6%	2.663	1,7%	930	0,6%	646	0,4%	693	0,4%	1.176	1,4%
jan/04	972	0,6%	2.939	1,7%	638	0,4%	702	0,4%	870	0,5%	2.840	1,7%
fev/04	998	0,6%	3.422	1,8%	607	0,4%	219	0,4%	876	0,5%	1.607	2,1%
mar/04	1.006	0,6%	3.221	1,9%	1.016	0,6%	733	0,4%	837	0,5%	3.112	1,9%
abr/04	1.068	0,6%	3.523	2,0%	1.058	0,6%	263	0,4%	893	0,5%	2.139	1,2%
mai/04	886	0,5%	2.857	1,8%	1.032	0,6%	691	0,4%	693	0,4%	1.969	1,2%
jun/04	830	0,6%	2.627	1,7%	765	0,5%	668	0,4%	683	0,5%	1.598	1,1%
jul/04	866	0,6%	2.618	1,7%	766	0,5%	676	0,4%	674	0,4%	1.717	1,1%
ago/04	869	0,6%	2.490	1,6%	1.079	0,7%	616	0,4%	607	0,4%	1.726	1,1%
set/04	902	0,6%	2.492	1,7%	1.037	0,7%	650	0,4%	614	0,4%	1.720	1,2%
out/04	855	0,6%	2.478	1,7%	1.008	0,7%	706	0,5%	610	0,4%	1.726	1,2%
nov/04	927	0,6%	2.831	1,9%	665	0,4%	682	0,5%	700	0,5%	1.925	1,3%
dez/04	936	0,6%	3.033	1,9%	862	0,5%	739	0,5%	806	0,5%	2.034	1,3%
jan/05	1.126	0,6%	3.485	1,9%	1.054	0,6%	781	0,4%	1.003	0,6%	3.035	1,7%
fev/05	1.120	0,6%	3.405	1,9%	1.110	0,6%	724	0,4%	972	0,6%	3.961	2,3%
mar/05	1.130	0,6%	3.608	2,0%	733	0,4%	791	0,4%	990	0,6%	3.163	1,8%
abr/05	1.070	0,6%	3.220	1,9%	616	0,4%	725	0,4%	871	0,5%	2.402	1,4%
maio/05	1.033	0,6%	3.069	1,9%	1.138	0,7%	730	0,4%	809	0,5%	1.967	1,2%
jun/05	1.028	0,6%	2.925	1,7%	1.171	0,7%	759	0,4%	818	0,5%	2.158	1,3%
jul/05	995	0,6%	2.952	1,7%	1.180	0,7%	748	0,4%	856	0,5%	2.056	1,2%
ago/05	984	0,6%	2.855	1,7%	711	0,4%	746	0,4%	809	0,5%	2.064	1,2%
set/05	993	0,6%	2.768	1,7%	1.157	0,7%	743	0,4%	838	0,5%	2.002	1,2%
out/05	994	0,6%	2.691	1,6%	1.171	0,7%	693	0,4%	828	0,5%	2.064	1,3%
nov/05	1.067	0,6%	3.120	1,7%	1.257	0,7%	737	0,4%	989	0,6%	2.211	1,2%
dez/05	1.150	0,6%	3.603	1,8%	973	0,5%	811	0,4%	1.055	0,5%	2.530	1,3%
jan/06	1.343	0,6%	3.677	1,7%	441	0,3%	794	0,4%	1.131	0,5%	3.849	1,8%
fev/06	1.245	0,6%	3.656	1,7%	755	0,4%	925	0,4%	1.141	0,5%	4.845	2,3%
mar/06	1.286	0,6%	3.960	1,9%	694	0,3%	890	0,4%	1.182	0,6%	4.288	2,1%
abr/06	1.259	0,6%	3.677	1,8%	726	0,4%	857	0,4%	1.085	0,5%	2.995	1,5%
mai/06	1.156	0,6%	3.549	1,9%	726	0,4%	804	0,4%	1.026	0,6%	2.533	1,4%
jun/06	1.138	0,6%	3.332	1,8%	645	0,3%	835	0,4%	1.005	0,6%	2.407	1,3%
Total	36.128	0,6%	107.725	1,8%	32.154	0,5%	26.151	0,4%	29.967	0,5%	85.935	1,4%

Anexo II - F

Período	Cevitio R\$ Mil %	Charguadist R\$ Mil %	Chai R\$ Mil %	Cidreira R\$ Mil %	Cristal R\$ Mil %	Dout Falciano R\$ Mil %	Dom Relício R\$ Mil %	Emretilhada do R\$ Mil %	Erival R\$ Mil %	Hulla Negra R\$ Mil %	Imbé R\$ Mil %	Jaquardo R\$ Mil %	Lavras do Sul R\$ Mil %	Map R\$ Mil
jan03	83 0,1%	3.029 2,9%	136 0,1%	540 0,4%	155 0,1%	134 0,1%	1.071 0,8%	316 0,2%	73 0,1%	183 0,1%	787 0,6%	569 0,4%	101 0,1%	117
ago03	75 0,1%	3.670 2,7%	151 0,1%	535 0,4%	155 0,1%	145 0,1%	1.045 0,8%	336 0,3%	75 0,1%	172 0,1%	788 0,6%	593 0,4%	105 0,1%	94
ago03	69 0,1%	3.098 2,8%	134 0,1%	519 0,4%	147 0,1%	133 0,1%	989 0,8%	309 0,2%	72 0,1%	176 0,1%	779 0,6%	608 0,5%	98 0,1%	101
nov03	86 0,1%	4.060 3,6%	124 0,1%	557 0,4%	161 0,1%	126 0,1%	975 0,7%	364 0,3%	84 0,1%	183 0,1%	844 0,6%	622 0,5%	107 0,1%	112
dez03	83 0,1%	1.244 0,8%	131 0,1%	677 0,4%	175 0,1%	156 0,1%	1.066 0,7%	426 0,3%	118 0,1%	201 0,1%	910 0,6%	701 0,5%	122 0,1%	144
jan04	84 0,1%	3.074 2,5%	142 0,1%	699 0,4%	192 0,1%	169 0,1%	1.109 0,7%	393 0,3%	114 0,1%	202 0,1%	937 0,6%	838 0,6%	117 0,1%	136
fev04	86 0,1%	4.038 2,9%	177 0,1%	1.117 0,7%	252 0,1%	213 0,1%	1.372 0,8%	460 0,3%	139 0,1%	196 0,1%	2.118 1,2%	1.114 0,7%	144 0,1%	157
mar04	106 0,1%	3.570 2,2%	180 0,1%	1.395 0,8%	237 0,1%	205 0,1%	1.342 0,8%	416 0,3%	122 0,1%	217 0,1%	2.213 1,2%	1.040 0,6%	145 0,1%	143
abr04	135 0,1%	4.161 2,4%	197 0,1%	1.881 0,7%	214 0,1%	202 0,1%	1.358 0,8%	403 0,3%	104 0,1%	199 0,1%	1.631 0,9%	984 0,6%	128 0,1%	153
mai04	111 0,1%	4.638 2,9%	197 0,1%	846 0,5%	248 0,1%	204 0,1%	1.707 1,0%	433 0,3%	122 0,1%	220 0,1%	1.184 0,7%	988 0,6%	106 0,1%	174
jun04	100 0,1%	4.800 2,9%	155 0,1%	709 0,4%	217 0,1%	182 0,1%	1.415 0,9%	376 0,2%	105 0,1%	218 0,1%	969 0,6%	826 0,5%	94 0,1%	143
ago04	87 0,1%	4.391 2,9%	172 0,1%	654 0,4%	162 0,1%	162 0,1%	1.231 0,8%	380 0,3%	86 0,1%	228 0,2%	915 0,6%	789 0,5%	89 0,1%	124
ago04	93 0,1%	4.846 2,9%	170 0,1%	654 0,4%	160 0,1%	151 0,1%	1.168 0,8%	381 0,3%	89 0,1%	234 0,2%	930 0,6%	748 0,5%	97 0,1%	137
out04	80 0,1%	4.439 3,0%	149 0,1%	676 0,5%	144 0,1%	153 0,1%	1.142 0,8%	380 0,3%	96 0,1%	218 0,1%	911 0,6%	774 0,5%	94 0,1%	134
nov04	80 0,1%	4.138 2,9%	147 0,1%	642 0,4%	149 0,1%	159 0,1%	1.142 0,8%	381 0,3%	94 0,1%	218 0,1%	980 0,7%	726 0,5%	102 0,1%	131
dez04	100 0,1%	4.337 3,0%	157 0,1%	691 0,5%	166 0,1%	155 0,1%	1.147 0,8%	368 0,2%	104 0,1%	215 0,1%	941 0,7%	773 0,5%	104 0,1%	133
jan05	122 0,1%	4.517 2,8%	132 0,1%	731 0,5%	193 0,1%	176 0,1%	1.322 0,8%	394 0,2%	143 0,1%	214 0,1%	1.047 0,7%	758 0,5%	110 0,1%	153
fev05	122 0,1%	4.542 2,5%	162 0,1%	1.180 0,7%	221 0,1%	212 0,1%	1.635 0,9%	470 0,3%	145 0,1%	203 0,1%	1.077 0,7%	931 0,6%	115 0,1%	161
mar05	107 0,1%	4.801 2,5%	164 0,1%	1.578 0,9%	227 0,1%	210 0,1%	1.594 0,9%	453 0,3%	164 0,1%	221 0,1%	2.060 1,1%	1.299 0,7%	126 0,1%	177
abr05	123 0,1%	4.361 2,5%	176 0,1%	1.074 0,6%	223 0,1%	223 0,1%	1.586 0,9%	447 0,3%	167 0,1%	231 0,1%	2.213 1,2%	1.247 0,7%	143 0,1%	175
mai05	122 0,1%	4.376 2,5%	225 0,1%	832 0,6%	188 0,1%	212 0,1%	1.718 1,0%	487 0,3%	147 0,1%	230 0,1%	1.310 0,7%	1.119 0,6%	147 0,1%	162
jun05	116 0,1%	4.796 2,9%	141 0,1%	756 0,5%	144 0,1%	174 0,1%	1.309 0,8%	463 0,3%	114 0,1%	219 0,1%	1.040 0,6%	959 0,6%	126 0,1%	154
jul05	111 0,1%	5.198 3,1%	165 0,1%	761 0,4%	151 0,1%	173 0,1%	1.421 0,8%	464 0,3%	114 0,1%	218 0,1%	922 0,6%	898 0,5%	139 0,1%	178
ago05	105 0,1%	4.890 2,9%	157 0,1%	726 0,4%	224 0,1%	183 0,1%	1.424 0,8%	431 0,3%	115 0,1%	179 0,1%	966 0,6%	858 0,5%	141 0,1%	164
set05	97 0,1%	5.022 3,0%	164 0,1%	744 0,4%	151 0,1%	168 0,1%	1.280 0,8%	422 0,3%	116 0,1%	176 0,1%	929 0,6%	787 0,5%	141 0,1%	171
out05	97 0,1%	4.835 3,0%	160 0,1%	698 0,4%	165 0,1%	174 0,1%	1.309 0,8%	463 0,3%	105 0,1%	177 0,1%	999 0,6%	815 0,5%	139 0,1%	161
nov05	121 0,1%	5.309 3,0%	149 0,1%	778 0,4%	186 0,1%	160 0,1%	1.220 0,7%	428 0,3%	105 0,1%	171 0,1%	1.008 0,6%	779 0,5%	139 0,1%	163
dez05	121 0,1%	5.337 2,9%	171 0,1%	871 0,4%	222 0,1%	177 0,1%	1.303 0,7%	469 0,3%	112 0,1%	191 0,1%	993 0,6%	769 0,5%	134 0,1%	175
jan06	124 0,1%	5.031 2,8%	202 0,1%	1.357 0,6%	261 0,1%	213 0,1%	1.643 0,8%	580 0,3%	112 0,1%	191 0,1%	1.168 0,7%	816 0,5%	152 0,1%	196
fev06	146 0,1%	6.009 2,8%	205 0,1%	1.777 0,7%	250 0,1%	238 0,1%	1.817 0,9%	526 0,3%	118 0,1%	209 0,1%	1.299 0,7%	1.077 0,5%	175 0,1%	218
mar06	136 0,1%	5.382 2,4%	196 0,1%	1.440 0,7%	274 0,1%	219 0,1%	1.806 0,8%	643 0,3%	145 0,1%	234 0,1%	2.471 1,2%	1.196 0,6%	183 0,1%	229
abr06	140 0,1%	5.338 2,7%	190 0,1%	1.577 0,7%	274 0,1%	217 0,1%	1.755 0,9%	629 0,3%	147 0,1%	239 0,1%	2.634 1,2%	1.180 0,6%	198 0,1%	232
mai06	143 0,1%	6.413 3,5%	177 0,1%	952 0,5%	251 0,1%	235 0,1%	2.044 1,0%	583 0,3%	140 0,1%	235 0,1%	1.935 0,9%	1.103 0,6%	195 0,1%	238
jun06	124 0,1%	6.600 3,3%	175 0,1%	835 0,5%	222 0,1%	194 0,1%	1.668 0,9%	550 0,3%	139 0,1%	248 0,1%	1.292 0,6%	983 0,5%	178 0,1%	220
									125 0,1%	256 0,1%	1.147 0,6%	941 0,5%	166 0,1%	232
										246 0,1%	1.064 0,6%	900 0,5%	176 0,1%	243
Total	3.639 0,1%	167.082 2,8%	6.068 0,1%	31.360 0,5%	7.043 0,1%	6.625 0,1%	50.250 0,8%	15.943 0,3%	4.124 0,1%	7.580 0,1%	45.422 0,8%	32.233 0,5%	4.779 0,1%	5.930

## Anexo II - F

Período	dia %	Morro Redondo		Mostardas		Ondara		Palmares do Sul		Pantano Grande		Pérolas Altas	
		R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
jun/03	0,1%	119	0,1%	297	0,2%	1.563	1,2%	659	0,5%	283	0,2%	-	0,0%
ago/03	0,1%	118	0,1%	272	0,2%	1.568	1,2%	640	0,5%	285	0,2%	-	0,0%
set/03	0,1%	121	0,1%	265	0,2%	1.514	1,2%	559	0,4%	271	0,2%	-	0,0%
out/03	0,1%	118	0,1%	284	0,2%	1.569	1,1%	514	0,4%	273	0,2%	-	0,0%
nov/03	0,1%	145	0,1%	276	0,2%	1.804	1,2%	576	0,4%	342	0,2%	-	0,0%
dez/03	0,1%	187	0,1%	293	0,2%	1.715	1,1%	760	0,5%	262	0,2%	-	0,0%
jan/04	0,1%	191	0,1%	372	0,2%	2.046	1,2%	1.283	0,8%	381	0,2%	-	0,0%
fev/04	0,1%	173	0,1%	343	0,2%	1.994	1,2%	1.383	0,8%	327	0,2%	-	0,0%
mar/04	0,1%	161	0,1%	339	0,2%	1.944	1,2%	1.361	0,8%	361	0,2%	-	0,0%
abr/04	0,1%	168	0,1%	474	0,1%	2.026	1,2%	1.419	0,8%	397	0,2%	-	0,0%
mai/04	0,1%	150	0,1%	447	0,1%	1.874	1,2%	1.276	0,8%	369	0,2%	-	0,0%
jun/04	0,1%	139	0,1%	343	0,2%	1.724	1,1%	839	0,6%	330	0,2%	-	0,0%
jul/04	0,1%	137	0,1%	297	0,2%	1.798	1,2%	776	0,5%	317	0,2%	-	0,0%
ago/04	0,1%	132	0,1%	287	0,2%	1.796	1,2%	704	0,5%	285	0,2%	-	0,0%
set/04	0,1%	137	0,1%	268	0,2%	1.724	1,2%	623	0,4%	256	0,2%	-	0,0%
out/04	0,1%	141	0,1%	288	0,2%	1.712	1,2%	619	0,4%	256	0,2%	-	0,0%
nov/04	0,1%	200	0,1%	291	0,2%	1.845	1,2%	624	0,4%	274	0,2%	-	0,0%
dez/04	0,1%	201	0,1%	306	0,2%	1.834	1,1%	748	0,5%	291	0,2%	-	0,0%
jan/05	0,1%	205	0,1%	438	0,2%	2.095	1,2%	1.311	0,7%	357	0,2%	-	0,0%
fev/05	0,1%	173	0,1%	435	0,1%	2.141	1,2%	1.553	0,9%	373	0,2%	-	0,0%
mar/05	0,1%	165	0,1%	446	0,1%	2.040	1,2%	1.493	0,8%	712	0,4%	-	0,0%
abr/05	0,1%	150	0,1%	503	0,1%	2.032	1,2%	1.228	0,7%	379	0,2%	-	0,0%
mai/05	0,1%	132	0,1%	522	0,1%	1.915	1,2%	1.428	0,9%	362	0,2%	-	0,0%
jun/05	0,1%	160	0,1%	407	0,2%	2.057	1,2%	1.180	0,7%	397	0,2%	-	0,0%
jul/05	0,1%	150	0,1%	383	0,2%	1.968	1,2%	980	0,6%	363	0,2%	-	0,0%
ago/05	0,1%	154	0,1%	331	0,2%	1.986	1,2%	857	0,5%	358	0,2%	-	0,0%
set/05	0,1%	140	0,1%	324	0,2%	1.938	1,2%	710	0,4%	353	0,2%	-	0,0%
out/05	0,1%	153	0,1%	316	0,2%	1.930	1,2%	690	0,4%	334	0,2%	-	0,0%
nov/05	0,1%	179	0,1%	314	0,2%	2.089	1,2%	696	0,4%	382	0,2%	-	0,0%
dez/05	0,1%	205	0,1%	359	0,2%	2.198	1,1%	892	0,4%	451	0,2%	-	0,0%
jan/06	0,1%	207	0,1%	490	0,2%	2.481	1,2%	1.229	0,6%	436	0,2%	-	0,0%
fev/06	0,1%	196	0,1%	578	0,1%	2.517	1,2%	1.627	0,8%	487	0,2%	-	0,0%
mar/06	0,1%	183	0,1%	523	0,1%	2.416	1,2%	1.477	0,7%	489	0,2%	-	0,0%
abr/06	0,1%	197	0,1%	555	0,1%	2.378	1,2%	1.562	0,8%	481	0,2%	-	0,0%
mai/06	0,1%	178	0,1%	589	0,1%	2.175	1,2%	1.617	0,9%	477	0,3%	32	0,0%
jun/06	0,1%	178	0,1%	438	0,2%	2.269	1,2%	1.269	0,7%	470	0,3%	29	0,0%
Total	0,1%	5.864	0,1%	13.753	0,2%	70.677	1,2%	32.173	0,6%	13.327	0,2%	63	0,0%

കുറുപ്പ്

## Anexo II - F

Período	Pedro Osório		Patriarca Machado		Pietrini		São Jerônimo		São João do		São Laureço da		Santa Vitória do		Santo Antonio da		Tapeta		Tazares		Terra de Artila		Terres		Três-Cruzeiras	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
jul03	145	0,1%	349	0,3%	224	0,2%	404	0,3%	99	0,1%	938	0,7%	668	0,5%	1.163	0,9%	937	0,7%	77	0,1%	294	0,2%	1.418	1,1%	211	0,2%
ago03	141	0,1%	356	0,3%	224	0,2%	416	0,3%	127	0,1%	996	0,7%	579	0,4%	1.213	0,9%	985	0,7%	55	0,0%	303	0,2%	1.456	1,1%	217	0,2%
set03	134	0,1%	731	0,6%	224	0,2%	399	0,3%	134	0,1%	980	0,7%	579	0,4%	1.154	0,9%	972	0,7%	38	0,0%	312	0,2%	1.305	1,0%	261	0,2%
out03	144	0,1%	859	0,6%	279	0,2%	433	0,3%	141	0,1%	1.033	0,8%	609	0,4%	1.185	0,9%	1.011	0,7%	42	0,0%	316	0,2%	1.430	1,0%	276	0,2%
nov03	159	0,1%	760	0,5%	248	0,2%	469	0,3%	154	0,1%	1.156	0,8%	930	0,6%	1.347	0,9%	1.148	0,8%	68	0,0%	378	0,3%	1.629	1,1%	354	0,2%
dez03	199	0,1%	396	0,2%	279	0,2%	529	0,3%	81	0,1%	1.268	0,8%	1.660	1,1%	1.327	0,9%	1.143	0,7%	76	0,0%	338	0,2%	1.701	1,1%	313	0,2%
jan04	222	0,2%	408	0,2%	263	0,2%	545	0,3%	156	0,1%	1.319	0,9%	1.436	1,0%	1.460	0,9%	1.210	0,7%	102	0,1%	377	0,2%	2.216	1,3%	315	0,2%
fev04	241	0,1%	764	0,4%	271	0,2%	566	0,3%	161	0,1%	1.443	0,9%	1.588	1,0%	1.424	0,8%	1.292	0,8%	111	0,1%	353	0,2%	2.494	1,5%	309	0,2%
mar04	216	0,1%	795	0,5%	296	0,2%	535	0,3%	167	0,1%	1.446	0,9%	1.721	1,1%	1.391	0,8%	1.363	0,8%	101	0,1%	380	0,2%	2.196	1,3%	309	0,2%
abr04	195	0,1%	907	0,7%	286	0,2%	579	0,3%	244	0,1%	1.431	0,9%	1.725	1,1%	1.572	0,9%	1.345	0,8%	108	0,1%	401	0,2%	1.886	1,0%	349	0,2%
mai04	161	0,1%	399	0,2%	242	0,1%	535	0,3%	226	0,1%	1.203	0,7%	1.228	0,8%	1.525	0,9%	1.308	0,8%	91	0,0%	363	0,2%	1.721	1,1%	355	0,2%
jun04	148	0,1%	664	0,4%	212	0,1%	506	0,3%	185	0,1%	1.097	0,7%	1.270	0,8%	932	0,6%	1.105	0,7%	76	0,1%	349	0,2%	1.489	1,0%	239	0,2%
ago04	150	0,1%	396	0,3%	225	0,2%	487	0,3%	181	0,1%	1.070	0,7%	849	0,6%	1.338	0,9%	1.055	0,7%	84	0,1%	363	0,2%	1.566	1,0%	318	0,2%
set04	156	0,1%	387	0,3%	225	0,2%	483	0,3%	86	0,1%	1.089	0,7%	750	0,5%	1.234	0,9%	1.053	0,7%	81	0,1%	367	0,2%	1.578	1,1%	321	0,2%
out04	149	0,1%	665	0,5%	224	0,2%	539	0,3%	95	0,1%	1.053	0,7%	707	0,5%	1.210	0,9%	970	0,7%	80	0,1%	348	0,2%	1.616	1,1%	311	0,2%
nov04	173	0,1%	862	0,6%	218	0,1%	408	0,3%	116	0,1%	1.131	0,8%	806	0,5%	1.400	0,9%	1.052	0,7%	73	0,0%	381	0,3%	1.694	1,1%	324	0,2%
dez04	177	0,1%	588	0,4%	231	0,2%	548	0,3%	119	0,1%	1.286	0,8%	2.067	1,3%	1.424	0,9%	1.171	0,7%	81	0,1%	370	0,2%	1.934	1,2%	323	0,2%
jan05	177	0,2%	599	0,2%	273	0,2%	613	0,3%	210	0,1%	1.593	0,9%	2.997	1,9%	1.566	0,9%	1.345	0,7%	120	0,1%	403	0,2%	2.276	1,3%	354	0,2%
fev05	284	0,2%	364	0,2%	283	0,2%	593	0,3%	170	0,1%	1.590	0,9%	3.315	1,9%	1.544	0,9%	1.436	0,8%	145	0,1%	403	0,2%	2.466	1,4%	315	0,2%
mar05	270	0,2%	410	0,2%	278	0,2%	592	0,3%	162	0,1%	1.562	0,9%	2.715	1,5%	1.540	0,9%	1.421	0,8%	131	0,1%	411	0,2%	2.335	1,3%	362	0,2%
abr05	208	0,1%	855	0,5%	208	0,1%	609	0,4%	183	0,1%	1.539	0,8%	1.556	0,9%	1.648	1,0%	1.521	0,9%	127	0,1%	419	0,2%	2.149	1,3%	344	0,2%
mai05	165	0,1%	435	0,3%	302	0,2%	565	0,3%	185	0,1%	1.267	0,7%	1.483	0,9%	1.483	0,9%	1.275	0,7%	127	0,1%	415	0,2%	1.912	1,1%	373	0,2%
jun05	179	0,1%	425	0,2%	289	0,2%	591	0,3%	215	0,1%	1.355	0,7%	1.200	0,6%	1.543	0,9%	1.105	0,6%	123	0,1%	434	0,3%	1.902	1,1%	373	0,2%
jul05	175	0,1%	473	0,3%	310	0,2%	614	0,4%	220	0,1%	1.228	0,7%	988	0,6%	1.567	0,9%	1.139	0,7%	127	0,1%	427	0,3%	1.878	1,1%	373	0,2%
ago05	172	0,1%	431	0,3%	309	0,2%	540	0,3%	232	0,1%	1.222	0,7%	925	0,6%	1.534	0,9%	1.133	0,7%	114	0,1%	403	0,3%	1.844	1,1%	340	0,2%
set05	165	0,1%	424	0,3%	289	0,2%	579	0,3%	254	0,2%	1.209	0,7%	884	0,5%	1.556	0,9%	1.158	0,7%	127	0,1%	399	0,2%	1.880	1,1%	334	0,2%
out05	162	0,1%	917	0,7%	308	0,2%	581	0,4%	250	0,2%	1.133	0,7%	916	0,6%	1.527	0,9%	1.090	0,7%	120	0,1%	417	0,3%	1.766	1,1%	351	0,2%
nov05	190	0,1%	919	0,5%	305	0,2%	586	0,3%	263	0,1%	1.232	0,7%	1.337	0,9%	1.607	0,9%	1.209	0,7%	122	0,1%	473	0,3%	1.912	1,1%	360	0,2%
dez05	210	0,1%	995	0,5%	345	0,2%	694	0,3%	312	0,2%	1.494	0,7%	2.374	1,2%	1.788	0,9%	1.375	0,7%	145	0,1%	476	0,3%	2.170	1,1%	376	0,2%
jan06	263	0,1%	502	0,2%	360	0,2%	762	0,4%	332	0,2%	1.734	0,8%	2.836	1,3%	1.876	0,9%	1.479	0,7%	172	0,1%	507	0,2%	2.639	1,5%	415	0,2%
fev06	314	0,1%	473	0,2%	334	0,2%	777	0,4%	376	0,2%	1.703	0,8%	2.974	1,4%	1.914	0,9%	1.666	0,8%	198	0,1%	476	0,2%	2.595	1,5%	369	0,2%
mar06	284	0,1%	473	0,2%	362	0,2%	692	0,3%	369	0,2%	1.654	0,7%	2.546	1,2%	1.822	0,9%	1.577	0,8%	170	0,1%	484	0,2%	2.595	1,5%	369	0,2%
abr06	234	0,1%	456	0,2%	356	0,2%	764	0,4%	407	0,2%	1.487	0,7%	1.742	0,9%	1.943	1,0%	1.447	0,8%	182	0,1%	483	0,2%	2.425	1,3%	394	0,2%
mai06	200	0,1%	412	0,2%	361	0,2%	636	0,3%	361	0,2%	1.327	0,7%	1.383	0,8%	1.780	1,0%	1.471	0,8%	155	0,1%	438	0,2%	2.471	1,3%	403	0,2%
jun06	200	0,1%	452	0,2%	352	0,2%	647	0,3%	411	0,2%	1.316	0,7%	1.316	0,7%	1.177	0,6%	1.351	0,7%	160	0,1%	463	0,2%	1.793	1,0%	371	0,2%
Total	7.030	0,1%	20.411	0,3%	10.141	0,2%	20.439	0,3%	7.612	0,1%	46.549	0,3%	55.879	0,9%	54.304	0,9%	43.968	0,7%	3.992	0,1%	14.348	0,2%	70.395	1,2%	12.083	0,2%



## Anexo II - F

Período	Tramandá		Viçosa		Xangri-lá		Total	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
jun/03	1.237	0,9%	4.681	3,5%	453	0,3%	134.926	100,0%
ago/03	1.247	0,9%	4.695	3,5%	463	0,3%	134.389	100,0%
set/03	1.207	0,9%	4.596	3,5%	452	0,3%	131.111	100,0%
out/03	1.289	0,9%	4.624	3,4%	490	0,4%	137.107	100,0%
nov/03	1.537	1,0%	5.283	3,5%	585	0,4%	150.552	100,0%
dez/03	1.553	1,0%	5.139	3,3%	610	0,4%	155.218	100,0%
jan/04	2.499	1,5%	5.805	3,4%	1.326	0,8%	169.704	100,0%
fev/04	2.921	1,7%	5.649	3,3%	1.444	0,8%	172.096	100,0%
mar/04	2.444	1,5%	5.642	3,4%	1.087	0,7%	165.305	100,0%
abr/04	1.886	1,1%	5.821	3,3%	745	0,4%	174.296	100,0%
maio/04	1.740	1,1%	5.450	3,4%	634	0,4%	162.093	100,0%
jun/04	1.517	1,0%	5.140	3,4%	583	0,4%	150.529	100,0%
jul/04	1.594	1,1%	5.188	3,4%	585	0,4%	150.812	100,0%
ago/04	1.599	1,1%	5.039	3,3%	581	0,4%	151.532	100,0%
set/04	1.578	1,1%	5.298	3,6%	624	0,4%	148.958	100,0%
out/04	1.702	1,2%	5.118	3,6%	597	0,4%	142.985	100,0%
nov/04	1.732	1,2%	5.413	3,6%	683	0,5%	150.204	100,0%
dez/04	1.778	1,1%	5.546	3,5%	643	0,4%	160.239	100,0%
jan/05	2.743	1,5%	6.090	3,4%	1.343	0,7%	179.699	100,0%
fev/05	3.241	1,9%	5.250	3,0%	1.479	0,8%	174.713	100,0%
mar/05	2.520	1,4%	5.644	3,2%	915	0,5%	177.008	100,0%
abr/05	2.035	1,2%	5.669	3,3%	690	0,4%	173.321	100,0%
maio/05	1.805	1,1%	5.330	3,3%	615	0,4%	163.453	100,0%
jun/05	1.865	1,1%	5.791	3,4%	654	0,4%	171.791	100,0%
jul/05	1.821	1,1%	5.654	3,3%	602	0,4%	170.791	100,0%
ago/05	1.835	1,1%	5.508	3,3%	606	0,4%	168.214	100,0%
set/05	1.802	1,1%	5.607	3,4%	594	0,4%	166.947	100,0%
out/05	1.796	1,1%	5.583	3,4%	614	0,4%	163.466	100,0%
nov/05	2.024	1,1%	6.011	3,4%	726	0,4%	178.787	100,0%
dez/05	2.257	1,1%	6.483	3,2%	800	0,4%	199.718	100,0%
jan/06	3.319	1,6%	7.028	3,3%	1.618	0,8%	212.456	100,0%
fev/06	3.804	1,8%	6.591	3,1%	1.756	0,8%	212.718	100,0%
mar/06	3.245	1,6%	6.542	3,2%	1.254	0,6%	204.073	100,0%
abr/06	2.416	1,2%	6.417	3,2%	840	0,4%	200.754	100,0%
maio/06	2.125	1,2%	6.076	3,3%	738	0,4%	184.747	100,0%
jun/06	2.069	1,1%	6.190	3,3%	711	0,4%	188.015	100,0%
Total	73.783	1,2%	201.551	3,3%	29.140	0,5%	6.032.727	100,0%

### Anexo III - Faturamento mensal por classe de consumo para o período sob análise

Período	Residencial		Industrial		Comercial		Rural		Poder Público		Iluminação Pública		Serviço Público		Consumo Próprio		Consumidor Livre		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
jul/03	59.207	43,9%	24.430	18,1%	35.869	26,6%	2.395	1,8%	5.810	4,3%	3.714	2,8%	3.251	2,4%	190	0,1%	-	0,0%	134.926	100,0%
ago/03	58.446	43,5%	24.512	18,2%	35.692	26,6%	2.437	1,8%	5.551	4,4%	3.915	2,9%	3.240	2,4%	195	0,1%	-	0,0%	134.389	100,0%
set/03	55.936	42,7%	24.500	18,3%	35.095	26,3%	2.392	1,8%	5.755	4,4%	4.131	3,2%	3.284	2,5%	197	0,2%	-	0,0%	131.111	100,0%
out/03	57.421	41,7%	26.278	19,2%	36.955	27,0%	2.555	1,9%	5.973	4,4%	4.506	3,3%	3.216	2,3%	204	0,1%	-	0,0%	132.107	100,0%
nov/03	63.778	42,4%	25.094	16,7%	43.218	28,7%	3.435	2,3%	6.382	4,2%	4.502	3,2%	3.617	2,4%	226	0,2%	-	0,0%	150.552	100,0%
dez/03	62.618	40,3%	25.894	16,7%	45.519	29,3%	6.153	4,0%	6.392	4,1%	4.756	3,1%	3.662	2,4%	224	0,1%	-	0,0%	155.218	100,0%
jan/04	71.803	42,3%	23.587	13,9%	49.010	28,9%	9.526	5,8%	6.324	3,7%	4.898	2,9%	4.032	2,4%	224	0,1%	-	0,0%	160.704	100,0%
fev/04	71.817	41,7%	24.720	14,4%	50.263	29,2%	9.724	5,7%	6.478	3,8%	4.927	2,9%	3.926	2,3%	242	0,1%	-	0,0%	172.096	100,0%
mar/04	68.338	41,3%	25.850	15,6%	46.918	28,4%	8.784	5,7%	6.419	3,9%	4.938	3,0%	3.821	2,3%	237	0,1%	-	0,0%	165.205	100,0%
abr/04	71.737	41,2%	29.395	16,9%	50.351	28,9%	6.311	3,6%	7.378	4,2%	5.072	2,9%	3.800	2,2%	249	0,1%	-	0,0%	174.296	100,0%
maio/04	68.424	42,2%	28.224	17,4%	44.923	27,7%	6.413	2,7%	6.843	4,2%	5.216	3,2%	3.712	2,3%	222	0,1%	106	0,1%	162.093	100,0%
jun/04	64.644	42,9%	25.851	17,2%	40.412	26,8%	3.328	2,2%	6.621	4,4%	5.275	3,5%	3.635	2,4%	205	0,1%	555	0,4%	150.529	100,0%
jul/04	66.435	44,1%	24.090	16,0%	41.617	27,6%	1.996	1,3%	6.690	4,4%	5.459	3,5%	3.462	2,3%	221	0,1%	861	0,5%	150.812	100,0%
ago/04	66.270	43,7%	26.039	17,2%	40.060	26,4%	2.711	1,8%	6.376	4,2%	5.445	3,6%	3.462	2,3%	234	0,1%	944	0,6%	151.532	100,0%
set/04	65.655	44,1%	25.167	16,9%	39.287	26,4%	2.562	1,7%	6.318	4,2%	5.357	3,6%	3.377	2,2%	204	0,1%	1.070	0,7%	148.358	100,0%
out/04	61.508	43,0%	24.259	17,0%	38.577	27,0%	2.896	2,0%	6.164	4,3%	5.302	3,7%	3.224	2,3%	191	0,1%	860	0,6%	142.945	100,0%
nov/04	63.836	42,5%	25.676	17,1%	41.597	27,7%	2.787	1,8%	6.159	4,1%	5.345	3,6%	3.505	2,3%	198	0,1%	1.101	0,7%	150.204	100,0%
dez/04	66.004	41,2%	24.994	15,6%	45.907	28,6%	6.305	4,1%	6.502	4,1%	5.416	3,4%	3.452	2,2%	220	0,1%	1.230	0,8%	160.239	100,0%
jan/05	76.949	42,8%	23.078	13,1%	50.835	28,3%	10.855	6,1%	7.011	3,9%	5.625	3,1%	3.770	2,1%	234	0,1%	912	0,5%	179.699	100,0%
fev/05	73.374	42,0%	23.367	13,4%	49.252	28,2%	11.644	6,7%	6.407	3,7%	5.422	3,1%	3.924	2,2%	231	0,1%	1.090	0,6%	174.713	100,0%
mar/05	73.869	41,7%	24.209	13,7%	50.853	28,7%	10.463	5,9%	6.947	3,9%	5.432	3,1%	3.679	2,1%	228	0,1%	1.299	0,7%	177.008	100,0%
abr/05	74.097	42,8%	24.438	14,1%	50.625	29,2%	6.179	3,6%	7.107	4,1%	5.708	3,3%	3.673	2,1%	214	0,1%	1.279	0,7%	173.321	100,0%
maio/05	67.556	41,3%	27.546	16,9%	45.134	27,6%	5.476	3,5%	6.786	4,2%	5.898	3,6%	3.633	2,2%	218	0,1%	1.209	0,7%	163.453	100,0%
jun/05	73.143	43,7%	27.113	15,8%	47.494	27,6%	5.436	3,5%	6.992	4,1%	5.475	3,2%	3.766	2,2%	211	0,1%	1.246	0,7%	171.791	100,0%
jul/05	75.167	44,0%	27.528	16,1%	46.700	27,3%	3.881	2,3%	6.917	4,1%	5.452	3,2%	3.715	2,2%	217	0,1%	1.214	0,7%	170.791	100,0%
ago/05	75.370	44,8%	25.727	15,3%	45.976	27,3%	3.676	2,2%	6.757	4,0%	5.557	3,3%	3.770	2,2%	218	0,1%	1.225	0,7%	168.214	100,0%
set/05	74.651	44,7%	26.384	15,7%	44.813	26,8%	3.519	2,1%	6.764	4,1%	5.528	3,3%	3.952	2,4%	204	0,1%	1.233	0,7%	166.947	100,0%
out/05	72.459	44,3%	25.653	15,7%	44.300	27,1%	3.472	2,1%	6.430	3,9%	5.636	3,4%	4.084	2,5%	202	0,1%	1.247	0,8%	163.466	100,0%
nov/05	76.182	42,6%	29.417	16,5%	49.946	27,9%	4.230	2,4%	6.795	3,8%	6.326	3,5%	4.364	2,4%	210	0,1%	1.304	0,7%	178.787	100,0%
dez/05	83.776	41,9%	30.156	15,1%	57.865	29,0%	7.950	3,9%	7.425	3,7%	6.326	3,2%	4.318	2,3%	309	0,2%	1.494	0,7%	199.718	100,0%
jan/06	93.552	44,0%	28.688	12,7%	61.650	29,0%	10.556	5,0%	7.863	4,1%	5.315	2,5%	4.773	2,2%	272	0,1%	1.576	0,7%	212.456	100,0%
fev/06	92.310	43,4%	26.372	12,5%	61.300	28,9%	11.422	5,4%	7.729	3,6%	5.521	2,6%	4.750	2,2%	290	0,1%	1.745	1,3%	212.713	100,0%
mar/06	88.101	43,3%	25.554	12,5%	59.468	29,1%	10.455	5,1%	7.802	3,8%	5.400	2,6%	4.884	2,2%	301	0,1%	1.508	1,2%	204.073	100,0%
abr/06	85.555	42,8%	27.119	13,5%	58.908	29,3%	7.794	3,9%	8.448	4,2%	5.553	2,6%	4.406	2,2%	282	0,1%	1.906	1,5%	200.754	100,0%
maio/06	79.005	42,6%	28.635	15,5%	50.284	27,2%	6.356	3,4%	7.257	3,9%	5.362	2,9%	4.388	2,4%	243	0,1%	1.215	1,7%	184.747	100,0%
jun/06	82.650	44,0%	29.152	15,5%	50.540	26,9%	4.846	2,6%	7.561	4,0%	5.689	3,0%	4.402	2,3%	250	0,1%	2.936	1,6%	188.015	100,0%
Total	2.583.690	42,8%	937.208	15,5%	1.687.310	28,0%	208.241	3,5%	243.531	4,0%	189.458	3,1%	137.665	2,3%	8.229	0,1%	37.391	0,6%	6.032.727	100,0%

#### Anexo IV - Antiguidade mensal para o consolidado da carteira

Origem	0 ou 1		2		3		4		5		6		7 +		Total	
	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	%
Jul/03	128.099	94,9%	1.279	0,9%	213	0,2%	87	0,1%	241	0,2%	1.965	1,5%	3.043	2,3%	134.926	100,0%
ago/03	127.628	95,0%	1.227	0,9%	272	0,2%	105	0,1%	319	0,2%	431	0,3%	4.408	3,3%	134.389	100,0%
set/03	123.975	94,6%	1.270	1,0%	296	0,2%	186	0,1%	48	0,0%	277	0,2%	5.058	3,9%	131.111	100,0%
out/03	128.874	94,0%	1.453	1,1%	514	0,4%	372	0,3%	430	0,3%	22	0,0%	5.444	4,0%	137.107	100,0%
nov/03	141.080	93,7%	1.907	1,3%	659	0,4%	340	0,2%	348	0,2%	501	0,3%	5.717	3,8%	150.552	100,0%
dez/03	145.845	94,0%	1.525	1,0%	875	0,6%	388	0,2%	411	0,3%	571	0,4%	5.602	3,6%	155.218	100,0%
jan/04	158.345	93,3%	2.909	1,7%	546	0,3%	617	0,4%	299	0,2%	354	0,2%	6.632	3,9%	169.704	100,0%
fev/04	160.515	93,3%	3.307	1,9%	1.280	0,7%	501	0,3%	358	0,2%	119	0,1%	6.016	3,5%	172.096	100,0%
mar/04	154.182	93,3%	3.222	1,9%	578	0,3%	690	0,4%	257	0,2%	575	0,3%	5.802	3,5%	165.305	100,0%
abr/04	163.283	93,7%	2.481	1,4%	979	0,6%	366	0,2%	525	0,3%	548	0,3%	6.114	3,5%	174.296	100,0%
mai/04	152.356	94,0%	2.039	1,3%	925	0,6%	411	0,3%	239	0,1%	252	0,2%	5.870	3,6%	162.093	100,0%
jun/04	141.260	93,8%	1.944	1,3%	549	0,4%	109	0,1%	337	0,2%	120	0,1%	6.211	4,1%	150.529	100,0%
Jul/04	142.774	94,7%	2.481	1,6%	1.340	0,9%	363	0,2%	98	0,1%	239	0,2%	3.517	2,3%	150.812	100,0%
ago/04	141.596	93,4%	1.457	1,0%	1.186	0,8%	1.050	0,7%	163	0,1%	33	0,0%	6.045	4,0%	151.532	100,0%
set/04	139.708	93,8%	1.583	1,1%	457	0,3%	488	0,3%	776	0,5%	73	0,0%	5.873	3,9%	148.958	100,0%
out/04	132.790	92,9%	2.806	2,0%	589	0,4%	141	0,1%	335	0,2%	621	0,4%	5.703	4,0%	142.985	100,0%
nov/04	140.510	93,5%	1.552	1,0%	1.691	1,1%	256	0,2%	86	0,1%	355	0,2%	5.755	3,8%	150.204	100,0%
dez/04	150.025	93,6%	1.706	1,1%	643	0,4%	1.384	0,9%	127	0,1%	95	0,1%	6.260	3,9%	160.239	100,0%
jan/05	169.406	94,3%	1.901	1,1%	589	0,3%	359	0,2%	181	0,1%	104	0,1%	7.159	4,0%	179.699	100,0%
fev/05	163.398	93,5%	4.078	2,3%	773	0,4%	149	0,1%	150	0,1%	182	0,1%	5.981	3,4%	174.713	100,0%
mar/05	164.739	93,1%	3.476	2,0%	1.990	1,1%	489	0,3%	132	0,1%	(11)	0,0%	6.193	3,5%	177.008	100,0%
abr/05	162.336	93,7%	2.644	1,5%	1.069	0,6%	614	0,4%	206	0,1%	47	0,0%	6.405	3,7%	173.321	100,0%
mai/05	151.615	92,8%	3.350	2,0%	1.131	0,7%	234	0,1%	329	0,2%	162	0,1%	6.632	4,1%	163.453	100,0%
jun/05	161.239	93,9%	1.833	1,1%	1.645	1,0%	307	0,2%	192	0,1%	208	0,1%	6.367	3,7%	171.791	100,0%
Jul/05	160.923	94,2%	2.215	1,3%	933	0,5%	248	0,1%	145	0,1%	86	0,1%	6.239	3,7%	170.791	100,0%
ago/05	159.057	94,6%	1.567	0,9%	749	0,4%	247	0,1%	117	0,1%	94	0,1%	6.383	3,8%	168.214	100,0%
set/05	157.623	94,4%	1.768	1,1%	884	0,5%	188	0,1%	154	0,1%	48	0,0%	6.281	3,8%	166.947	100,0%
out/05	153.281	93,8%	2.189	1,3%	982	0,6%	343	0,2%	80	0,0%	101	0,1%	6.490	4,0%	163.466	100,0%
nov/05	168.188	94,1%	2.048	1,1%	1.000	0,6%	244	0,1%	181	0,1%	56	0,0%	7.071	4,0%	178.787	100,0%
dez/05	187.871	94,1%	2.455	1,2%	877	0,4%	646	0,3%	182	0,1%	188	0,1%	7.499	3,8%	199.718	100,0%
jan/06	198.632	93,5%	3.396	1,6%	1.735	0,8%	585	0,3%	174	0,1%	92	0,0%	7.841	3,7%	212.456	100,0%
fev/06	198.361	93,3%	3.660	1,7%	1.589	0,7%	1.035	0,5%	383	0,2%	104	0,0%	7.586	3,6%	212.718	100,0%
mar/06	190.244	93,2%	3.401	1,7%	2.079	1,0%	610	0,3%	797	0,4%	253	0,1%	6.689	3,3%	204.073	100,0%
abr/06	187.729	93,5%	3.431	1,7%	2.078	1,0%	581	0,3%	348	0,2%	120	0,1%	6.468	3,2%	200.754	100,0%
mai/06	171.939	93,1%	3.464	1,9%	1.816	1,0%	638	0,3%	343	0,2%	120	0,1%	6.426	3,5%	184.747	100,0%
jun/06	175.409	93,3%	3.152	1,7%	1.028	0,5%	1.059	0,6%	277	0,1%	298	0,2%	6.790	3,6%	188.015	100,0%
Total	5.654.837	93,7%	86.176	1,4%	36.538	0,6%	16.432	0,3%	9.767	0,2%	9.403	0,2%	219.572	3,6%	6.032.727	100,0%

Companhia Brasileira de Fiação e Tecido  
Estimamos que a seguinte seja a  
participação por parte da

478

479



Unidade		Apresentação		H3 m1		H3 m2		H3 m3		H3 m4		H3 m5		H3 m6		H3 m7		H3 m8		H3 m9		H3 m10		H3 m11		H3 m12		H3 m13		H3 m14		H3 m15		H3 m16		H3 m17		H3 m18		H3 m19		H3 m20		H3 m21		H3 m22		H3 m23		H3 m24		H3 m25		H3 m26		H3 m27		H3 m28		H3 m29		H3 m30		H3 m31		H3 m32		H3 m33		H3 m34		H3 m35		H3 m36		H3 m37		H3 m38		H3 m39		H3 m40		H3 m41		H3 m42		H3 m43		H3 m44		H3 m45		H3 m46		H3 m47		H3 m48		H3 m49		H3 m50		H3 m51		H3 m52		H3 m53		H3 m54		H3 m55		H3 m56		H3 m57		H3 m58		H3 m59		H3 m60		H3 m61		H3 m62		H3 m63		H3 m64		H3 m65		H3 m66		H3 m67		H3 m68		H3 m69		H3 m70		H3 m71		H3 m72		H3 m73		H3 m74		H3 m75		H3 m76		H3 m77		H3 m78		H3 m79		H3 m80		H3 m81		H3 m82		H3 m83		H3 m84		H3 m85		H3 m86		H3 m87		H3 m88		H3 m89		H3 m90		H3 m91		H3 m92		H3 m93		H3 m94		H3 m95		H3 m96		H3 m97		H3 m98		H3 m99		H3 m100		H3 m101		H3 m102		H3 m103		H3 m104		H3 m105		H3 m106		H3 m107		H3 m108		H3 m109		H3 m110		H3 m111		H3 m112		H3 m113		H3 m114		H3 m115		H3 m116		H3 m117		H3 m118		H3 m119		H3 m120		H3 m121		H3 m122		H3 m123		H3 m124		H3 m125		H3 m126		H3 m127		H3 m128		H3 m129		H3 m130		H3 m131		H3 m132		H3 m133		H3 m134		H3 m135		H3 m136		H3 m137		H3 m138		H3 m139		H3 m140		H3 m141		H3 m142		H3 m143		H3 m144		H3 m145		H3 m146		H3 m147		H3 m148		H3 m149		H3 m150		H3 m151		H3 m152		H3 m153		H3 m154		H3 m155		H3 m156		H3 m157		H3 m158		H3 m159		H3 m160		H3 m161		H3 m162		H3 m163		H3 m164		H3 m165		H3 m166		H3 m167		H3 m168		H3 m169		H3 m170		H3 m171		H3 m172		H3 m173		H3 m174		H3 m175		H3 m176		H3 m177		H3 m178		H3 m179		H3 m180		H3 m181		H3 m182		H3 m183		H3 m184		H3 m185		H3 m186		H3 m187		H3 m188		H3 m189		H3 m190		H3 m191		H3 m192		H3 m193		H3 m194		H3 m195		H3 m196		H3 m197		H3 m198		H3 m199		H3 m200		H3 m201		H3 m202		H3 m203		H3 m204		H3 m205		H3 m206		H3 m207		H3 m208		H3 m209		H3 m210		H3 m211		H3 m212		H3 m213		H3 m214		H3 m215		H3 m216		H3 m217		H3 m218		H3 m219		H3 m220		H3 m221		H3 m222		H3 m223		H3 m224		H3 m225		H3 m226		H3 m227		H3 m228		H3 m229		H3 m230		H3 m231		H3 m232		H3 m233		H3 m234		H3 m235		H3 m236		H3 m237		H3 m238		H3 m239		H3 m240		H3 m241		H3 m242		H3 m243		H3 m244		H3 m245		H3 m246		H3 m247		H3 m248		H3 m249		H3 m250		H3 m251		H3 m252		H3 m253		H3 m254		H3 m255		H3 m256		H3 m257		H3 m258		H3 m259		H3 m260		H3 m261		H3 m262		H3 m263		H3 m264		H3 m265		H3 m266		H3 m267		H3 m268		H3 m269		H3 m270		H3 m271		H3 m272		H3 m273		H3 m274		H3 m275		H3 m276		H3 m277		H3 m278		H3 m279		H3 m280		H3 m281		H3 m282		H3 m283		H3 m284		H3 m285		H3 m286		H3 m287		H3 m288		H3 m289		H3 m290		H3 m291		H3 m292		H3 m293		H3 m294		H3 m295		H3 m296		H3 m297		H3 m298		H3 m299		H3 m300		H3 m301		H3 m302		H3 m303		H3 m304		H3 m305		H3 m306		H3 m307		H3 m308		H3 m309		H3 m310		H3 m311		H3 m312		H3 m313		H3 m314		H3 m315		H3 m316		H3 m317		H3 m318		H3 m319		H3 m320		H3 m321		H3 m322		H3 m323		H3 m324		H3 m325		H3 m326		H3 m327		H3 m328		H3 m329		H3 m330		H3 m331		H3 m332		H3 m333		H3 m334		H3 m335		H3 m336		H3 m337		H3 m338		H3 m339		H3 m340		H3 m341		H3 m342		H3 m343		H3 m344		H3 m345		H3 m346		H3 m347		H3 m348		H3 m349		H3 m350		H3 m351		H3 m352		H3 m353		H3 m354		H3 m355		H3 m356		H3 m357		H3 m358		H3 m359		H3 m360		H3 m361		H3 m362		H3 m363		H3 m364		H3 m365		H3 m366		H3 m367		H3 m368		H3 m369		H3 m370		H3 m371		H3 m372		H3 m373		H3 m374		H3 m375		H3 m376		H3 m377		H3 m378		H3 m379		H3 m380		H3 m381		H3 m382		H3 m383		H3 m384		H3 m385		H3 m386		H3 m387		H3 m388		H3 m389		H3 m390		H3 m391		H3 m392		H3 m393		H3 m394		H3 m395		H3 m396		H3 m397		H3 m398		H3 m399		H3 m400		H3 m401		H3 m402		H3 m403		H3 m404		H3 m405		H3 m406		H3 m407		H3 m408		H3 m409		H3 m410		H3 m411		H3 m412		H3 m413		H3 m414		H3 m415		H3 m416		H3 m417		H3 m418		H3 m419		H3 m420		H3 m421		H3 m422		H3 m423		H3 m424		H3 m425		H3 m426		H3 m427		H3 m428		H3 m429		H3 m430		H3 m431		H3 m432		H3 m433		H3 m434		H3 m435		H3 m436		H3 m437		H3 m438		H3 m439		H3 m440		H3 m441		H3 m442		H3 m443		H3 m444		H3 m445		H3 m446		H3 m447		H3 m448		H3 m449		H3 m450		H3 m451		H3 m452		H3 m453		H3 m454		H3 m455		H3 m456		H3 m457		H3 m458		H3 m459		H3 m460		H3 m461		H3 m462		H3 m463		H3 m464		H3 m465		H3 m466		H3 m467		H3 m468		H3 m469		H3 m470		H3 m471		H3 m472		H3 m473		H3 m474		H3 m475		H3 m476		H3 m477		H3 m478		H3 m479		H3 m480		H3 m481		H3 m482		H3 m483		H3 m484		H3 m485		H3 m486		H3 m487		H3 m488		H3 m489		H3 m490		H3 m491		H3 m492		H3 m493		H3 m494		H3 m495		H3 m496		H3 m497		H3 m498		H3 m499		H3 m500		H3 m501		H3 m502		H3 m503		H3 m504		H3 m505		H3 m506		H3 m507		H3 m508		H3 m509		H3 m510		H3 m511		H3 m512		H3 m513		H3 m514		H3 m515		H3 m516		H3 m517		H3 m518		H3 m519		H3 m520		H3 m521		H3 m522		H3 m523		H3 m524		H3 m525		H3 m526		H3 m527		H3 m528		H3 m529		H3 m530		H3 m531		H3 m532		H3 m533		H3 m534		H3 m535		H3 m536		H3 m537		H3 m538		H3 m539		H3 m540		H3 m541		H3 m542		H3 m543		H3 m544		H3 m545		H3 m546		H3 m547		H3 m548		H3 m549		H3 m550		H3 m551		H3 m552		H3 m553		H3 m554		H3 m555		H3 m556		H3 m557		H3 m558		H3 m559		H3 m560		H3 m561		H3 m562		H3 m563		H3 m564		H3 m565		H3 m566		H3 m567		H3 m568		H3 m569		H3 m570		H3 m571		H3 m572		H3 m573		H3 m574		H3 m575		H3 m576		H3 m577		H3 m578		H3 m579		H3 m580		H3 m581		H3 m582		H3 m583		H3 m584		H3 m585		H3 m586		H3 m587		H3 m588		H3 m589		H3 m590		H3 m591		H3 m592		H3 m593		H3 m594		H3 m595		H3 m596		H3 m597		H3 m598		H3 m599		H3 m600		H3 m601		H3 m602		H3 m603		H3 m604		H3 m605		H3 m606		H3 m607		H3 m608		H3 m609		H3 m610		H3 m611		H3 m612		H3 m613		H3 m614		H3 m615		H3 m616		H3 m617		H3 m618		H3 m619		H3 m620		H3 m621		H3 m622		H3 m623		H3 m624		H3 m625		H3 m626		H3 m627		H3 m628		H3 m629		H3 m630		H3 m631		H3 m632		H3 m633		H3 m634		H3 m635		H3 m636		H3 m637		H3 m638		H3 m639		H3 m640		H3 m641		H3 m642		H3 m643		H3 m644		H3 m645		H3 m646		H3 m647		H3 m648		H3 m649		H3 m650		H3 m651		H3 m652		H3 m653		H3 m654		H3 m655		H3 m656		H3 m657		H3 m658		H3 m659		H3 m660		H3 m661		H3 m662		H3 m663		H3 m664		H3 m665		H3 m666		H3 m667		H3 m668		H3 m669		H3 m670		H3 m671		H3 m672		H3 m673		H3 m674		H3 m675		H3 m676		H3 m677		H3 m678		H3 m679		H3 m680		H3 m681		H3 m682		H3 m683		H3 m684		H3 m685		H3 m686		H3 m687		H3 m688		H3 m689		H3 m690		H3 m691		H3 m692		H3 m693		H3 m694		H3 m695		H3 m696		H3 m697		H3 m698		H3 m699		H3 m700		H3 m701		H3 m702		H3 m703		H3 m704		H3 m705		H3 m706		H3 m707		H3 m708		H3 m709		H3 m710		H3 m711		H3 m712		H3 m713		H3 m714		H3 m715		H3 m716		H3 m717		H3 m718		H3 m719		H3 m720		H3 m721		H3 m722		H3 m723		H3 m724		H3 m725		H3 m726		H3 m727		H3 m728		H3 m729		H3 m730		H3 m731		H3 m732		H3 m733		H3 m734		H3 m735		H3 m736		H3 m737		H3 m738		H3 m739		H3 m740		H3 m741		H3 m742		H3 m743		H3 m744		H3 m745		H3 m746		H3 m747		H3 m748		H3 m749		H3 m750		H3 m751		H3 m752		H3 m753		H3 m754		H3 m755		H3 m756		H3 m757		H3 m758		H3 m759		H3 m760		H3 m761		H3 m762		H3 m763		H3 m764		H3 m765		H3 m766		H3 m767		H3 m768		H3 m769		H3 m770		H3 m771		H3 m772		H3 m773		H3 m774		H3 m775		H3 m776		H3 m777		H3 m778		H3 m779		H3 m780		H3 m781		H3 m782		H3 m783		H3 m784		H3 m785		H3 m786		H3 m787		H3 m788		H3 m789		H3 m790		H3 m791		H3 m792		H3 m793		H3 m794		H3 m795		H3 m796		H3 m797		H3 m798		H3 m799		H3 m800		H3 m801		H3 m802		H3 m803		H3 m804		H3 m805		H3 m806		H3 m807		H3 m808		H3 m809		H3 m810		H3 m811		H3 m812		H3 m813		H3 m814		H3 m815		H3 m816		H3 m817		H3 m818		H3 m819		H3 m820		H3 m821		H3 m822		H3 m823		H3 m824		H3 m825		H3 m826		H3 m827		H3 m828		H3 m829		H3 m830		H3 m831		H3 m832		H3 m833		H3 m834		H3 m835		H3 m836		H3 m837		H3 m838		H3 m839		H3 m840		H3 m841		H3 m842		H3 m843		H3 m844		H3 m845		H3 m846		H3 m847		H3 m848		H3 m849		H3 m850		H3 m851		H3 m852		H3 m853		H3 m854		H3 m855		H3 m856		H3 m857		H3 m858		H3 m859		H3 m860		H3 m861		H3 m862		H3 m863		H3 m864		H3 m865		H3 m866		H3 m867		H3 m868		H3 m869		H3 m870		H3 m871		H3 m872		H3 m873		H3 m874		H3 m875		H3 m876		H3 m877		H3 m878		H3 m879		H3 m880		H3 m881		H3 m882		H3 m883		H3 m884		H3 m885		H3 m886		H3 m887		H3 m888		H3 m889		H3 m890		H3	
---------	--	--------------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	--------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--	----	--

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ANEXO VI**

---

Declaração do Administrador e do Coordenador Líder nos termos da Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **DECLARAÇÃO**

**Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II (“Fundo”), atualmente em fase de inscrição no CNPJ/MF, vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que: (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) o prospecto de distribuição pública de quotas sênior da primeira emissão do Fundo (respectivamente, “Prospecto” e “Oferta”) contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das quotas seniores ofertadas, do Fundo e dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das quotas seniores.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2006.



---

**PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**

Por: Rodrigo Guedes Xavier

Cargo: Diretor de Administração de Recursos de Terceiros

2.0

## **DECLARAÇÃO**

**Banco Pactual S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.306.294/0001-45, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública das quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II (respectivamente, "Oferta" e "Fundo"), atualmente em fase de inscrição no CNPJ/MF, vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram o prospecto de distribuição pública de quotas sênior da primeira emissão do Fundo ("Prospecto"), sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) o Prospecto contenha as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das quotas seniores ofertadas, do Fundo e dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2006.



**BANCO PACTUAL S.A.**

**RODRIGO GUEDES XIMER**  
Diretor Executivo

## **ANEXO VII**

---

Súmula da Agência de Classificação de Risco das Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II

Analistas de Crédito: Pedro Gazoni, São Paulo (55) 11 5501-8048, [pedro\\_gazoni@standardandpoors.com](mailto:pedro_gazoni@standardandpoors.com); Juan De Molleín, Nova York (1) 212 438-2536, [Juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:Juan_demollein@standardandpoors.com)

<p><b>Prefeitura Municipal de São Paulo</b></p> <p>Data prevista para o fechamento: dezembro de 2006</p> <p><b>Garantia Subjacente:</b> Direitos de crédito oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica a consumidores de baixa tensão, cujo pagamento é efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos consumidores ou de terceiros por estes autorizados a realizá-lo, e que seja mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à cedente e listadas no Anexo I ao Contrato de Cessão, caixa e outros investimentos específicos.</p> <p><b>Administrador do Fundo:</b> UBS Factual Services Financeiros S.A. (UFSF)</p> <p><b>Ordinador dos Direitos Creditórios:</b> Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D</p> <p><b>Custodiante:</b> Banco Itaú S.A.</p> <p><b>Agente de Recolhimento e Agente Pagador:</b> Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banco do Brasil)</p>	<p><b>Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b></p> <p>Este relatório baseia-se em informações obtidas até 14 de dezembro de 2006. O rating atribuído é preliminar. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.</p> <p><b>Rating Preliminar em 14 de dezembro de 2006</b></p> <table><tr><th>Instrumento</th><th>Rating Preliminar*</th><th>Montante Preliminar (em R\$ milhões)</th><th>Vencimento Final Legal**</th></tr><tr><td>Cotas Seniores</td><td>brAA1</td><td>100 (94,9%)</td><td>5 anos (60 meses) após a emissão</td></tr><tr><td>Cotas Subordinadas</td><td>Não classificadas</td><td>5,3 (5,1%)</td><td>5 anos (60 meses) após a emissão</td></tr></table> <p>* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento. ** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.</p> <p><b>Fundamentos</b></p> <p>A Standard &amp; Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAA1', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE II (FIDC CEEE II). Os ativos subjacentes do FIDC CEEE II são: direitos de crédito cedidos pela CEEE-D (Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica), oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica a consumidores de alta e baixa tensão, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos consumidores ou de terceiros por estes autorizados a realizá-lo, e que seja mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à cedente e listadas no Anexo I ao Contrato de Cessão, caixa e outros investimentos específicos.</p> <p>O FIDC CEEE II será um condomínio fechado, com prazo de duração de 5 (cinco) anos. O administrador do Fundo incluirá recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e na política de investimento contidos no regulamento.</p> <p>Em função do fato de a CEEE-D operar sob regime de uma concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, serviço este de titularidade do Governo Federal Brasileiro (o qual é concedido à exploração de acordo com as regras sobre concessão), nas hipóteses de término antecipado da concessão e observados os procedimentos definidos na legislação específica, o Poder Concedente (o Governo Federal) ou uma nova concessionária assumiria a prestação do serviço público que era prestado pela cedente, o que garante a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores de cada uma das cedentes, de forma geral. A Standard &amp; Poor's acredita que a lei garante a continuidade do serviço público de energia</p>	Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**	Cotas Seniores	brAA1	100 (94,9%)	5 anos (60 meses) após a emissão	Cotas Subordinadas	Não classificadas	5,3 (5,1%)	5 anos (60 meses) após a emissão
Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**										
Cotas Seniores	brAA1	100 (94,9%)	5 anos (60 meses) após a emissão										
Cotas Subordinadas	Não classificadas	5,3 (5,1%)	5 anos (60 meses) após a emissão										

prestado sob regime de concessão, seja por meio de uma outra concessionária, ou mesmo, se prestado diretamente pelo Poder Concedente, no caso de insolvência de uma das cedentes.

Em razão da anuência da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes, aperfeiçoada por um "true sale", e de que os recursos obtidos por meio dessa cessão deverão ser utilizados em benefício da concessão, sem comprometer a prestação dos serviços, a Standard & Poor's considera que o Poder Concedente – nas hipóteses de término antecipado da concessão de cada uma das cedentes – provavelmente deverá transferir as obrigações especificadas pela documentação da transação para qualquer concessionária futura que venha assumir a operação atualmente executada pela cedente sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese de o Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços). Apesar de a Standard & Poor's considerar que será provável a transferência das obrigações nas hipóteses acima mencionadas, é importante ressaltar que, pela legislação atual, o Poder Concedente não está obrigado a assumir obrigações ou compromissos assumidos pelo concessionário com terceiros, na hipótese de término antecipado da concessão por caducidade (artigo 38, § 6º, da Lei das Concessões). É importante ressaltar ainda que: (i) não há norma legal expressa sobre a transferência dessas obrigações e (ii) há uma anuência da ANEEL com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes. Assim, em razão do exposto acima, a Standard & Poor's considera que a transação não dependerá da análise de performance da CEEE, como normalmente acontece com transações similares de fluxo futuro, mas da força do fluxo de caixa e da garantia legal de continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento e, com base no desempenho e nas características do fundo, pode decidir alienar suas cotas a qualquer momento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do FIDC CEEE II.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de "brAAAF" (nível mais elevado de proteção) a "brCCCF" (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

O rating "brAAAF" atribuído ao FIDC CEEE II na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e



baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAf' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação das cotas juniores (pelo mínimo de 5%) e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

## **Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes**

### **Pontos Fortes**

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A legislação brasileira sobre concessões possui disposições adequadas para resguardar legalmente os consumidores nos casos de término antecipado da concessão. A Standard & Poor's acredita que a lei garante a continuidade da prestação do serviço público de energia elétrica por meio de outra concessionária ou mesmo pela prestação direta do serviço pelo Poder Concedente, no caso de insolvência de qualquer das cedentes;
- A opinião da Standard & Poor's é que a cessão dos direitos creditórios subjacentes, aperfeiçoada por um "*true sale*", e as obrigações especificadas pela documentação da transação deverão ser válidas não somente para a CEEE-D, mas também para qualquer concessionária futura que assuma a operação que a CEEE-D executa hoje sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese de o Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços), dado que a ANEEL anuiu essa cessão e que os recursos obtidos por meio delas serão aplicados em benefício da concessão;
- A forte estrutura do fluxo de caixa;
- Os altos níveis de sobrecolateralização (*overcollateralization*) calculados como a razão entre recebíveis futuros originados por meio da venda de energia elétrica para os Consumidores Livres Cedidos e as amortizações das cotas seniores. De acordo com a análise da Standard & Poor's, a média esperada dessa razão durante a vida do Fundo é de 3,2x. A Standard & Poor's considera esses níveis suficientes para suportar uma crise severa do setor de energia elétrica. Em um de

nossos cenários de estresse, que corresponde a uma redução média de 35% nos fluxos de caixa, a razão mínima é de 1,3x;

- A disponibilidade de uma conta reserva que cobre o pagamento de três amortizações consecutivas de cotas seniores (Reserva de Recursos – RR) por meio da subordinação de cotas.
- Outras melhorias estruturais, tais como a existência de contas separadas e o “true sale” dos recebíveis.
- A possibilidade de o Custodiante (Itaú) determinar ao Agente de Recebimento a retenção de 100% dos fluxos provenientes dos consumidores em determinados Eventos de Avaliação ou Liquidação;
- A habilidade do Itaú, como Servicer e Custodiante do Fundo.

#### **Fragilidade e Fatores Atenuantes**

A principal fragilidade, bem como seus fatores atenuantes, observados na análise de crédito da estrutura são:

- A possibilidade de um novo racionamento generalizado de energia no Brasil e um ambiente regulatório ainda em evolução.

De acordo com as previsões hidrológicas e de demanda preparadas pelo ONS (“Operador Nacional do Sistema Elétrico”), o Brasil necessita atrair investimentos médios da ordem de R\$ 7 bilhões por ano para adicionar 3,000 MW/ano de capacidade de geração de energia para evitar problemas na oferta de energia elétrica entre 2010 e 2011, isso se considerando também a continuidade dos investimentos médios anuais de aproximadamente mais R\$ 6 bilhões na expansão e manutenção dos sistemas de transmissão e distribuição. As mudanças na estrutura regulatória efetuadas em 2004 surgiram para garantir um ambiente mais estável que propiciasse investimentos e melhorasse a posição financeira de geradoras e de distribuidoras. A percepção da Standard & Poor’s sobre o novo modelo é positiva – acreditando que as distribuidoras são mais reguladas, porém menos arriscadas, bem como que o ambiente comercial para as geradoras permanece justo, já que elas podem optar por vender sua energia no mercado regulado ou mercado competitivo para Consumidores Livres (em acordos bilaterais). Dos três grandes segmentos do setor elétrico (geração, transmissão e distribuição), a expansão da capacidade instalada de geração elétrica no Brasil é o fator de maior desafio para o governo. Nesse segmento, as maiores dificuldades enfrentadas hoje referem-se à oferta de aproveitamentos hidrelétricos, ao processo de licenciamento ambiental, e ao nível de preços. Esperamos que o governo avance rapidamente nessas três frentes para que o País possa suportar o crescimento econômico esperado para os próximos anos.

Na visão da Standard & Poor’s, o principal risco seria uma diminuição do volume de energia gerada e consumida imposta pelo ONS a todos os agentes, como consequência da previsão de um balanço energético – oferta versus demanda – bastante apertado em um determinado ano.

## **Descrição do FIDC CEEE II**

### **Características Gerais**

O FIDC CEEE II será um condomínio fechado, com prazo de duração de 5 (cinco) anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores

qualificados, incluindo empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo comprará recebíveis originados pela CEEE-D, oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica a consumidores de alta e baixa tensão, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos consumidores ou de terceiros por estes autorizados a realizá-lo, e que seja mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à cedente.

O Fundo emitirá cotas em reais que receberão o suporte de: (a) direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica a consumidores de alta e baixa tensão, e/ou; (b) outros instrumentos de renda fixa e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas serão pagos pelo fluxo de caixa proveniente dos ativos subjacentes.

As cotas seniores serão amortizadas em 60 prestações mensais após a emissão das cotas do Fundo. As cotas subordinadas somente serão resgatadas após a amortização da totalidade das cotas seniores ou se a razão entre as cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo (Razão de Garantia) for menor que 95%, desde que a razão de garantia tenha se mantido enquadrada nos 90 dias antecedentes e que a Reserva de Amortização atenda às exigências do regulamento.

Os direitos de crédito são vendidos incondicionalmente e sob condição suspensiva ao FIDC CEEE II. Isso significa que somente o FIDC CEEE II tem direitos sobre esses recebíveis até que eles sejam liberados para o originador.

O Fundo também terá, desde sua data de emissão, uma Reserva de Amortização (RA), igual à amortização do período corrente mais o montante referente aos dois próximos períodos (num total de três períodos de amortização somadas às despesas do Fundo e à recomposição da RA).

#### **Fluxo de Recursos do FIDC CEEE II**

1. Durante a vida do Fundo, todos os pagamentos dos consumidores de alta e baixa tensão, cujo pagamento seja efetuado por meio de débito automático em conta de depósito de titularidade dos consumidores ou de terceiros por estes autorizados a realizá-lo, e que seja mantida nas instituições financeiras arrecadoras conveniadas à cedente e listadas no anexo I ao Contrato de Cessão, serão direcionados para a Conta Transitória do agente de recebimento (Barrisul).

2. Assim, o Pactual (como administrador) calculará a Quantidade Mínima Mensal, que é a quantidade de direitos creditórios a ser entregue em cada período de disponibilidade, que é a soma dos valores necessários para cobrir a amortização das cotas seniores do mês corrente, as despesas do Fundo do mês corrente e o montante necessário para completar a Reserva de Amortização.

3. Caso haja recursos suficientes, o Agente de recebimento (Barrisul) transferirá a QMM para a conta do FIDC CEEE II, mantida no Banco Itaú, e o restante será transferido para a conta da Cedente. Se após utilizar os recursos recebidos por meio de todos os direitos creditórios, ainda não houver um montante suficiente para cobrir a QMM, então o Itaú utilizará recursos da Reserva de Amortização.

#### **Ordem de Alocação de Recursos do Fundo**

1. Custos e despesas do Fundo
2. Formação de reserva para o pagamento de custos e despesas do Fundo no período seguinte.
3. Amortização ou resgate de cotas seniores.
4. Constituição de Reserva de Amortização das Cotas Seniores.
5. Formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo.
6. Amortização ou resgate de cotas subordinadas.

#### **Crerios de Elegibilidade dos Direitos Creditrios do FIDC CEEE II**

Para cumprir com os crerios de elegibilidade, os direitos creditrios precisam satisfazer as seguintes condies:

- i-) sejam decorrentes da prestao de servios de fornecimento de energia eltrica pela Cedente aos Consumidores, nos termos dos Contratos de Fornecimento;
- ii-) sejam representados por Faturas de Energia;
- iii-) devem ter suas Faturas de Energia cadastradas para dbito automtico nas Instituies Arrecadoras ou, conforme o caso, nas Instituies Arrecadoras Elegveis.

#### **Anlise de Fluxo de Caixa do FIDC CEEE II**

##### **Reviso Crediticia**

A Standard & Poor's realizou uma anlise de fluxo de caixa baseada em um montante total de emissao de R\$ 100 milhes de cotas seniores. Como o Fundo tera uma remuneraao alvo baseada no CDI (taxa mxima do *bookbuilding* de CDI + 1,6% a.a.), esse ndice foi estressado apropriadamente. Dentro desse cenrio de estresse foram consideradas tambm despesas adicionais.

A anlise de fluxo de caixa baseou-se nos seguintes fatores: (a) estresse de volume da energia eltrica vendida, (b) no reajuste de preos e (c) racionamento de energia durante a vida do Fundo.

A Standard & Poor's considerou diversos cenrios de estresse. Dentre eles, seguem os principais:

Cenrio	Preo	Volume	Outras premissas/ comentrios
1- Base	Preos sem reajustes	Volume Mdio	
2- Estresse 1	Igual ao Caso Base	Volume Menor	Reduo de 15% do Volume devido a racionamento do sistema + 10% de Reduo de Volume devido ao trmino dos contratos de recebimento em dbito em conta corrente (25% de reduao total)
3- Estresse 2	Igual ao Caso Base	Volume Menor	Trmino dos Acordos de Recebimento dos 2º e 3º maiores bancos dentro do pool selecionado. (35% de reduao do volume total)

**Risco de Descasamento de Taxas**

Como há um descasamento entre o índice de reajuste das faturas e a taxa de remuneração alvo do FIDC CEEE II (taxa máxima do *bookbuilding* de CDI + 1,6% a.a.), o fluxo de caixa dos ativos do Fundo precisa cobrir esse risco. Após realizar a análise de fluxo de caixa em diversos cenários de estresse, a Standard & Poor's acredita que a proteção creditícia fornecida pela sobrecolateralização (*overcollateralization*) e a Reserva de Amortização são suficientes para atenuar esse risco.

É importante destacar que, diferentemente do que acontece nos instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera apenas receber uma remuneração alvo – que é somente um alvo e não uma promessa. Conseqüentemente, o rating da Standard & Poor's atribuído ao FIDC CEEE II avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira, e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's, mas não avalia a capacidade do Fundo de pagar juros ou principal a seus cotistas nem riscos de mercado, tais como o risco de amortização antecipada de cotas aos investidores.

**Fungibilidade (Commingling)**

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis da Cedente. Como todos os pagamentos serão recebidos diretamente pelo agente de recebimentos e pagador (Banrisul) e, então, transferidos para o Fundo ou a cedente (originador), o risco de fungibilidade será efetivamente mitigado nessa transação.

**Risco Cambial**

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

**Eventos de Avaliação do FIDC CEEE II**

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar se o evento deve se transformar em um Evento de Liquidação e, portanto, se os procedimentos de liquidação do Fundo devem ou não ser iniciados. Ambos os Eventos de Avaliação e Liquidação permitem ao Fundo reter 100% dos fluxos cedidos em cessão definitiva ou condicionada na Conta de Recebimento.

Os Eventos de Avaliação são:

i-) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização sem que seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;

ii-) caso o Índice de Cobertura (conforme definido no Regulamento do Fundo) seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses inferior a 250% (duzentos e cinquenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;

iii-) caso o Índice de Cobertura (conforme definido neste Regulamento) seja inferior a (200% (duzentos por cento) em qualquer Período de Disponibilidade;

iv-) descumprimento, pela cedente, de qualquer uma de suas obrigações;

v-) caso o Fundo deixe de atender à razão de garantia e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reequilíbrio no prazo de quinze dias;

vi-) amortização de cotas seniores em desacordo com o regulamento.

#### **Eventos de Liquidação do FIDC CEEE II**

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a: (1) informar os cotistas; (2) iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo; e (3) convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

i-) Resilição e/ou término do Contrato de Cessão;

ii-) Caso os cotistas decidam que um Evento de Avaliação constitua um Evento de Liquidação Antecipada;

iii-) Término da Concessão para fornecimento de energia elétrica;

iv-) Decretação de falência da Cedente, pedido de autofalência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela cedente;

v-) Resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem que outra instituição assuma suas funções;vi-) Resilição do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimentos e Pagamentos de Valores.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2005 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/us/ratingsfee](http://www.standardandpoors.com/us/ratingsfee).

## **ANEXO VIII**

---

Despacho da ANEEL nº 2.880

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

DESPACHO Nº 2.880, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2006

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2004, no art. 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Processo nº 48500.003683/2006-34, resolve: I – anuir com a cessão de créditos de titularidade da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, para constituição de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC CEEE II, correspondentes a 4,96% da receita mensal da concessionária, e mais R\$ 5,3 milhões em quotas subordinadas, na forma de garantia adicional da operação, com prazo de amortização de 60 meses e remuneração a ser definida, que visa captar R\$ 100 milhões em quotas seniores, destinados a investimentos na concessão de distribuição; II – ressaltar que a destinação dos recursos deverá estar estritamente vinculada ao objeto da concessão de distribuição, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III – registrar que esta manifestação não dará aos agentes financiadores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; IV – estabelecer que a escritura e o prospecto de emissão do FIDC CEEE II, devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como os documentos relativos à comprovação da aplicação dos recursos, fiquem a disposição para efeito de fiscalização desta Agência; e V – este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO GANIM

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 09/12/2006, seção I, s. 79, p. 1 e 3, n. 235.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO IX**

---

Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados CEEE II

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos  
Creditórios Não-Padronizado CEEE II**

<b>Características da 1ª Emissão e Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado CEEE II</b>	
Número da Emissão e Série	1ª (primeira)
Valor da Emissão e Série	R\$ 105.300.000,00 (cento e cinco milhões e trezentos mil reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	105 (cento e cinco) quotas inteiras e 3 (três) frações de quotas subordinadas correspondente a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada uma
Quantidade de Quotas Seniores	100 (cem)
Quantidade de Quotas Subordinadas	5 (cinco) quotas inteiras e 3 (três) frações de quotas subordinadas correspondente a 0,1 (um décimo) de quota subordinada cada uma
Benchmark das Quotas Seniores	Taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na <i>Internet</i> ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 1,0% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
Data de Início da Entrega	21 de janeiro de 2007
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	Mensal
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas e Frações	Conforme o disposto no item 12.10. do Regulamento do Fundo
Número de Parcelas de Amortização das Quotas Seniores	60 (sessenta) parcelas de amortização
Datas de Amortização das Quotas	12/02/2007; 12/03/2007; 10/04/2007;

Seniores	10/05/2007; 11/06/2007; 10/07/2007; 10/08/2007; 10/09/2007; 10/10/2007; 12/11/2007; 10/12/2007; 10/01/2008; 11/02/2008; 10/03/2008; 10/04/2008; 12/05/2008; 10/06/2008; 10/07/2008; 11/08/2008; 10/09/2008; 10/10/2008; 10/11/2008; 10/12/2008; 12/01/2009; 10/02/2009; 10/03/2009; 13/04/2009; 11/05/2009; 10/06/2009; 10/07/2009; 10/08/2009; 10/09/2009; 13/10/2009; 10/11/2009; 10/12/2009; 11/01/2010; 10/02/2010; 10/03/2010; 12/04/2010; 10/05/2010; 10/06/2010; 12/07/2010; 10/08/2010; 10/09/2010; 11/10/2010; 10/11/2010; 10/12/2010; 10/01/2011; 10/02/2011; 10/03/2011; 11/04/2011; 10/05/2011; 10/06/2011; 11/07/2011; 10/08/2011; 12/09/2011; 10/10/2011; 10/11/2011; 12/12/2011 e 10/01/2012.
----------	--